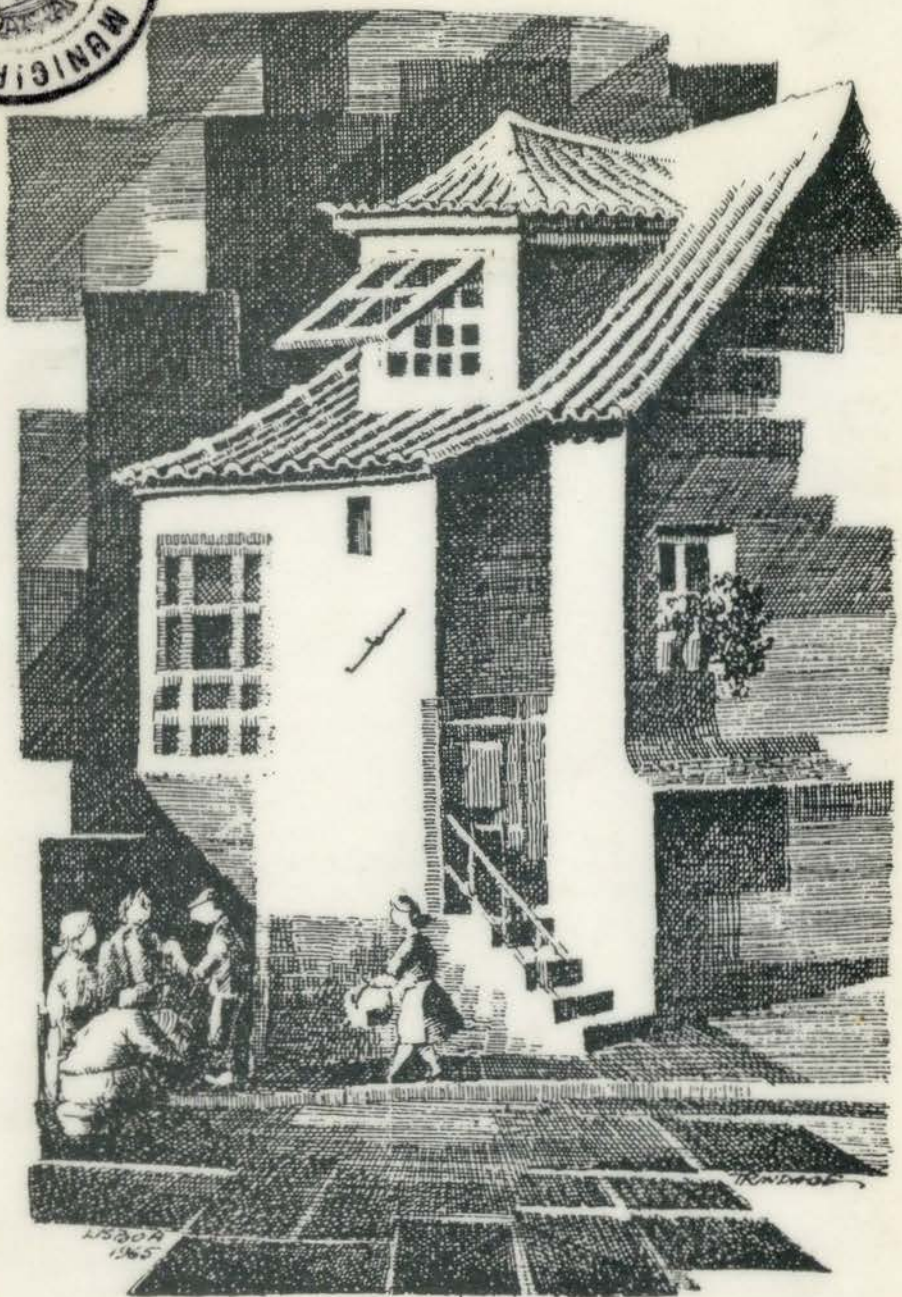


# OLISIPO

Boletim do Grupo Amigos de Lisboa





27. JUL. 1988

M.

# OLISIPO

TRIÉNIO 1983 - 1984 - 1985

N.ºs 146-147-148

Direcção, Edição e Propriedade  
do  
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra — Rua do Açúcar — Telefone 38 57 11  
Comp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. — S. Vicente de Fora — Rua Voz do Operário, 5-A



## SUMÁRIO

PREFAÇÃO ... ..	3
HOMENAGEM ... ..	5
O PROFESSOR AUGUSTO CELESTINO DA COSTA — por <i>J. Cândido de Oliveira</i> ... ..	7

### DEFESA DO PATRIMÓNIO

PARQUE VENTURA TERRA ... ..	18
-----------------------------	----

### ESTUDOS OLISIPONENSES

ESTUDOS DE BIBLIOGRAFIA OLISIPONIANA — por <i>António Luís Tadeu</i> ... ..	22
UMA «RELIQUIA INDUSTRIAL» DE UM PASSADO RECENTE: A CENTRAL TEJO — por <i>Ilídio Mariz Simões</i> ... ..	62
ULISSES EM LISBOA — por <i>Raúl Miguel Rosado Fernandes</i> ... ..	71

### ACTIVIDADE CULTURAL

JOÃO DA SILVA — por <i>Agostinho Ferreira Gambetta</i> ... ..	93
O FADO, CANÇÃO DE LISBOA — por <i>Eduardo Sucena</i> ... ..	96
ANTÓNIO COELHO GASCO E O MOSTEIRO DE CHELAS — por <i>António Luís Tadeu</i> ... ..	101
SEBASTIAO JOSÉ DE CARVALHO E MELLO — 1.º CONDE DE OEIRAS, 1.º MARQUÊS DE POMBAL — O HOMEM E A CIDADE — por <i>Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita</i> ... ..	105

VISITA AO AQUARIO VASCO DA GAMA ... ..	117
VISITA AO MUSEU MILITAR DE LISBOA — pelo <i>Coronel António Luís Tadeu</i> ... ..	121
VISITA A CENTRAL DE CORREIOS DE LISBOA (CABO RUIVO) por <i>Américo de Jesus Rodrigues</i> ... ..	128
LISBOA ATRAVÉS DOS POETAS — por <i>António Manuel Couto Viana</i> ... ..	131
PASSEIO CAMILIANO — por <i>Eduardo Sucena</i> ... ..	151
CONCURSO DE TRONOS DE SANTO ANTÓNIO ... ..	157
ENTREVISTA DO DR. FRANCISCO SANTANA ... ..	161
ÁGUA SANTA PRISIONEIRA — por <i>Paulo Caratão Soromenho</i> ...	165
PROSA POÉTICA ... ..	169
OS «AMIGOS DE LISBOA» NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ... ..	171
FEIRA DA LADRA ... ..	175

## VIDA ASSOCIATIVA

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1983 ... ..	180
ALGUNS ESCLARECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O BALANÇO E RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1983 ... ..	202
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1983 ... ..	209
ÓRGÃOS DIRECTIVOS EM 1983 ... ..	211
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1984 ... ..	212
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1984 ... ..	233
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1985 ... ..	235
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1985 ... ..	249

C A P A  
DE  
Luís TRINDADE

## Prefação

*O presente volume da revista Olisipo, ao invés do que têm sido os nossos bons propósitos, vem a lume muito distanciado daquele que o precedeu.*

*Para os Amigos de Lisboa, a quem assiste o direito de conhecer as razões ou sem-razões de tal anomalia, serve este intróito de nota explicativa.*

*É por demais conhecido que a confecção duma revista até à saída dos prelos exige a congregação harmónica de esforços dos autores, dos editores, dos patrocinadores e dos tipógrafos.*

*Quanto aos autores, temos que admitir que a veia olissipográfica tão entumescida no princípio deste século, com nomes sonantes que vão de Júlio de Castilho a Matos Sequeira, passando por Vieira da Silva e outros tais, tem minguido a pouco e pouco, de molde a que é hoje acontecimento festivo topar com uma ou outra «avis rara»versada no assunto. No entanto, cá vamos arrecadando alguns estudos sobre Lisboa que os pesquisadores contemporâneos nos proporcionam, embora com difícil parturição. A extinção do curso de estudos olissiponenses, que funcionava no âmbito da Universidade, veio estancar de vez um manancial de futuros investigadores da matéria em causa.*

*Dos editores, cabe dizer que, com mágoa nossa, perdemos aquele que ultimamente se ocupava dessa tarefa com inexcedível carinho e a quem não prestámos ainda bastantemente a homenagem devida. Referimo-nos a Paulo Caratão Soromenho que durante uns bons pares de anos encabeçou a lista dos dirigentes desta revista e contribuiu com os seus escritos para a enriquecer.*

*Encontrar digno substituto para tão prestimoso confrade tem sido tarefa árdua dos responsáveis do Grupo.*

*No que toca aos patrocinadores, há que confessar que, na ausência de bens de raiz e limitados, como estamos, às quotizações modestas dos associados, são raros os indivíduos ou instituições que têm mão suficientemente larga para depositar o seu contributo no exausto mealheiro desta revista.*

*As raras excepções confirmam a regra e têm jus ao nosso reconhecimento.*

*Tal é o caso do Município lisboeta, a quem nunca nos cansamos de agradecer.*

*Dos tipógrafos, que arrojadamente se propõem imprimi-la e que têm efectuado trabalho meritório, nada há que referir a não ser a natural escalada a que os custos duma edição estão sujeitos ao longo dos anos.*

*Com tais razões, o Grupo Amigos de Lisboa vê-se na contingência de ter de espaçar, por vezes exageradamente, a saída dos números da revista Olisipo.*

*Não desistimos porém do propósito de continuar contra ventos e marés esta publicação, seguros como estamos de que oferecemos um serviço, ainda que diminuto, à causa da cultura portuguesa. Na realidade se, num relance de olhos, abarcarmos a tarefa empreendida neste meio século, forçoso é concluir que não é hoje possível estudar a história da nossa Lisboa sem compulsar o acervo de volumes já publicados da revista Olisipo.*

*Persistiremos pois na tarefa de dar à estampa novos estudos e novas perspectivas da cidade que tanto amamos, cuidando de enriquecer a revista com novas secções e novos colaboradores, à medida das nossas possibilidades. Determinação não nos falta, tendo em mira o dito do Padre Verney no Verdadeiro método de estudar: «Vossa Paternidade não ignora que para fazer aquelas experiências require-se muito dinheiro, muito juízo, muito tempo, muita paciência e muita gente».*

*Com tais predicados e com a ajuda eficaz dos sócios do Grupo Amigos de Lisboa, estamos certos de que a revista Olisipo prosseguirá o seu árduo caminho.*

J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA

## HOMENAGEM

Os Amigos de Lisboa recordam com respeito e  
saúde um Amigo que desapareceu

NOTAS BIOGRÁFICAS DO

*Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos*

Nasceu na cidade de Ponta Delgada a 13 de Janeiro de 1901, mas como seus pais tivessem mudado a sua residência para a cidade de Angra do Heroísmo, foi nesta cidade que fez o curso do Liceu, tendo sido no 7.º ano o aluno mais classificado obtendo por isso o prémio pecuniário «Conselheiro Nicolau Anastácio Bettencourt».

Veio para Lisboa em 1920 e matriculou-se no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, cujo curso completou, sendo ao mesmo tempo funcionário das Finanças na Direcção Geral de Contribuições e Impostos. Daí passou para o Quadro Técnico das Alfândegas, onde permaneceu como 1.º verificador, até atingir o limite de idade, tendo chefiado algumas Delegações Aduaneiras fora de Lisboa.

Leccionou durante algum tempo no Ensino Técnico Profissional.

Foi sócio da Sociedade de Geografia e de outras instituições a que deu a sua colaboração; Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Estado; Sociedade Histórica da Independência de Portugal, onde foi tesoureiro durante alguns anos; e Grupo «Amigos de Lisboa».

Foi, no entanto, como açoreano, muito interessado pelo regionalismo, área em que a sua actividade foi mais entusiasta. Foi um dos Fundadores da Casa dos Açores, ainda estudante, fez parte da 2.ª Direcção como secretário e por largos anos continuou como secretário ou vice-presidente, sem nunca querer aceitar o lugar de Presidente da Direcção por entender que neste lugar deveria estar sempre um nome de maior projecção social para maior prestígio da Casa dos Açores.

Mas esta modéstia não o impediu de trabalhar com dedicação para a Instituição que serviu desde 1926 a 1976.



Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Deu a sua colaboração ao Congresso Açoreano em 1938, promoveu várias comemorações entre as quais a do Centenário de Antero de Quental em 1942; representou a Casa dos Açores nas comemorações do 4.º Centenário da cidade de Ponta Delgada, em 1946, e no Congresso Colonial, no Porto, em 1934, etc.

Procurou sempre estimular a vida associativa, e assim escreveu vários artigos em jornais açoreanos, interessando-se em especial pelo regionalismo, economia e etnografia. Espírito curioso, mas moderado e modesto, encontrava nos livros que adquiria o convívio e estudo que sempre apreciou.

Faleceu em 7 de Dezembro de 1983.



# O Professor Augusto Celestino da Costa

No centenário do seu nascimento

por J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA

**A**QUELES pouco versados na história do Grupo Amigos de Lisboa permito-me recordar que o Professor Augusto Celestino da Costa, cujo centenário se cumpriu no ano findo, foi, durante longos anos, presidente desta Agremiação.

E porque Faculdades, Academias e Sociedades Científicas comemoraram dignamente o evento, não pode o nosso Grupo eximir-se ao dever de, embora tardiamente, juntar a sua voz ao coro de hossanas a alguém que foi simultaneamente médico, professor, investigador, ensaísta, olissipógrafo e homem de cultura, digno representante intra e extra-muros da *intelligentsia* portuguesa do nosso século.

Sagrado homem de ciência desde muito novo, era já Celestino da Costa, por volta de 1924, quando eu me sentava nos bancos da sua aula de Histologia, um modelo acabado de professor e investigador que todos respeitavam e cuja autoridade era sempre tida em conta nas decisões da sua Faculdade.

De facto, Celestino havia feito uma carreira fulgurante desde que firmou o seu primeiro trabalho sobre a estrutura da cápsula suprarrenal dos mamíferos. A técnica de histologista aprendera-a de Mark Athias cuja preparação em França com Matias Duval o levava a escrever uma memorável tese sobre a «Célula nervosa» que ajudara a romper a rotina em que então mergulhava a medicina portuguesa.

Na realidade, desde recuados séculos que o empirismo dominava a arte médica entre nós. A doutrina da ciência experimental não conseguira romper as fronteiras nacionais e o uso do microscópio, há muito implantado além Pirineus, era entre nós quase letra morta. De toda a penosa introdução deste instrumento na prática científica lusitana deu

mais tarde conta Celestino da Costa num dos seus muitos escritos de historiografia médica.

O professor universitário era, nesses velhos tempos, um orador apurado que decalcava o seu ensino nos compêndios emanados da estrangeira. Salvo raríssimas excepções, e mau grado as diatribes de um Verney, a experimentação não estava nos hábitos do magister consagrado. Daí que se substituisse este saber postiço por uma pompa na encenação da aula a que não faltavam os austeros trajes universitários.

O clarão que subitamente eclodiu nesta atmosfera rotineira foi desferido pelo sábio Câmara Pestana com a fundação do Instituto Bacteriológico que tem hoje o seu nome e a que eu liguei mais tarde os meus destinos.

A vida de Câmara Pestana, ainda que efémera, foi contudo bastante para desencadear um poderoso movimento de ideias que facultaram a implantação em Portugal do espírito científico e da participação do país no trabalho original de pesquisa. Pestana, ele próprio um investigador, legou à ciência médica um Instituto apetrechado como nunca se vira entre nós e deixou um digno sucessor, Aníbal Bettencourt, para o que teve o constante apoio da Rainha D. Amélia, espírito culto a quem se deve também a criação da Assistência Nacional aos Tuberculosos e do Dispensário infantil de Alcântara.

É, com efeito, Aníbal Bettencourt quem traça com mão de mestre a orientação do Instituto Bacteriológico, o qual serviu não só a Bacteriologia humana, animal e vegetal, mas outras ciências experimentais como a Histologia, a Anatomia patológica, a Farmacologia, a Parasitologia, a Imunologia, a Patologia experimental, a Terapêutica experimental e até a clínica de fundamento científico.

Aqui se caldeou a chamada «geração de 1911» que, no advento da República, impôs a reforma universitária, marco fundamental na história do ensino em Portugal. Está praticamente feito o rol dos principais acontecimentos desta época nos escritos do próprio Celestino da Costa, a que devemos juntar os de Ricardo Jorge, de Nicolau Bettencourt e de Jaime Celestino da Costa e a que eu próprio dediquei também algumas páginas.

Nos amplos laboratórios do Instituto, à sombra duma rica biblioteca e sob a orientação multifacetada de Aníbal Bettencourt, trabalharam ao lado dos microbiologistas, como Morais Sarmiento, Gomes de Resende, Ayres Kopke, Nicolau de Bettencourt, Carlos França, Azevedo Gomes, Reis Martins e Pereira da Silva, os cultores das novas ciências experimentais, como Mark Athias, Celestino da Costa, Silvio Rebelo, Carlos

Santos, Francisco Gentil e Pulido Valente, para citar apenas alguns dos mais significativos, futuros professores das respectivas matérias.

O edifício novo da Faculdade de Medicina no Campo de Santana, inaugurado em 1906 com o XVI Congresso Internacional de Medicina, recebeu no seu seio os jovens cientistas emanados do Instituto e, com eles, Celestino da Costa.

A actividade científica de Celestino não teve parança. Escolhendo para tema dos seus estudos histológicos as glândulas endócrinas e sobretudo as cápsulas suprarrenais, a tiroide e a hipófise, cuidou de lhes dar um sentido fisiológico, nunca se afastando das interrelações órgão-função, pelo que, sem sombra de exagero, devemos taxá-lo entre os fundadores da endocrinologia moderna.

Não cabe aqui a análise exaustiva dos seus trabalhos de histologia e de embriologia porque ela já foi traçada pelos seus principais biógrafos António Flores, Gregório Marañon e Xavier Morato. Aqueles a quem interesse desvendar os penetrais da sua vida científica recomendo vivamente as páginas do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa e o número de homenagem da Gazeta Médica Portuguesa.

Interessa contudo recordar que, para além da Histologia de que foi mestre, cultivou outra ciência paralela a Embriologia. Se, para a primeira, teve a fortuna de encontrar Mark Athias que lhe guiou os primeiros passos, para a Embriologia teve de fazer a sua aprendizagem desamparado de ajuda, redescobrimdo passo a passo a nova ciência e fabricando uma soma de preparações e modelos embriológicos que cedo o levaram ao nível de autoridade mundial.

Para além dos artigos especializados que se contam por centenas, deu aos prelos um manancial de livros didácticos de que destaco o Manuel de Técnica Histológica, os Elementos de Embriologia e o Tratado de Histologia e Anatomia Microscópica, alguns dos quais largamente difundidos em traduções francesas e espanholas. Professor escrupuloso que não faltava às suas aulas por motivo fútil, como a tantos outros sucedia, era o modelo do expositor claro e bem documentado, recheando o tema em questão com argumentos extraídos do seu próprio trabalho experimental. Relembro com saudade aquele vulto de estatura meã, magro, bem aprumado, cabelo curto levantado sobre a testa ampla, que, umas vezes de ponteiro na mão, outras sacando da algibeira do colete um grande relógio a que dava corda sem o olhar, passeava dum lado para outro por detrás da enorme secretária. Como estas imagens se imprimem na mente do estudante! Mas ficou-me também para sempre a ideia de que, na carreira universitária, valia a pena ser como ele.

E quantas vezes pela vida fora, em face de tal ou qual situação, eu me encontrei a pensar e a cotejar como agiria o Mestre Celestino da Costa.

A sua paixão pelos problemas do ensino despertou bem cedo, quando ainda estudante da Escola Médica se propôs contribuir para a reforma de métodos e programas. Para ele era assente que a vastidão das ciências médicas exigia especialização, para obviar à pecha da época em que os professores despidoradamente pinchavam de cadeira para cadeira. Outro princípio que defendeu até o fim da vida foi o de que todo o professor universitário deve investigar não como dever burocrático mas como artigo de convicção e de anseio por acrescentar algumas achegas à ciência da sua época.

Timbre de originalidade e de espírito criador, a pesquisa científica foi o lema da sua carreira de professor-investigador.

Já por volta de 1950, estando eu em Congresso no Rio de Janeiro, ouvi uma conferência de Celestino da Costa, aplaudida com entusiasmo pelos universitários brasileiros, sobre o tema da investigação na carreira do professorado. A sua ideia mestra era um verdadeiro apostolado.

São numerosas as publicações e conferências que dedicou ao ensino médico, e a sua informação a este propósito era exaustiva. Quando mais tarde passei a interessar-me também pelo ensino médico que eu cultivava à imagem, embora pálida, de Celestino, era com ele que cambiava ideias e até as respectivas publicações. Lembro-me de ter escrito algures em 1961 esta nota que reproduzo: «Uma das mais sérias tentativas de reforma do ensino médico, levada a cabo em Inglaterra no ano de 1944, foi o relatório Goodenough, e recordo saudosamente que esta publicação chegou ao meu conhecimento pela mão do Prof. Augusto Celestino da Costa, um estudioso do ensino médico, que me comunicou boa parte do seu entusiasmo, nesta matéria. Em 1948, coube-me a vez de remeter a Mestre Celestino o novo relatório inglês intitulado «The training of a doctor» que foi pretexto para frutíferas conversas em que a experiência do mestre não mais se apagou do meu espírito.»

Desta sorte me confesso uma vez mais discípulo do ilustrado professor.

Com esta soma de conhecimentos estava Celestino da Costa fadado para mais altos destinos. Sucessivamente secretário e director da sua Faculdade, e presidente da classe de ciências da Academia, acalentou a ideia, juntamente com Aníbal Bettencourt e António Sérgio, de fundar uma instituição que fomentasse a pesquisa e o ensino nas mais diversas comarcas do saber humano. Assim nasceu a Junta Nacional de Educação, mais tarde crismada de Instituto para a Alta Cultura, de que foi pre-

sidente. Todos os que cresceram à sombra deste organismo e que, mediante bolsas de estudo, cruzaram os caminhos das ciências, das letras e das artes, para além fronteiras podem testemunhar os benefícios que daí advieram para o País.

Simultaneamente, Celestino da Costa, interessado pela melhoria dos serviços hospitalares, dirigia o Laboratório Central do Hospital de S. José e produzia relatórios memoráveis, ainda hoje válidos, sobre a organização do sector laboratorial. Alguns deles serviram-me de guia quando por minha vez, vim a organizar, com um grupo de colaboradores, os laboratórios do Hospital de Santa Maria.

Está dito e redito por todos os que se debruçaram sobre a vida científica de Celestino da Costa que as duas linhas mestras da sua actividade foram a pesquisa original e a formação de discípulos. A primeira grangeou-lhe um tal prestígio na ciência internacional que depressa foi crescendo o número de Universidades estrangeiras que desejaram contactá-lo entre os seus pares e o fizeram doutor «honoris causa». Assim sucedeu em Bordeus, depois em Tolosa, Mompilher e Grenoble. A Universidade do Brasil atribuiu-lhe mesmo o título de «professor honorário».

Tais distinções, a que muito estudioso português aspiraria, foram a mais cabal confirmação do seu estatuto de homem de ciência.

Porém a tarefa que o consagraria no espírito dos seus vindouros consubstanciou-se no longo rol de discípulos que formou e que viriam mais tarde a reger as mesmas matérias que o Mestre lhes ensinara. Cito ao acaso Roberto Chaves, Magalhães Ramalho, Simões Raposo, Dias Amado, Geraldês Barba, Xavier Morato, Tavares de Sousa, Oliveira e Silva, David Ferreira para a histologia médica, e Aboim, Sacarrão, Frade e Madeira para outros sectores da histologia.

Escrevendo todos os seus trabalhos de investigação com sobriedade e profundo conhecimento da ciência da sua época, não desdenhou, contudo, de dar aos prelos numerosos artigos de divulgação e de colaborar em enciclopédias e colecções destinadas ao público leigo. Celestino era um semeador de cultura.

Ainda que este relato forçadamente sucinto fosse bastante para caracterizar uma personalidade, o retrato intelectual do homem Celestino da Costa não ficaria completo sem referir outras actividades para além da ciência.

Vagamundo impenitente percorreu um ror de cidades do mundo cultivado para dar conferências e lições, sempre bem acolhidas e apreciadas, mas também para procurar nas suas artes e nas suas letras um suplemento espiritual para os minguados tempos de lazer.

Uma sensibilidade caldeada no meio ambiente familiar fez dele um fervoroso amador de música. Não perdia um concerto ou um festival importante e levou mesmo a sua devoção ao ponto de assumir a presidência do Círculo de Cultura Musical, instituição prestimosa que se extinguiu há muito deixando um vazio não mais preenchido.

Nascido e criado em Lisboa, terra que ele tanto honrou, não é de estranhar que lhe votasse um profundo amor. E tal circunstância explica sobejamente a razão da homenagem que hoje lhe prestamos nesta casa.

Por volta de 1917, dois lisboetas, cujo nome se perdeu, dirigiram ao jornal «O Século» uma carta propondo a criação dum grupo de amigos de Lisboa. A ideia esqueceu e só nove anos depois Norberto de Araújo e retomou nas colunas de «A Manhã» e do «Diário de Lisboa». A Norberto se juntaram logo dois olissipógrafos entusiastas, Matos Sequeira e Pastor de Macedo que se desentranharam em artigos e crónicas visando a constituição dum núcleo de personalidades que fomentasse a gestação do grupo. Os catorze magníficos que a tanto se prestaram são bem conhecidos de todo o lisboeta culto, mas vale a pena aqui lembrá-los: Alberto Mac Bride, Alvaro Maia, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Eugénio Mac-Bride, Gustavo de Matos Sequeira, João Pinto de Carvalho (Tinop), José Pereira Coelho, Leitão de Barros, Levy Marques da Costa, Luís Pastor de Macedo, Mário de Sampaio Ribeiro, Norberto de Araújo e Rocha Martins.

A primeira reunião oficial destinada à aprovação dos estatutos teve lugar em Abril de 1936 na Sociedade de Propaganda de Portugal, por essa época situada no Largo do Chiado, e a ela concorreram muitas individualidades que, num total de 100, constituíram os sócios fundadores do Grupo.

Não estava Celestino da Costa, por circunstâncias fortuitas, incluído no núcleo dos primeiros catorze, mas logo aderiu à ideia e figurou entre os cem fundadores com o n.º 19 que conservou até morrer.

Os estatutos do Grupo foram aprovados, por alvará do Governo Civil de Lisboa, em 22 de Julho de 1936, e a primeira direcção a que presidiu Vieira da Silva e teve como Secretário-Geral Pastor de Macedo foi homologada por despacho ministerial, como era então de regra.

Entrou, desde logo, o Grupo em grande actividade promovendo visitas de estudo, conferências, palestras ao ar livre, exposições e passeios que foram chamando centenas de novos sócios ao seu convívio.

O ano de 1938 é assinalado por dois acontecimentos importantes: a publicação do primeiro número da revista «Olisipo» e a instalação do Grupo na antiga casa do Marquês de Niza na rua Garret.

É através da «Olisipo» que vamos tomando conta da actividade desta agremiação. Mas a revista não é apenas isso; é um repositório de artigos originaes, de estudos históricos, artísticos, arqueológicos, topográficos, assistenciaes e sociológicos, cuja consulta é hoje indispensável ao estudo das coisas de Lisboa.

Ao mesmo tempo, ia-se avolumando a biblioteca do Grupo por oferta de sócios a tal ponto que hoje constitui o melhor acervo bibliográfico sobre Lisboa depois da biblioteca da Câmara Municipal.

O interesse de Celestino da Costa pela vida do Grupo, facilmente conduziu à sua eleição para presidente, — o 3.º presidente — já que Vieira da Silva havia cessado as suas funções e Reinaldo dos Santos pouco tempo se demorara na presidência. Assim, escolhido em Janeiro de 1943 pela Assembleia Geral, viria a presidir à primeira sessão da Junta Directiva em 5 de Março do mesmo ano. Logo nessa sessão ponderou que o Grupo deveria marcar posição nas comemorações do 8.º centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, a realizar daí a 4 anos, e que lhe parecia conveniente promover a publicação duma monografia da cidade que — nas suas palavras — «desse uma visão nítida da capital, da sua vida e da sua história duma maneira atraente e expressiva». A ideia foi acolhida com entusiasmo, mas só foi efectivada mais tarde pelo próprio Celestino da Costa numa excelente publicação a que chamou «A evolução duma cidade, Lisboa» que depressa se esgotou, mas que foi reeditada em boa hora pela Câmara Municipal de Lisboa, dez anos depois, esgotando-se igualmente.

Quando Celestino ascendeu à presidência do Grupo já levava no seu bernal alguns escritos sobre a cidade.

Assim é que em 1933, por ocasião da reunião em Lisboa da Associação dos Anatomistas que trouxe ao País um bom número de cientistas estrangeiros, teve Celestino a ideia de publicar uma monografia em francês, que intitulou «Introduction à la connaissance de Lisbonne. Histoire. Description. Monuments et Institutions de la Ville par un Lisbonnin» destinada a dar a conhecer aos estrangeiros as virtudes da sua cidade. Escondendo modestamente o seu nome, redigiu este trabalho com o espírito didáctico e a concisão próprios do cientista que era, recheando-o de gravuras e mapas, como convinha, e estampando-lhe na capa o pórtico principal dos Jerónimos. Um outro olissipógrafo illustre, felizmente ainda vivo, que é o Prof. Orlando Ribeiro, primeiro titular da cadeira de estudos olisiponenses implantado na Faculdade de Letras de Lisboa, por sugestão de Norberto de Araújo, e submetida a um plano

gizado por Mestre Vieira da Silva, num dos estudos que dedicou ao Prof. Celestino da Costa aprecia deste modo a citada monografia: «No meio de tanta literatura farfalhada consagrada a Lisboa avultam estas páginas pela precisão de algumas análises da vida urbana, pela evocação dos ambientes e pela maneira objectiva como o visitante é conduzido a interessar-se, e portanto a amar, os aspectos da velha e da nova cidade».

Ainda em 1933 publica outra pequena monografia, também em francês, sobre a Faculdade de Medicina de Lisboa, com numerosas gravuras e delineada segundo o mesmo padrão didáctico, que é ainda hoje a melhor descrição da Escola Médica construída no princípio do século no Campo de Santana, à ilharga do Hospital de S. José. Nela se versa um esboço histórico, a abrir, seguido da descrição do edifício, a investigação científica na Escola de Medicina de Lisboa, a organização da Faculdade, o ensino médico na mesma e a habilitação dos médicos estrangeiros.

Em 25 de Outubro de 1941, memorável efeméride da cidade, pronunciou Celestino da Costa, por convite expresso do Presidente da Câmara de Lisboa, uma conferência que baptizou de «Lisboa Capital de Portugal» e que a Câmara veio depois a publicar. Nela se aventam duas propostas notáveis que mais tarde tiveram concretização ainda que incompleta. Uma foi a da criação dum Museu de Lisboa. Nas próprias palavras, «Esse Museu aparece na minha imaginação não apenas como um resumo evocador da história de Lisboa, tão bela e tão rica; o Museu teria também valor didáctico, mostrar-nos-ia a nós lisboetas, a nós todos portugueses e aos estrangeiros o que é a Lisboa de hoje e o que pode ser a de amanhã como centro geográfico, político, económico, industrial, militar e cultural. A grandeza desta cidade, a importância da capital para a Nação, o seu valor no quadro mundial, tudo isso no passado glorioso, no presente, no futuro cheio de possibilidades se veria em gráfico, em estatísticas, em plantas, em modelos».

A outra ideia lançada por Celestino foi a da colocação duma estátua do Rei Conquistador «na esplanada do Castelo dominando a baixa e o porto».

Mas o verdadeiro sentido da conferência era o de que «a importância de Lisboa não é local ou regional mas nacional». Lisboa é a capital cultural do País sem querer saber de bairrismos que outras cidades, por ilustres que sejam, não se cansam de invocar. E defendeu a ideia com grande cópia de argumentos. Tais afirmações desencadearam uma onda de protestos que sopraram mais ferozmente das bandas da cidade



do Mondego, ciosa da anciania da sua Universidade. E daqui datam as desventuras de Mestre Celestino que logo foi despojado das suas dignidades de Director da Faculdade de Lisboa e de Presidente do Instituto para a Alta Cultura.

A perseguição não afrouxou, antes teve o seu acme em 1947, quando um ministro sectário o demitiu de todos os seus cargos, incluindo o de professor, juntamente com um grupo de catedráticos e assistentes entre os quais Pulido Valente, Fernando Fonseca, Adelino Costa, Flávio de Rezende, Torre de Assunção e eu próprio, alegando vagamente a sem-razão de que não dávamos garantias de colaboração com o Estado.

É certo que a medida foi alguns meses depois emendada para Celestino, para mim e para alguns outros, mediante protesto nosso, mas se recuperámos as cátedras a que tínhamos pleno direito, ficou-nos sempre no coração a amargura de quanto é frágil a carreira dum universitário quando o poder político desvaria.

O labor científico e cultural de Celestino, contudo, não abrandou, e logo em 1951, deu à estampa o seu melhor trabalho, sobre a capital «A evolução duma cidade, Lisboa» a que já aludi. É um voluminho de 40 páginas onde no anterosto da 2.<sup>a</sup> edição, já após a morte de Celestino da Costa, se afirma, talvez pela pena de Pastor de Macedo: «a Câmara Municipal de Lisboa espera que esta excelente monografia... continue a prestar a todos os curiosos da história da cidade e a todos os entusiastas do seu progresso os serviços magníficos que já lhe devemos». Abriu a descrição da cidade com uma impressionante profissão de fé citando Montaigne e prosseguindo: «Assim eu amo Lisboa, até nos seus defeitos: assim é o verdadeiro amor, que só vê virtudes nas imperfeições do objecto amado». E daqui parte para um estudo do ciclo evolutivo da cidade, como embriologista que era, usando do mesmo rigor e do mesmo método que eram timbre de todas as suas pesquisas científicas.

Desta monografia diz Orlando Ribeiro: «Curioso depoimento de unidade de método e exemplo de quanto um tema de evolução duma cidade, frouxamente tratado pelos cronistas literários de Lisboa, pode ganhar em rigor e interesse quando se lhe apliquem processos correntes no trabalho científico».

Colhendo elementos descritivos desde a «Urbis Olisiponis Descriptio» passando pelo «Livro das grandezas de Lisboa» até aos estudos olisiponenses do nosso século, Celestino da Costa extraiu deles e da sua própria observação todo o material com que reconstituiu o nascimento, a juventude e o amadurecer da sua cidade natal como se de um corpo vivo se tratasse. Só me punge que não vivesse o suficiente para

nos dar conta, em edições posteriores, dos últimos estádios deste belo organismo e dos golpes que mãos incultas lhe têm sucessivamente ferido.

Para além destes escritos sobre Lisboa, confidenciou-me o Prof. Jaime Celestino da Costa, seu filho e o seu melhor biógrafo — como o atestam as duas notáveis conferências que o ano passado pronunciou — confidenciou-me, dizia eu, que seu Pai trocou com o grande ensaísta António Sérgio, seu amigo de sempre, acesa correspondência onde emitia sugestões para a feitura dum livro sobre Portugal que possivelmente ainda virá à luz dos prelos.

Enquanto Celestino da Costa regeu os destinos do Grupo Amigos de Lisboa a actividade cultural deste ganhou novo entusiasmo.

Da sede provisória no Chiado passou-se à instalação definitiva no 1.º andar do prédio do Largo Trindade Coelho, por volta de Novembro de 1953. Celestino, de trato afável e conciliador, mas firme nas suas convicções, era o modelo de presidente que convinha ao Grupo. As reuniões da Junta Directiva, que mais tarde, depois da morte de Celestino, viriam a ser tempestuosas, eram nesse tempo, agradáveis e frutíferas. Delas escrevia Leitão de Barros nos Corvos «O lisboeta de gema rico de pitoresco e de amor à cidade, à noite senta-se à mesa da Direcção dos Amigos de Lisboa entre lentes da universidade, Médicos, Académicos, Grã-Cruzes, Jornalistas — pois assim é democrática esta Agremiação».

Quem folhear os velhos números da revista «Olisipo» ainda hoje surpreendentemente viva, dar-se-á conta das numerosas intervenções culturais que Celestino da Costa teve na vida do Grupo.

Seria fastidiosa e seca a enumeração de todos os eventos que rechearam este período, mas seria também flagrante injustiça se não destacasse pelo menos três dos mais relevantes.

Um deles foi a 1.ª semana e 1.ª conferência dos Amigos de Lisboa em Dezembro de 1945, verdadeiro congresso olissiponense, distribuído por secções, com as suas teses e comunicações livres e a que acudiu a fina flor dos lisboetas ilustrados. Celestino pronunciou a oração inaugural, hino entoado às grandezas de Lisboa, onde desabafa desta sorte: «A vida tem-me feito habitar algumas das mais belas cidades europeias, das mais carregadas de arte e de história, das mais interessantes para quem se preocupa com os problemas da vida moderna. Sempre tive a curiosidade de as conhecer e de ver nelas mais do que vê o viajante comum e às vezes o próprio habitante. Mas quanto mais me enfronhava na história ou na evolução duma Paris ou duma Londres, mais diferentes

as via e sempre em qualquer delas evocava a Lisboa, minha pátria querida, que nunca me pareceu tão bela, no presente ou no passado, como quando vista em pensamento, no seio de qualquer daquelas grandes urbes, suas irmãs».

Outro acontecimento importante foi a homenagem que o Grupo prestou ao seu Presidente em Outubro de 1950, como coroação da sua viagem ao Brasil, durante a qual, além de diversificadas intervenções científicas, pronunciou uma conferência sobre Lisboa, no Liceu Português do Rio de Janeiro. Por essa mesma época já se havia criado na capital carioca, em plena Rua Gonçalves Dias, de velhas tradições, o círculo estretenho do Grupo Amigos de Lisboa, para o qual Celestino fora designado como sócio honorário.

Um terceiro evento merece relevo. Em Março de 1952 realiza o Grupo uma série de conferências sobre o «pitoresco de Lisboa» à qual Celestino não faltou com os seus comentários. Tanto esta série como uma anterior dedicada à «Cor de Lisboa» tiveram o mérito de aventar sugestões para elucidar as entidades executivas da cidade, no tempo em que o Grupo era ouvido com respeito.

Corria o ano de 1956. Celestino embrenhava-se agora em duas realizações de diversa importância. Uma, respeitante ao Grupo, visava as Comemorações do seu 20.º Aniversário, a outra, no campo científico, a 4.ª Reunião Internacional da Associação dos Anatomistas de que sempre fora figura grada mas de que, desta vez, assumia a presidência em Lisboa.

Já nos seus 72 anos bem vividos, deu-se contudo de alma e coração às duas tarefas, e teve mesmo intervenção no decurso de qualquer delas.

Foi assim que a morte o surpreendeu, em pleno labor, de mão crispada na caneta a escrever o seu último trabalho.

Que o Grupo Amigos de Lisboa, no centenário do nascimento do Prof. Augusto Celestino da Costa, que ora se completa, se incline com emoção em memória de um sábio que foi seu inesquecível Presidente.

---

NOTA — O texto acima é o da conferência que o Prof. Doutor Cândido de Oliveira proferiu na sede dos «Amigos de Lisboa» em 15-VI-1985.

## PARQUE VENTURA TERRA

No cumprimento da sua missão estatutária de defender como lhe é possível o património da nossa Cidade, os «Amigos de Lisboa» enviaram em 13 de Abril de 1983 ao Ministro de Estado e da Qualidade de Vida a seguinte exposição:

Excelência:

Tudo leva a pensar que a construção dum hotel de luxo com seus anexos no magnífico parque onde Ventura Terra criou a sua, talvez, mais requintada obra — o palacete Henrique de Mendonça, n.ºs 18 a 28 da Rua Marquês da Fronteira — é ideia definitivamente assente, não só para o actual proprietário do imóvel — Companhia de Seguros Império — mas também para algumas das entidades com o poder de decisão sobre os destinos do património deste país e desta cidade-capital.

O projecto parece simples e aliciante: num cenário edénico, criar uma mansão destinada a receber hóspedes ilustres. Fala-se, porém, em 280 quartos, em duas piscinas, em espaços de lazer, em áreas de estacionamento e circulação de carros, como é natural. Diz-se, finalmente, que serão preservadas as espécies vegetais mais raras e notáveis, o que parece tranquilizar as consciências.

O Grupo «Amigos de Lisboa», Instituição Cultural de Utilidade Pública sem poder de decisão, mas com o sentimento da responsabilidade que o seu estatuto lhe impõe, entende dever levantar o seu alerta para a necessidade de repensar o problema, antes que os *amigos do progresso* consumem mais um atentado contra o património cidadão.

Como é hábito, o projecto não teve o debate que se impunha, o que não obsta a que as pessoas dele vão tendo conhecimento, e reajam pelos meios ao seu alcance. Tal sucedeu com um grupo de vizinhos do citado imóvel, que, alarmados por discretos trabalhos prévios de sondagem efectuados no parque, com extracção de abundante caudal de água, solicitaram a intervenção deste Grupo junto dos poderes públicos, através dum documento, cuja cópia se junta, sustentado por uma lista considerável de assinaturas. O Grupo «Amigos de Lisboa», apoia, no essencial, o referido documento.

Qual é, afinal, o problema?

A propriedade a que nos vimos referindo, concebida por Ventura Terra para o colonialista Henrique de Mendonça, por decreto n.º 28/82 de 26 de Fevereiro, foi classificado como imóvel de interesse público sob a designação de Casa de Ventura Terra. «incluindo os elementos decorativos que a integram e o respectivo parque». Este parque, com a área de três hectares, pertenceu à cobertura vegetal, decerto imponente, de que o Parque de Santa Gertrudes e o do palácio dos Condes de Sarzedas (actual Embaixada de Espanha) constituem outras parcelas remanescentes. Além da zona de jardim, desenhada por Ventura Terra, onde existem exemplares arbóreos centenários, possui uma preciosa zona de mata com espécies raras que não deve ser menosprezada. Não nos foi possível obter as dimensões da área a sacrificar; mas, pelo ante-projecto que vimos de relance, podemos afirmar que a zona sacrificada é superior a um terço do total. Se acrescentarmos a isto a devastação que a passagem de transportes e maquinaria pesada vai necessariamente originar; o estabelecimento do estaleiro e a poluição resultante das obras em espécies vegetais nascidas e criadas em ambiente tranquilo e limpo; não temos dúvidas em prever, a curto ou médio prazo, uma degradação irremediável. Ora a Cidade é paupérrima em espaços naturais arborizados. E não são os lucros que os investidores esperam obter o que pode compensar a comunidade da perda duma riqueza, infelizmente tão escassa. Considere-se, também, que a pujante vegetação do Parque Henrique de Mendonça não existe ali por acaso. Entre as condições que lhe são favoráveis, conta-se a existência duma toalha de água subterrânea, imprescindível para a sua manutenção adequada. E essa está ameaçada igualmente — como já se viu durante as sondagens atrás referidas e discretamente efectuadas — pela construção inevitável de andares subterrâneos, entre eles o parque de viaturas.

Não faltam em Lisboa locais onde possam construir-se hotéis. Se se pretende, e bem, rodeá-lo de espaços verdes, arborizados, criem-se,

que bem necessários são; não se destruam os raros que ainda existem. Não se perca também de vista que a Casa de Henrique de Mendonça e o seu parque foram concebidos por Ventura Terra como um todo. Tocar numa das partes é profanar o todo. E é muito fácil encontrar-lhe aplicações mais dignas, numa cidade culturalmente tão carecida.

Sabemos que o Instituto Português do Património Cultural produziu, sobre este assunto, um exaustivo parecer, cujo espírito cremos ser desfavorável aos desígnios dos investidores, mas no qual, talvez por exaustivo, poderão os interessados forçar sugestões contemporizadoras.

Para o Grupo «Amigos de Lisboa» a questão põe-se de maneira mais simples. Sabe-se, com efeito, que a classificação dum imóvel — quer como monumento nacional, quer como de interesse público — não basta para preservá-lo das más intenções que o espreitem; e os atentados mais perigosos são os que se escondem sob as máscaras da protecção e da valorização. Mas que essa classificação baste, ao menos, para defendê-los dos grandes atentados, das grandes mutilações que, irremediavelmente, os deturpem. O que se pretende, aqui, é subverter metade do parque — não temos receio de afirmá-lo — substituído por um hotel, de luxo ou não, grandioso ou mesquinho, não interessa. O imóvel protegido (?) terá sido, pura e simplesmente, desfigurado. Então, é necessário dizer, simples e claramente: não, não podemos concordar.

Admitimos, como é óbvio, que a Companhia de Seguros Império, ao adquirir este imóvel teria em mente um bem estudado projecto de rendibilização. Trata-se, todavia, duma empresa estatizada, o que lhe confere atribuições, íamos a dizer obrigações, a que outras poderão escusar-se. E pensamos que um projecto cultural igualmente bem estudado, será tanto ou mais rendível do que aquele, se não apenas para a Empresa, certamente para toda a comunidade.

Eis, Senhor Ministro, o que nos traz à presença de Vossa Excelência e para o que solicitamos todo o peso da vossa influência.

Pela Junta Directiva  
do Grupo «Amigos de Lisboa»

O PRESIDENTE

*(Prof. Doutor João Cândido de Oliveira)*

O VICE PRESIDENTE

*(Eng. Manuel José Maia Athayde)*

Anexo: 1 documento com 4 folhas

Por sua vez, o referido Governante endereçou, sobre o mesmo assunto, a seguinte carta ao seu Colega da Cultura:

A Sua Excelência  
o Ministro da Cultura

Meu caro amigo:

O assunto desta exposição, dos «Amigos de Lisboa», cuja cópia lhe envio, é demasiado grave para que o seu Ministério não intervenha com urgência.

O Parque Ventura Terra constitui um valor inestimável e por isso foi classificado como imóvel de interesse público juntamente com a moradia.

A situação no Alto do Parque Eduardo VII junto à possível ligação deste espaço verde a Monsanto mais valoriza o conjunto em causa.

Não julgamos possível, após a classificação oficial já concretizada e em face do valor e interesse do conjunto, que se possa destruir, mesmo que parcialmente, ou alterar na sua concepção inicial o traçado do Parque. Há espécies vegetais nele existentes cuja renovação continuada não deverá, por sua vez, possibilitar alterações, quer na concepção do traçado quer na evolução das formas vivas que caracterizam estes monumentos.

Julgo, portanto, um autêntico crime contra a cultura e o nosso património a construção de quaisquer imóveis no referido Parque alterando a sua estrutura, ambiente e dinâmica própria.

Ciente da sua compreensão e possibilidade de intervenção,  
Subscrevo-me com toda a consideração,

Com um abraço do

*Gonçalo Ribeiro Teles*

Por enquanto a situação do Parque Ventura Terra não sofreu alteração, e bem se pode dizer que a acção dos «Amigos de Lisboa» foi decisiva para travar o atentado que contra ele se planeava. Mas... o que virá a acontecer no futuro?

## ESTUDOS DE BIBLIOGRAFIA OLISIPONIANA

### TÍTULO I — RELAÇÃO DE ALGUMAS OBRAS DE PRONTA CONSULTA PARA ESTUDOS OLISIPONENSES

por ANTÓNIO LUÍS TADEU

#### EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Infelizmente não há uma bibliografia olisiponiana que satisfaça os estudiosos de Lisboa a ponto de, rapidamente, lhes poder dar uma indicação, mesmo elementar, onde possa procurar o que interessa.

Por tal razão uma biblioteca olisiponiana, por muito rica que seja, não passa de um armazém maior ou menor de livros, a maior parte das vezes inútil, pois não há memória capaz de reter a localização do material a pesquisar ou estudar.

Pretende-se com este despretençioso trabalho pôr ao dispôr dos estudiosos de Lisboa uma ferramenta que permita abrir a porta ou, pelo menos, indicar o caminho a seguir para conseguir atingir o objectivo desejado. Organizar um ficheiro ideográfico e topográfico que responda prontamente aos curiosos, fornecendo-lhes material desejado ao fim que tenham em vista, será o nosso desejo. Para isso e com vista ao aproveitamento da riquíssima biblioteca do nosso Grupo se vai procurar reduzir a fichas ideográficas tudo o que fôr possível, com a certeza antecipada de que tal desideratum não pode ser trabalho de um só, mas tal convicção não será motivo de desânimo pessoal, mas sim esperança de que seja incentivo para que outros o façam ou, pelo menos, colaborem.

Como, porém, se não pode nem deve esperar que tal ficheiro esteja completo, vai começar-se por alguns elementos que permitam dar elementos de pesquisa que, espera-se, possam ser úteis.

Nesta ordem de ideias vai procurar-se realizar um índice de matéria bibliográfica compreendendo os seguintes assuntos:

- A — Índices ideográficos impressos de obras de interesse capital;
- B — Bibliografias ou listas bibliográficas já impressas;
- C — Obras referentes a vias públicas.



## A — ÍNDICES IMPRESSOS DE OBRAS DE INTERESSE CAPITAL

I — ELEMENTOS PARA A HISTORIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA — *Eduardo Freire de Oliveira*, 17 vols.

São dois volumes: I — A-C; II — D-Z

*N. B.* — Esta obra além de ser uma copiosa colectânea de documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, contém também, sobre vários assuntos, uma muito rica série de notas sobre os assuntos de que tratam os documentos transcritos, elaboradas pelo mesmo autor.

É de aconselhar que qualquer assunto a estudar seja pesquisado nestes 17 volumes pois algo de útil, em elevada percentagem, tem probabilidade de ser encontrado.

## II — LISBOA ANTIGA — *Júlio de Castilho*

Índice organizado por Francisco Santana da obra de Júlio de Castilho, compreendo

I — *Bairros Orientais* — 12 volumes

II — *Bairro Alto* — 5 vols.

III — *Ribeira de Lisboa* — 5 vols.

O índice está organizado por ordem alfabética de assuntos e foi feito sobre as edições da Câmara Municipal de Lisboa.

Assim:

I — *Bairros Orientais* — Contém as notas de Augusto Vieira da Silva e o estudo da Sé de Lisboa de António Couto.

II — *Bairro Alto* — Contém as notas de Gustavo de Matos Sequeira.

III — *Ribeira de Lisboa* — Contém as notas de Luís Pastor de Macedo.

Note-se que as notas que vão mencionadas são complementares e, por vezes, correctivas, o que, em nosso entender, lhes confere uma boa valorização.

### III — OLISIPO — *Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*

O material inesgotável de carácter olisiponiano contido nesta notável revista encontra-se discriminado em dois índices devidamente alfabeados, tanto por autores como por assuntos.

Nos n.<sup>os</sup> 121/122 — Ano XXXI — Jan./Jun. 1968 está compreendido tudo quanto foi estudado nos n.<sup>os</sup> 1 a 120 (1938/1967).

As considerações preliminares, pág. 5, indicam o plano adoptado.

No n.<sup>o</sup> 141 — Ano XLI — Está compreendido todo o material contido nos n.<sup>os</sup> 121/140 (1968-1977), vindo a pág. 129, o plano adoptado.

Note-se que é aconselhável pesquisar nesta revista qualquer assunto a estudar pois muito de bom nela se pode encontrar dentro de qualquer matéria.

### IV — PEREGRINAÇÕES EM LISBOA — *Norberto de Araújo* — Livraria António Maria Pereira — Lisboa

Obra de carácter geral, constitui um apanhado de tudo quanto pode interessar ao estudo de Lisboa, embora de forma bastante sintética.

É um pouco irregular no que diz respeito à amplitude com que os assuntos são tratados, mas mesmo assim, é um óptimo ponto de partida para mais largos voos.

É constituída por três volumes que reúnem os quinze tomos ou fascículos que o compõem.

Cada volume tem um índice que abrange todos os assuntos tratados, e, pode afirmar-se, tais índices são essenciais para a pesquisa do que puder interessar.

Cada fascículo abrange uma área bem definida da cidade que, assim, fica sumariamente descrita e, talvez, nas melhores condições de ser visitada. Os índices que fazem parte integrante da obra, estão organizados alfabeticamente segundo um plano facilmente perceptível, e foram realizados pelo dr. Júlio Martins.

Os quinze fascículos, com a designação de livros, compreendem:

#### VOLUME I

Livro I — Peregrinação retrospectiva — Tomada de Lisboa.

Livro II — Madalena — Pedras Negras — Sé — Loios — Santa Luzia — Menino Deus.

Livro III Castelo e as abas norte — de Santo André pela Costa do Castelo ao Borratém.

Livro IV — De Santa Ana a Arroios pela Bemposta e Anjos.

Livro V — À roda do Bairro Alto.

## VOLUME II

Livro VI — Interior do Bairro Alto, Trindade-Carmo.

Livro VII — De Santos pela Madragoa e Lapa às Janelas Verdes.

Livro VIII — S. Vicente — Graça — Olarias — Monte — Penha — Santa Clara.

Livro IX — Alcântara — Santo Amaro — Junqueira — Belém — Ajuda.

Livro X — Ribeira Velha — Alfama.

## VOLUME III

Livro XI — Rato — S. Bento — Estrela — Santa Isabel — Campo de Ourique — Campolide — Amoreiras.

Livro XII — Baixa — T. Paço — Rossio — S. Domingos — Chiado.

Livro XIII — Chagas — S. Francisco — S. Catarina — S. Paulo — Cais do Sodré — Aterro.

Livro XIV — Restauradores — Avenida — Santa Marta — Andaluz.

Livro XV — Caminho de Ferro — Santa Engrácia — Santa Apolónia.

## V — REVISTA MUNICIPAL

Trata-se de uma publicação de carácter cultural editada pela Câmara Municipal de Lisboa.

Contém especificamente três partes:

a) Originais;

b) Antologias;

c) Parte oficial.

É constituída por duas séries:

A 1.<sup>a</sup> Série compreende os números 1 a 139 — Anos de 1939 a 1973.

A 2.<sup>a</sup> Série tem publicado um só número.

Tem índices parcelares, assim colocados:

N.º	30/ 31	— 1946	— De 1939 a 1946
N.º	32/ 35	— 1948	
N.º	36	— 1947	
N.º	43	— 1949	— Dos n.ºs 36/ 43 (1948/9)
N.º	47	— 1950	— Dos n.ºs 44/ 47 (1950)
N.º	51	— 1951	— Dos n.ºs 48/ 51 (1951)
N.º	55	— 1952	— Dos n.ºs 52/ 55 (1952)
N.º	59	— 1953	— Dos n.ºs 56/ 59 (1953)
N.º	63	— 1954	— Dos n.ºs 60/ 63 (1954)
N.º	67	— 1955	— Dos n.ºs 64/ 67 (1955)
N.º	71	— 1956	— Dos n.ºs 68/ 71 (1956)
N.º	75	— 1957	— Dos n.ºs 72/ 75 (1957)
N.º	79	— 1958	— Dos n.ºs 76/ 79 (1958)
N.º	83	— 1959	— Dos n.ºs 80/ 83 (1959)
N.º	87	— 1960	— Dos n.ºs 84/ 87 (1960)
N.º	91	— 1961	— Dos n.ºs 88/ 91 (1961)
N.º	95	— 1962	— Dos n.ºs 92/ 95 (1962)
N.º	99	— 1963	— Dos n.ºs 96/ 99 (1963)
N.º	103	— 1964	— Dos n.ºs 100/103 (1964)
N.º	106/107	— 1965	— Dos n.ºs 104/107 (1965)
N.º	110/111	— 1966	— Dos n.ºs 108/111 (1966)
N.º	114/115	— 1967	— Dos n.ºs 112/115 (1967)
N.º	118/119	— 1968	— Dos n.ºs 116/119 (1968)
N.º	122/123	— 1969	— Dos n.ºs 120/123 (1969)
N.º	126/127	— 1970	— Dos n.ºs 124/127 (1970)
N.º	130/131	— 1971	— Dos n.ºs 128/131 (1971)
N.º	134/135	— 1972	— Dos n.ºs 132/135 (1972)
N.º	138/139	— 1973	— Dos n.ºs 136/139 (1973)

Os índices estão organizados por ordem alfabética de autores, assuntos, compreendendo ainda uma parte reservada a gravuras.

## VI — BIBLIOGRAFIA SOBRE PORTUGAL

Organizada por *Raúl Proença* in «Guia de Portugal» — Vol. I — pág. 1.

É uma bibliografia que, embora desactualizada — o guia é de 1924 — contém elementos preciosíssimos.

Não sendo objectivamente lisiponense esta bibliografia não pode deixar de conter elementos valiosíssimos, sobretudo quando se pretender enquadrar o estudo de Lisboa no ambiente geral do país de que é capital. É este o motivo porque vai aqui mencionada.

### B — BIBLIOGRAFIAS OU LISTAS BIBLIOGRÁFICAS JÁ IMPRESSAS

I — SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA GERAL DE LISBOA — Por *Costa Garcez* In «Revista Municipal»

Está incompleta; não obstante deve ser considerada a melhor e mais completa que foi publicada até hoje.

Indica-se, a seguir, a forma como está distribuída a publicação:

N.º 100 — Ano XXV — 1964 — pág. 69 — De A. D. S. R. a Pedro Wenceslau de Brito Aranha e Tito Augusto de Carvalho.

N.º 101/102 — Ano XXV — 1964 — pág. 101 — De Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo a António Carvalho da Costa.

N.º 103 — Ano XXV — 1964 — pág. 35 — De Rui Casanova a Álvaro de Lacerda.

N. B. — No final uma rectificação referente à obra do Prof. Dr. Marcelo Caetano.

N.º 104/105 — Ano XXVI — 1965 — pág. 107 — De António Augusto Correia de Lacerda a Maria Madalena Trigueiros de Martel Patrício.

N.º 106/107 — Ano XXVI — 1965 — pág. 99 — De José Costa Garcez Pavão a Melchior Rieox.

II — COMO DEVO FORMAR A MINHA BIBLIOTECA — Por *Albino Forjaz de Sampaio*

A Bibliografia apresentada a págs. 253 e seguintes é um ensaio orientado no sentido de chamar a atenção para o que o autor considera como essencial no campo olisiponiano. Não sendo um trabalho exaustivo tem, a meu ver, a virtude de ser apresentada por capítulos. Há, assim, uma certa arrumação que facilita a pesquisa, podendo considerar-se como um ponto de partida.

III — LISBOA DE LÉS-A-LÉS de *Luís Pastor de Macedo*

No volume V, no final, vem uma lista bibliográfica que, talvez, seja a mais completa até hoje publicada.

Está feita por ordem alfabética dos títulos das obras, com os conhecidos inconvenientes e também algumas vantagens que tal método apresenta.

N. B. — Ver também «Vias públicas».

IV — BIBLIOGRAFIA ICONOGRÁFICA OLISIPONIANA, organizada por *José dos Santos*, Lisboa, 1936.

Trata-se de uma separata do catálogo da importante e valiosa colecção que pertenceu ao sábio radiologista e ilustre olisipofilo dr. Carlos Leopoldo dos Santos.

N. B. — Muito se tem escrito sobre iconografia olisiponiana. São de considerar os trabalhos de Perry Vidal, Vieira da Silva e, ultimamente, não pode esquecer-se o arquitecto Jorge Segurado no seu trabalho sobre a Igreja da Conceição Velha.

Não pode deixar de consultar-se não só o «Olisipo» como também a «Revista Municipal».

V — BIBLIOGRAFIA QUE INTERESSA AO ESTUDO DO HOSPITAL REAL DE TODOS OS SANTOS.

Consultar a «Revista Municipal» no final dos artigos

Relatório das escavações a que mandou proceder a C.M.L. de 22 de Agosto a 24 de Setembro de 1980 por

*Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita.*

(N.<sup>os</sup> 110/111 — 1966 — pág. 41).

## C — OBRAS REFERENTES A VIAS PÚBLICAS

I — LISBOA DE LÉS A LÉS. De *Luís Pastor de Macedo*.

Já foi anteriormente tratado.

Compreende cinco volumes com matéria descrita alfabeticamente da seguinte forma:

Vol. I — De Rua do Abarracamento de Peniche a Rua Azedo Gneco.

Vol. II — De Rua dos Bacalhoeiros a Pátio do Cascais.

Vol. III — De Calçada do Cascão a Travessa da Luz.

Vol. IV — De Beco do Machadinho a Rua de São Julião.

Vol. V — De Beco de S. Marçal a Travessa do Zagalo.

N.B. Todos estes volumes contêm índices dos arruamentos de que fala e não estão incluídos na ordem alfabética.

Contém, ainda, uma parte de aditamentos e correcções que é conveniente consultar no volume V, de pág. 73 a 106.

O volume V, contém a lista bibliográfica a que já se fez referência.

Note-se, igualmente, o bem elaborado índice de todos os assuntos acordados nesta obra, que corre de pág. 145 a 334 do volume V.

De pág. 145 a 147 vem o plano do índice a que se faz referência no parágrafo anterior.

Em todos os volumes, há índices das gravuras utilizadas.

## II — RUAS DE LISBOA

NOTAS PARA A HISTÓRIA DAS VIAS PÚBLICAS LISBONENSES — *Por J. J. Gomes de Brito*.

Obra póstuma revista e prefaciada por António Baião — 1935.

Volume I — A a L

Volume II — M a S

Volume III — T a Z.

*Nota* — A introdução assinada pelo dr. António Baião dá conta das condições precárias em que a obra teve de ser revista e enviada para a tipografia, o que explica determinadas deficiências que não podem deixar de ser notadas.

Nesta obra se dá conta de alguns trabalhos e estudos de G. de Brito, já publicados noutros locais e, agora, de novo, se dão à estampa refundidos.

Assim aparecem:

- a) Os itinerários de Lisboa — No volume III, pág. 157;
- b) Subsídios para a história das paróquias de Lisboa, volume III, pág. 53;
- c) Os Remolares, volume II, pág. 143;
- d) A cidade de Lisboa em 1565, inserido na própria introdução. Note-se que se trata de um estudo do Livro do Lançamento, etc., já publicado em quatro volumes, pela C.M.L.;
- e) Cartas de Filipe Sasseti, Viajante Florentino;
- f) Estatística de Lisboa de 1552, de que existe uma edição integral, de 1923 ou 1924;
- g) Reedificação das paróquias de Lisboa, volume III, pág. 157.

No volume III, de pág. 43 a 49, corre um aditamento que interessa, sobretudo, à rubrica Matadouro.

Ainda nos três volumes, no final, há índices alfabéticos das vias públicas faladas no texto mas fora da arrumação adoptada.

### III — ROTEIRO DA BAIXA ANTES DE 1755 — Por *João Paulo Freire*, 1933

O autor intitula este trabalho como, Apontamento para o terceiro volume da «Lisboa do Meu Tempo e do Passado — Do Rocio ao Terreiro do Paço».

É um roteiro da Baixa citadina anterior ao Terramoto, com boas indicações topográficas e toponímicas.

Outras obras há que completam, e bem, o assunto, não devendo esquecer-se a obra de Vieira da Silva, de Pastor de Macedo, de Castilho, etc., etc.



Como o nome diz, é um roteiro restrito — Freguesia dos Anjos.

Traz como complemento a impressão comentada de um manuscrito sobre a Igreja dos Anjos. Tem interesse.

## TÍTULO II — OS CLÁSSICOS OLISIPONENSES

O facto de aparecer um sócio do Grupo Amigos de Lisboa a dizer algumas palavras na Sociedade da Língua Portuguesa não pode deixar de, à primeira vista, ter o seu quê de insólito, obrigando, por isso mesmo, a uma explicação prévia que o justifique.

Basta notar que os dois Agrupamentos têm um denominador comum — como agora soe dizer-se — que é o de estudar e expandir a cultura portuguesa, muito embora com orientações perfeitamente diversificadas: uma estuda e difunde tudo quanto diz respeito ao mais rico factor do património de um povo: a sua língua; o outro ficando-se num campo muito mais restrito, dedica-se ao estudo da história e vida de uma localidade que, por ser a capital de uma Nação, reúne em si própria extraordinários elementos que ao longo dos séculos teve as melhores condições para realizar e guardar os elementos que produziram e fizeram progredir essa cultura, dando-a a conhecer aos seus naturais e divulgando-a no exterior. Há pois uma identificação de objectivos de carácter geral, trabalhando, no entanto, em campos diferenciados, mas, note-se bem, igualmente importante e de grande utilidade.

Dar a conhecer os campos em que cada um trabalha é uma necessidade que não pode deixar de contribuir para a divulgação dos elementos de enriquecimento do Património Cultural da Nação e é esse o principal motivo que aqui nos traz. Um outro motivo, que me parece pertinente, é o de chamar a atenção para um certo número de obras de carácter vincadamente histórico e, através deles, o estudar-se a forma peculiar da escrita utilizada pelos historiadores. Não me parece de somenos importância este ponto que talvez seja o que me levou ousar trazer até vós, cultores do estudo da língua, estas palavras.

Não se estranhe o utilizar-se, de uma maneira geral, um certo tom encomiástico: não se esqueça que foi escolhido o que se considera «melhor».

Outro motivo que exige explicação está na pessoa que aparece a pretender o objectivo indicado. Para fazer uma conferência, palestra ou simples comunicação é necessário reunir um certo número de qualidades entre as quais são de realçar a cultura específica, o dom da escrita e o da palavra, e também um sólido conhecimento da língua tudo isto amalgamado por atrevimento e descaramento não isentos de certa coragem. Ora sendo o autor do presente feito um auto-conhecedor de não possuir algumas qualidades restam-lhe as últimas servidas, isso sim, por uma enorme dose de boa vontade e desejo de bem servir. É nestas condições que aqui me tendes!

Desde já peço que seja neste aspecto que vejam e julguem e ponham de parte tudo quanto possa levar a vaiar ou louvar o atrevido que ousa pôr-se à vossa frente a perorar.

Isto posto resta-me esperar a absolvição prévia para o facto peccaminoso de aqui me apresentar, mas creiam que o não faço por orgulho ou vaidade mas sim com verdadeiro espírito de serviço.

O estudo que se vai apresentar não é de qualquer forma exaustivo mas pretende, unicamente, dirigir-se àqueles que tenham capacidade e desejo de o completar, apontando-lhes o essencial conhecido, o que, necessariamente, lhes vai poupar tempo e trabalho.

Postas estas considerações preliminares vamos ao nosso assunto.

«Foi o interesse e o valor dos apontamentos coligidos no SUMÁRIO, preciosos e indispensáveis para o conhecimento da vida da nossa cidade na época do seu maior esplendor e do seu melhor conceito nas sociedades europeias, que levou o sr. Dr. Valentino de Sá a publicar uma 3.<sup>a</sup> edição da obra já hoje tão rara e custosa».

Com estas palavras termina Mestre A. Vieira da Silva o prefácio da 3.<sup>a</sup> Edição do *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, executada por Edições Biblion em 1938.

Porque não generalizar estas palavras a um certo número de obras com interesse, do mesmo género ou semelhante?

Pretendo neste momento chamar a atenção para um certo número, com certeza, embora de interesse desigual, mas que elas próprias já bem definiram, ao mesmo tempo que se procura incentivar quem queira

continuar a explorá-las no sentido de, servindo-se delas, produzirem trabalhos úteis e valiosos para quem queira continuar a estudar Lisboa.

A falta de uma melhor designação chamo Clássicos Olisiponenses aquelas obras que se consideram como basilares ou capitais para o estudo de Lisboa. Não se utilizará o argumento idade ou seu valor intrínseco quer como história quer como valor literário. Utilizar-se-á, sim, um critério amplo do emprego e uso que têm tido e, certamente, continuarão a ter, muito embora devam ser passadas por um crivo que separe o muito de bom que lá está do muito de joio que contém.

Embora algumas tenham sido publicadas posteriormente, procurei relacioná-las cronologicamente pelas datas de produção.

Sei que é um trabalho difícil, que será imperfeito, pois há uma falha enorme na Bibliografia Olisiponiana. Não pode contudo deixar de se citar a lista contida no quinto volume de «Lisboa de Lés a Lés», de Pastor de Macedo, a publicada por Albino Forjaz de Sampaio, no «Como devo formar a minha Biblioteca», a de Costa Garcez, na Revista Municipal, infelizmente incompleta, etc., etc.

Pretendo fazer uma resenha do que conheço e apontar, muito superficialmente, aquilo que de útil encontrei. Note-se desde já que não falarei nos Cronistas onde muito de bom se encontra, incluindo as crónicas chamadas monásticas. Estas, por si, dariam um estudo curiosíssimo.

Ficará para Capítulo Especial o que há publicado sobre documentação.

Assim, este trabalho, a concluir-se, compreenderá os seguintes capítulos:

- I — Obras com certa forma literária.
- II — Obras documentais.
- III — Material existente em Crónicas de qualquer espécie.
- IV — Inédito de que haja conhecimento.

Como se vê é um projecto algo ambicioso, mas, de momento, ficaremos pelos Capítulos I e II. Note-se que, especialmente para o material do Capítulo IV, a pesquisa e a investigação críticas terão de ser especialmente cuidadas e com paciências e saber.

Necessariamente que o meu trabalho não pode ser completo e eu tenho a consciência do facto.

## CAPÍTULO I

### *Obras com carácter literário*

Deve começar-se pela obra de Jerónimo Umster que se encontra publicada no OLISIPO n.º 1, 1.º vol., a pág. 21.

É uma descrição sintética de Lisboa que pode funcionar como um moderno instantâneo fotográfico. É um aperitivo para o que vai seguir-se.

Seguidamente começam a aparecer obras que, objectivamente, procuram estudar a cidade quer no seu aspecto descritivo, estatístico mas, note-se, sempre encomiasticamente estando algumas vezes ausente o espírito crítico que levaria à verdade que tanto interessa.

Vejamos o que entendo dever citar-se:

- 1 — TRATADO DA MAGESTADE, GRANDEZA E ABASTANÇA NA CIDADE DE LISBOA, NA 2.<sup>a</sup> METADE DO SÉCULO XVI.

Também conhecido pela Estatística de Lisboa de 1552 e foi atribuída a João Brandão, de Buarcos, por Gomes de Brito. Foi este benemérito olisipógrafo que publicou este manuscrito da B. N. Lisb. no Arquivo Histórico Português, de que há separata publicada em 1923.

É livro capital para o estudo da Lisboa do Século XVI com belos dados estatísticos e não piores elementos toponímicos. É difícilimo de encontrar e não será ousadia preconizar uma reedição.

Segue-se:

- 2 — SUMÁRIO EM QUE BREVEMENTE SE CONTEM ALGUMAS COUSAS ASSIM ECLESIÁSTICAS COMO SECULARES QUE HÁ NA CIDADE DE LISBOA, por *Cristóvão Rodrigues de Oliveira*.

Tem três edições:

- 1.<sup>a</sup> — Que Mestre Vieira da Silva fixa em 1554/1555.

2.<sup>a</sup> — de 1755. Que apresenta a curiosidade de conter

- a) Suplemento relativo ao estado de Lisboa em 1755; vai de pág. 135 a 150 que, segundo Inocêncio, se pode atribuir a D. José Barbosa;
- b) Uma carta de D. Tomaz Caetano de Bem estudando uns monumentos romanos descobertos no sítio das Pedras Negras, de pág. 153 a 176;
- c) Uma carta aos Sócios do Jornal estrangeiro de Paris, em que se dá notícia breve dos literatos mais famosos existentes em Lisboa, pelo Sr. Miguel Pedagoche. Vai de pág. 177 a 199 e, por alguns, é atribuída a D. Tomaz Caetano de Bem.

3.<sup>a</sup> — edição de 1938.

Publicada por Mestre Vieira da Silva sem os apêndices referidos na 2.<sup>a</sup> Ed. A Edição foi de 600 exemplares e julgo que também já não é fácil de conseguir. Contando com a incontestável raridade das duas primeiras edições, parece que se justificava uma nova Edição mas contendo os apêndices da segunda edição

### 3 — LISBOA DE QUINHENTOS — *Damião de Gois*

Impressa, inicialmente, em latim, com o título *Urbis Olisiponis Descriptio*, em 1554, em Évora, é reimpressa por duas vezes, primeira em Colónia em 1602 e depois em 1791, em Coimbra. Só recentemente, 1937, é publicada uma edição bilingue — português e latim — pelo Padre Dr. Raúl Machado que, por sinal, parece ter sido causa de vária polémica e bastantes dissabores...

Tudo indica que esta obra tinha sido escrita com o intuito de dar a conhecer Lisboa ao Mundo culto, pois deve ter-se em conta o seu autor e a língua em que foi escrita. Sem grandes pormenores, bem deve ter cumprido a sua missão como atestam as reedições. É obra típica e, como tal, capital.

### 4 — LIVRO DO LANÇAMENTO E SERVIÇO QUE A CIDADE DE LISBOA FEZ A EL-REI NOSSO SENHOR, NO ANO DE 1565

Sem forma literária não pode, contudo, deixar de se mencionar, não só porque já está impresso na íntegra, pelo C.M.L., como pelo valor

real que tem. Foi publicado em quatro volumes, em 1947, sob a responsabilidade do Dr. Durval Pires de Lima. Tem sido largamente utilizado e, felizmente, está ao alcance de quem dele necessitar.

5 — DA FÁBRICA QUE FALECE HA CIDADE DE LISBOA — Por *Francisco de Holanda, 1571*

Dado à estampa pela primeira vez, no Porto, em 1879, pelo Dr. Joaquim de Vasconcelos e pela segunda vez, em 1929, em Madrid, por Alberto Cortez.

Há uma terceira edição, fac-similada, de 1970, pelo Arq. Jorge Segurado que lhe apensou um valioso estudo sobre o autor e a obra.

Obra de um humanista e idealista vale bem mais pelas «possibilidades» que antevê, do que propriamente pelo que era a cidade. É, pois, um estudo de matéria a realizar e não um descritivo do que havia. Documento de uma época muito especial, ele define bem o que se chama «cultura portuguesa». Mesmo com a restrição apontada é obra capital.

6 — LIVRO DOS REGIMENTOS DOS OFICIAIS MECANICOS DA MUI NOBRE E SEMPRE LEAL CIDADE DE LISBOA.

Compilado por Duarte Nunes do Leão, é um manuscrito de 1572, na C.M.L., publicado e prefaciado pelo Dr. Virgílio Correia, em 1926. O título diz tudo. O seu interesse é extraordinário para quem queira estudar tudo o que se relacione com «Trabalho» e «Trabalhadores». Não transcreve na íntegra todos os Regimentos omitindo o que há de geral em todos eles, para evitar repetição. Deve ler-se com muito cuidado e atenção merecida o prefácio, tendo em conta a nota de pág. XVI, sobre o regimento dos barbeiros de 1511. De resto este Regimento vem transcrito na íntegra em «PÁGINAS OLISIPONENSES», do Dr. José Leite de Vasconcelos — edição da C.M.L., 1959, a pág. 287.

7 — PRIMEIRA EMBAIXADA DO JAPÃO À EUROPA EM 1584 — Por *Duarte de Sande.*

Esta relação foi extraída e traduzida por António José de Figueiredo para o *Archivo Pitoresco*, Vol. VI, pág. 78.

8 — IMPRESSÃO DA VIAGEM A PORTUGAL DE JOÃO BAPTISTA VENTURINO DO SÉQUITO DO CARDEAL ALEXANDRINO — 1571

Publicado por Alexandre Herculano no «Panorama» e reeditado no tomo VI dos seus «Opúsculos». É a visão de um estrangeiro o que lhe confere um certo interesse.

9 — VIAGEM A PORTUGAL DOS CAVALEIROS TRON E LIPPOMANI em 1850

Também publicado por Alexandre Herculano no «Panorama» e igualmente reeditado nos «Opúsculos» dela se podendo dizer o mesmo que da anterior.

(«Panorama» — Vol. 2.º, 2.ª Série, págs. 82 e 98).

10 — ASPECTO DE LISBOA AO AJUNCTAR-SE E PARTIR A ARMADA PARA A JORNADA DE ALCÁCER-QUIBIR

Como as duas anteriores foi publicada por Herculano no mesmo volume dos «Opúsculos».

Sobre o valor destas três obras, n.ºs 8, 9, 10, é de ter em atenção o que vem a pág. 113 referido volume dos «Opúsculos» de Herculano.

Com interesse para o estudo do Século XVI, há ainda a considerar as obras mencionadas por Vieira da Silva no Sumário-prefácio — mas são obras de estrangeiros. Tal tira-as do nosso desígnio, mas cá fica anotado onde podem ser detectadas.

Entremos agora no Século XVII. Não é um século extraordinariamente rico em matéria olisipográfica. Apesar disso ainda se encontram algumas obras de muito interesse. Têm elas o senão de virem eivadas do mal do século em que foram concebidas. Não é de estranhar que sejam prolixas, de uma maneira geral gongorizantes e por vezes algo fantasiosas. Cuide-se de as expugnar destes defeitos e ver-se-á o que fica de muito aproveitável.

1 — DO SÍTIO DE LISBOA — De *Luis Mendes de Vasconcelos*, Lisboa, 1908.

Tem mais duas edições, uma de 1786 e outra de 1803.



É obra curiosa, dando-nos a impressão de louvar, louvar e louvar... Claro que é escrita em estilo bombástico e encomiástico, e tem características de pretender opinar filosoficamente.

2 — LIVRO DAS GRANDEZAS DE LISBOA — Lisboa, 1620 — Fr. Nicolau de Oliveira.

Talvez seja o melhor de todo o Século XVII. Fornece bons elementos sobre a arquitectura e toponímia da cidade. Julgo ser o livro a aconselhar para reimpressão tão rápida quanto possível.

3 — VIAGEM DA CATÓLICA REAL MAGESTADE DE EL-REY D. FILIPE III NOSSO SENHOR AO REYNO DE PORTUGAL E RELAÇÃO DO SOLENE RECEBIMENTO QUE NELE SE LHE FEZ — Madrid, 1622 — João Baptista Lavanha.

Confesso que nunca vi este livro. Mas das citações infiro tratar-se de uma obra com interesse, sobretudo para o estudo da sociedade do seu tempo.

4 — RELAÇÃO EM QUE SE TRATA E FAZ UMA BREVE DESCRIÇÃO DOS ARREDORES MAIS CHEGADOS À CIDADE DE LISBOA E SEUS ARRABALDES, etc., etc., — 1625.

Parece ser um resumo versificado do «Livro das Grandezas de Lisboa». Algo confuso, não deixa, no entanto, de ter algum interesse:

Conhece-se um exemplar único na B.N.L.. Há, porém, pelo menos, duas edições mais:

- a) Separata do Boletim das Bibliotecas e Arquivos Municipais;
- b) Edição fac-similada da C.M.L.

5 — HISTÓRIA ECLESIASTICA DA IGREJA DE LISBOA — VIDA E ACÇÃO DOS SEUS PRELADOS E VARÕES EMINENTES EM SANTIDADE QUE NELA FLORECERAM 1642 — *D. Rodrigo da Cunha*.

Do título se infere que é obra específica o que lhe não rouba interesse geral, estando espalhado por toda ela do bom e melhor material utilizável.

Para assuntos ligados à Diocese é livro capital e indispensável o que, de resto, é palpável pelas inúmeras citações que lhe são feitas.

Para quando uma reimpressão?

- 6 — PRIMEIRA PARTE DA FUNDAÇÃO, ANTIGUIDADES E GRANDEZAS DA MUI INSIGNE CIDADE DE LISBOA, ETC. — Lisboa 1652 — *Cap. Luís Marinho de Azevedo.*

Há mais duas edições, compreendendo uma 2.<sup>a</sup> parte, qualquer delas de 1752. Obra curiosíssima, até pela forma como apresenta certas lendas e mitos e ainda, segundo parece, por ser o primeiro que aproveita a carta de Dodechino sobre a tomada de Lisboa aos mouros. É obra, que julgo merecer uma nova edição, sobretudo depois de muito bem estudadas as 2.<sup>as</sup> edições.

- 7 — PRIMEIRA PARTE DAS ANTIGUIDADES DA MUY NOBRE CIDADE DE LISBOA EMPÓRIO DO MUNDO E PRINCEZA DO MAR OCEANO — Coimbra — 1924 por *António Coelho Gasco.*

Escrito antes de 1666, data da morte do autor, é livro que se lê com mais agrado que utilidade. Apesar disso, talvez valha a pena estudá-lo com algum cuidado e certa profundidade. Escrito em estilo bombástico, bastante laudatório e também gongorizante não deixa, porém, de ter muito de útil que, depois de bem joeirado, muito de aproveitável nos trará.

Foi publicado, em Coimbra, sobre um manuscrito existente na Biblioteca da Universidade, no Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade (1910/11, salvo erro)) e dele há separata de 1924.

Não podem deixar de ser consideradas as duas seguintes obras:

- 8 — ULYSSEA OU LISBOA EDIFICADA — POEMA HEROICO — por *Gabriel Pereira de Castro*, 1.<sup>a</sup> edição — 1636.

Há uma outra edição de 1642 ou 1643, parece que feita na Holanda.

Se fôr apreciada esta obra pelo que afirma Barbosa Machado, talvez fossemos levados a concluir que ela teria eclipsado os «Lusíadas». No entanto eu menciono-a somente para dizer, que Lisboa também me-

receu a honra de ser cantada em poema heróico. Julgo ser esta a sua única virtude. A apreciação literária da obra ficará para os historiadores da literatura.

9 — ULYSSIPO. POEMA HERÓICO, por António de Sousa de Macedo  
— 1640.

A apreciação a fazer a esta obra está na mesma linha da anterior. Considero esta obra mais interessante para o estudo da literatura, em si própria, do que para a olisipografia.

10 — COMÉDIA OLISIPO, por Jorge Ferreira de Vasconcelos — 1618.

É teatro e com muito mais interesse neste campo do que na olisipografia. Dela foi adaptada uma peça teatral por Matos Sequeira representada em Lisboa, em 1947.

Sobre estas três últimas obras, deve no entanto dizer-se que não deixam de ter o seu interesse, mais literário do que histórico, o que faz delas uma leitura com o seu quê de agrado.

Talvez seja a altura de chamar a atenção para que há muito teatro que interessa à cidade de Lisboa. Basta lembrar o Auto das Regateiras, o Teatro de António Álvares e muito que esteve pendurado nos cordeis dos cegos de Lisboa. Mas isso está, e continuará a estar, à espera de alguém que o trate em particular. Creiam que valerá a pena...

Abandonemos o Século XVII e entremos no século XVIII. Objectivamente, para a história de Lisboa não é este o século mais rico. Salvo o que há sobre o Terramoto de 1755 e sobre o Aqueduto das Águas Livres e que facilmente se encontra nos Catálogos editados pela Câmara Municipal de Lisboa referentes às Exposições bibliográficas específicas realizadas, pouco é o que resta.

Posta esta restrição passemos a enumerar o que conhecemos:

1 — HISTÓRIA DOS MOSTEIROS CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA NA QUAL SE DÁ NOTÍCIA DA FUNDAÇÃO E FUNDADORES DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, IGREJAS, CAPELAS E IRMANDADES DESTA CIDADE.

Publicado, em Lisboa, pela Câmara Municipal de Lisboa, o Tomo I em 1950 e o Tomo II em 1972.

Com uma advertência que procura identificar o autor, estabelece a data de 1704 como a do início da redacção da obra.

É obra de um extraordinário interesse para o estudo da Lisboa de antes de 1755, que permite comparar essa Lisboa com a renascida depois de Terramoto.

Estuda o manuscrito e faz uma elaborada cronologia; e uma série de notas, no final do Tomo I, tornam esta edição de uma utilidade incontestável. Bons índices de assuntos, cargos, pessoas e toponímicos muito a valorizam. Pena é que o Tomo II não tenha notas feitas nas condições das do Tomo I. Foi preparado, anotado e editado pelo Dr. Durval Pires de Lima.

Não pode deixar de se lamentar que o Tomo I esteja completamente esgotado.

2 — COROGRAFIA PORTUGUESA E DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DO FAMOSO REINO DE PORTUGAL, etc., etc. — Lisboa — 1706/1712, *pelo Padre António Carvalho da Costa.*

Há uma 2.<sup>a</sup> edição, de Braga, 1868/69, que julgo tão rara como a 1.<sup>a</sup>.

Praticamente o 3.<sup>o</sup> volume trata só de Lisboa. É das obras que mais se cita, o que bem mostra a conta em que é tida.

Talvez porque tenha sido redigida sobre respostas a um questionário previamente preparado, a «variedade» de indivíduos que formam os elementos dá-lhe um certo cunho de irregularidade e realidade de valor que não se pode deixar de ter em conta. Apesar de tudo é obra capital.

Não poderia haver uma reedição atendendo ao alto valor que é atribuído aos exemplares que, uma vez por outra, aparecem no mercado?

3 — AQUILÉGIO MEDICINAL EM QUE SE DÁ NOTÍCIA DAS ÁGUAS DE CALDAS, DE FONTES, RIOS, POÇOS, LAGOAS E CISTERNAS DO REYNO DE PORTUGAL E DOS ALGARVES, etc. — Lisboa — 1725, *por Francisco da Fonseca Henriques.*

Embora de interesse limitado é capital para o estudo das águas em Lisboa. Não esquecer que a água, ou melhor a sua falta, foi sempre um dos grandes flagelos da cidade.

4 — MAPA DE PORTUGAL ANTIGO E MODERNO, por *João Baupista de Castro*, 1.<sup>a</sup> ed., 1745-1758; 2.<sup>a</sup> ed., 1762-1763; 3.<sup>a</sup> ed., 1870.

Em cinco volumes com notas de Manuel Bernardes Branco, que enriquecem extraordinariamente a obra. Valeria a pena a realização de uma 4.<sup>a</sup> edição? Parece que há quem esteja de posse do exemplar que foi do uso do grande Júlio de Castilho que o enriqueceu, de seu punho, com notas marginais de um valor incalculável enquanto não estiverem ao alcance de todos nós. Que lhe parece sr. Eng.º Páscoa?

5 — DEMONSTRAÇÃO HISTÓRICA DA PRIMEIRA E REAL PAROCHIA DE LISBOA DE QUE É SINGULRA PATRONA E TITULAR N. S. DOS MÁRTIRES — Lisboa, 1750, por *Fr. Apolinário da Conceição*.

Parece que há uma 2.<sup>a</sup> edição, de 1804, que não vi. Julgo ser obra a reimprimir pois fornece elementos básicos para a história da cidade após 1147, de um valor extraordinário.

6. HISTÓRIA UNIVERSAL DOS TERRAMOTOS — Lisboa, 1758, por *Joaquim José Moreira de Mendonça*.

Embora cheia de teorias que hoje nos fazem rir, é obra que traz aos nossos olhos uma boa descrição do Terramoto de 1755, o que lhe confere um certo carácter particular, mas sobretudo contém uma lista de sismos onde estão incluídos os que assolaram Lisboa. Para mim é esta lista que confere à obra um carácter relevante e interesse inegável.

7 — MEMORIAS DAS PRINCIPAIS PROVIDENCIAS QUE SE DERAM NO TERRAMOTO QUE PADECEU A CORTE DE LISBOA NO ANO DE 1755 — Lisboa, 1758.

Quem foi o autor desta obra? Amador Patrício, de Lisboa — P.<sup>o</sup> Francisco José Freire ou o próprio Marquês de Pombal, confesso que não me preocupo muito. Porque a incluo nesta resenha que nada pretende particularizar? Unicamente porque vejo nela material que basta ao estudo da forma de legislar e de pôr em execução a lei numa época difícil, motivo suficiente para bem ajudar, e com segurança, o estudo da evolução da cidade que nessa altura foi mártir.

8 — PLANO DA DIVISÃO E TRASLADAÇÃO DAS PARÓCHIAS DE LISBOA, ETC.,  
CONFIRMADO POR SUA Magestade em 19 de Abril de 1780.

Contém material altamente curioso, interessante e útil para o estudo das matérias, eclesiásticas, administrativas, expansão da cidade e com bons apontamentos para o estudo da Toponímia.

E sobre o Século XVIII nada mais vejo de interesse geral.

Entremos nos Séculos XIX e XX.

Noto uma bem ligada sequência entre a obra realizada a partir do começo do Século XIX à actualidade, razão porque acho preferível abandonar a ordem cronológica e apreciar o conjunto.

Nunca é demais encarecer o impulso dado à olisipografia por Júlio de Castilho, mas nada há a dizer que não esteja dito, redito e unanimemente aceite.

Não pode esquecer-se, ainda, Vilhena Barbosa e o seu *Archivo Pitoresco* que, por si só, merece um estudo especial. No campo das publicações periódicas não podemos esquecer o nosso *Olisipo*, a *Revista Municipal*, a *Feira da Ladra*, a *Arqueologia e História*, *Os Serões*, etc., etc. Nelas está contido um manancial inesgotável que só a paciência de um beneditino poderá pôr em condições de ser aproveitado. Talvez um dia apareça alguém com tempo, idade, saúde e paciência para o fazer.

Assim, limitar-me-ei a chamar a atenção para a obra dos maiores, passando a relacioná-la pelos nomes dos seus autores o que, julgo, não quebrará a unidade desejável.

Júlio de Castilho, Vieira da Silva, Matos Sequeira, Pastor de Macedo, Ferreira de Andrade, Gomes de Brito, Norberto de Araújo, Tinop, etc., etc., etc., constituem um notabilíssimo grupo de autores, com uma obra, a todos os títulos notável que, vendo bem, se completam uns aos outros, e praticamente abordaram tudo quanto interessa à nossa cidade.

Note-se que não vamos citar trabalhos monográficos, não porque lhes negue valor, somente porque pela sua índole própria adquirem carácter exaustivo e tal não foi o fim que se pretendeu atingir.

Este critério, que sei não ser o ideal, vai sacrificar autores como Eduardo Neves, Sampaio Ribeiro, Luís Moita, Dias Sanches, Dias Costa, Jorge Segurado e tantos outros. Eles que nos perdoem mas não se esqueça que a sua obra constitui uma seara que a seu tempo será explorada.

Isto posto, vamos relacionar aquilo que me parece estar nas condições pré-estabelecidas.

1 — *José Sérgio Veloso de Andrade* — MEMÓRIA SOBRE CHAFARIZES, BICAS, FONTES E POÇOS PÚBLICOS DE LISBOA E BELÉM E MUITOS LUGARES DO TERMO — Lisboa, 1851.

O título diz tudo; sobretudo nas notas, que vão de pág. 83 até final, há um conjunto de notícias, resultado de investigação pessoal, do maior interesse para o estudo do abastecimento de água à capital. Considera-se livro capital e, como é hábito, nada fácil de obter.

2 — *Manuel Ferreira de Andrade*

Além da obra publicada em *Olisipo* e *Revista Municipal*, que consta dos respectivos índices, há a considerar:

- a) A freguesia de S. Cristóvão — 2 vols. — 1943/44;
- b) Do Convento de N. S. de Jesus — 1946;
- c) A freguesia de S. Tiago — 2 vols. — 1948/49;
- d) Palácios Reais de Lisboa — 1949;
- e) A freguesia de Sta. Cruz da Alcáçova de Lisboa — 1954

além de outras de menos interesse. Embora com carácter monográfico, qualquer destas obras discute problemas de carácter geral o que me obriga a incluí-las nesta resenha.

O Prefácio, de Matos Sequeira, da última obra indicada, diz bem do valor deste autor como olisipógrafo.

3 — *Norberto de Araújo*.

Foi Norberto de Araújo o maior dos olisipógrafos? Evidentemente que não. Mas não tenho dúvida em o considerar e apontar como um grande sabedor da coisa olisiponense e, sem dúvida, o mais perfeito e completo divulgador da matéria que estamos tratando. O simples enunciado da sua obra não pode deixar de nos levar a considerá-lo como um dos grandes da Olisipografia

a) PEREGRINAÇÕES EM LISBOA

São quinze fascículos constituindo três volumes de que, felizmente, há índices ordenados pelo Dr. Júlio Martins.

Tem a enormíssima vantagem de estar concebida e realizada de forma a poder servir de guia a quem queira ver e estudar a cidade metodicamente, com a certeza de quase nada ter sido esquecido. Hoje, praticamente, impossível de conseguir, quando foi editada, vendia-se a 9\$50 o fascículo. Enriquece esta edição uma bela colaboração artística de Martins Barata.

b) LEGENDAS DE LISBOA

Trata-se de um conjunto de pequenos artigos sobre variadíssimos assuntos que se lê com mais agrado que proveito pois, intencionalmente, está patente a rapidez de instantâneo fotográfico como são tratados.

c) INVENTÁRIO DE LISBOA

É uma edição da Câmara Municipal de Lisboa, de que foram publicados doze números, tratando dos mais variados assuntos, mas obedecendo a um bem estruturado plano. Os números dez, onze e doze já foram organizados e publicados pelo Dr. Pires de Lima.

Seria obra a completar dentro do plano estabelecido.

Fazendo parte integrante deste Inventário há a considerar o volume «Casas da Câmara de Lisboa», realizado de parceria com Luís Pastor de Macedo. Note-se, a propósito, que sobre este assunto também escreveu Picotas Falcão, que enriqueceu o seu trabalho com notas sobre os artistas que trabalharam nos actuais Paços do Concelho.

d) PEQUENA MONOGRAFIA DE S. VICENTE.

É edição do Grupo Amigos de Lisboa. Sobre este mesmo assunto não pode esquecer-se a obra do Arq. Jorge Segurado, mais profunda não só debaixo do ponto de vista histórico, como crítico.

4 — *José Joaquim Gomes de Brito.*

É um dos olisipógrafos de que nunca nos poderíamos esquecer. Basta notar os títulos do que escreveu.

a) LISBOA DO PASSADO — LISBOA DOS NOSSOS DIAS — Lisboa, 1911.

Série de artigos, sem interdependência, publicados em vários jornais entre 1878 e 1907.



Exemplar típico da crónica citadina que espera um estudo dos que a escreveram e do que eles escreveram. Cautela que vão encontrar-se Júlio César Machado, Zacarias de Aça, Beldemónio, Carlos Malheiro Dias, Júlio Dantas, João Ameal, Leitão de Barros, e... por que não Eça de Queiroz, Ramalho, Fialho, Abel Botelho e tantos outros. Como se diria nas Feiras antigas: Não há quem venha a Terreiro?

#### b) RUAS DE LISBOA

Obra póstuma, publicada sob a direcção do Dr. António Baião, sobre espólio deixado pelo autor, não definitivamente criticado e ordenado, não pode deixar de énferrar dos efeitos causados por estas precárias condições. Apesar disso é das obras grandes do nosso tempo, havendo, contudo, de ter o cuidado de pôr na sua leitura um pouco de espírito crítico para suprir a deficiência apontada.

Nesta obra foram incluídos alguns trabalhos do autor que a valorizam extraordinariamente:

I — A pág. VII da Introdução o estudo «A cidade de Lisboa em 1565» segundo um códice do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

II — No vol. III, a pág. 53, História das paróquias de Lisboa anteriores a 1755.

A pág. 156, Reedificação das paróquias de Lisboa e estado dos respectivos edifícios em 1783.

A pág. 167, Itinerários de Lisboa.

III — No vol. II, a pág. 143 — o «Estudo sobre os Remolares».

#### c) NOTÍCIA DOS LIVREIROS E IMPRESSORES EM LISBOA, NO SÉCULO XVI.

Este trabalho foi publicado no Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado e dele há separata. Trata-se de um bom e inteligente aproveitamento do que se pode fazer com um códice...

#### d) TRATADO DA MAGESTADE E ABASTANÇA, ETC.

Trata-se da celeberrima Estatística de Lisboa de 1552, de João de Buarcos. Julgo nada mais dever dizer. Já vai estudada neste arremedo de Ensaio quando se tratou do Século XVI.

5 — *Júlio de Castilho.*

Será necessário dizer que se trata do autor da *Lisboa Antiga*?

Tudo quanto escreveu é bom e aproveitável. Um ou outro ponto menos certo que já tenha sido detectado, corrigido ou ampliado em nada diminui o seu valor.

Não pode deixar de se mencionar:

a) BAIRO ALTO

Há a considerar três edições das quais a terceira, em 5 volumes, editada pela Câmara Municipal de Lisboa, cheia de notas de Matos Sequeira é a preferível.

b) LISBOA ANTIGA — BAIROS ORIENTAIS

Tem duas edições, a primeira de 1902/4 e a segunda, da Câmara Municipal de Lisboa, 1935/39, anotada por Mestre Vieira da Silva, e um estudo da Sé de Lisboa pelo Arq. António Couto, que me parece preferível.

c) RIBEIRA DE LISBOA

Tem duas edições, a primeira de 1893 e a segunda, editada pela Câmara Municipal de Lisboa, em cinco volumes, de 1940/44, anotada por Pastor de Macedo que bastante enriquece a obra.

Se a estas obras juntarmos

d) MANUELINAS (Poesias — com duas edições)

e) AMOR DE MÃE — Romance

f) AMORES DE VIEIRA LUSITANO

g) MEMÓRIAS DE CASTILHO — sete volumes

h) MOCIDADE DE GIL VICENTE

bem podemos apreciar e garantir quão grande é a obra do maior gigante da olisipografia — maior não só porque foi ele o verdadeiro criador de tal matéria, mas porque também, além de desbravar, tratou a maior quantidade de material olisiponense.

## 6 — *João Pinto de Carvalho* (Tinop).

Misto de cronista e historiador, senhor de um inconfundível estilo é, indubitavelmente, um dos senhores da olisipografia, que se lê sempre com muito bom agrado e, talvez, melhor proveito. Anote-se:

### a) A LISBOA DE OUTROS TEMPOS

1.º volume — Lisboa, 1898 — FIGURAS E SCENAS ANTIGAS

2.º volume — Lisboa, 1899 — OS CAFÉS

Note-se que, com o aspecto de simples crónicas jornalísticas, todo o material contido nestes volumes tem o maior interesse.

### b) LISBOA DE OUTRORA

3 volumes — Lisboa 1938/39

Trata-se de uma edição do G. A. de Lisboa publicada e anotada por Matos Sequeira e Pastor de Macedo. Pena é que não tenha sido completada e esteja praticamente esgotada.

### c) HISTÓRIA DO FADO

Embora específica de um assunto, não pode deixar de se notar, pois é complemento das anteriores.

A propósito note-se que sobre o assunto podem ser consultadas *A Triste Canção do Sul*, de Alberto Pimentel, e *O Fado, Canção de Vencidos*, de Luís Moita. E fica-se a conhecer bem o Fado...

Permitimo-nos afirmar ser *Tinop* um dos maiores cronistas de Lisboa.

## 7 — *João Paulo Freire* (Mário)

Não sendo um dos maiores, para o fim que temos em vista, não podemos deixar de o mencionar.

A sua obra, é, pelo menos, um bom índice para trabalhos futuros de mais largo fôlego e profundidade. Tem erros? Talvez; mas todos os que trabalham no campo que este autor trabalhou os cometem, não sendo isso suficiente para o pôr de parte.

Podemos considerar:

- a — MINUDÊNCIAS LISBOETAS
- b — Do ROCIO À ROTUNDA — dois volumes
- c — Do ROCIO AO POÇO DO BORRATÉM
- d — ROTEIRO DA BAIXA ANTES DE 1755.  
Talvez a sua melhor obra
- e — ROTEIRO DA FREGUESIA DOS ANJOS
- f — ALCÂNTARA

Ensaio para uma monografia, é, desde já, um estudo geral do bairro, zona ou local, como queira chamar-se-lhe, da Velha Alcântara.

#### 8 — GUIA DE PORTUGAL

Direcção de *Raúl Proença*

Edição da Biblioteca Nacional de Lisboa — 1924

I volume.

Há uma reedição recente, que não vi não sabendo, por isso, se foi actualizada a primeira edição.

É obra extraordinariamente válida e cheia de interesse. Basta consultar a lista dos seus colaboradores para se avaliar do seu conteúdo. Matos Sequeira, Júlio Dantas, Nogueira de Brito, Virgílio Correia, Reynaldo dos Santos e outros contribuíram com o seu labor para fazerem desta obra um verdadeiro monumento. Acresce que contém tudo quanto diz respeito ao *Termo de Lisboa*, o que em muito pequeno número de obras se encontra.

É obra indispensável para uma visita de conjunto.

#### 9 — *J. Ribeiro Magalhães*

LISBOA, 1872/75

5 volumes

É uma colectânea de artigos publicados anteriormente no «Jornal do Comércio».

No género deve ser a obra mais útil que se tem publicado sobre Lisboa. É uma série de artigos variados, sem que tenham qualquer elo de ligação, mas não há qualquer dúvida que são essenciais para o estudo da nossa Lisboa.

Tem ainda o grande interesse de ter sido das primeiras a dar a conhecer a Estatística de Lisboa, de 1582, de que faz largos extratos.

É um belo livro cheio de bons e belos pedaços de literatura lisiponense mas... com o enorme defeito de ser quase impossível conseguir-se um exemplar.

#### 10 — *Luís Pastor de Macedo.*

Tal como Matos Sequeira, Vieira da Silva, Castilho, e outros, não sei mais que relacionar do que ele escreveu e eu conheço. Tudo tem interesse, tudo é utilizável.

Assim:

a — O TERREIRO DO TRIGO

b — O TERRAMOTO DE 1755 NA FREGUESIA DA MADALENA

c — A FREGUESIA DA S.<sup>TA</sup> MARIA MADALENA

d — A RUA DAS CANASTRAS

e — A BAIXA POMBALINA

f — TEMPO PASSADO

g — LISBOA DE LÉS A LÉS (5 vol.).

h — Crítica, correcções e aditamentos ao DO ROCIO À ROTUNDA, de *J. P. Freire.*

Tal é a obra que me ocorre, além do que está espalhado pelas páginas do *Olisipo* que pode ser catado nos seus índices.

A Revista Municipal, publica uma bibliografia completa (?) deste autor.

#### 11 — *Alfredo Mesquita*

##### LISBOA

PORTUGAL PITORESCO E ILUSTRADO — I — 1908.

Do autor, na nota de abertura:

«Não é pois sem tempo que nos chega a vez de possuímos também uma obra descriptiva, histórica, crítica e artística, digna de

uma cidade, como é Lisboa, e da capital de um Reino como é Portugal, que a natureza, a topografia, o solo, o clima, a flora, a paisagem, a arte, tão prodigamente e tão maravilhosamente dotaram, e que uma tão bela, tão altiva tradição ilustram».

Não há dúvida que o instantâneo fotográfico está feito, e bem feito, e a obra traduz bem o proposto. Não se esqueça, porém, que isto se passava em 1908 e de então para cá algo se modificou. Muito se melhorou, muito se degradou e a Lisboa de 1983 não é, necessariamente, a de 1908. Seria necessária uma outra monografia que mostrasse, em conjunto, a Lisboa de hoje.

Tem esta obra a mais bela colecção de gravuras em madeira que a enriquecem extraordinariamente e que bem merecem ser vistas e estudadas.

Há muito que não vejo qualquer exemplar para venda nem tenho conhecimento que tal tenha acontecido.

12 — LISBOA — OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA. Direcção de Gustavo de Matos Sequeira. Colaboração artística de Jaime Martins Barata e José de Almada Negreiros. Lisboa, 1947.

É obra publicada para comemorar o 8.º centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros.

Não há dúvida que estamos em presença de uma obra notável constituída por 24 capítulos, tratando os mais variados assuntos, obedecendo a uma cronologia perfeita, e todos eles tratados por quem melhor o poderia ter feito. Se nela há algum defeito, será o de se lhe notar uma pequenina falta de unidade o que não é de estranhar se atendermos a quem escreveu os capítulos que a constituem. Seria de impôr a tais nomes uma subordinação total e uma ideia?

Evidentemente que ainda não é este o livro da História de Lisboa, que Lisboa merece e de que precisa.

No entanto, não há dúvida de que ele aponta o caminho e resta saber esperar por alguém que tenha a coragem para o empreendimento e a força para o concluir.

A capitulação da obra e os seus autores falam por si.

Não pode deixar de se chamar a atenção para a colaboração artística que muito a enriquece.

Julgo tratar-se de uma obra capital e poder afirmar que ela é das tais que não pode faltar na estante de qualquer olisipófilo.

- 13 — *Eduardo Freire de Oliveira* — ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA. Lisboa, 1882/1911. (17 volumes).

Publicada pela Câmara Municipal de Lisboa, comemorando o Centenário do Marquês de Pombal, esta obra além da documentação que transcreve está recheada de boas e bem elaboradas notas, o que lhe confere um lugar destacado na Olisiponiana

Já foi estudada no Capítulo II, ou melhor, será estudada no Capítulo II, sob o nº 1.

- 14 — *Alberto Pimentel* — A EXTREMADURA PORTUGUESA (2 vols., 1908)  
1.<sup>a</sup> Parte — O RIBATEJO  
2.<sup>a</sup> Parte — REGIÃO DOS SALOIOS E SUAS ZONAS ÀS PORTAS DA CAPITAL — A CIDADE DE LISBOA ENTRE BELÉM E CASCAIS, ETC.

Especialmente o 2.º volume tem um interesse muito particular. Nele está incluído tudo quanto interessa ao Termo de Lisboa. Alberto Pimentel tem o cuidado de remeter o leitor para a obra de Alfredo Mesquita, sobre Lisboa, que trata a cidade muito mais profundamente. Apesar disso considera-se esta obra de muito interesse não podendo, todavia, deixar de notar que ela é de 1908 e estamos em 1983...

Obra escrita no estilo simples, leve e bonito — algo camiliano — de Alberto Pimentel, tem a virtude de permitir uma rápida consulta e garantir, em elevada percentagem, grande utilidade.

Claro que não é fácil conseguir-se um exemplar...

- 15 — *Luís Gonzaga Pereira*

MONUMENTOS SACROS DE LISBOA EM 1833

Prefácio de A. Vieira da Silva — Lisboa, 1927.

O Prefácio faz uma biografia do autor que, diga-se, não deixa de ter o seu interesse.

Não obstante certos defeitos, apontados pelo prefaciador, é obra de enormíssimo interesse, sobretudo para o estudo da «alteração pos-

terior a 1833» se se considerar o destino que tais monumentos tiveram, especialmente após a extinção das ordens religiosas em 1834.

16 — *Fr. António do Sacramento*

MEMÓRIAS CURIOSAS EM QUE, POR ESTES ANOS DE 1778, SE ACHAM AS PRINCIPAIS COUSAS DA CORTE... — Lisboa, 1929.

É uma descrição do Terramoto de 1755 e estuda a reedificação da cidade em 1778.

A. Vieira da Silva faz uma notícia sobre o autor e o original manuscrito que estava na sua posse.

É uma edição da «Feira da Ladra», bem conhecida revista.

Segundo V. da Silva, estas Memórias são um valioso contributo para o estudo do período de 1755/1778, especialmente para a apreciação da Reconstrução de Lisboa.

17 — *Gustavo Adriano de Matos Sequeira*

Tudo quanto Matos Sequeira escreveu tem interesse. Nada há a pôr de parte.

Em 1963, no Palácio Galveias, a Câmara Municipal de Lisboa fez uma Exposição Evocativa de que se imprimiu um catálogo.

Tal catálogo, para quem encaminhamos os interessados, contém tudo — se afirmar tal é possível — quanto este autor produziu. O vulto e a notabilidade da obra são incomensuráveis e do seu valor o referido catálogo dá bem a ideia.

18 — *Augusto Vieira da Silva*

Como de Matos Sequeira não é possível fazer uma simples resenha da sua obra, que, a todos os títulos é notável e soberba.

A sua bibliografia pode ser apreciada, por exemplo, no final da sua *Epigrafia de Lisboa*.

Talvez melhor seja o Bibliografia organizada pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Dona Julieta Ferrão no n.º 18, de 1951, da Revista Municipal. Julgo ser o melhor estudo, feito até hoje, da obra deste sábio olisipógrafo.



A generosidade e largueza da colaboração deste homem espalhada por inúmeras publicações foram causa de muitas dores de cabeça a muito boa gente, até que a Câmara Municipal de Lisboa a fez reunir em três volumes — que intitolou *Dispersos*. Considero estes três volumes indispensáveis a quem queira saber alguma coisa sobre Lisboa.

Talvez seja Augusto Vieira da Silva o historiador de Lisboa mais cauteloso e objectivo, o que confere à sua obra um valor e uma qualidade que o levam, julgo, sem discussão, ao primeiro plano da Oisipografia.

19 — *Angelina Vidal* — LISBOA ANTIGA E MODERNA — Lisboa, 1900.

Obra semelhante às de Alfredo Mesquita e Alberto Pimentel, procura fazer uma descrição histórico-artística da cidade. Na realidade, é o que faz e, embora sem o nível daquelas, esta obra é de considerar e lamenta-se que não tenha um índice que a torne mais útil.

20 — *Sebastião Joaquim Baçam*

MONUMENTOS SACROS DE LISBOA e OUTRAS CURIOSIDADES

Prefácio de Zeferino de Albuquerque — 1910.

Trata-se de um pequeno volume de 91 páginas. Escrito com a intenção de fazer uma vulgarização popular, não pretende ter largos voos; não obstante tem muitas e boas notícias, escritas em estilo simples e directo, e o seu carácter de resumo confere-lhe uma facilidade de consulta, o que o torna bastante útil. Um ou outro pequeno desvio do que é sabido não o inutiliza podendo afirmar-se que é uma pena ser difícilimo de se conseguir

Acresce ainda que tem algumas notícias que dizem respeito ao Termo de Lisboa, o que lhe confere um certo valor. Note-se, ainda, o facto de descrever os monumentos como estavam na época em que foi redigido.

21 — MONUMENTOS E EDIFÍCIOS NOTÁVEIS DO DISTRITO DE LISBOA

Edição da Junta Distrital de Lisboa

1963.

Estão publicados, até hoje, 6 volumes.

I — Diz respeito aos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Cadaval.

II — Refere-se aos Concelhos de Sintra, Oeiras e Cascais.

III — Interessa aos concelhos de Mafra, Loures e Vila F. de Xira.

IV — Abrange os concelhos de Torres Vedras, Lourinhã, e Sobral de Monte Agraço.

V — VI — São dois tomos para um volume referente à cidade de Lisboa, que, julgo, ficará completo com mais dois tomos.

O prefácio que antecede o vol. I diz da finalidade da obra e dá como seus responsáveis os Dr. Carlos de Azevedo, D. Julieta Ferrão e Dr. Adriano de Gusmão, nomes que, por si só, são a garantia de obra como um valor real.

Considero esta obra como o melhor que, no seu género, existe sobre os monumentos que estuda e descreve; pode mesmo afirmar-se, que, hoje, ela se torna indispensável a quem queira estudar as zonas e monumentos a que se refere.

Uma simples e rápida consulta aos seus índices dá ideia da vastidão e grandeza das matérias abrangidas.

Sobre os colaboradores que nela intervieram é melhor não falar. Esquecer algum seria imperdoável e eles... apresentam-se a si próprios.

Fica assim feita a resenha do que se considera como capital para o estudo da nossa cidade — estudo geral, entenda-se.

Pensar em estudos monográficos que existem, e do melhor, de momento só poderá fazer dores de cabeça a quem quiser relacioná-los e muito mais a quem tivesse de os ouvir mencionar.

## CAPÍTULO II

### *Obra documental impressa*

Não é muito vasta a obra documental impressa embora haja muitos documentos já estudados e alguns transcritos, no todo ou em parte, por alguns autores. Não são estes que nos interessam, de momento, mas sim aqueles que foram publicados em conjunto.

A primeira a considerar é:

1 — ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA

*Eduardo Freire de Oliveira*

17 volumes — Lisboa, 1882/1911

É obra capital, do melhor que se tem publicado sobre a cidade ou a ela interessando. Se ela só tivesse a transcrição da documentação já seria um autêntico monumento. Enriquecida, como está, com as notas redigidas pelo seu compilador, ela ultrapassa a simples resenha documental para passar a conter, em si própria, uma verdadeira história de Lisboa, se não no seu todo, mas, pelo menos, em vários casos particulares.

Salvo um ou outro volume ainda é possível encontrá-la.

Pelo motivo ultimamente apresentado, vai também mencionada no Capítulo I.

Tem índices publicados, em dois volumes, que bom serviço prestam. São de 1942/43 e foram publicados pela Câmara Municipal de Lisboa.

Publicou a Câmara Municipal de Lisboa uma série de nove volumes sob a rubrica geral

#### DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE DE LISBOA

que constitui uma série interessantíssima e o enunciado do que nela está contido fala por si próprio.

Descriminemos:

2 — LIVRO I DE MÍSTICOS DE REIS

LIVRO II DOS REIS D. DINIZ, D. AFONSO IV, D. PEDRO I

Lisboa, 1947.

Entre a vária documentação transcrita traz o foral de 1179, bem como uma tradução de 1361.

3 — LIVRO I DE MÍSTICOS

LIVRO II DE EL-REI D. FERNANDO

Lisboa, 1949.

4 — LIVRO I DO TOMBO DAS PROPRIEDADES FOREIRAS A CÂMARA DESTA MUI  
INSIGNE CIDADE DE LISBOA

Vol. I — Lisboa, 1950

Vol. II — Lisboa, 1952.

Contém índices que muito auxiliam o seu uso.

5 — LIVRO DO LANÇAMENTO E SERVIÇO, etc.

Vol. I/Vol. IV — Lisboa, 1947/1948

Já foi tratado no Capítulo I sob o n.º 4.

6 — LIVROS DO CARTÓRIO DA SÉ

Lisboa, 1954

Comprende quatro partes distintas:

a — LIVRO DO CARTÓRIO DA SÉ

Parece ter sido feito à base de questionário com a finalidade de completar a *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa* de D. Rodrigo da Cunha.

b — SUMÁRIOS DA LOUSADA

Só foram extractados os que interessam ao fim em vista, e o material coligido diz respeito ao período de 1710 a 1716.

c — APONTAMENTOS DOS BRANDÕES

Excertos compreendendo três partes. Os documentos incluídos em a), b) e c) pertencem à III Divisão da Biblioteca Nacional de Lisboa.

d — LIVRO DOS BENS DOS PRÓPRIOS DOS REIS E RAINHAS

Pertence ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Aconselha-se a ser lido com muito cuidado o Sumário, a pág. VII, bem como os índices Toponímico e Antrotoponímico no final do volume.

Publicou ainda a Câmara Municipal de Lisboa, uma série de volumes com o título genérico

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Tal trabalho foi dirigido pelo Dr. Durval Pires de Lima, como, julgo eu, o foram também os da série descrita anteriormente.

Os bons índices que acompanham os volumes dispensam uma descrição pormenorizada.

7 — LIVROS DOS REIS (I)  
Lisboa, 1957

a — PRIMEIRO DE MÍSTICO DE REIS (Cód. 1)

b — PRIMEIRO DE MÍSTICOS (Cód. 2)

8 — II — Lisboa, 1958

178 documentos dos Reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

9 — III — Lisboa, 1959

10 — IV — Lisboa, 1959  
D. Manuel

11 — V — Lisboa, 1960  
D. Manuel

12 — VI — 1962

13 — VII — Lisboa, 1962  
D. João III

14 — VIII — Lisboa  
D. Sebastião

Note-se que devem ser lidos com muita atenção as advertências prévias que dão óptimas indicações.

15 — LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS

Lisboa, 1974

Publicado pela Câmara Municipal de Lisboa, por Maria Teresa Campos Rodrigues.

De página 459 em diante, contém:

- Índice dos documentos
- Índice antroponímico
- Índice por profissões, cargos, habilitações literárias, dignidades
- Índice toponímico
- Índice por assuntos.

A nota prévia tem indicações preciosas, em especial a nota <sup>(1)</sup> de pág. VII.

16 —RELAÇÃO DAS CASAS FOREIRAS, EM 1539, À IGREJA DE S. CRISTÓVÃO

Publicado por Manuel Ferreira de Andrade, in «Olisipo», n.<sup>os</sup> 26 a 29, de 1944/45. Julgo que há separata.

17 — REGISTO DA FREGUESIA DA SÉ DESDE 1563 ATÉ 1610

Edgar Prestage e Pedro de Azevedo

2 vol. — 1924/1927.

Publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa. Não pode deixar de se considerar a *Introdução* que corre de pág. IX a página XXXVI. A sua leitura, por si só, cria o desejo de escrever um certo número de trabalhos cujos elementos básicos poderão estar incluídos nesta obra.

A sua consulta é relativamente facilitada pelos índices, no final dos volumes, compreendendo nomes, ofícios e sítios.

Em resumo, pode dizer-se, que esta obra constituirá (?) um ponto de partida para muitos e interessantes estudos olisiponenses.

18 — REGISTO DA FREGUESIA DE SANTA CRUZ DO CASTELO

Edgar Prestage

1 vol.

Sobre esta obra pode repetir-se o que se diz da que vai registada sob o n.º 17.

19 — *Macedo* — Luís Pastor de

NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS LIVROS PAROQUIAIS DA SÉ DE LISBOA

In «Olisipo» — n.ºs 8 a 12.

Julgo que há separata.

20 — *Ribeiro* — Victor

ANOTAÇÕES AOS OBITUÁRIOS DA CASA DE S. ROQUE

Coimbra, 1922

21 — *Ribeiro* — Victor

OBITUÁRIOS DA IGREJA E CASA PROFESSA DE SÃO ROQUE DA COMPANHIA DE JESUS DESDE 1555 ATÉ 1704

Lisboa, 1916.

## *Uma "Relíquia Industrial" de um Passado Recente: A Central Tejo*

por ILÍDIO MARIZ SIMÕES

Os edifícios conhecidos por Central Tejo na zona marginal do rio próxima de Belém, são o que resta com algum do seu equipamento electro-mecânico a recordar aos lisboetas um dos estabelecimentos industriais mais importantes que operou na nossa cidade desde 1919 até aos anos cinquenta e que tinha por missão produzir a energia eléctrica, com que era abastecida não só Lisboa como os seus concelhos limítrofes e ainda ao longo do Vale do Tejo os que vão até Santarém, incluindo esta cidade.

Recordemos um pouco os «antepassados» da Central Tejo.

Os habitantes da capital do País viram pela primeira vez o que era a «maravilha» duma iluminação a electricidade, quando o Rei D. Luís ofereceu à Câmara Municipal de Lisboa, em Outubro de 1878, uma pequena central geradora com a potência de 8 cavalos, que aquela instalou na Travessa Estêvão Galhardo (hoje Rua Serpa Pinto) e com que se acendiam 6 candeeiros «Jablochhoff» igualmente oferta do Rei. Estes candeeiros foram colocados como «amostra» deste novo tipo de iluminação, na Rua dos Mártires, Chiado, Largo do Picadeiro, Praça de Camões, Largo das Duas Igrejas e varanda do Hotel Gibraltar na já aludida Travessa de Estêvão Galhardo. Esta instalação de iluminação por electricidade, tinha estado a funcionar alguns dias antes na Cidadela de Cascais e tivera inauguração festiva para comemorar o aniversário natalício do Príncipe herdeiro D. Carlos, a 29 de Setembro.

A primeira iniciativa privada para iluminar com luz eléctrica as ruas da Capital, tomou-a a «Gás de Lisboa» 11 anos depois, quando em Junho de 1889 pôs a funcionar uma fábrica geradora, situada nos terrenos desnivelados da ala oriental da Avenida da Liberdade (onde



mais tarde veio a construir-se o desaparecido Hotel Vitória), geradora que alimentava trinta e oito lâmpadas de arco de duas mil velas, montadas ao longo da Avenida e nas suas praças extremas, acesas até à 1 hora da noite. Este serviço era pago pela Câmara por 16 contos por ano.

Depois da fusão da Gás de Lisboa com a antiga Companhia Lisboense de Iluminação a Gás, que fora concessionária para o fabrico e distribuição de gás à cidade desde 1846 a 1880, a Câmara Municipal fez um novo contrato para este serviço em 1891, contrato que abrangia uma concessão para fornecer também energia eléctrica, e depois dessa fusão, dizíamos, as duas empresas adoptaram a designação de Companhias Reunidas Gás e Electricidade.

No seguimento da cláusula contratual que atribuía às Companhias o fornecimento de electricidade um outro contrato da Edilidade feito em 1901 com a duração de trinta anos, vinculava as Companhias a:

- a) Iluminar até à 1 hora da noite com luz eléctrica, além da Avenida e praças extremas, pelo menos, mais as ruas do Príncipe, Carmo, Garrett, praças de Camões e D. Pedro IV;
- b) Fornecer luz eléctrica a particulares, dentro da zona incluída no perímetro compreendido pelas ruas da Alfândega, Praça da Figueira, ruas da Palma e S. Lázaro, Campo dos Mártires da Pátria, ruas do Telhal, Pretas, Avenida, Salitre, Largo do Rato, ruas da Escola Politécnica, D. Pedro V, S. Roque, Loreto, Calçada do Combro, Rua Poiais de S. Bento, Calçada da Estrela Largo das Cortes, Avenida D. Carlos a ligar com a Rua da Boa Vista;
- c) Fornecer a energia eléctrica aos particulares ao preço de 30 réis o hectowatt-hora;
- d) Instalar iluminação pública eléctrica nas ruas e praças em volta dos palácios das Necessidades e Belém;
- e) Montar dentro de um prazo de cinco anos, as instalações necessárias ao abastecimento em energia eléctrica das zonas acima indicadas, para o que preveria uma potência geradora de 1000 cavalos, escalonada à razão de 200 cavalos por ano.

No cumprimento destas obrigações as Reunidas começaram a lançar a sua rede de cabos de corrente contínua para a zona central, a corrente trifásica para a zona Necessidades-Belém e adquiriram de início

dois grupos geradores de 200 CV, logo seguidos de mais dois de 300 CV e de uma bateria de acumuladores, que garantia uma reserva correspondente à produção de uma máquina de 300 CV durante quatro horas. Este equipamento que foi instalado junto da fábrica de gás da Boa Vista estava em condições de funcionar em 1903. A corrente contínua gerada a 460 volts era distribuída através de divisores de tensão por uma rede a três condutores que permitia ter 220 volts para alimentação das instalações de iluminação pública e particular, e 440 volts para as de força motriz. A corrente alternada trifásica para alimentar as zonas das Necessidades e de Belém era obtida nas mesmas máquinas de corrente contínua mediante um engenhoso dispositivo que a gerava a 64 volts, 40 ciclos, tensão que era depois elevada em transformadores a 3000 volts para o transporte. Nasceu assim com esta primeira linha a 3 kV, a rede de alta tensão das CRGE.

As crescentes vendas de energia eléctrica vão obrigar a ampliar a potência geradora em 1905 com mais duas máquinas de 1500 CV, mas em breve se reconhece que a central da Boa Vista é insuficiente. Com efeito, a partir do exercício de 1904-05 até ao de 1913-14 foi-se verificando um acréscimo anual médio das vendas da energia da ordem dos 30 %, devendo atribuir-se este «espectacular» aumento à instalação de motores eléctricos em substituição de máquinas a vapor e a gás, tanto mais que no ano de 1908, surgiram as lâmpadas de filamento metálico cujo consumo era 1/3 das de filamento de carvão, até então usadas. Não permitindo a exiguidade de espaço na Boa Vista que aí se instalassem mais máquinas, foi adquirido um terreno na Junqueira à beira-rio, para se erguer uma nova central; a primeira «Central Tejo»: Os trabalhos de construção desta nova unidade industrial começaram cerca de 1906 e em 1909 a nova central começava a funcionar com os dois últimos grupos que tinham sido instalados na Boa Vista a que se substituíram os dínamos por alternadores de 1000 kVA, gerando directamente a corrente à tensão de 3 kV.

A rede corrente contínua da zona central de Lisboa, passou a ser progressivamente alimentada a partir da Central Tejo com corrente alternada àquela tensão de 3 kV, que era abaixada ao valor adequado para entrar no grupo motor C.A.-gerador CC ou nas comutatrizes (máquinas alimentadas directamente em C.A. e gerando C.C.). Desta maneira, a antiga geradora da Boa Vista converteu-se numa das várias sub-estações alimentadas em C.A. para transformarem esta corrente em C.C. a injectar na rede existente no centro de Lisboa. Nas ampliações que se vieram a fazer na Central Tejo, deixou de se utilizar as máquinas motri-

zes a vapor do tipo de pistões (as chamadas máquinas alternativas, semelhantes no funcionamento às antigas locomotivas a vapor dos comboios) e passaram-se a instalar turbo-alternadores, tipo de máquinas em que o motor é uma turbina a vapor, que é o que ainda hoje se emprega nas centrais térmicas com potências unitárias que já ultrapassam os 1000 MW. Na «velha» Central Tejo, instalaram-se três máquinas deste novo tipo, o que elevou a potência desta central a 7150 kW em 1912.

Mas os consumos da energia não cessaram de crescer e nas vésperas da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra Mundial, a 1.<sup>a</sup> Tejo já não bastava para satisfazer as necessidades de uma rede que atingia quase 300 km de extensão em cabos de distribuição. Era preciso portanto pensar num novo centro produtor, visto o existente não ter capacidade para receber mais ampliações. Assim, surgiu a iniciativa da construção da Central Tejo II, cujas vetustas paredes são as que hoje ainda podemos contemplar. A sua construção e as encomendas do seu equipamento coincidiram em tempo com o período da 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, o que dificultou, como era de prever um rápido andamento dos trabalhos. As caldeiras encomendadas em Inglaterra em Junho de 1914 (6 unidades de 12/15 ton/h de vapor, equivalentes a cerca de 2500 kW de produção máxima por unidade) ainda foram recebidas entre 1916 e 1920, mas os dois grupos turbo-alternadores de 8000 kW que elas deviam alimentar, encomendados na Alemanha, não puderam sair desse país, devido ao estado de guerra em que Portugal também se envolveu a partir de 1917. Houve por isso, na emergência, de encomendar num país central, a Suíça, um grupo de potência aproximada — 7500 kW — para poder pôr em funcionamento a nova central. A sua entrada em serviço verificou-se em Junho de 1919. E durante o tempo em que teve de se aguardar a chegada e montagem dos dois grupos alemães, a única máquina da Tejo II trabalhou em paralelo com as máquinas da C. Tejo I. Terminada a montagem dos três grupos na nova central, na antiga o equipamento foi desmantelado e os edifícios aproveitados para neles se instalarem oficinas e armazéns de apoio à central.

A tensão de geração da energia dos três primeiros grupos e de um quarto de potência idêntica que largou em 1925, continuou a ser a de 3 kV (precisamente 3,3 kV), mas a importância e o alargamento das redes de distribuição impuseram que a partir de 1914 se pusesse em serviço uma 2.<sup>a</sup> rede para a emissão da energia a 10 kV, para o que se montaram na Tejo transformadores elevadores 3,3/10 kV. Com esta nova tensão, estabeleceu-se em Lisboa uma rede A.T. sobreposta à existente e fizeram-se extensões para fornecer energia aos concelhos imediatamente limi-

trofes (Oeiras, Cascais e Sintra) e ainda à Sociedade Estoril, quando esta empresa substituiu a tracção a vapor nos comboios Lisboa-Cascais por comboios eléctricos.

Naturalmente que os aumentos de consumo resultantes da extensão das redes das CRGE, trouxeram a necessidade de dotar a Tejo com maior potência de produção, e assim, além do quarto grupo de 8000 kW já atrás mencionado, posto em serviço em 1925, em 1930 um quinto grupo, este de 15 000 kW e gerando a energia directamente a 10 kV entrou em serviço. Para dar vapor a estes cinco grupos turbo-alternadores tornou-se evidentemente necessário aumentar simultaneamente o número de caldeiras. Numa nova ala do edifício das caldeiras a Sul da existente, entraram em serviço em 1925, duas novas unidades de 15/19 ton/h, em 1928 outra de 17/20 ton/h e em 1930, mais duas de 28/32 t ton/h.

As necessidades de atender novos pedidos de fornecimento de energia não pararam, não só pelo desenvolvimento das aplicações da energia eléctrica por parte da clientela existente, como também para atender os importantes consumidores industriais que se estabeleceram, nomeadamente ao longo do Vale do Tejo, e que ao invés do passado, não instalaram centrais próprias, mas preferiram servir-se da energia das CRGE, e ainda para abastecer outros concelhos limítrofes de Lisboa, que entretanto se foram ligando, tais como Loures, Vila Franca e Mafra.

A existência dos consumidores industriais no Vale do Tejo, levou as Companhias a montar linhas com uma tensão de transporte mais elevada que a de 10 kV. Foi adoptada a de 30 kV, que passou a ser emitida a partir da Central Tejo, através de um posto de transformação exterior 10/30 kV, inicialmente com duas unidades transformadoras de 4000 kVA, depois com três de 10 000 kVA e finalmente com três de 20 000 kVA. Com estas linhas a 30 kV, a energia produzida na Tejo foi chegando para além dos concelhos já citados, aos de Azambuja, Cartaxo, Sobral de Montagraço e no termo, Santarém. Simultaneamente, dentro do perímetro de Lisboa, a nova tensão de 30 kV foi utilizada numa «rede primária» de cabos de alimentação aos «centros principais» de distribuição da energia, onde se vinham ligar as redes de 10 kV existentes. Mais ou menos coincidentes com a instalação desta nova rede a 30 kV, operaram-se outras grandes transformações no sistema distribuidor: A rede de alimentação em corrente contínua a 440/220 volts foi substituída por uma rede a corrente alternada a 380/220 volts, a primitiva rede em C.A. a 190/110 V. foi convertida numa rede à tensão uniforme de 380/220 V. e a frequência desta corrente subiu de 42 períodos/segundo para o valor normal adoptado nos países europeus, ou seja o de 50 per/seg.

Sem esta última modificação na frequência da C.A. não seria economicamente possível a interligação com as redes europeias, através das quais se tem recebido substancial apoio energético nos mais recentes anos.

Mas voltando atrás, isto é, aos tempos que precederem a eclosão da Segunda Guerra Mundial, aos em que esta decorreu e aos que se lhe seguiram, as CRGE não descuraram a sua preparação para enfrentarem os aumentos de consumo da energia. Naturalmente voltava a ser imperioso acompanhar tais aumentos com ampliações da potência produtora em Lisboa, visto que as primeiras grandes centrais hidroeléctricas planeadas pelos Organismos Oficiais ainda estavam longínquas.

Em primeira opção, foi decidido substituir os dois grupos alemães (AEG) de 8000 kW, que de fabrico eram os mais antigos, por duas unidades do mesmo construtor com a potência máxima a que o espaço disponível desse margem, aproveitando-se a oportunidade desta substituição para dar aos novos grupos características de funcionamento que trouxessem uma sensível melhoria no rendimento térmico das instalações. Assim, enquanto as antigas unidades utilizavam vapor a 16 kg/cm<sup>2</sup> e 350° C de sobreaquecimento, para as novas AEG previu-se que fossem alimentadas com vapor a 38 kg/cm<sup>2</sup> e 440° C. Isto implicava a aquisição de geradores de vapor com estas características, tanto mais que a potência dos novos grupos AEG, que no máximo se aproximava dos 18 000 kW, por unidade, tornavam deficitária a potência disponível em caldeiras.

Estas decisões foram tomadas nos anos que antecederam em pouco a eclosão da Segunda Guerra. A economia mundial achava-se então afectada por uma grave crise de recessão industrial, o que tornava favorável a aquisição de novos equipamentos em condições vantajosas. De urgência, encomendaram-se os dois novos turbo-alternadores para virem provisoriamente funcionar com vapor B:P., enquanto se estudava o esquema do novo ciclo de marcha e se preparava a encomenda das caldeiras que lhe correspondiam. E felizmente que assim foi, pois se o fornecimento dos turbo-alternadores tivesse sido adiado para se fazer em simultâneo com o das caldeiras, aquele não se chegaria a efectuar, como já sucedera aquando da Primeira Guerra. Assentes as condições em que viria a ser o novo ciclo térmico da produção da energia, foi feita a encomenda do respectivo equipamento, que incluía três geradores de vapor com uma produção máxima de 52 ton/h de vapor quando alimentados só a carvão e 67 ton/h, quando à queima do carvão se adicionasse um «boosting» de óleo. Estes geradores foram fornecidos pelo mesmo construtor inglês

que tinha fabricado os que se achavam instalados na central, a firma Babcock & Wilcox.

A sua entrada em serviço, em 1941, não podia ter sido mais oportuna. Sem o seu concurso, não era possível ter-se atravessado sem grandes restrições nos fornecimentos energéticos, o difícil período que foram os anos em que as hostilidades duraram, especialmente nos últimos.

Os pedidos de energia continuaram a fazer-se sob forte pressão, mas as dificuldades em recebermos combustíveis que permitissem retirar das caldeiras a sua plena produção, foram-se agravando dia-a-dia, a ponto tal que nos vimos obrigados a substituir os bons carvões que anteriormente recebíamos normalmente de Inglaterra, da Bélgica ou da Alemanha, por outros provenientes apenas do primeiro destes países, mas de qualidade progressivamente mais degradada e em quantidades manifestamente insuficientes para as nossas necessidades. Houve que recorrer a fornecimentos esporádicos, doutras origens, igualmente de más qualidades e insuficientes e, em proporções sucessivamente crescentes, àquilo que no País era possível queimar nas fornalhas das caldeiras com melhor ou pior rendimento. Assim se deu larga utilização às antracites do Norte de Portugal, às lenhites do Centro, aos bagaços de azeitona, aos resíduos de fábricas de gás e principalmente às lenhas. Estas últimas queimavam-se exclusivamente nas caldeiras da antiga bateria B.P. e o seu emprego deteriorou por tal forma os geradores que, terminada a guerra, tiveram de sofrer largas e dispendiosíssimas reparações.

Encurtando este relato que já vai longo, só acrescentaremos que a utilização destes combustíveis degradados e de baixo poder produtivo nos trouxe dificuldades quase insuperáveis para se manter um serviço regular. Só a dedicação e os grandes sacrifícios do pessoal que então trabalhava na Tejo, tornou possível este «milagre».

Em tempo oportuno, as CRGE pediram autorização às Entidades Oficiais para instalarem um novo centro produtor térmico ou dotar ainda com mais um grupo a central Tejo. Os pedidos não foram deferidos porque se aguardava para *breve* a entrada em serviço da primeira grande central hidroeléctrica, a de Castelo de Bode. Esta *brevidade* tardou ainda seis anos depois da guerra ter terminado. E entretanto, a «velha Tejo» mal refeita do trabalho intenso que já tivera e sobretudo dos estragos causados pelo funcionamento com péssimos e impróprios combustíveis, teve não só que se aguentar sozinha no abastecimento da sua já enorme clientela, como ainda dar apoio ou socorro a outras empresas distribuidoras da electricidade, nomeadamente a U.E.P. Sul (atra-

vés de um cabo subfluvial interligando o posto 10/30 kV da Central à rede daquela Empresa), a Hidroeléctrica do Alto Alentejo (numa ligação à sua rede efectuada entre Santarém e Almeirim), à central de Santos da Carris de Ferro de Lisboa e ainda ao estaleiro das obras da central de Castelo do Bode, que deixara de receber energia para o seu funcionamento da C.<sup>a</sup> Eléctrica das Beiras, devido à estiagem que então se verificou.

E mesmo depois da entrada em serviço das centrais hidroeléctricas do Zêzere e do Cávado, a «Tejo» que desde 1951 passara à situação de reserva, teve intervenções importantíssimas nos anos de fraca hidraulicidade, nomeadamente em 1953 em que durante quatro meses consecutivos a Central trabalhou ao máximo das suas possibilidades e ainda em 1957, posto que mais moderadamente.

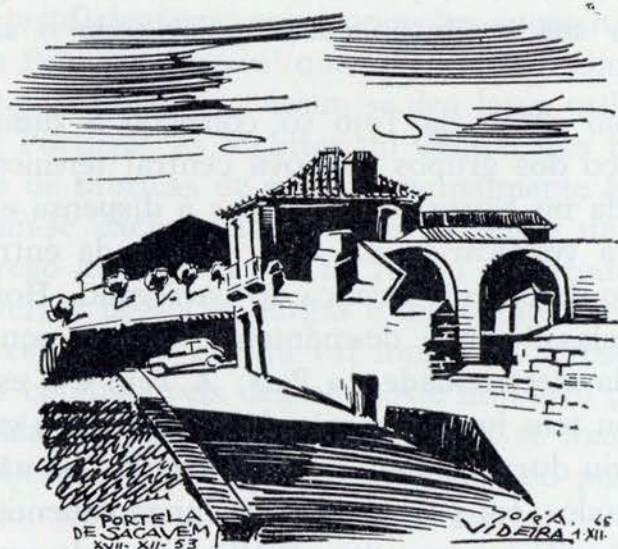
Estas intervenções, que ainda se prolongaram durante vários anos, eram feitas a pedido do Repartidor Nacional de Cargas e a Central contribuía com a sua produção para apoiar todo o sistema eléctrico nacional.

O recurso ao apoio da Tejo só começou a diminuir depois da entrada em serviço dos grupos da nova central térmica da Tapada do Outeiro, construída no Norte do País. Mas a dispensa efectiva dos seus serviços só veio a verificar-se em 1968, depois da entrada em serviço do primeiro grupo da central térmica do Carregado. Houve nessa altura licença para desclassificar e desmantelar todo o equipamento desta velha servidora da electricidade do País. A Tejo e o esforçado pessoal que nela trabalhou tem jus a um galardão de louvor e gratidão da parte daqueles que serviu durante mais de meio século. Se não serviu melhor e a contento de todos, foi porque lhe era humanamente impossível. As «ruínas» dos seus edifícios bem merecem a honra de serem conservadas e albergarem dentro das suas paredes a documentação e peças representativas da evolução das instalações eléctricas que se foram montando no nosso País, passando a constituir um Museu da Electricidade cuja organização foi em boa hora decidida.

[O GAL visitou a Central Tejo, em 4 de Fevereiro de 1984. Em 21 de Maio de 1983, o semanário de Lisboa *Expresso* publicou um artigo muito válido, cuja leitura se recomenda, da autoria de Rui Cabral, sob o título: «Central Tejo: a

indústria no Museu», ilustrado com quatro elucidativas fotografias, e o seguinte preâmbulo:

«Depois de ter iluminado Lisboa por mais de meio século, a central de Belém está destinada a ser Museu da Electricidade. As obras de conservação deste 'monumento profano' estão em curso e já no próximo ano aí se apresentará a primeira grande exposição portuguesa de Arqueologia Industrial.» O artigo diz no parágrafo inicial: «O Museu da Electricidade virá a funcionar na antiga Central Tejo dentro de dois ou três anos. Este é o projecto da EDP em relação ao edifício que durante este século «iluminou» Lisboa e outras regiões até ao encerramento definitivo em 1975.» O Instituto Português do Património Cultural classificou o edifício como de interesse público.]





## ULISSES EM LISBOA\*

por RAÚL MIGUEL ROSADO FERNANDES

A fundação de Lisboa por Ulisses, ou Lisboa reedificada, como no século XVII lhe chamaram, aparece ao leitor moderno, como capricho erudito destituído de sentido, como invenção de quem nada de melhor tinha para fazer. Ulisses em Lisboa, mesmo que fosse verdade e que assim tivesse acontecido, deixa-nos indiferentes por não termos tempo para pensar em tais minudências. Neste tipo de história, contudo, podem coexistir, como vamos tentar demonstrar, o tal pormenor do erudito, sem mais significação do que isso mesmo, até porque o próprio erudito se não deu conta do que reproduzia e transmitia — é o defeito de muitos eruditos —, e um significado que sociologicamente tem mais valor, porque ligado à história de um povo, mesmo quando esse valor seja puramente mítico e se apresenta de certa forma, como emanção do inconsciente colectivo.

Julgo, sem pretender descobrir, como faziam os Gregos antigos, um «inventor» para cada coisa, que tudo começou nos fins do I século A.C., princípios da época imperial romana, quando Estrabão, o geógrafo, atribui a Homero, criador ou consagrador de Ulisses, conforme se preferir, um papel de poeta da objectividade e do conhecimento, espécie de *Bíblia Helénica*<sup>1</sup>. De Homero poeta, que se situa antes das grandes migrações gregas do século VI e consequentes fundações de cidades na Ásia Menor, no Mar Negro, no Norte de África, na Sicília, Magna Grécia (ou Itália) e Gália, não seria desconhecida a Ibéria e os seus povos, que segundo Estrabão, teriam sido visitados pelos regressados de Tróia,

---

É o texto da conferência realizada em Maio de 1984, no palácio Galveias em Lisboa, a convite dos *Amigos de Lisboa*.

bem como por Hércules e seguidamente pelos Fenícios. Na mesma Ibéria teria existido a terra dos Bem-Aventurados, mais conhecida como espécie de paraíso terreal, por *Campos Elíseos*. Segundo o geógrafo grego teriam sido os Fenícios a fonte informadora do grande poeta. Sem conhecer a Ibéria, Estrabão não hesita em afirmar: «E parece-me que a expedição de Ulisses, que para a Ibéria tinha sido feita, e da qual nas suas pesquisas Homero tinha tido conhecimento (juntamente com a passagem de Hércules e dos Fenícios), deram-lhe o pretexto histórico; assim transferiu a *Odisseia*, como tinha transferido a *Iliada*, do domínio histórico para o da criação literária e para o da criação mitológica familiar aos poetas, etc.»<sup>2</sup>. Depois de fazer comparações com os passos homéricos que se referem à Itália e à Sicília, afirma novamente: «na Ibéria também se encontram a cidade de *Odisseia* e o templo de Atena e milhares de outros vestígios não só dos erros de Ulisses»<sup>3</sup>, como por exemplo dos Campos Elíseos. Vem esta asserção na linha de pensamento crítico dos comentadores helenísticos, como Asclepiades, citado pelo geógrafo, que viam *Odisseia*, a cidade de Ulisses, numa região montanhosa, no país dos Turdetanos, ou seja na zona da Andaluzia, entre Sevilha e Granada, ou mais precisamente na Sierra Nevada, diz Garcia y Bellido: «Na região montanhosa está à vista *Odisseia* e nela o templo de Atena, conforme dizem Posidónio, Artemidoro e Asclepiades de Mírlia, homem que na Turdetânia ensinou a gramática e publicou uma descrição dos povos dessa região.

Ele diz que recordações (hymnômata) dos erros de Ulisses, como escudos e esporões de navios, estão pregadas no templo de Atena».

Lisboa, no entanto, também era distintamente conhecida pelo geógrafo, que lhe chama *Olysipon* (sem ligar a palavra a Ulisses) e no-la coloca na embocadura do Tejo que descreve com algum pormenor.

Estrabão faz pois eco da historiografia alexandrina e admite que as viagens de herói se tivessem passado «já fora das colunas de Hércules (Gibraltar), já no Oceano Atlântico»<sup>4</sup>.

Esta é a convicção que vai prevalecer na lenda, que encontramos lembrada por Tácito no *Da Germânia*, quando nos transmite que «Alguns são de opinião que Ulisses no seu longo, célebre e decantado error arrastado para este Oceano (o Mar do Norte) teria chegado às terras da Germânia, e que Ascibúrguio (Asberg), que na margem do Reno está situado e que ainda hoje é habitado teria por ele sido fundado e denominado; que um altar consagrado por Ulisses e no qual está gravado o nome de seu pai Laertes teria sido encontrado outrora naquele mesmo lugar e que ainda hoje subsistem alguns monumentos e túmulos com inscrições com letras

gregas na fronteira entre a Germânia e a Récia». Quanto aos monumentos em língua grega sabemos por analogia que muitos textos epigráficos célticos eram escritos com os caracteres gregos, o que levou os romanos a pensarem que Gregos por aquelas regiões teriam passado, como também se teria de esperar pela chegada dos Romanos a Asberg, perto de Mörs na embocadura do Ruhr, para que a lenda tivesse sido lançada e possivelmente recolhida na obra de Plínio sobre *As Guerras de Germânia* <sup>5</sup>.

Dois séculos depois, na *Colectânea de Factos Memoráveis*, o historiador Solino, na esteira da descrição geográfica de Plínio, ao referir-se ao promontório de Ártabo que alguns chamam de Olissiponense, situado entre o Oceano Atlântico e o que se chama de Oceano Gálico, afirma simples e rapidamente que «aí foi fundada a povoação de Lisboa por Ulisses; aí o rio Tejo» <sup>6</sup>. Lisboa aparece com a forma de *Olisipone*. No século v, Marciano Capela, nas *Núpcias de Mercúrio e de Filologia*, livro que vai ser um dos fundamentos da erudição medieval, ao compilar notícias cosmográficas sobre a Lusitânia, cujo nome diz derivar de Lusus filho de Baco, e sobre o Tejo, diz que «aí está a povoação (oppidum) de Lisboa, que dizem ter sido fundada por Ulisses e de cujo nome é chamado um promontório que separa os mares e as terras <sup>7</sup>. O nome também é *Olisipone* e o passo parece ter sido coligido da obra de Solino, da qual terá passado para S. Isidoro de Sevilha que ao ocupar-se da etimologia de *Olisipone*, também diz que «foi fundada e denominada por Ulisses» <sup>8</sup>.

São certamente estas fontes, de que o Cruzado Osberno dispunha, quando com outros cruzados da Inglaterra, da Alemanha, da Flandres e da Itália, vem ajudar D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa e nos presta informações sobre o Tejo e o monte Ártabro, que divide o Oceano Gálico do Atlântico: «A Norte do rio está a cidade de Lisboa, no alto de um monte arredondado, cujas muralhas descendo a lanços chegam até à margem do Tejo, dela separado apenas pelo muro. Ao tempo a que ela chegámos, era o mais opulento centro comercial de toda a África e duma grande parte da Europa. Está edificada sobre o monte Ártabro... terminando ali o oceano Atlântico e o ocidente. Julga-se *por isso* que Lisboa é uma cidade que foi fundada por Ulisses» <sup>9</sup>. Segue-se a descrição das riquezas à volta da cidade. Lisboa é nomeada contudo como *Lyxibona* e *Ulyxibona* e o facto de estar ainda no Oceano Atlântico e na separação do Oceano da Gália, é facto bastante, tal como Estrabão previa, para que se considere estar ainda na órbita dos caminhos marítimos de Ulisses.

O cruzado Arnulfo que partiu para Lisboa de Dartmouth na Inglaterra pouco difere na descrição a não ser que cita fontes sarracenas. Estas, como por exemplo a Crónica do Mouro Rasis, que nos é familiar, eram certamente conhecedoras dos geógrafos gregos e latinos: «penetrámos no leito de um rio, que se chama Tejo no segundo dia de viagem e ancorámos perto de Lisboa (*Ulixisbona*) na vigília dos Apóstolos Pedro e Paulo. Esta cidade, conforme contam os historiadores sarracenos, foi edificada por Ulisses depois da destruição de Tróia e construída sobre um monte e é, pela estrutura admirável das suas muralhas e das suas torres, inexpugnável pelas forças humanas»<sup>10</sup>. De notar o nome de *Ulyxisbona*, em que vemos o genitivo da forma Ulixis, de Ulixes, que encontrará mais adiante o seu reflexo etimológico.

Até agora tudo se tem processado dentro da convicção de que etimologicamente haveria parentesco entre *Olisipo*, *Olisipone*, *Ulixbona*, *Ulixisbona*, *Lixbona*, etc., e o nome de Ulisses, noção reforçada pela ideia de que as navegações de Ulisses poderiam ter ido bem mais além dos pilares de Herácles, conforme defendia Estrabão e tantos outros, não só até Lisboa, como até à zona alemã da Renânia. Por enquanto têm contudo os historiadores limitado as suas reflexões a pouca coisa, à fundação da cidade, baseada na semelhança do nome e na verosimilhança da tradição geográfica quanto à interpretação dos poemas homéricos.

É na *Crónica Geral de Hespanha de 1344*, na sua versão portuguesa, que encontramos alguns acrescentamentos ao primeiro núcleo que atrás recolhemos, com variantes significativas e que mostram uma tentativa de racionalização do mito, como tantas vezes acontecia, quando a lenda era necessária para explicar o que era real.

Omite, no entanto, a intriga amorosa da versão castelhana do século XII, de que Mário Martins fala em livro recente, e em que Ulisses é retirado dos braços de Circe por uma carta de Penélope (a carta de Penélope a Ulisses das *Heroides* [Cap. I] de Ovídio), e parte para Ítaca, mas ventos contrários levam-no até Lisboa. «E por que le semejo aquel lugar mejor que los que el fasta ally havia fallados, tomo deste su nombre Ulixes y este otro bona, y ayuntando-los y fiso dende uno y pusole a aquella çibdad que fasie y llamola Ulixbonna». Porém o passo português diz «E dizem alguns que este logar foi pobrado despois que Troya foi destroyda a segunda vez e que a começou de pobrar hũu neto de Ulixes que avya esse mesmo nome Ulixes como o avoo; e que este morreo ante que fosse acabada de pobrar e que mandou a hũa sua filha que avya nome Boa que a acabasse; e que ella a acabou e que, despois que foy acabada, que ajuntou hũa parte do nome de seu padre ao seu e poslhe

nome Lixboa»<sup>11</sup>. Por necessidade etimológica inventa-se uma história; por necessidade cronológica (aparentemente pelo menos) inventa-se um neto e uma bisneta, mas não pode negar-se que assim a narração se torna mais eficaz e todos os vazios do *puzzle* ficam preenchidos.

Esta predisposição de, à falta de sinais evidentes da presença de Ulisses (que ainda hoje arqueólogos e homeristas pacientemente buscam), se acrescentar a lenda, já é denunciada na *História de Fernando de Aragão*, de 1521, por Lourenço Vala, humanista bem conhecido da Europa e que, desde esse momento passará a ser o opositor, diria até o inimigo, citado por todos os que na esteira da consagração de Ulisses, fundador de Lisboa, o irão afirmando cada vez mais fundador, cada vez mais Ulisses. Vala no entanto diz simplesmente, remetendo-se friamente para a análise dos homeristas cautelosos: «Em Portugal (não diz Lusitânia) *Olisippona*, este nome é corrompido por aqueles que fazem derivar Ulixbona de Ulisses, visto não saberem como se escrevia o nome do célebre varão de Ulisses, pois o nome foi corrompido desta forma pelos próprios Latinos, além de que Ulisses nunca navegou para aquelas bandas. Finalmente se se pretender seguir a origem grega daquela palavra, há que levá-la até às éguas (*hippoi*)...»<sup>12</sup> e conta a história famosa das éguas de Lisboa que ficavam prenhas do vento, da qual diz, negando origem lusitana ao mito e dando-a por simples imitação! «Penso que seguiram Homero, que nos diz que a parrelha de cavalos de Aquiles foi engendrada por Zéfiro na beira do Oceano»<sup>13</sup>.

Julgo que Vala está perfeitamente consciente dos rumos ínvios que o mito homérico estava a seguir: um de raiz etimológica, outro que seguia com grande liberdade a interpretação dos poemas homéricos e que ainda hoje continua.

Quanto à etimologia, porém, não há a menor dúvida de que o nome de Lisboa nada tem a ver com o de Ulisses. Sentimo-lo mesmo sem chamar em nosso auxílio as autoridades, mas quem tiver dúvidas só tem de consultar o dicionário de nomes próprios de Antenor Nascen-tes<sup>14</sup> e o dicionário etimológico de J. P. Machado. Por aí se sabe que já houve a tentativa de explicar Olisipo pela terminação fenícia — *ippo* que aparece em nomes de cidades da Península e do Norte de África, com o significado de «muralhada», outros como Leite de Vasconcelos dizem que é um nome ibérico, enquanto J. J. Nunes se limitava cautelosamente a considerá-lo pré-romano, mas Bochart por exemplo volta ao fenício e encontra sua explicação em *alis ubbo* «alegre seio do mar», ou Mendes Correia que relaciona o nome da cidade com Elássipos, filho de Posídon e Clito, citado no *Crítias* de Platão. J. P. Machado que é o autor

mais recente e o que mais longamente se ocupou deste nome próprio diz laconicamente que «Lisboa é a forma actual resultante do ár. *Lixbûna*; este provém do lat. *Olisipone*, *Olysipone* ou *Olisippone*. Em compensação nada sabemos sobre a época desde que este era empregado na Hispânia antes da chegada dos Romanos, de que idioma eles o tomaram, nem mesmo (ou ainda menos) em que falar ele se formou. Tudo o que vá para além disto é invenção e fantasia»<sup>15</sup>. Mas a verdade é que tais considerações nunca demoveram eruditos, e muito menos eruditos que tentam a todo o custo promover uma tese, fortificá-la e dar-lhe credibilidade, e por isso o século XVI em unísono vai consagrar a Lisboa de Ulisses, cujo mito e fundação é lançado por André de Resende, fonte dos *Lusíadas*, exactamente num episódio do seu *S. Vicente Levita e Mártir*<sup>16</sup> em que não só consagra a história da ligação de S. Vicente e seus corvos a Lisboa, como a lenda da fundação, ou pelo menos da reconstrução de Lisboa, pelo navegador grego. Afinal quem melhor do que Ulisses encarnava a aventura naval portuguesa e quem melhor do que ele representava o espírito do risco, o gosto do perigo e a coragem diante deste, do que o «astuto» Ulisses? Que brasão mais nobre (pela tradição literária e pelos valores humanos em si) poderia ser encontrado para uma cidade e seu fundador? Na história criada por Resende vamos encontrar incorporada a narração de Estrabão com os seus três elementos de identificação: a cidade de Odisseia, o templo de Minerva (a Palas Grega), e os despojos da viagem marítima dentro do templo.

«Porém, já no Oceano, ultrapassando Minelau, Ulisses foi empurrado pelo redemoinho dos ventos para onde a terra se desvia e o recebe num golfo do mar, entre os altos cumes do monte da Lua (Sintra) e as colinas bárbaricas (Arrábida e Espichel) mudou de rumo e recolheu a um porto». Porto esse que explora num batel (celox), seduzido pelo *amoenitas loci* e pela fertilidade dos campos e pelo céu e as núvens. «Volta finalmente aos companheiros e manda abrigar os barcos no porto para poderem desprezar o rigoroso inverno». Descrição do Tejo, encontro com os nativos (indigenae). Admiração por que as línguas que falavam os Gregos e os Lusos não eram muito diferentes. A verdade é que os povos da região descendiam da família de Luso, filho do deus Diónisos. A conselho da sua protectora Palas Ateneia (dentro da tradição homérica) vai Ulisses levantar os muros do templo a ela (a Minerva dos Romanos) dedicados e nele deixa os despojos (como diz Estrabão): *galhardetes*, esporões da armada e os escudos trazidos dos Troianos (acrescenta como se vê os *galhardetes*). Grava ali um poema que fala das suas viagens. «É ele o primeiro que do seu próprio nome denominou a cidade de Odis-

seia, a qual neste momento é conhecida como a mais ilustre em todo o universo, e a fama levantou ainda para além dos astros o chefe dos Pelasgos. Nela tinha podido viver em segurança Ulisses entre os *Lusíadas* (e a palavra é neste poema cunhada), se não o tivesse chamado o amor da amada esposa, da pátria e do filho e o seu cuidado pelo pai, porque na companhia destes a própria pobreza para qualquer homem é mais doce, do que quaisquer riquezas, mesmo as de Crespo rei da Lídia, «desde que se seja obrigado a viver no exílio e só, em terra que não seja sua pátria». Está lançado inexoravelmente o épico romance de Ulisses, o nome de *Lusíadas*, *Lusus*, patrono epónimo da Lusitânia, enfim a estrutura que encontra os germes, na descrição de Estrabão, e a forma, na capacidade creativa de Resende. Este só voltará a insistir sobre o assunto, quando na *oratio pro rostris*, oração de sapiência na Universidade de Lisboa<sup>17</sup> cita larga parte do poema que acabámos de ver, quando deseja contradizer a etimologia de Vala, recusando-lhe o expediente de fazer derivar *Olisipo* das célebres éguas, na medida em que, e diz claramente, o nome da cidade se escreve com O, iota simples, S. e P. simples, o que exclue imediatamente os dois *PP* pressupostos pelas *hippoi*. Também se tivesse sido denominada a partir de *hippos* nem mesmo assim tal facto impedia que tivesse sido Ulisses o fundador. Além disso, com alguma cerimónia, increpa o erudito português a Vala dizendo que «Ninguém afirma que *Ulyssipo* vem de Ulisses; mas o certo é que à cidade que Estrabão chama de *Ulysseia*, chamou Solino com o nome próprio de *Olisipo*»<sup>18</sup>. Eis aqui a pequena falácia de Resende, na medida em que Solino não teve por certo presente o texto de Estrabão, mas mais provavelmente o de Plínio e nada diz que nos possa fazer acreditar na versão de Resende, que conclui no mesmo passo que a palavra *Olisipo* é de origem grega.

A esta versão lendária e aumentada não vai ser insensível Damião de Gois que em 1554, quando escreve a sua descrição de Lisboa, seguindo assim um lugar comum literário habitual da sua época, que era o elogio das cidades, forma diplomática de agradecer um seu bom acolhimento ou de agradar aos seus poderosos, se limita a relatar as opiniões dos autores reconhecidos como cientistas nas suas diferentes épocas e ao mesmo tempo a dar-nos a razão, por que foi Estrabão o autor preferido, e por que motivo foi Ulisses também e não, por exemplo, o *pious Aeneas* o herói de eleição. É que Ulisses, como Menelau (a que se refere o poema de Resende), tinha passado para além de Gades, e Menelau conseguira, diz Gois, navegar até às Índias. A certa altura diz-nos mais: «Não me atrevo a afirmar com certeza, a tamanha distância de séculos, qual fosse o verdadeiro fundador de Lisboa.

Os escritores antigos incluem-na entre as mais antigas cidades da Hispânia. Varrão chama-lhe Olisipo; Ptolomeu, Olisipo; Estrabão dá-lhe o nome de Ulisseia e parece seguindo a informação de Asclepiades Mirliano, que foi fundada por Ulisses». Fala dos despojos náuticos do templo de Mineva e finalmente remata com o *argumentum auctoritatis*: «Julgam muitos autores que deste passo (de Estrabão) não se deduz satisfatoriamente que Lisboa fosse fundada por Ulisses. Contudo, eu sinto maior inclinação para adoptar o testemunho de tão ilustre escritor do que para aderir à opinião de quem, sem motivo suficiente, escarnece desse modo de escrever (refere-se bem entendido a Vala). Tanto mais me inclino para isto quanto é certo que Solino, varão extraordinariamente culto, também segue o parecer de Estrabão. Mais. O nosso André de Resende tão apreciado de todos os doutos, adopta e confirma, em diversos pontos dos seus escritos, a mesma opinião»<sup>19</sup>.

Só que, temos nós de responder, Solino não repete Estrabão e Estrabão fala da Ulisseia (Odisseia) na terra dos Turdetanos e conhecia Olisipo como cidade distinta. Gois reafirma, além disso, a opinião de Resende de que Olisipo só deve escrever-se com um só *p*.

Apoiada pelos eruditos antigos, sôfregos de etimologias nobilitantes ou pelo menos identificáveis com realidades objectivas e bem conhecidas, desvirtuada da versão inicial de Estrabão, consagrada e por vezes acrescentada na Idade Média, abençoada e alargada, quase que romanceada (pelo menos em termos épicos) por André de Resende que lhe dá também o apoio erudito, a lenda de Ulisses em Lisboa, está prestes a ser consagrada politicamente, socialmente, com o valor de facto nacional indiscutível por Camões, para não falarmos de outros humanistas como Diogo Mendes de Vasconcelos que ao enumerar as cidades (no poema sobre a sua *Partida de Évora em 1572*) diz: «Entre elas destacam-se as muralhas de altivas cristas/do errante Ulisses, émulas da Roma das sete/colinas e rivais da velha Tebas do Nilo»<sup>20</sup>. Também Diogo Pires, judeu português exilado, que vivia nas dálmatas costas da Jugoslávia, em Dubrovnik, antiga Ragusa, ao lamentar a morte de D. Sebastião e a funesta realidade do domínio espanhol, evoca a nobre fundação de Lisboa: «Ó pátria, morada de deuses, que o valoroso Ulisses/fundou junto às praias do oceano ocidental:/acaso tu aceitaste o jugo espanhol e o domínio belga?»<sup>21</sup>. Camões, esse, evoca a sua cidade, tratando-a por tu, o que não é um simples latinismo mas demonstra familiaridade sobretudo quando a após-trofe vem do ilustre Gama:



E tu, nobre Lisboa, que no mundo/Facilmente das outras és princesa/  
Que edificada foste do facundo/Por cujo engano foi Dardânia acesa;

Tudo em perífrase e antonomásia, em alusão, para que o leitor provocado fixe melhor, pela obscuridade do texto, o nome da cidade e da sua origem, nome que o poeta por vezes nos dá na forma de *Ulisseia*, referindo quer os muros *ulisseos*, quer o porto da ínclita *Ulisseia*. Tão pouco falta o templo de Minerva (tirado da história de Estrabão): «Ulisses é o que fez a santa casa/A Deusa que lhe dá língua facunda;/Que se lá na Ásia, Tróia insigne abraza/Cá na Europa Lisboa ingente funda». Isto no seguimento de *evidentia* retórica em que Paulo da Gama mostra ao Catual as diversas figuras que ornavam as bandeiras desfraldadas na nau que comandava: «Vês outro, que do Tejo a terra pisa,/Depois de ter tão longo o mar arado,/Onde muros perpétuos edifica,/E templo a Palas, que em memória fica?/» Ulisses seguia a Luso (tal como no poema de Resende) e depois seguir-se-lhe-á Viriato<sup>22</sup>.

Esta descrição tão afirmativa de Camões, vai levantar alguns problemas ao seu comentarista Faria e Sousa, que, no entanto, se sai habilmente da dificuldade, invocando a autoridade de autores, mesmo que admitindo que haja alguma confusão. Quanto ao templo de Minerva diz «Del, ni della hallareis vestígio alguno. Lo mas antiguo de Lisboa es aquel pedaço que lhaman Alfama, monte cubierto de caseria, por la mayor parte menuda, i de calles angostas. Hallareis solamente la tradicion, i la semejança del nombre. La primera tiene mas fuerça que la segunda». E quanto à fundação de Lisboa, reza assim a sua opinião, no que respeita as várias fontes e opiniões: «Cierto no doy más credito a unos e a otros, porque pretender assegurar algo en semejantes materias es cosa vana. Solamente non pudo dexar de reconocer obediência a la opinion de tan docto hombre como lo fue el grande Juan de Barros, que sobre ser cierto que vió unos, i otros Autores, se arrima a que Ulisses es fundador de Lisboa (300 años antes de Roma) en su Geografia, etc.». E continua dizendo que o templo de Minerva, deusa Grega, não é mais do que o convento de *Chelas*, antigo convento das Vestais nome proveniente do grego *χῆλαί* que significa as pedras que junto aos cais os defendem do mau tempo, mas que neste caso seria «vale, margen, o vala» para defender o convento ou o templo das inundações do Tejo. No entanto, Faria e Sousa termina o seu comentário dizendo: «Cada uno crea lo que le pareciere, que esto no es cosa de Fé»<sup>23</sup>.

Apesar desta atitude aparentemente crítica, e ao mesmo tempo contraditória, a lenda vai ganhando corpo, sobretudo numa época de inse-

gurança política e de sucessão dinástica, como ao seu tempo já previa André de Resende, que vai eclodir na tomada do poder, por via da legitimidade ao trono, pelos soberanos espanhóis. Ulisses, a antiguidade da Lusitânia, Viriato, são apropriações feitas pelos intelectuais portugueses de então, que tentam nobilitar as realidades portuguesas pelas etimologias encontradas nos velhos autores, pelas lendas fantasiosas mas que têm as suas raízes na antiguidade, como pretextos para uma resistência autonomista feita com fundamento na alegoria e na alusão. O pretexto místico vai servir de quadro a afirmações patrióticas, ao louvor das virtudes portuguesas e à recordação saudosa e sebastianista da coragem dos nossos heróis. Ulisses é um deles, e mais do que isso, é um herói por adopção dos Lusitanos e por opção pessoal.

De facto, quando em 1597 sai a lume a *Monarquia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito, tinham-se cumprido as mais terríveis profecias e os mais desagradáveis prognósticos que encontramos já nas obras de Resende. Os Reis Espanhóis é que mandavam cá. Assim, retomando as velhas lendas que ligavam a história inicial da Lusitânia à história Bíblica e à história mítica das lendas gregas de Heracles e de Ulisses, já começavam a tomar forma na Crónica Geral de Espanha, e que depois tinham sido consagradas, nas *Antiguidades da Lusitânia*, por André de Resende, sem esquecermos o seu poema sobre S. Vicente que é uma das fontes, Frei Bernardo de Brito alarga a trama, compõe a intriga, inventa peripécias que tornam Ulisses cada vez mais nosso. Uma das características portuguesas é-lhe logo concedida. De facto a fundação de Lisboa, o templo de Minerva, o encontro com Górgoris rei dos Lusitanos, tudo isso já se conhece, mas o pormenor sentimental para que já apontava a *Estoria de Espanha*, é explicado e aproveitado, não só por meio do entusiasmo que o começa a ligar à terra que ele já começava a amar como sua. Assim diz o historiador alcobacence que: «Foy grande o contentamento que Ulysses teve desta povoação, que esquecida a felicidade e quietação do seu Reyno, punha todas as suas forças em prosperar e engrandecer o que de novo fundava, e refazendo as embarcações destrôçadas, se ocupavam em pescar no Tejo a variedade de grandes e sabrosos peixes, que em si cria, de modo, que quanto mais estavam em terra, tanto menos causas se achavam para lembrar da sua». Nem o rei Górgoris, que vinha à frente do seu «admirável povo» e «em tom de peleja» ao seu encontro, conseguiu resistir ao «astuto», ao «facundo» Ulisses. Compreendeu a bondade e a boa vontade do Grego e decidiu com ele colaborar para o engrandecimento da pátria, dando-lhe mulheres para os seus companheiros e «ao Capitão Ulisses deu por amiga a filha de que

falamos atrás... e com ella viveu alguns tempos em grande quietação e tão preso de seus amores... e pela detença destes amores lhe escreveu Penélope... obrigando-o a deixar a quietação de terras estranhas para ir gozar de quem tão pouca tinha em sua ausência»<sup>24</sup>.

Mas os Gregos começaram a tornar-se corsários e a fazerem toda a casta de atropelos (segundo célebre fonte, inventada por Bernardo de Brito, um tal Laimundo) de tal forma que em breve a gente Lusitana teria recorrido às armas, não fora Ulisses, consciente da situação, pegar na maior parte da sua gente e partir para Ítaca, «onde viveu muitos anos em melhor fortuna». A este *happy ending* pessoal do capitão grego corresponde grande tristeza do rei Górgoris e da amada de Ulisses, mas acaba o rei por fazer as pazes com os gregos que tinham ficado em Lisboa os quais «tratou sempre como naturais da própria terra». E termina o episódio com o elogio de Lisboa: «Esta insigne cidade foi sempre tão venturosa... de maneira que é hoje uma das maiores, mais ricas e nobres de toda a Europa, cabeça e assento principal dos felicíssimos Reis da Lusitânia, a cujo alto Império obedecem os poderosos Reis da Índia, etc.». E isto com Filipe II rei de Portugal, que naturalmente pode ser ou não o rei da Lusitânia, porque cautelosamente se evita o nome de Portugal.

O texto de Frei Bernardo com o romance de Ulisses, com a vida sentimental um pouco «lamecha» do herói grego, culmina o processo de valorização de uma história, que já romanceada vai servir de pretexto para dois poemas heróicos, quase contemporâneos, publicados na época dos Filipes, os quais, segundo Hernâni Cidade afirma com toda a razão constituem peças importantes da literatura autonomista, que hoje se chamariam de literatura de resistência contra o poderio de Espanha, resistência passiva, que pacientemente, tal como era o intento dos que a faziam desde o século XVI, inflamava contudo o orgulho patriótico dos portugueses falando de imperecíveis glórias<sup>25</sup>.

Postumamente publicada em 1636 é a obra de Gabriel Pereira de Castro *Ulisses ou Lisboa edificada, Poema Heróico*,<sup>26</sup> que, como veremos, poderia ser também, se fosse obra do romantismo, um poema dramático. Concordamos com Edward Glaser<sup>27</sup>, que ao estudar o poema é de opinião que ele sobressai dentro da literatura portuguesa por tratar de um tema nela pouco tratado, o tema de Ulisses, o que tão pouco nos admira se nos lembrarmos que as tradições das culturas helénicas nunca conheceram em Portugal grande sucesso, nem estiveram jamais na moda que é quase de dizer o mesmo. Os exemplos do tema de Ulisses e Lisboa que atrás apresentámos constituem apreciável *corpus* do que se disse e se escreveu sobre o *πολύτροπος* — manhoso — astuto — Ulisses.

Concordamos também com Glaser quanto este defende, contra a opinião de H. Cidade, que o poeta não se limitou a «pilhar» no arsenal homérico, na medida em que aproveitou habilmente da licença dada pela *imitatio*, processo não condenado, antes aconselhado na época. Para mais consegue fazer uma simbiose, tal como Camões, da história portuguesa, com a Odisseia, e para isso altera a ordem dos episódios, altera as estruturas e até encontra uma Calipso em Lisboa. Nítida a influência de Homero, de Camões, de Ovídio e da historiografia alcobacense, bem como certamente dos humanistas como Resende. Os processos épicos são os mais comuns: profecia, quando se pretende evitar anacronismos e contar o futuro, relato do passado quando se quer pôr o leitor ao corrente dos antecedentes da situação. Assim, depois de abrir com a invocação de Filipe IV<sup>28</sup>, a quem chama «gigante», «Alcides Hespérico», ou seja Hércules Ocidental, e «Águia Imperial» (da águia do brasão de Espanha) fala Pereira de Castro: «Suspendei por um pouco do áureo ceptro/A régia Magestade soberana/Ouvi cantar ao som do Grego plectro/Com grave acento a Musa Lusitana:/E em quanto dais a mais sonoro metro//Obras dignas de glória mais que humana,/Dai-me vosso favor, que nele espero/*Cantar de Ulisses, imitando a Homero*»<sup>29</sup>. Abre assim o poema com uma assembleia dos deuses, com Marte contra, e Minerva a favor de Ulisses, a qual decide que Ulisses seja albergado por Circe, e esta seja o porto de abrigo que lhe permitirá fazer-se ao mar para ir fundar Lisboa<sup>30</sup>. Côrte de Circe, narração de Ulisses, dos seus erros depois da partida de Tróia. Profecia de Proteu, referente à fundação de Lisboa<sup>31</sup>. Continuação da narração de Ulisses com os episódios dos Lotófagos e de Polifeno e o naufrágio que o leva ao litoral de Circe. Circe apaixonada, e de tal maneira quem nem se importa por enquanto (não é como Dido) que Ulisses vá cumprir a profecia indo fundar Lisboa. Ulisses não parte, contudo, antes de ouvir a descrição da Europa por Circe<sup>32</sup> e de ser por esta acompanhado aos infernos, dela recebendo a profecia da história de Portugal desde a história mítica à história de Henrique a Henrique (*o santo Henrique é, para que fique/do nome do primeiro último Henrique*)<sup>33</sup>, sem esquecer os Filipos e Lepanto, para que antes faça a descrição da mágoa que o povo sentiu ao perder D. Sebastião e as exéquias que em sua memória lhe fez o «saudoso Tejo»<sup>34</sup>. Circe, entretanto, deixa partir Ulisses, e com isto termina a verdadeira influência homérica, no poema, para predominar a influência da *Eneida* na medida em que não se trata mais do regresso, do *nóstos* do herói, mas de uma missão a cumprir. Ulisses assume as feições de Eneias e como este passa por muitas provações, ao largo de Marselha, por entre

as colunas de Hércules, e aí aparece-lhe a horrenda e gigantesca figura do filho de Alcmena que de ameaçadora passa a protectora quando nele reconhece o fundador de Lisboa. Chega a Lisboa finalmente e, como diz Ulisses, «Aqui — amigos, se acaba o grão caminho», seguindo-se a descrição amena da região<sup>35</sup>, à qual não faltam Zéfiro, nem avezinhas, até se avizinhar Górgoris, o rei dos Lusitanos, que o convida para a Corte onde Ulisses descreve a guerra de Tróia<sup>36</sup> e lhe apresenta sua filha Calipso. Assim é denominada a filha do rei, que em Bernardo de Brito nunca é dada a conhecer pelo nome. Amor, aventuras, caçadas<sup>37</sup> mas no meio da azáfama começa a erguer a cidade e o templo a Palas (Minerva) sua protectora desde os poemas homéricos. Fala-se de Chelas, no mesmo espírito da *Monarquia Lusitana*, e finalmente há a *prosopopeia* do rio Tejo, em que este se encontra em sonho com Ulisses e lhe promete protecção, cantando depois a ninfa Legeia, com a maior exaltação patriótica<sup>38</sup>, a profecia da história das conquistas portuguesas. Ulisses entretanto acorda, mas Górgoris — vítima de Circe que lá longe sente ciúmes e que envia Tisífone, a Fúria, intrigar com o rei Lusitano durante o sono —, aparece em pé de guerra<sup>39</sup> e o que, em Bernardo de Brito é deixado em suspenso, é levado a cabo. Tal como nos seis últimos cantos da *Eneida* se defrontam as forças Troianas com as Latinas comandadas por Turno, assim também se segue a descrição ininterrupta da batalha e de como Ulisses procura aliados para se defrontar com as tropas de Górgoris. É evidente que os nomes dos chefes aliados são bom pretexto para lembrar velhos nomes Lusitanos e Portugueses como Colipo, Colares, etc., nomes gregos como Adrasto, ou nomes de guerreiros como Arga e Gerês (duas serras). Ulisses é protegido por Minerva e Górgoris por Marte, de forma que a luta é difícil, o que se torna ainda mais evidente nas palavras de Valinferno, um dos heróis Lusitanos, que referindo-se a serpentes monstruosas enviadas por Marte, invectiva o inimigo Ulisses: «Nesta agora verás, Grego insolente/Abrazador dos muros de Dardânia,/ Se cria o brando Tejo forte gente,/Quando castigue a tua grande insânia/Nas entranhas terás desta serpente/Sepulcro da guerreira Lusitânia/, Que a teus atrevimentos excessivos/Estas feras serão sepulcros vivos». Apesar do Tejo, aliado de Ulisses, que lança as águas em auxílio da armada grega, as peripécias continuam até que Júpiter decide em assembleia e influenciado por Juno, proteger Ulisses e Lisboa contra Górgoris. Há finalmente, tal como entre Aquiles e Heitor, ou Eneas e Turno, a luta final entre Ulisses e Górgoris e, tal como na *Iliada* e na *Eneida*, não falta a descrição do escudo mandado fabricar a Vulcano por Palas e no qual se grava em baixo relevo a história de Portugal, óptimo pretexto

para o poeta que, desprendidamente e como se nada fosse, faz o elogio de Nuno Álvares Pereira e das suas vitórias sobre Castela chegando ao ponto de dizer — num poema dedicado a um Filipe — «O Castelhana fuge profligado/Do inimigo, a vencê-lo acostumado»<sup>40</sup>.

Morre Górgoris (funeral como o de Heitor ou de Turno), Calipso sua filha fica presa entre dois fogos, mas a verdade é que tem filhos de Ulisses, três, diz-nos o poeta. Entretanto a cidade cresce e Ulisses com a missão já cumprida sente a saudade a apertar. Calipso também o presente e desesperada, quando Ulisses já se prepara para a deixar, lança-se com os filhos de um precipício à beira Tejo, desfazendo-se ela na areia que vai abraçar os dois filhos transformados em rochas (à maneira das metamorfoses de Ovídio). Ulisses, no templo de Palas, antes de partir, deixa como rei da Lusitânia a seu filho, que tinha sobrevivido à tragédia. E termina o poema com a invocação a Filipe IV.

Poucos anos depois e na esteira de Gabriel Pereira de Castro surge outro poema heróico, desta vez insitulado *Ulyssipo* de António Sousa Macedo. É editado em 1640<sup>41</sup>, muito embora a sua redacção seja de uma época anterior à restauração da autonomia. Historicamente é escrita pelo homem que logo a seguir à libertação portuguesa escreve um libelo sobre a usurpação injusta do poder pelos Espanhóis. Parece ser à primeira vista, embora H. Cidade aponte e bem o seu carácter autonomista<sup>42</sup>, uma obra menos agressiva do que a anterior, caso não a olhemos de perto. Não podemos deixar de dar razão a Edward Glaser que vê nesta sua imitação homenagem rara ao poema seu predecessor<sup>43</sup>. Trata-se de um poema falho de imaginação e de equivalente estilo poético visto que está inçado de demasiados lugares comuns e latinismos perfeitamente dispensáveis. No entanto apresenta-se mais aportuguesado do que o anterior, na medida em que é dedicado a Santo António: «Vós de Lisboa luz, de Itália glória/Vivo exemplar do céu, do mundo espanto,/Arquivo à santidade mais notoria,/Por sombras Deus, por excelência santo»<sup>44</sup>. Por outro lado cria por vezes símiles de modernidade de gosto duvidoso, em matéria tão antiga à qual o estilo, seguindo a teoria do *aptum*, deverá adaptar-se. De facto ao encaminhar-se Ulisses para Lisboa, desencadeiam-se os elementos, por vontade das forças infernais de Plutão (já não é Neptuno), e Eolo lança-se sobre as naus gregas: «Qual instrumento fero de Vulcano/Terribel instrumento de fraco peito,/De aladas vidas seguidor tirano/Com o trovão do raio, em ar desfeito,/Pequena munição de ferreo cano/(Que para furor tanto é passo esteito)/Impele facilmente e antes que soe/Faz que no campo dividida voe»<sup>45</sup>. Eis a perífrase metonímica por «espingarda» e «bala» e evito comentários.

Mas não bastam os elementos, pois Plutão envia visões infernais a Ulisses para o demover da viagem a Lisboa, fazendo-lhe crer que Penélope já não o esperaria. Mas o herói continua, chega à Lusitânia<sup>46</sup> e a Lisboa e aí entre em contacto com Górgoris, rei dos Lusitanos. Em visão, a ninfa Galateia<sup>47</sup> profetiza a tomada do mundo pelos Portugueses. Reconstroi o templo de Minerva no qual deposita os despojos dos naufrágios, mas não dura muito tempo a tranquilidade, pois em breve a Fúria Alecto consegue levar Górgoris a entrar em guerra contra os Gregos<sup>48</sup>. A descrição das tropas Lusitanas, com os nomes de Chefes bem portugueses, Lanoso (de Lanhoso), Marónio (Marão), Hermínio, etc., não nos dá qualquer percepção do modelo homérico, mas faz-nos sobretudo pensar no modelo virgiliano da segunda parte da *Eneida*. Ulisses corre a certa altura o perigo de se apaixonar pela virgem guerreira, de nome bem germânico Arminilda, mas a recordação da Penélope acaba por vencer. Entretanto decide o Grego fazer a paz com Górgoris e manda uma embaixada, o que vai ser pretexto para que Ploto<sup>49</sup>, cante a história da destruição de Tróia e as viagens de Ulisses, com o episódio de Polifemo em pormenor, e a descida aos infernos, até à chegada ao Tejo. Não se conseguem tréguas e as batalhas continuam intermináveis, até que se dá o duelo entre Górgoris e Ulisses<sup>50</sup>. Mas os dois guerreiros são forçados a interromper a luta, impedidos por misteriosa nuvem, e acabam por fazer a paz, o que vai proporcionar o casamento de Ulisses com Calipso, filha do rei. Nas núpcias, aparece a Sibila Cassandra a profetizar as justas vitórias portuguesas. Entretanto há novas tentativas de Plutão de levar a discórdia aos Lusitanos e Gregos, mas Ulisses habilmente evita-a, sucedendo-se um episódio em que intervém o centauro Quíron, mestre de Aquiles, que vai também profetizar as vitórias portuguesas desde Viriato<sup>51</sup>. Quíron vive em Chelis (Chelas)<sup>52</sup> e preconiza uma espécie de Quinto Império, nas profecias que faz. Ulisses ergue entretanto as muralhas de Lisboa, mas ao receber uma carta de Penélope, apressa-se a acabar o templo de Minerva, e o poeta, antes do episódio final, em que Ulisses vai derrotar Polémion em luta corpo a corpo, faz de novo a invocação de Santo António, para terminar o poema com o acabamento da construção de Lisboa, obra aprovada pelo Céu, «o Céu, que a fundação calificava/E de Ulisses lhe deu nome famoso/Sempre temido, sempre vitorioso»<sup>53</sup>.

São estes longos poemas, verdadeiros culpados do desaparecimento da poesia épica, que resumem sobretudo os pormenores lançados por Frei Bernardo de Brito e que glorificam o nome português. Em 1652 Marinho de Azevedo no seu livro sobre a *Fundação, Antiguidades, e Grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa e seus varoens illustres em san-*

*tidade, armas e letras... até 1147, em que foi ganhada aos mouros por El rey Dom Afonso Henriques*, dá-nos um prolixo conspecto de toda a erudição acumulada e de tudo o que poderá tornar lendária a cidade de Lisboa<sup>54</sup>. Com ele se esgotam as principais fontes do nosso tema.

Mas que conclusão podemos tirar de tudo isto, de tantos factos dispersos, de tantas e aparentemente tão diversas versões?

Julgo que a primeira versão é de ordem puramente etimológica: tenta identificar-se o nome de Olisipo como o de Ulisses. As variantes no nome da cidade permitiam-no com certa facilidade, desde que fosse o nome latino Ulysses e não o Grego *Odysseus*. Baseados na semelhança etimológica, ainda que falsa, faltava aos poetas e criadores de mitos, uma história, que consagrasse a origem encontrada. Daí o ter-se assimilado pouco a pouco o texto de Estrabão, de como *Ulisses-Odysseus* teria fundado entre os Turdetanos, isto é perto de Granada, a cidade *Odysseia/Ulisseia*. Transportá-la para o Tejo, foi obra habilidosa do humanismo, tanto mais que já na crónica geral de Espanha a história etimológica ganhara dinamismo com a filha Bona de Ulisses e a carta de Penélope ao marido. Foi sobretudo Resende, que criou a noção de Ulisses em Lisboa, como fundador da cidade e responsável pelo templo à sua protectora Minerva. Daí foi a lenda ganhando maior dimensão e, ao diversificar-se a intriga, foi aparecendo um Ulisses meio Lusitano, e que só não ficou Lusitano de todo por não ter havido a coragem de quebrar com a tradição homérica. Sob o pretexto de Ulisses, que vem nobilitar a fundação de Lisboa, por ser já navegador como serão os futuros Portugueses, começa a fazer-se o trabalho de sapa, para, apesar das crises, da ameaça espanhola ou mesmo da ocupação espanhola, se criar uma consciência nacional, para a qual contribuíam as identificações da Lusitânia com Portugal (quando o berço da nacionalidade [Douro e Minho] ficava na Galécia e portanto fora da Lusitânia), e a de Viriato como verdadeiro e primeiro herói histórico nacional. As fundações de cidades, que desde os tempos gregos, em que tantas se fundaram em todo o Mediterrâneo, eram oportunidades únicas para glorificar alguém pela sua fundação ou reedificação, como nos tempos modernos foi o caso de cidades como Sá da Bandeira (agora Luambo) em Angola, ou de Lourenço Marques (agora Maputo), em Moçambique, ou de Washington, nos Estados Unidos, ou de Petrogrado (S. Petersburgo) transformado em Leninegrado, ou então para glorificar a cidade pela ligação ao seu nome de alguma personagem mais antiga do que a sua fundação e já consagrada pelo mito.



Fernando pessoa captou melhor do que ninguém este processo em que o mito é mais forte do que a realidade porque faz parte do que queremos acreditar e é o querer que importa: «O mito é o nada que é tudo/O mesmo sol que abre os céus/É um mito brilhante e mudo/O corpo morto de Deus, Vivo e Desnudo/Este que aqui aportou,/Foi por não ser existindo./Sem existir nos bastou./Por não ter vindo foi vindo/E nos creou./Assim a lenda se escorre/A entrar na realidade,/E a fecundá-la decorre./Em baixo, a vida, metade/De nada, morre»<sup>55</sup>.

E não será mesmo assim? Se assim não fosse, e houvesse outra qualquer razão, não me estariam aqui a ouvir, a esta mesma hora, tantos descendentes de Ulisses, a mim que não sei se dele descendo ou não.

## NOTAS

<sup>1</sup> Estrabão, *Geografia*, I, 1, 4: «Quanto aos povos do Ocidente, mostra Homero claramente que eram prósperos e viviam num clima temperado, pois deve ter ouvido falar da riqueza da Ibéria e de como Hércules a teria invadido, à procura dessa riqueza, e depois dele os Fenícios, os quais antigamente dominaram a maior parte do país. Só depois destes é que vieram os Romanos».

<sup>2</sup> *Geogr.* III, 2,13.

<sup>3</sup> *Ibid.*; Lisboa é descrita em III, 3, 1, (fala da embocadura do Tejo e possivelmente do Castelo de Almourol).

<sup>4</sup> *Geogr.*, III, 4, 3-4; Vid. comentários de A. Garcia y Bellido, *España y los Españoles hace dos mil años*, Espasa-Calpe, Buenos Aires-México, s. d., que traduz o texto de Estrabão referente à Península Ibérica (o subtítulo diz: *según la Geografía de Estrábon*).

<sup>5</sup> Tác., *De Germania*, 3; cf. comentário da edição de J. G. C. Anderson, *Connelii Taciti de origine et situ Germanorum*, Oxford, 1938, p. 50 e segs.: «Ceterum et Vlixen quidam opinantur longo illo et fabuloso errore in hunc Oceanum delatum adisse Germaniae terras, Asciburgiumque, quod in ripa Rheni situm hodieque incolitur, ab illo constitutum nominatumque; aram quin etiam Vlixii consecratam, adiecto Laertae patris nomine, eodem loco olim repertam, monumentaque et tumulos quosdam Graecis litteris, inscriptos in confinio Germaniae Raetiaeque adhuc extare. Quae neque confirmare argumentis neque refellere in animo est: ex ingenio suo quisque demat uel addat fidem». Veja-se na última frase de Tácito a posição cuidadosa que toma perante a tradição, pois recusa-se a rejeitar (refellere) ou a aceitar (confirmare) a narração fabulosa chegada ao seu conhecimento e deixa ao leitor a decisão.

<sup>6</sup> Sol., *Collectanea rerum memorabilium*, 23, 5: «In Lusitania promunturium est quod Artabrum alii, alii Olisiponense dicunt. Hoc caelum terras maria distinguit: terris Hispaniae latus finit: caelum et maria hoc modo diuidit, quod a

circuitu eius incipiunt Oceanus Gallicus et frons septentrionalis, Oceano Atlantico et occasu terminatis. Ibi oppidum Olisipone Vlixii conditum: ibi Tagus flumen».

<sup>7</sup> Marc. Cap., *De nuptiis Philologiae et Mercurii* VI, 629: «Olisipone illic (junto ao Tejo na Lusitânia) oppidum ab Vlixie conditum ferunt, ex cuius nomine promuntorium, quod maria terrasque distinguit.» (é o promontório Olissiponense, logo, denominado com o nome de Ulisses).

<sup>8</sup> Isid., *Etymologiarum libri*, XV, 1, 70.

<sup>9</sup> O seu relato encontra-se publicado no vol. II da *Lisboa Antiga*, de Júlio Castilho. *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, *Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, testemunhas presenciais do cerco*, trad. do texto lat. de J. A. Oliveira e pref. de A. Vieira da Silva, Lisboa, 1936.

*Crucesignati anglici epistola de expugnatione olisiponis* (carta de um cruzado inglês (Osberno) sobre a conquista de Lisboa), pp. 50-59: «A septentrione fluminis (Tagi) est civitas Lyxibona in cacumine montis rotundi, cujus muri gradatim descendentes, ad ripam fluminis Tagi solum muro intercluso pertingunt. Sub nostro adventu opulentissima totius Affricae et magnae partis Europae com meatibus. Est autem sita super montem Artabrum... oceano Atlantico et occasu terminatis ibidem. Quo ab Ulixie opidum Ulyxibona conditum creditur».

<sup>10</sup> *Ob. cit.*, *Epistola Arnulfi ad Milonem Episcopum Morinensen*, p. 114: «... navigantes, et alveum fluminis, qui Tangus dicitur, intrantes secunda die, apud Ulixisbonam in vigilia apostolorum Petri et Pauli appulimus. Quae civitas, sicut tradunt historiae Sarracenorum, ab Ulixie post excidium Trojae condita, mirabili structura tam murorum quam turrium super montem humanis viribus insuperabilis, fundata est...».

<sup>11</sup> *Crónica Geral de Espanha*, ed. de L. F. Lindley Cintra, Lisboa, 1954, vol. II, p. 22. capítulo VII. Cf. Mário Martins, *Estudos de Cultura Medieval*, Lisboa, 1983, cap. VIII, *Ovídio na nossa Idade Média*, p. 86.

<sup>12</sup> *Laurenti Vallensis, Patrii Romani, Historiarum Ferdinandi, Regis Aragoniae, libri tres*, Parisiis, 1521, fo. 9: «In Portugalia Olisippona, quod nomen ab iis corrumpitur, qui velut al Vlysse Vlyxbonam dicunt, nescientes Vlyssis illius viri nomen, sed si a Latinis esse corruptum praeterea Vlysem illuc non navigasse. Postremo hanc vocem, se graecam originem sectari libet, ab equis dictam».

<sup>13</sup> *Ibidem*: «Opinor Homerum secutos, qui iugales Achillis equos ad Oceanum Zephyro patre genitos tradit». Sobre este problema cf. R. M. Rosado Fernandes, «O Vento, as Éguas de Lisboa e os Humanistas do Ocidente Peninsular», in *Primera Reunion Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1981, p. 375 e segs.

<sup>14</sup> Antenor Nascentes, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, tomo II, Rio de Janeiro, 1952, s. vv. *Lisboa e Lisbonense*.

<sup>15</sup> J. P. Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1977, s. v. Lisboa.

<sup>16</sup> André de Resende, *Vicentius Levita et Martyr*, ed. J. V. de Pina Martins, Braga, 1981, edição do texto de Lisboa, 1545, sobretudo fl. B. vij. v - Bviiij v: «Oceano uero prater Menelaon, Olysses/turbine uentorum adpulsus, quo flexa receptat/terra sinu pelagus, Lunae alta cacumina montis/inter, et insigneis Leneo et Palladae colles/Barbarios, deflexit iter portumque preendit./Intima deinde sinus cunctosque celoce recessus/explorans, captusque loco, nam rura uidebat/morigera et caeli faciem sine nube serenam/ostiaque alta Tagi inque uicem certamen aqua-

rum/amnis ubi frustra luctatur Tethyos undis/.../Ad socios tandem redit et sudu-  
cere classem/imperat atque hiemem portu contemnere saeum,/indigenasque sibi  
uario sermone peritus/deuinxit. Nam lingua fere communis et iuis,/ut Dionysaei  
ductis ab origine Lusi,/inventa est. Urbisque locum, si condere uellet,/auxilium-  
que debant faciles. Tum cura Mineruae/dux Laërtae satus, comitum exorante ca-  
terua,/admonituque Deae, condit sibi moenia parua/colle super, templumque tibi  
Tritonia uirgo./Signaque naufragii suspendit, aplustria classis/rostraque et insigneis  
Trom gestamina parmas./Erroresque suos illic, Asiaeque ruinas/uenturis posito  
signauit carmine seclis,/Palladis Phrygibus uictis Ithacensis Olysses/dedicat haec.  
Vrbemque suo de nomine primum/finxit Odysseiam, quae nunc clarissima toto/  
cognita in orbe, duces fama super astra pelasgum/tollit. Ea poterat securus  
uiuere Olysses/inter Lusiadas, nisi amor reuocasset amatae/coniugis et patriae  
gnatique et cura parentis,/cum quibus est homini paupertas dulcior ipsa,/quam  
quot habit Libyae latissima iugera, seu quot/Cræsus diuitias olim, uel denique si  
cui/copia rerum alii maior fuit, exsul et orbus/dum modo cogatur patria non  
uiuere terra, etc.».

Especialmente reveladoras da fonte que o A. utilizou são as notas aos versos transcritos, nota 35 e segs., em que a influência do texto de Estrabão é de assinalar. São também estes os versos que Resende reproduz integralmente na *Oratio pro rostris*, publicada como se vê seguidamente em data anterior. O poema já estava por essa altura redigido (1534) e só onze anos depois é dado a lume.

<sup>17</sup> André de Resende, *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*, ed. de M. Pinto de Menezes e A. Moreira de Sá, Lisboa, 1956, edição de *Oratio pro rostris, pronunciata in Olisiponensi academia*. calēd. Octobris, 1534. O passo poético é citado já no fim, na peroração.

<sup>18</sup> *Ob. cit.*, p. 56: «(Olisipo) quam dius Ulysses Troianae urbis euersor, inter uarios errores suos condidit, ut Strabo et Solinus auctores sunt, quamquam Strabonis testimonium Laurentius Vallensis, ut solitus erat caetera, cauillatus fuerit». Cf. n. 12. Resende continua na sua argumentação fundamentando-se em Estrabão e Solino, até que diz: «Nam quod Vallensis de nominis ethymo argutatur, quod non scribatur per .Ypsilon, quasi ab Ulysse adcepta priore parte nominis, sed per iota et duplex .PP., quasi ἄπο τῶν ἰππῶν id, est, ab equis uento genitis, ego, ut de .Ypsilo et iota facile concedo, ita de duplici .PP. non adsentior. Sunt enim heic multa Romanorum monumenta contrarium testantia, in quibus id nomen per .O. iota simplex .S. et simplex .P. scriptum inuenitur. Quin siue ab Ulysse Ullyssipo, siue ab equis Olisippo dicta fuerit, permagni non interest. Nec ullus Ulyssiponem, quasi ab Ulysse dictam adfirmat, sed quam Strabo Ulysseiam urbem dicit, eam Solinus proprio nomine Olisiponem adpellauit. Nec, si ab equis nomen adcepit, Ulyssis aedificium statim esse desiuit. Potuit namque idem nomen ab ipso Ulysse eius rei causa adcepisse. Nam a Graecis inditum esse, Graecanica eius origo declinatioque, subindicare uidentur». Ptolomeu ao enumerar na sua *Geografia*, as cidades da Lusitânia, refere (II, 5, 4) o nome de *Olioseípon*, conforme vemos na n. seg. no texto de Damião de Góis.

<sup>19</sup> *Vrbis Olisiponis descriptio per Damianum Goem equitem Lusitanum*, Évora, 1554. Seguimos o texto editado por Raul Machado, *Lisboa de Quinhentos, Descrição de Lisboa, texto latino de Damião de Góis, tradução de Raul Machado*, Lisboa, 1937, p. 24, e segs.: «Olisiponem igitur quis primus condiderit, in tanta seculorum uetustate pro certo affirmare non audemus, quam tamen inter antiquissimi-

mas Hispaniae urbes ennumerandum esse, uetustissimi quique scriptores testantur, Hanc Varro Olisiponem et Ptolemeus Oliosiponem appellant. Strabo uero Vlyseam et ab Vlysse conditam esse, ex uerbis Asclepiadis Myrliani uidetur asserere. Is enim Myrrianus in Turdantia ludo litterario praeiuit, atque de gentibus ipsius regionis uerborum conscripsit, prodiditque etiam Olisipone in templo Mineruae, fragmenta quaedam suspensa tunc extare, uidelicet parmas, aplustra, nauiumque rostra Vlyssis errores indicantia.

EX quo sane ioco non satis liquere arbitrantur quidam Olisiponem ab Vlysse conditam esse. Nobis tamen tanti uiri testimonio ad haerere placebit potius, quam illorum dicta comprobare, qui id nullo certo argumento cauillare conantur. Praesertim cum Solinus uir apprime doctus ipsius Strabonis sententiam sit sequutus. Noster quoque Andreas Resenius uir doctorum omnium iudicio et calculo comprobatus, id multis in locis scriptorum suorum et imitatur et confirmat, etc.» O texto de Varrão a que Gois se refere é o *De re rustica*, II, 1, 7. O texto de Estrabão é o que foi citado na n. 1.

<sup>20</sup> Vid. José Galdes Freire, *Obra Poética de Diogo Mendes de Vasconcelos*, Coimbra, 1962, trata-se do poema *De suo ex Ebora discessu*, vv. 195-197 (p. 100).

<sup>21</sup> Vid. Carlos Ascenso André, *Um Poeta no Exílio, Portugal na Obra de Diogo Pires*, Coimbra, 1984 (diss. de mestrado fotocopiada). Nas p. 91 encontramos citado um passo do poema sobre os últimos reis de Portugal e é utilizado o nome Ulisseia. Mais importante para o tema é porém o poema à morte do rei D. Sebastião, p. 115 texto latino, com a tradução na p. 185: « O patria, o diuum sedes, quam fortis Ulixes/condidit occidui litus ad Oceani:/tu ne iugum Hispanum et dominos dignabere Belgas? » vv. 9-11). Este poema é publicado em *Flauii Iacobi Eborensis Cato Minir, siue disticha moralia*, Veneza, 1956, p. 112. Ainda é possível encontrar outras alusões a Ulisses nos poemas de Diogo Pires, quando este se refere a Lisboa.

<sup>22</sup> *Lusiadas*, III, 57-58; IV, 84; VIII, 4-5.

<sup>23</sup> *Lusiadas de Luís de Camões*, comentadas por Manuel de Faria e Sousa, 2 volumes, Madrid, 1639; reimpr. Lisboa, 1972 (Imprensa Nacional). Vid. o comentário aos passos de Camões acima citados, sobretudo, vol. II, fls. 381-382.

<sup>24</sup> *Monarquia Lusitana*, parte I (1.<sup>a</sup> edição de Alcobça, 1597), reimpressão Lisboa, Imprensa Nacional, 1973. Traça, como já alguns humanistas tinham feito, a origem da Lusitânia desde a criação do mundo (a Bíblia é a principal fonte), através da antiguidade clássica e oriental. Ulisses é considerado no cap. XXII, fls. 65 v. e segs. e a sua história e sequelas ainda têm eco nos capítulos seguintes.

<sup>25</sup> Cf. de H. Cidade o cap. «A Poesia Épica», in *Hist. da Lit. Port. Ilustrada*, de A. Forjaz Sampaio, Lisboa, 1932, vol. III, pp. 161-164).

A *Literatura Atonomista sob os Filipes*, Lisboa, s. d., pp. 69-72, cuja crítica é resumida nos artigos *Gabriel Pereira de Castro e Autonomia Política (Literatura sob Os Filipes em Defesa da)*, no Dic. das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira, ed. por J. do Prado Coelho, Lisboa, 1976.

<sup>26</sup> Publicada a 1.<sup>a</sup> edição em Lisboa, 1636, edição póstuma levada a lume pelo Cónego Luís Pereira de Castro, irmão do autor. Citamos a edição da Tipografia Rolandiana, Lisboa, 1826 (4.<sup>a</sup> edição). É um poema em dez cantos, que perfazem um total de 9856 versos, a que poderíamos acrescentar os 80 versos dos 10 argumentos que introduzem os cantos.

<sup>27</sup> «The Odyssean Adventures in Gabriel Pereira de Castro's Ulyssea», in *Bulletin des Études Portugaises*, XXIV, (1936), pp. 27-75.

<sup>28</sup> I, 5, 1: Vós Alcides Hespério, a quem não cansa/Vencer monstros do Polo congelado. Na estância seguinte e no v. 1 chama-lhe «Águia Imperial», em nítida alusão às armas de Espanha.

<sup>29</sup> I, 11, 1 segs.

<sup>30</sup> Canto I

<sup>31</sup> Canto II.

<sup>32</sup> Canto III.

<sup>33</sup> Canto IV. A referência a Henrique vem na estância 109, 7-8.

<sup>34</sup> IV, 105-109.

<sup>35</sup> Canto V. A observação de Ulisses encontra-se na estância 80.

<sup>36</sup> A descrição da guerra ocupa todo o canto VI.

<sup>37</sup> Canto VII.

<sup>38</sup> Chelas, VII, 41; Tejo e *prosopopeia*, 60 e segs.; Legeia, 68 e segs.

<sup>39</sup> A descrição da guerra vai ocupar os cantos VIII e IX e termina no canto final, o X. Nela se combinam elementos homéricos e virgilianos, que se misturam com lendas tradicionais portuguesas e com fantasiosas versões transmitidas pelos historiadores de Alcobaca e pelos humanistas do Renascimento.

<sup>40</sup> X, 47-56. A referência à derrota castelhana é na estância 55.

<sup>41</sup> *Ulyssipo, Poema Heróico* de António de Sousa Macedo, Lisboa, António Alvarez, 1640. Citamos a edição de 1848 impressa em Lisboa na tipografia Rolandiana. O poema consta de 14 cantos, num total de 8856 versos, a que devem juntar-se os 112 que constituem as 14 estâncias dos argumentos a cada canto.

<sup>42</sup> Vid. n. 25.

<sup>43</sup> Art. cit., p. 29: «The discussion will, I trust, cast new light on the artistry of the scholarly poet (Pereira de Castro) which in an age steeped in the tenets of the epic, merited the unique distinction of immediate imitation by António de Sousa Macedo...».

<sup>44</sup> I, 3.

<sup>45</sup> I, 28: *simile* híbrido para significar «rápido como uma bala».

<sup>46</sup> Cantos II e III. Novamente, tal como em Pereira de Castro, o sincretismo entre os elementos gregos, romanos e os tirados da tradição lusitana e bíblica.

<sup>47</sup> II, 42 e segs.

<sup>48</sup> A guerra ocupa o canto IV e parte do V, em que Ulisses decide enviar uma embaixada para obter a paz por parte de Górgoris, rei dos Lusitanos.

<sup>49</sup> Canto VI.

<sup>50</sup> Canto VII.

<sup>51</sup> Cantos IX-XII.

<sup>52</sup> Sobre Chelas, vid. p. 000.

<sup>53</sup> Cantos XIII-XIV. Invocação a S. António, é mais um exemplo do sincretismo habitual de valores católicos e mitológicos, desde que patrióticos. XIV. 34: «Ó grande António, claro por nobreza,/Famoso em letras, raro em santidade,/Glória maior, da glória Portuguesa,/Insigne filho da Ulyssêa Cidade, etc.». Os versos citados no texto estão na estância 80 e última do poema.

<sup>54</sup> *Primeira parte da Fundação, Antiguidades e Grandezas da mui insigne Cidade de Lisboa, e seus varoens Illustres em Sanctidade, Armas e Letras. Catálogo de seus Prelados e mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o ano de 1147, em que foi ganhada aos Mouros por Elrey D. Afonso Henriques, dedicada ao illustre e ínclito Senado dela.* Escrita pelo Capitão Luís Marinho de Azevedo natural da mes-

ma cidade, Lisboa, na Officina Craesbeckian, 1652. Em II, 1 (p. 123 e segs.) faz-se o autor eco da lenda, segundo a qual Ulisses teria ido buscar, conforme diz a lenda, Aquiles disfarçado de menina exactamente em Chelas. Assim se substituiu a lenda grega que nos apresenta Aquiles escondido por Peleu ou Tétis na corte de Licomedes, rei de Ciros, a fim de o livrar da guerra de Tróia. Dali o vem tirar Ulisses (Vid. P. Grimal, s. v. *Achille*, *Dictionnaire de la Mythologie Grecque et Romaine*, Paris (1969). Daí o ser apresentada a etimologia de *Chelas* ligada ao nome de *Achilles*, tal como se escrevia no século XVII. Como em Chelas existia na época um convento de freiras, partia-se também do princípio, devido à antiguidade do lugar, que ali lhe tinha preexistido um templo de Vestais. Na p. 125, o A. admite que «difícil coisa será querer provar que Aquiles estivesse nestas partes ocidentais...».

<sup>55</sup> F. Pessoa, *Mensagem*, II. *Os Castellos — Primeiro/Ulysses*.



# JOÃO DA SILVA

Publicou a colega, Anna-Maria Pereira da Gama, uma notícia-memória celebrando o aparecimento, a educação, a obra e o centenário do nascimento do artista, a que juntou um laborioso catálogo muito bem investigado.

Foram amigos: João da Silva, Stuart Carvalhais e meu pai Augusto J. F. Gambetta, os dois últimos até condiscípulos nos estudos secundários e nos artísticos.

Depois, sempre que João da Silva acabava uma obra, levava-a ou enviava-a aos estabelecimentos de meu pai, o da Rua de S. Lázaro ou o da Rua dos Sapateiros, para fotografar.

Era um grupo de 'animais', uma medalha, ou uma moeda de concurso. Das 'corças' tenho uma foto que julgo de plástica maior; das medalhas possuo uma inédita, e minha terceira madrasta, D. Maria Pilar G. S. Gambetta, tem muitas; das moedas eu tenho todas, com variantes de cunho até.

Tal é a 'medalha', redonda e nova:

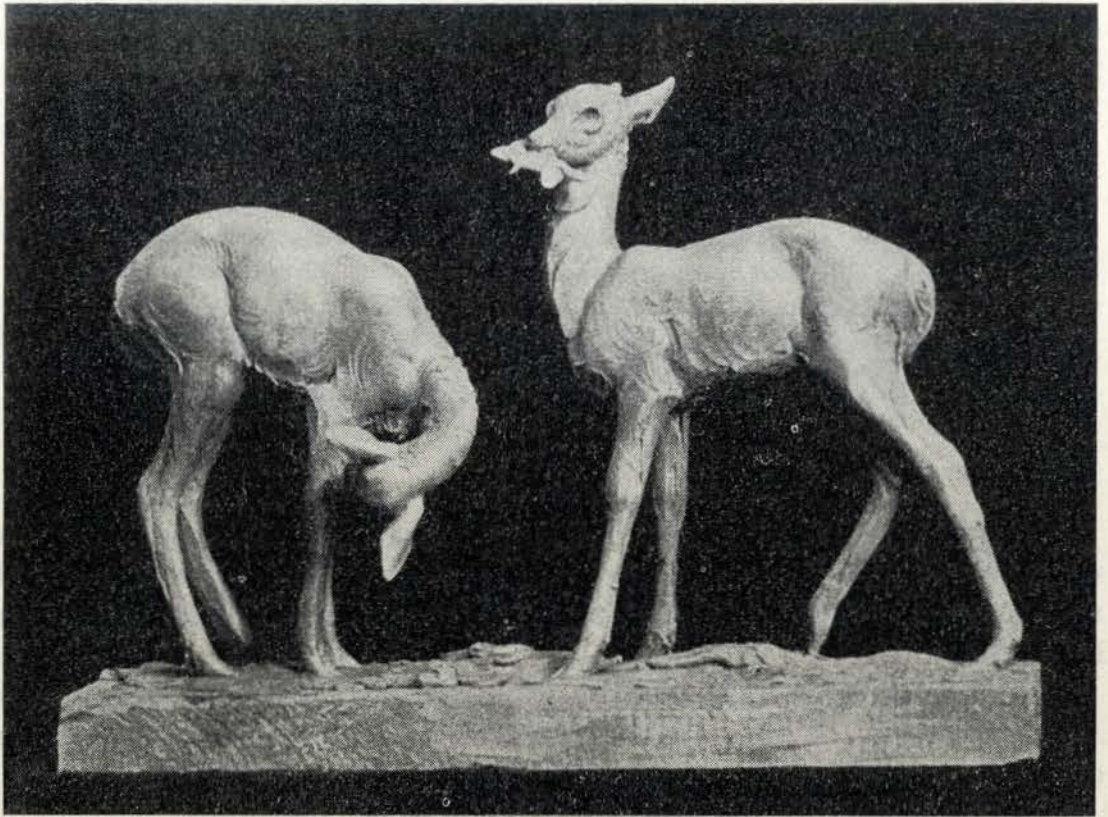
— Bronze fino e tratado,  $\varnothing$  80 mm, || 4 a 5 mm e 214 g.

— Pilha: Anjo da Guarda sobre núvem de rosas, à sua direita, com a criança nos braços/resplendor, asas e vestido comprido/(À volta:) PASSARINHOS VINDE EM BANDO — A VER ANJINHO TÃO LINDO./ JOÃO DE DEUS/MCMLIX — JOÃO DA SILVA.

— Troquel: Anepígrafo

— Bordo: Liso:

Vou agora contar uma história de João da Silva. Cerca de 1945 a 1955, dei-me com Bernardino Gião, proprietário do Alentejo e grande coleccionador de moedas, de arte e de arqueologia, em Reguengos de





Monsaraz, arredores e em Lisboa. Fiz por ali onze campanhas do Instituto Geográfico e Cadastral, privando muito com o grande amigo e colaborador G. Gião; então recebia dele, e também de Vera Leisner e Georg Leisner, ricas lições.

Bernardino Gião vinha a Lisboa e estava comigo, nos intervalos das campanhas. Trazia-me sempre de oferta, ou em pagamento, numerosas moedas raras, romanas de prata, denários, e francesas também de prata, de cinco francos e outras, em honra do meu apelido, dizia ele.

Depois de cada uma daquelas campanhas, fui por vezes a Reguengos, propositadamente, levar-lhe peças por ele pedidas, incluindo cinco das seis raridades de ouro, únicas que lhe faltavam da 4.<sup>a</sup> dinastia; e «Três Vinténs» de prata, de D. Pedro IV, esta porque, por uma encomenda dele obtive duas, um para cada um de nós dois.

Bernardino Gião era viúvo de uma senhora que tivera, desde a Escola Primária, a alcunha de Andorinha. Um dia, B. Gião, ainda casado e rapaz, viu em Lisboa, na montra principal da antiga Ourivesaria Leitão, uma 'andorinha' de boa escultura. Quis comprar, não se vendia; era peça de encomenda mas, o ourives indicou o autor João da Silva e a morada, creio que na Rua da Prata.

Gião ali foi, fez a sua encomenda e ficaram amigos. Silva não quis fazer preço, nem quis nova visita do freguês e amigo, ou outra consulta antes de ele, o artista, ir a Reguengos levar a 'andorinha'.

Alguns meses depois, ia então João da Silva a Reguengos de Monsaraz levar um bronze magnífico, pesa-papéis, e uma miniatura em ouro, que Bernardino Gião usou até ao fim da sua vida, cerca de 80 anos, pendurada no bolso interior do casaco, do lado esquerdo, *sobre o coração* como ele dizia.

O preço de tudo? — Foi uma bagatela, além do inestimável valor de amizade que uniu J. da Silva e B. Gião. Talvez a Dona Gabriela da Silva possa aqui querer documentar alguma nota de ternura ou emenda; a Dona Anna-Maria, cujos títulos académicos e dotes artísticos são inesgotáveis, dirá. Bem hajam ambas, a primeira pela delicadeza de sentimentos que ainda nutre pela memória de seu Pai, e a segunda pelo carinho que continua a patentear ao Grande Mestre que teve a felicidade de aproveitar e, ainda hoje, de estudar.

Lisboa, 1981 Agosto 17.

Agostinho Ferreira Gambetta

# O FADO

## Canção de Lisboa

por EDUARDO SUCENA

**N**o almoço-convívio dos *Amigos de Lisboa* dedicado ao fado, que se realizou no *Pátio das Cantigas* em 17 de Abril de 1982, eu devia ter feito (como fora anunciado) uma pequena palestra a propósito dessa canção. Mas o almoço prolongou-se para além do previsto e pareceu-me que não deveria abusar da paciência dos presentes, tanto mais que estava também programada a actuação de vários artistas, como na realidade sucedeu. Optei, pois, conforme então declarei, por reduzir a escrito o que sobre o tema tencionava dizer, para ulterior inserção no nosso boletim — o que agora acontece.

Fazendo parte da cultura popular da nossa cidade, o Fado de Lisboa não é todavia bem conhecido nas suas origens e evolução. Vai-se ouvi-lo a um restaurante típico, mas não se sabe praticamente nada a respeito dele, nem do que representa para a cidade de Lisboa e para a música ligeira portuguesa. Vítima, por um lado, de críticas facciosas, e desde há algum tempo de despropositadas preocupações intelectualizantes e, por outro, da desenfreada concorrência de cantigas, servis imitadoras de modelos estrangeiros, o fado está actualmente em crise, como de resto acontece com o próprio País. Mas porque a canção tem autênticas raízes populares e uma tradição de quase dois séculos, não creio que corra o risco de ser submergida pela vaga desnacionalizante de canções de inspiração estranha ao sentimento português e de sons a que os ouvidos nacionais são pouco sensíveis. Passada esta fase e restabelecido o equilíbrio psicológico da nossa sociedade, de momento perturbada por factores de vária ordem, verificar-se-á o regresso aos autênticos valores da nossa cultura popular e, então, o fado voltará decerto a ocupar o lugar que lhe compete, até porque — não se esqueça — foi graças

A opinião que me parece mais razoável é a de Rodney Gallop<sup>4</sup>. *Pela minha parte — diz ele — não posso considerar o fado senão como síntese, estilizada por séculos de lenta evolução, de todas as influências musicais que afectaram o povo de Lisboa. A tradição nacional é evidente, pelo parentesco já apontado com os cantares regionais. E afirma que não há nada, absolutamente nada, de exótico no que respeita à construção formal, linha melódica e base harmónica do fado, cujas afinidades vão todas para a música da Europa Central. A forma estritamente geométrica do fado, talhado simetricamente em frases de quatro versos, liga-o sem possibilidade de dúvida à arte musical da França, Alemanha e Itália. A sua cadência bastante banal e pobre, e os tons maior e menor nos quais está invariavelmente construído, denunciam a segunda metade do século XVIII, responsável por tais características.*

As origens remotas do fado terão, pois, de procurar-se na música e na poesia europeias, mais concretamente nas provençais, que com os nossos reis da dinastia de Borgonha foram introduzidas e divulgadas em Portugal através dos trovadores, jograis e menestreis, os primeiros dos quais vieram com o Conde D. Henrique; e, em particular, no *plang*, canção elegíaca, nas suas formas *cantigas de amigo* (Fado de Lisboa) e *cantigas de amor* (Fado de Coimbra), bem como nos *contenses* ou *tourneyment* (desgarradas, canto a atirar).

Numa perspectiva menos longínqua, houve quem relacionasse o fado com o lundum, cantiga (e dança) que no século XVIII teve grande voga entre nós, sobretudo em Lisboa. A este propósito escreve Rodney Gallop<sup>5</sup> que, confrontando o ritmo da frase melódica do lundum com o do fado, verifica-se que há, de facto, uma radical comum. *O inciso ritmo-melódico — diz — é em ambos uma série de sete notas (correspondentes ao verso da redondilha maior), cujo discurso é quase semelhante. Mas a diferenciação da semiografia rítmica é no entanto suficiente para alterar profundamente a feição expressiva do todo.* Sendo assim, a relação do fado com o lundum poderá, sim, ter que ver com as respectivas expressões coreográficas, que no fado batido e no lundum dançados por gente de baixo estrato social reflectiam influências das danças eróticas negras. Mas precisamente porque tais expressões coreográficas eram estranhas à tradição portuguesa, é que elas caíram em desuso, e o fado batido acabou por desaparecer dos costumes populares, apenas subsistindo até um pouco mais tarde o fado dançado.

---

<sup>4</sup> In *Cantares do Povo Português*, Lisboa, 1960.

<sup>5</sup> *Ibid.*

Acusou-se o fado de ser uma canção triste e dolente, que amolece o carácter — uma *canção de vencidos*, assim a classificou Luís Moita. No contexto nacional em que surgiu, o fado não podia ser nunca uma canção alegre. Senão, vejamos: as invasões francesas de 1807, 1809 e sobretudo a de 1810, deixaram o País arrasado, para o que não pouco contribuíram os nossos aliados ingleses, cuja soldadesca no dizer do próprio Wellington era *uma canalha insuportável que tem saqueado o país da forma mais terrível*; a revolução constitucional de 1820; a independência do Brasil em 1822; o regresso de D. Miguel do exílio em 1828 e os quatro anos de lutas liberais; o setembrismo, o domínio cabralista e, por fim, a revolução da Maria da Fonte, haviam criado um clima de instabilidade, de insegurança, de degradação tal, que a alegria de viver não podia reinar entre a população. A miséria material e moral, afectando em especial os estratos mais desfavorecidos, transformara a grande massa dos portugueses num sub-raça inculta, dissoluta e fatalista, de que os habitantes dos bairros populares de Lisboa eram o exemplo acabado. Para essa pobre gente, sem horizontes nem esperança, o fado apresentou-se, pois, como uma válvula de escape das suas desgraças e do seu sentimentalismo doentio.

No início do século XIX, o grande entreposto marítimo de Lisboa era o Cais de Santarém, ali aos pés de Alfama, onde atracavam os veleiros provenientes do Brasil, da África e do Oriente, cuja marinagem se espalhava por aquele bairro para entreter os ócios. E terá sido ela que, reflectindo o saudosismo curtido nas longas viagens, imprimiu à canção o acento melancólico, que constituiu uma das suas características dominantes. Quanto aos temas do fado, nessa fase inicial, sendo ele cantado nas tabernas (donde dimanou para os lupanares) por indivíduos quase sempre analfabetos e por vezes de maus costumes, como se poderia esperar que eles fossem diferentes do que foram?

Precisamente esses meios — a taberna e o lupanar — é que engendraram um tipo social que marcou época: o *fadista*, sujeito chibante, de traje característico, hábil no manejo da navalha, que viria também a ser conhecido por *faia*. Cantava o fado, acompanhando-se à guitarra, e tinha geralmente por amante uma prostituta que o sustentava, protagonizando um e outro frequentes cenas canalhas. Aliás, as próprias prostitutas, as «moças» como então eram designadas, passaram a cantar e algumas delas a dedilhar o fado, destacando-se entre todas a Maria Severa, que graças à sua relação de quase dois anos com o Conde de Vimioso obteve grande popularidade no segundo quartel do século XIX.

Na segunda metade desse século, porém, as coisas iriam tomar outro rumo. Com o advento do fontismo e o progresso que a Regeneração trouxe ao País (1851-1868), o fadista brigão e chulo foi rareando, e o fado (que já lograra penetrar nos salões da aristocracia) passou a ser cantado por gente honesta e trabalhadora e por boémios, saindo dos bairros populares, onde até então estivera praticamente confinado, para ir até aos retiros das hortas. À fase espontânea, em que predominara a redondilha, seguiu-se uma segunda fase em que a quadra glosada em sextilhas teve notáveis cultivadores e em que a guitarra, secundada pela viola, desempenhou um papel decisivo no enriquecimento da melodia. Barbeiros, sapateiros, caixeiros, toureiros, homens das mais diversas profissões, apropriaram-se do fado e como cantadores, poetas e instrumentistas, fizeram-no evoluir, sem no entanto lhe retirar o sabor castiço que o distingue das demais canções. Por sua vez, mulheres não já prostitutas, inclusive algumas actrizes, contribuíram com as suas vozes e sentimentalidade para dar ao fado a projecção que o havia de levar a todo o País e ao estrangeiro, aonde nos anos trinta deste século se deslocavam já «embaixadas» de fadistas.

Pode dizer-se, pois, que o fado, como certas pessoas, teve maus princípios, mas se regenerou, mercê da modificação das condições de vida e dos costumes, apagando por completo o seu passado de desgraças e de lamechice, sem no entanto ter perdido o carácter sentimental, que é, aliás, próprio do nosso temperamento. Ele poderá não traduzir *o génio plangente e aventureiro do sentimento português*, como pensava o Padre Sena Freitas<sup>6</sup>, mas é, certamente, a mais expressiva manifestação poético-musical da maneira de ser portuguesa, e, de qualquer forma, um valor indiscutível da cultura popular, em particular de Lisboa, onde apesar de tudo continua a constituir factor de congregação de pessoas, estimulador do convívio e revelador de vocações artísticas, além de importante fonte de receitas e de motivo de atracção turística.

---

<sup>6</sup> In *Perfil de Camilo Castelo Branco*, Porto, 1888.

# ANTÓNIO COELHO GASCO E O MOSTEIRO DE CHELAS EVOCAÇÃO NA VISITA REALIZADA

Em 15 de Janeiro de 1983

por ANTÓNIO LUÍS TADEU

**T**EM esta visita do *Grupo Amigos de Lisboa* a finalidade de ver e estudar o que existe da *Igreja e Convento de Chelas*.

No entanto não me parece de todo despropositado dizer alguma coisa da História e historiadores do local que, embora pouco, algum interesse pode ter para os nossos consócios.

Simultaneamente procuro também fazer um apelo a todos para que dêem um pouco do seu esforço para o enriquecimento das nossas visitas, dando a conhecer o resultado dos seus estudos e preocupações, insuflando assim uma vida real ao nosso Grupo que deseja ser útil e cheio de uma seiva capaz de alimentar o desejo que todos temos de dar a conhecer a nossa cidade em todos os seus aspectos, de que não são os menos importantes a sua História e os seus historiadores e cronistas.

Repito, pois, que estou fazendo a todos um apelo para nos mostrarem o resultado dos seus estudos, das suas dúvidas, dos seus desejos.

Como é sabido, considera-se, sempre, ter Lisboa nascido no alto do morro de S. Jorge e ter encontrado o seu sentido natural de expansão primeiro para Sul, direito ao Tejo, a seguir para o Ocidente em direcção a Santos e Alcântara, só depois se expandindo para Norte, segundo os vales de Valverde e Arroios. E para Oriente? Por motivos que me escapam, julgo que tal direcção se reservou às chamadas Casas ou Quintas de recreio ou passadio temporário, aparecendo um ou outro palácio ou solar que, de uma maneira geral, não eram acompanhados de agregados populacionais, caracterizando a fixação do homem, o que não obsta a que apareça um ou outro núcleo, como é exemplo o do ponto onde nos encontramos: CHELAS. A tal não deve ser indiferente a existência do mosteiro. Não é, pois, de estranhar que todas as zonas citadas tenham

os seus cronistas ou historiadores que, mais ou menos profundamente, as tenham investigado, podendo afirmar-se que é abundante o material de que hoje dispomos para as estudar. Pelo motivo apresentado não é também de estranhar que a parte oriental da cidade esteja menos bem estudada e como consequência aquela onde os problemas aparecem com maior frequência e menos material escrito esteja à nossa disposição.

O que vos estou a dizer tem por primeira finalidade o chamar-vos a atenção para o facto indicado e, logo a seguir, o lembrar-vos um cronista de Lisboa que, sendo, talvez, um segundo plano, não deixa de ser um elemento que urge tirar, não do desconhecimento, mas do quase esquecimento em que tem estado. Refiro-me a António Coelho Gasco, escritor do século XVII, que nos legou um interessante manuscrito onde a par das fantasias históricas e um estilo bastante empolado, prolixo e algo gongorizante muito de bom e aproveitável se encontra.

A ele se refere Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*, dandando-o como nascido em Lisboa e falecido em 1666. Foi clérigo e serviu parece que bem, sobretudo em terras do Brasil, e muito teria escrito.

Entre as suas obras figura uma «PRIMEIRA PARTE DAS ANTIGUIDADES DA MUI NOBRE CIDADE DE LISBOA IMPÓRIO DO MUNDO E PRINCEZA DO MAR OCEANO. Desta obra se conhecem, pelo menos, dois manuscritos existentes em Évora e Coimbra e é dela que vamos ocupar-nos.

Foi já publicada no *Arquivo Bibliográfico* da Biblioteca da Universidade de Coimbra, salvo erro em 1910-11, tendo sido feita uma separata em 1924, o que a torna bastante acessível. Desde já afirmo àqueles que a procurarem, não perderem, o seu tempo e algo de útil lá encontrarão.

Tem a obra 90 capítulos dos quais 10 são dedicados a Chelas. Vai ser base do que vos vou dizer o afirmado por Gasco na sua obra.

Começa ele por referir o esconderijo de Aquiles no templo de Tétis, em trajos de donzela, no sítio onde presentemente nos encontramos! Segue a narração do mito e a vida de Ulisses a buscar aquele Aquiles. Eis-nos dentro do mito ulissiniano da fundação de Lisboa! Ulisses apaixonado pela beleza e amenidade do sítio funda Lisboa! Mais diz ainda que estará a origem do nome de Chelas na corruptela do nome de *Achiles* através da forma *Achelas*!

Para divagação mitológica acho que chega. *Ulisses* a dar *Lisboa* e *Achiles* conduzir a *Chelas* não deixa de ser uma curiosa, espirituosa e forte imaginativa do bom do nosso Gasco!

Mas deixemos os mitos e entremos na História.

Parece ser antiquíssima a existência de um templo pagão neste mesmo local, onde nos encontramos. Se tal templo teria sido aproveitado ou não para a edificação do mosteiro é cousa que não ousa afirmar.

Não será hipótese a pôr de parte, a de à sua fundação estar ligada a forte personalidade de S. Teotónio, cónego regente de Santo Agostinho, ordem a que pertenceu este Mosteiro.

Tinha o Mosteiro uma certa independência, como se pode concluir do facto de uma das suas Cónegas ter ido, ela própria, tratar com o Sumo Pontífice, a Roma, e uma outra ter ido ao Algarve tratar de receber, cobrar e haver bens. Mais se sabe, ainda, ter Dona Margarida Martins, por si, ou por outrém, por ela indicado, recebido e entrado na posse de bens móveis, como de raiz, que lhe foram dados, doados, ou deixados, bens como pensões, rendas e ter ela própria feito arrendamentos temporários ou permutas. Por aqui se pode avaliar da importância não só do Mosteiro como daquela Senhora!

Sabe-se disto por um documento, citado por Gasco, documento de 1377.

Neste local existia um cais — O RIO TEJO, então, penetraria até este sítio — onde se diz terem aportado as relíquias dos Santos Mártires que, em tempos de Leovigildo, em 584, sofreram o martírio. Foram eles Santo Adriano e Santa Natália que vieram da Galiza, com outros, ao que se julga, perfazendo o n.º de 27. Foi este Santo Adriano que hoje se conhece por Santo Adrião, que transmitiu o seu nome ao mosteiro. Santo Adriano e Santa Natália sofreram o martírio em Nicomédia, por altura da manança ordenada por Festino, como S. Félix, para aqui também trazido, sofreu o martírio em Gresundia no templo de Daciano. Estiveram, em tempo, as relíquias em sepultura na capela da Cruz.

Foi este Mosteiro motivo de grande devoção e local de peregrinação, especialmente, de alemães, flamengos e ingleses, que aqui acorriam em grande número, mas de tais peregrinações resultavam grandes roubos de relíquias, pelo que houve necessidade de as pôr a bom recato, retirando-as da capela onde estavam. Os cofres, onde então foram depositadas, foram doados por Isabel Sacota e a trasladação efectuou-se num dia 24 de Janeiro, anterior a 1603, ano em que D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa, fazendo grandes obras nesse Mosteiro, fez transportar as referidas arcas depositadas agora junto da Capela do Nascimento para sobre um portal e era sob este portal que as mães aflitas faziam passar os seus filhos doentes e depois os levavam a lavar a um poço, que então existia no local do cais a que acima nos referimos.



Resta-nos dizer que quando D. Afonso Henriques tomou Lisboa aos Mouros, doou este templo aos Cavaleiros do Templo. Em 1192, D. Sancho I, seu filho, fez uma boa e grande doação, para todo o sempre ao Mosteiro.

Isto mostra a importância que ele já teria nessa altura.

Em 1290, saíram daqui duas religiosas para fundar o mosteiro das Donas, em Santarém, que foram Dona Maria Mendez de Ancião e Dona Estevainha Brassinha, ficando a primeira por Prioriza.

Como sempre que se pretende estudar um monumento de Lisboa, os problemas nascem-nos debaixo dos pés. Aqui não há excepção e fica-se na dúvida da sua exacta data de fundação, da altura da sua passagem da Jurisdição dos Cavaleiros do Templo para os Regrantes e qual foi o tipo de construção, reconstrução ou aproveitamento do que já haveria. São mais uns desafios aos estudiosos.

De notar ainda que o nosso bom Coelho Gasco faz larga referência às peças epigráficas aqui existentes. Comparando o que ele diz com o que outros epigrafistas disseram, mais dúvidas nascem e não podemos deixar de ser levados a considerar o cuidado que deve haver ao joeirar o que este autor diz.

Por agora não houve tempo, paciência nem ciência para fazer tal comparação.

Algum de vós o quererá fazer?

Estou convencido que algo de apaixonante será encontrado por quem tal trabalho encetar.

Sebastião José de Carvalho e Mello,  
1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal  
O Homem e a Cidade

por MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA MARTINS DE MESQUITA

**F**ALAR de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal, é, para aqueles que se interessam pela História, um tema aliciante: figura tão discutida e criticada, mas de tal modo forte de personalidade, que as discussões e as críticas se vergam perante a magistral obra de um homem que, apesar da passagem dos séculos, sempre será digno de grande admiração.

Sebastião José, de seu nome de baptismo, nasce em Lisboa a 13 de Maio de 1699, filho da união havida entre Manuel de Carvalho e Athaide e Dona Vera Luiza de Mendonça e Mello.

Seus avós paternos eram: Sebastião de Carvalho, capitão dos familiares do Santo Ofício em Lisboa, terceiro Senhor de Sernancelha, da Quinta da Granja e Patrono da Paroquial Igreja de Nossa Senhora das Mercês de Lisboa; casado com D. Maria Leonor de Athaide, filha de Gonçalo da Costa Coutinho, comendador da Ordem de Cristo, Governador de Aveiro, Buarcos e Figueira. Era o avô de Pombal, perito nas Letras Humanas como se dizia na época, poesia e oratória, merecendo muitos aplausos do público, que o escutava nas diversas academias, onde ocupava o lugar de mestre. Cultivava também a genealogia, deixando bastantes trabalhos sobre tão interessante ciência.

Seu avós maternos eram: D. João de Almada e Mello, Comissário Geral da Cavalaria da Beira, Alcaide-Mor de Palmela, Senhor do Morgadio dos Olivais e de Souto de El-Rei. Batalhou na Guerra da Restauração como Capitão de Infantaria e de Cavalos. Foi preso por suspeita de entrar numa conspiração e depois posto em liberdade, provada a sua inocência. Mas, a impressão que lhe causou, o poder ter sido desleal ao Rei, transtornou-o de tal forma que enlouqueceu. Morre em 17 de Outubro de 1725.

Manuel Carvalho e Athaide: era fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Tenente-Capitão de Mar e Guerra e mais tarde Capitão de Cavalos numa companhia, que ele próprio organizou e cujo comando lhe foi tirado na Guerra da Sucessão. Por herança era o Senhor da Quinta da Granja. Nasceu em Lisboa, mas não há certeza da data do nascimento. Sabe-se sim que faleceu também em Lisboa, a 14 de Março de 1720. Escreveu um tratado geneológico, a que deu o nome de *Teatro Geneológico das Principais Famílias do Reino e suas conquistas*. Desta obra muito interessante e sob todos os aspectos de enriquecimento informativo, saiu o I Tomo (único), que o pai de Pombal assina com o pseudónimo de D. Tivisco de Nazão Zarco e Colona. No frontispício, pode ver-se que foi impressa em Nápoles, em 1712, tendo gravado o nome da tipografia, de Novello Bonis. Este frontispício é suposto, porquanto a obra foi impressa em Lisboa; segundo fontes de informação credenciada feito subrepticamente. Ou porque não foram pedidas as necessárias licenças ou porque estas tenham sido negadas, foi portanto dado como não tendo sido feito em Portugal. Em 28 de Agosto de 1713, sai um Alvará, passado pela Mesa de Desembargo do Paço, declarando que o *Teatro* (tratado) não tem fé nem crédito, ordenando que as justiças, em qualquer parte que encontrem o livro o recolham e o tragam à referida Mesa de Desembargo. Não sabemos, se alguém cumpriu a ordem, mas temos realmente pena de não termos sido nós, ainda, a encontrar algum exemplar de obra com certeza interessante.

Traçadas que estão as origens familiares de Sebastião José, comecemos a recordar a sua própria vida.

O seu nascimento, dá lugar a grande festa de família no baptismo a 6 de Junho, 24 dias após.

Para tal, foi engalanada a capela do Palácio da Rua Formosa (palácio que visitámos, em visita acompanhada pela Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita), que mais tarde foi desmanchada. Aí, toda a família reunida festeja tão solene acto religioso. É o menino encomendado à Senhora das Mercês, padroeira da referida capela. Com pesar, nas minhas fontes informativas, não encontrei o nome do sacerdote, que presidiu ao acto religioso. Um alto dignitário da Igreja? Simplesmente o Reverendo Pároco coadjutor da capela que servia de freguesia?

A acto tão importante na vida do menino, que viria a ser o Homem grande de um reinado, outros e variados se seguiram.

Faz o menino os seus primeiros estudos com professores, como era uso do tempo, e, seguidamente dá entrada na Universidade de Coimbra, onde passa a frequentar o 1.º Ano de Ciências Jurídicas. Mas, a

Universidade de Coimbra não era uma Universidade fácil, em que os alunos estudavam a seu bel-prazer, era uma Universidade de regras e de disciplina. Sebastião José era avesso a obedecer e a cumprir regras. Um dia, em assomo de fúria e impaciência, abandona a Universidade e vai assentar praça como cadete.

Mas, se a Universidade era rígida e disciplinada, no serviço militar foi encontrar uma disciplina ainda mais rígida. Pouco tempo aceita observar as regras da obediência, pede a demissão e entrega-se exclusivamente a um enriquecimento cultural, autónomo. Assim dedica-se a estudar História política e de legislação.

Antes de entrarmos nesta faceta da sua vida, observemos a sua personalidade como homem. Sebastião José descendia de uma família nobre e abastada, podendo concluir que ele deveria ter fundos para não ter que trabalhar para subsistir. Era bastante jovem por esta altura, dado que deixa professores, entra em Coimbra, deixa Coimbra e assenta praça.

Vamos situá-lo entre os 19-20 anos. Evidentemente que, um rapaz na flor da juventude, teria que pagar tributo à juventude. Assim afirma-se, embora com certas reticências, que talvez Sebastião José pudesse ter feito parte de certos grupos de fidalgos, que se entretinham nos botequins e achavam graça fazer desmandos que perturbavam a tranquilidade aos cidadãos da capital. Não era só nessa altura que tal facto se dava, ainda hoje se encontram grupos semelhantes. Tem-nos havido em todos os tempos. Desses grupos de fidalgos, um se destacava usando largos capotes brancos em que se embrulhavam, arrostando o frio e a humidade da madrugada, altura em que recolhiam às suas residências. Era chamado o Grupo dos Capotes Brancos.

Diz-se que Sebastião José era efectivamente um dos componentes dos Capotes Brancos. Campos Júnior, no seu livro *Marquês de Pombal*, declara-o chefe desse grupo. Por que não aceitar que sim? Um jovem, de figura simpática, decidido e alegre deveria efectivamente estar integrado num grupo de «Bons-vivants» — passe o francesismo — como era o Grupo dos Capotes Brancos.

Podemos afirmar que aquele que sempre nos é apresentado desde a escola, como o terrível, o tenebroso, o déspota, era efectivamente extraordinariamente afável, simpático, cheio de tranquilidade de espírito. Mas, decidido, enérgico. Inteligentíssimo e duma galantaria extraordinária para com toda a gente e principalmente com as senhoras, nas quais tinha grandes admiradoras.

Uma das senhoras que verdadeiramente por ele se apaixonou foi D. Teresa de Noronha e Bourbon, sobrinha do Conde dos Arcos e dama da Rainha D. Mariana de Áustria. D. Teresa era filha de D. Bernardo de Noronha e de D. Maria Antónia de Almada, prima terceira de Sebastião José, casada com um primo, António de Mendonça Furtado. Casara aos 25 anos e enviuvou 4 anos depois. Apaixona-se então por Sebastião José com quem vem a casar 5 anos depois da sua solidão.

Dão os novos esposos a imagem absoluta da sua felicidade. Vão viver para Soure, onde Sebastião José possui por herança uma bela quinta. Após o casamento a vida deste componente do Grupo dos Capotes Brancos sofre grande modificação. Dedicar-se a partir deste momento verdadeiramente ao estudo das ciências que já anteriormente lhe despertaram o interesse — História, Política e Legislação.

Vendo o seu gosto pela História, o Arcipreste Pombo de Carvalho, seu tio, apresenta-o ao Cardeal Mota, Ministro e valido de El-Rei D. João V. Este por sua vez, e dada a sua influência, leva Sebastião José a ser nomeado sócio da Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720.

Na altura é-lhe pedido que escreva a história de alguns monarcas portugueses, mas a pedido não é satisfeito, pois Carvalho e Melo não se sente vocacionado para o fazer. Mas curiosamente começa a demonstrar um certo tacto diplomático, o que agrada ao Rei, que o manda como Ministro Plenipotenciário para Londres em 1739. Ali presta um relevante papel, mostrando grande energia e poder de decisão, acompanhado de aquicidade, conseguindo isenções para os negociantes portugueses em Londres e o reconhecimento de direitos às autoridades portuguesas de punir os excessos praticados pelos capitães dos navios ingleses nas costas portuguesas.

Tem grande prestígio em Inglaterra, prestígio que se estende a sua mulher D. Teresa, com a qual vive em verdadeiro clima de amor. Pouco tempo assim vive e tem o imenso desgosto de a perder em 27 de Março, pouco tempo depois da sua chegada a Inglaterra. Morre D. Teresa aos 41 anos de idade, deixando ao marido toda a sua fortuna. Homem sensível e amando profundamente sua mulher, Sebastião José isola-se, permanecendo em Londres. Aí se entrega mais intensamente ao estudo principalmente de questões administrativas.

Entretanto o Rei continua em estreita ligação com o seu Ministro em Inglaterra interessando-se vivamente pelas suas actuações. Coleccionador de obras raras, pede-lhe D. João V que recolha em Inglaterra uma colecção de bíblias hebraicas, que sabia existirem dispersas e tudo

quanto se relacionasse com esses ritos e suas leis e costumes. Sebastião José assim o fez e esse preciosa colecção chegou a Lisboa no ano de 1743, indo para a biblioteca do Palácio Real.

Tivera retumbância na Corte a forma hábil como Carvalho e Mello defendera a posição portuguesa em Inglaterra. Conta-se como crítica a Carvalho e Mello de que, embora residindo em Inglaterra, nunca conseguira aprender o inglês. Primeiro, é sabido que a língua diplomática ao tempo era o francês, e segundo, nem todas as pessoas têm a mesma facilidade para aprender línguas. Seria este o caso de Carvalho e Mello.

Fosse como fosse, isso em nada affectava o representante de Portugal, que muito simplesmente mandava traduzir para o português aquilo que queria que fosse feito, e estava o caso arrumado. Nem nas línguas os inimigos o conseguiam atacar.

Precisamente, na altura em que se dá uma discórdia entre as cortes de Viena de Áustria e Roma é o Governo Português chamado a interferir como medianeiro. Levanta-se o problema sobre qual seria o estadista que estaria à altura de tomar sobre si essa missão. De imediato um nome surge: Sebastião José de Carvalho e Mello.

É este homem delicado e enérgico, com extraordinário senso diplomático, que vai sanar a discórdia. Poucas pessoas talvez se tenham preocupado até hoje em dar uma figura humana a Sebastião José de Carvalho e Mello, mas ele era efectivamente, segundo um escritor coevo — mais propriamente, Smith, no que é corroborado por Blondel, embaixador francês em Viena de Áustria *Um homem cheio de poder de sedução!* Alto, de bela figura, feições espirituais e expressivas, modos insinuantes, palavra fácil e fluente, voz melodiosa e muito agradável, solidez de argumentação, brilho na elocução, afabilidade e cortesia no trato particular.

Com estes predicados, aliados a um tacto diplomático impecável, tão bem se houve na missão, para que fora escolhido, que lançou as bases do tratado entre as duas coroas, conseguindo a seguir apaziguar novas divergências entre o Imperador Francisco I e o Papa Benedito XIV, pois este não queria confirmar na pessoa do Arcebispo Eleitor de Mogúncia uma série de benefícios, que o Imperador lhe concedera. Mais uma missão cumprida, e bem cumprida!

Permanecia Carvalho e Mello em Viena de Áustria pelo período das negociações e aí, tal como em Portugal e em Inglaterra, se mantinha ligado à corte. Com a sua simpatia, mas agora essa simpatia aliada a um profundo amadurecimento, continuava a atrair as preferências femininas. Aí dispensa ele as suas atenções a uma dama da corte, que lhe

corresponde. É ela D. Leonor Ernestina Eva Wolfanga Josepha, Condessa de Daun, filha de Henrique Ricardo Lourenço, Marechal-General, Conde de Daun, e pertencendo ao Sacro Romano Império, e de D. Violante Josefa, Condessa de Bomonde e Bayjersberg. Tinha o Conde de Daun sido muitas vezes adversário vitorioso de Frederico o Grande da Prússia.

A família de D. Leonor Ernestina, todavia, sentia-se tomada de dúvidas em aceitar o casamento. Um homem de meia idade, viúvo, estrangeiro, poderia ou deveria ser aceite? A Arquiduquesa, Rainha de Portugal D. Maria Ana de Áustria, desfaz as dúvidas. Sim, Sebastião José de Carvalho e Mello poderia ser aceite. Era de nobre ascendência, culto, educado e afável, merecendo os favores do Rei. Depois de tão peremptória afirmação, desvaneceram-se as dúvidas da família, tendo lugar o casamento em Viena, em 18 de Dezembro de 1745. Permanecera Carvalho e Mello devotado à memória da sua primeira mulher durante 6 anos.

Após o seu segundo casamento, não se demora muito tempo na Áustria. O clima trazia-lhe transtornos respiratórios e o seu médico assistente, o célebre Van Suvieten, aconselha-lhe o regresso a Portugal. Sebastião José, por este motivo pede ao Rei a sua demissão e volta a Portugal.

\*

\* \* \*

Ora precisamente neste ponto, se levantam àqueles que procuram a verdade histórica, certas dúvidas, pois há teses que nos dizem ter sido o Rei D. José que, após a morte de seu Pai, chamou Carvalho e Mello, como chamou outros *estrangeirados*, (os estrangeirados eram precisamente aqueles que estavam fora do País, ou no cumprimento de missões diplomáticas, que era o caso de Carvalho e Mello, ou por exílio motivado por questões religiosas ou políticas); havendo outras teses de que Carvalho e Mello se encontrava em Portugal à morte de D. João V, já por motivos de saúde.

Sabe-se no entanto efectivamente que em 31 de Julho de 1750 quando da morte do Rei D. João V e da subida de seu filho D. José ao trono, a Rainha era a grande amiga de Leonor Ernestina Daun de Carvalho e Mello, ao ponto de a ter chamado para sua dama de honor. Tendo como base estes laços de amizade, a Rainha em conversações com o seu filho, insta com este para que chame Carvalho e Mello para Secretário de Estado dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros.

O Rei acede ao pedido de sua mãe, o que se confirma no dia 3 de Agosto, sendo na mesma altura nomeado para Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte-Real, filho do antigo Ministro de D. João V. Mantinha-se em exercício Pedro da Motta que, permanecendo como Secretário de Estado, dava como completo o Governo.

No aspecto que quisemos focar de Sebastião José de Carvalho e Mello como homem, penso que mais não poderemos acrescentar: focámos o seu nascimento, os seus ascendentes, afluímos a sua juventude e concretizámo-lo com a parte humana dos seus casamentos, por amor!

O nosso trabalho pode dividir-se precisamente em duas partes.

Terminámos o Homem quanto ao nascimento, juventude, maturidade e carreira política; agora vamo ver o Homem de Estado, o Homem e a sua Cidade.

Tinha o novo Governo recebido havia bem poucos dias o encargo da governação, quando a 10 de Agosto de 1750, deflagra um grande incêndio em Lisboa: O de o Hospital de Todos-os-Santos, que tinha sido construído nas dependências do Convento de São Domingos, e também era conhecido por Hospital de El-Rei. O edifício ocupava o local, onde foi a Praça da Figueira e hoje se encontra amplo largo. A primeira pedra do hospital fora lançada em 15 de Maio de 1492 por D. João II, que pela sua própria mão lançou muitas moedas de ouro e prata nos alicerces. Desde muito jovem D. João II teve o sonho de construir um hospital em que os pobres pudessem usufruir de um tratamento cuidado e não houvesse desmandos, como existiam nos diversos albergues existentes em Lisboa. D. João II de facto conseguiu do Papa Inocência VIII a faculdade de reunir os pequenos centros hospitalares num grande hospital, mas faleceu sem poder ter visto a sua obra concluída. Esta é-o por D. Manuel, mas só o monarca dotara o hospital, com muitas rendas e privilégios. O edifício tinha a forma de cruz de quatro braços iguais, em 35 colunas de cantaria. Em cada braço da cruz havia um claustro com poço e espaçosa horta havendo água em muita abundância. Várias enfermarias deitavam para uma galeria, que terminava numa sumptuosa igreja, cuja porta principal dava para o Rossio.

Em 27 de Outubro de 1601 manifestara-se outro grande incêndio no hospital, o qual causou importantes prejuízos; no entanto não consta que houvesse grandes danos pessoais. O edifício foi reparado, mas a 10 de Agosto de 1750 o novo incêndio, deixou-o desta vez sem reparação possível. Apenas escapou a fachada, o patamar de pedra da escada



da igreja, com as escadas correspondentes a uma das enfermarias. O fogo começou às 3 h da manhã na chamada casa das tinas, onde se aquecia a água para o banho dos doentes. Daí estende-se à sacristia da igreja e com rapidez vertiginosa às enfermarias, refúgio dos loucos, casa dos enjeitados, capela mortuária, capela-mor e, em pouco tempo, o edifício estava todo em chamas. Ao que se descreve, sem certezas evidentemente, apenas houve a registrar a morte de um louco, mas muitas cenas lancinantes devido ao estado de pânico dos internados. Estes foram transportados com a maior rapidez para o Convento de São Domingos que, apesar de ser contíguo ao Hospital, nada sofreu, assim como foram divididos pelas casas que circundavam a zona hospitalar. Na altura existiam no Hospital 723 doentes de várias doenças e 17 loucos. As crianças enjeitadas foram as primeiras a ser salvas e foram defendidas, juntando-as na capela-mor da igreja de São Domingos.

Neste episódio, a pouco tempo da Governação, tem imediatamente ocasião de mostrar a sua energia e poder de desembaraço Sebastião José. Reune com o Rei, e, sem perda de tempo, as berlindas da Casa Real vão fazer o transporte dos doentes e freiras, para os diversos locais aonde teriam que ficar provisoriamente instalados. Com este exemplo todos os fidalgos oferecem as suas carruagens para também ajudarem a salvar aqueles que queriam fugir a tão grande mar de fogo.

Com acções expeditas como esta, não tarda que o Secretário de Estado adquira no Conselho do Rei grande influência. Várias opiniões e críticas têm sido feitas à preferência que o Rei dava ao ilustre estadista, mas uma coisa é certa: a inteligência superior e a vontade enérgica de Carvalho e Mello tinha forçosamente que deixar na sombra os seus colegas políticos. É de notar também que o Rei era muito novo, tinha 36 anos e nunca se mostrara muito interessado pela Governação. Talvez o motivo fosse o poderio de seu pai e o seu fetitio autoritário.

Carvalho e Mello, além das qualidades e capacidades mencionadas, completava-as com a audácia e a iniciativa. Antes de pôr um projecto à apreciação do Rei ou dos respectivos gabinetes, já os trazia pensados, repensados e amadurecidos, o que dava como consequência que, ao pô-los em prática, tinham infalivelmente que resultar. Com a experiência adquirida em Inglaterra e em Viena de Áustria, de outros modos de viver e de pensar completara o seu, querendo para o País uma total remodelação, que o pusesse à altura da civilização europeia, não recuando a nenhum contratempo.

Parece o destino de Sebastião de Carvalho e Mello ligado ao espírito religioso de Todos-os-Santos: É o grande incêndio do Hospital de

Todos-os-Santos, que o faz ter a primeira actuação de força e decisão, a poucos dias de ter tomado nas mãos o Governo do Estado.

Diz meu Tio Joaquim Pedro Oliveira Martins na sua *História de Portugal*, a pág. 191, Capítulo V:

«E o Senhor arrasou a Cidade com todos os seus moradores e os seus arrabaldes, e todo o viço das terras. Assim aconteceu a Sodoma, assim aconteceu a Lisboa!»

Na manhã de 1 de Novembro a cidade estremeceu, abalada profundamente e começou a desabar. Eram 9 h. Dia de Todos-os-Santos! Nas casas ardiam as velas nos oratórios e as igrejas regurgitavam de povo que fora ouvir a missa. Toda a gente, numa onda correu para a praia, mas rolando em massa estacou! Tal a onda que vinha do rio, galgando a inundar as ruas, invadindo as casas! Por sobre este encontro ruidoso, uma nuvem de pó que toldava os ares e escurecia o Sol, pairava, formada já pelos detritos das construções e das mobílias que o abalo interno da terra vasculhava, e os desabamentos enviavam em estilhas para o ar!

A onda de povo aflito, retrocedendo, a fugir ao mar, tropeçava nas ruínas; e as quedas e a metralha dos muros, que tombavam, abriam na floresta viva, agitada pelo vento da desgraça, clareiras de morte, montões de cadáveres e poças de sangue, membros decepados, manchas brancas de cérebros derramados, contra as esquinas.

E as casas erguiam-se com as paredes desabadas, os tectos abertos sobre o esqueleto dos tabiques, mostrando a nu todos os interiores funestos, neste dia em que para muitos, Deus julgara e condenara Lisboa, como outrora fizera a Sodoma. Casas, palácios, conventos, mosteiros, hospitais, igrejas, campanários, teatros, fortalezas, pórticos, tudo, tudo caía.

«Se visses somente o Palácio Real, diz uma testemunha, que singular espectáculo, meu irmão!». Os varões de ferro, torcidos como vimes, as cantarias estaladas como o vidro! A onda do rio sorvia num momento o Cais do Terreiro do Paço, com o barcos atracados, coalhados de gente. Dos andares altos alguns se precipitavam, sobre a laje da rua. «Misericórdia! Misericórdia!».

No meio da destruição geral muitas casas ficaram de pé. Mas, Carvalho e Mello proíbe rigorosamente as reparações nos edifícios que a catástrofe poupava. À medida que tudo caía escreve ainda Oliveira Martins, e o chão ia sendo nivelado por sua vontade, Carvalho e Mello

pede a régua e o esquadro de matemático construtor e risca no papel a nova cidade que quer implantar.

Já em Junho de 59 o risco de Lisboa merece a sua aprovação!

Em breve anos ergue-se do seio das ruínas a mole de construções.

As ruas largas, em alinhamentos rectos, as praças rectangulares, as fachadas simétricas, as arcadas clássicas suportando muros lisos, fendidos por janelas regulares e simples, os edifícios públicos centralizados em torno do Terreiro do Paço, que sob o nome de Praça do Comércio recebe no centro a estátua do Rei D. José, aí, onde estivera implantado o Paço.

Diz ainda Oliveira Martins: «Não se reedificava Lisboa: Erguia-se no lugar da Antiga, uma Nova Cidade. D. João IV nunca pôde passar por Messias, mas agora, aparecia o Salvador na pessoa de Sebastião José de Carvalho e Mello.»

A Lisboa Pombalina veio substituir o emaranhado das ruas e largos medievais, sem dúvida graciosíssimos, mas sem qualquer hipótese de expansão.

A ideia do aproveitamento do terreno, onde fora o Paço, para as Secretarias de Estado, era juntar os Serviços oficiais o mais próximo possível uns dos outros, e os pavimentos térreos serem aproveitados para estabelecimentos comerciais, pois, na concepção de Carvalho e Mello, o Comércio era a base do poder do Estado. Como se pode observar aquele que fora o Terreiro do Paço — Paço da Ribeira — dá lugar à Praça do Comércio.

O terramoto de 1755, veio mais uma vez pôr a descoberto nova faceta do inteligente homem de Estado, que aqui demonstra um poder de organização e de forte energia, em presença da terrível catástrofe. Não se curva à desgraça que atingira Lisboa, pelo contrário, reage, mostra-se plenamente à altura das circunstâncias.

Manda chamar um architecto da sua confiança (Eugénio dos Santos) logo no dia a seguir à terrível derrocada, e no seu gabinete é traçada a planta da nova construção, sob um plano muito mais vasto e muito mais regular que o da antiga Cidade. Manda demarcar o terreno a cada proprietário, obrigando estes a levantarem as suas casas dentro de um prazo estipulado, sob pena de as perderem, tendo de estar sujeitos ao plano apresentado pelo architecto. Daí resultou a regularidade da parte baixa da cidade. Nas ruas entendeu por bem agrupar os diversos mercados, tomando estas os seus nomes. A reconstrução da cidade é feita com tal rapidez que deixa estupefacto o Embaixador de França, que na

sua terra declarara não ser Carvalho e Mello capaz de levar a bom termo a obra que empreendera. Aí, também cumprira!

Como é de calcular e pela desordem com o terramoto de 1755 surge uma onda de rapina, que trazia o povo em verdadeiro pânico. Carvalho e Mello não se atemorizou com a onda aparecida, dá ordem para serem montadas forcas bem altas e nelas expôs mais de duzentos cadáveres segundo dizem as crónicas, o que parece ter dado um certo resultado...!

Com a reconstrução da Cidade, o clima que envolve a pessoa deste enorme Estadista, não pode de nenhum modo ser de indiferença para os que estudam a História. A figura de Carvalho e Mello é figura para ser descrita sob variadíssimos ângulos. Passados tantos anos continua a ser uma figura polémica como o são em geral as grandes figuras. Digna de admiração da parte de uns, sujeita a crítica pela parte de outros.

Hoje fazem-se visitas à Baixa Pombalina, não podendo deixar de recordar a demarcação de uma época. Nessa Baixa admiramos a traça dos edifícios, o traçado das ruas e temos a visão do Homem que sonhou com a expansão de uma grande cidade. A sua Cidade!

No tempo das carruagens, quem iria pensar que pelas espaçosas artérias abertas, iriam correr milhares de automóveis? Artérias rasgadas para o futuro como rasgado era o horizonte do Homem, que sonhou tão grande remodelação. Não quis, ou melhor, não permitiu Pombal qualquer reconstrução dos edifícios escassos que se mantiveram de pé, embora em ruínas. Ele salvaguardaria dois aspectos: 1.<sup>a</sup>, a segurança daqueles que porventura os iriam ocupar; 2.<sup>o</sup>, é primordial a execução do seu plano, a construção imediata de uma nova cidade. Cidade que é hoje admirada por aqueles que nos visitam e por nós próprios, como fica expresso no número daqueles que nos acompanham nas nossas visitas.

Vai longo já este nosso trabalho. Não quero, portanto, abusar mais da vossa paciência. Penso, contudo, que foi de justiça recordar aqui na sede dos Amigos de Lisboa, no bicententário da sua morte, que ocorreu efectivamente no dia 8 de Maio do ano passado a figura de um homem, que foi sem dúvida, um Grande Amigo de Lisboa, e a quem o Rei por decreto de 16 de Setembro de 1769, pelos imensos serviços prestados ao país, elevou a Marquês.

Sebastião José de Carvalho e Mello — 1.<sup>o</sup> Conde de Oeiras — 1.<sup>o</sup> Marquês de Pombal: Um grande Homem da nossa Cidade!

[Esta conferência, realizada na sede do GAL, em 7 de Maio de 1983, em sessão a que presidiu o Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, Presi-

dente da Direcção do Grupo, terminou a participação dos Amigos de Lisboa no bicentenário do Marquês de Pombal. As anteriores manifestações foram as visitas de estudo ao Palácio do Marquês, na Rua do Século, em Lisboa, a 26 de Junho de 1982, orientada pela Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita; ao Palácio Pombal, em Oeiras, conduzida por José Meco, em 17 de Julho; à Quinta de Cima do Marquês, em Oeiras, em 25 de Setembro, igualmente dirigida por José Meco; à inauguração da Exposição Pombalina, no Museu da Cidade, explicada pela Dr.<sup>a</sup> D. Irisalva Moita que (com José Meco) encaminhou os sócios no passeio evocativo da reforma pombalina na Baixa Lisboeta); os mesmos eruditos orientadores prepararam a segunda parte do passeio pombalino para 23 de Abril de 1983, que sofreu pequena alteração. Estas actividades constituíram algo de importante nas comemorações a que o bicentenário do falecimento do Marquês deu motivo — e que não tiveram no conjunto das homenagens, quer oficiais quer de instituições culturais, a grandeza merecida pela extraordinária, embora controversa, figura do estadista. — Para mais pormenores, q. v. os relatórios da Junta Directiva de 1982-1983, publicados no nosso Boletim.

Aproveitamos para chamar a atenção, na mais moderna e actualizada bibliografia sobre o ministro de D. José, para o estudo do Prof. Dr. Jorge Borges de Macedo, que nestas comemorações planeou seis lições sobre «A Sociedade Portuguesa do Século XVIII», de iniciativa da Imprensa Nacional-Casa da Moeda].



## Visita ao Aquário Vasco da Gama

em 15/10/83

A visita dos «Amigos de Lisboa» ao Aquário Vasco da Gama, que registou considerável número de Associados (cerca de uma centena) foi enriquecida pela presença do Sr. Comandante Costa Ferreira, Subdirector do Aquário (em representação do seu Director, Sr. Comandante Trigo), da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Dinis e do Sr. Dr. José Manuel Marques, ambos Directores técnicos.

No início da visita, a Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita apresentou o Sr. Comandante Costa Ferreira, a quem em seguida passou a palavra e o qual saudou os presentes, dizendo da sua satisfação por receber os «Amigos de Lisboa» a quem transmitiu as saudações do Sr. Director, ausente nos mares da Madeira em pesquisas oceanográficas. Ofereceu depois ao Grupo a medalha comemorativa do Aniversário da fundação do Aquário, após o que fez uma pequena exposição sobre a criação deste. Os visitantes foram depois divididos em dois grupos, um acompanhado pela Dr.<sup>a</sup> Teresa Dinis e outro pelo Dr. José Manuel Marques.

O aceso ao edifício é feito através de um jardim bem cuidado, onde existe um lago com uma pequena ponte, no qual se podem observar várias espécies de peixes de água doce e plantas aquáticas. No vestíbulo, é evocada a figura do rei D. Carlos I, fundador do Aquário. Seguem-se as vitrinas onde estão expostas espécies marinhas da colecção do monarca, que foi um grande divulgador da ciência da exploração do mar e que nos seus trabalhos oceanográficos, a bordo da iate «Amélia», se fazia acompanhar por uma equipa de especialistas, entre os quais o Eng. Albert Girard, o seu mais íntimo colaborador.

Como naturalista e oceanógrafo, D. Carlos deixou o seu nome ligado sobretudo ao inventário da fauna marinha das costas portuguesas,

matéria em que os seus conhecimentos eram tão profundos que o fizeram membro de diversas instituições científicas estrangeiras, como a Sociedade Zoológica Francesa, Sociedade Zoológica de Londres e Museu da História Natural de Paris. Entre os seus trabalhos, dá-se especial destaque ao *Catálogo Ilustrado das Aves de Portugal, Esqualos obtidos nas Costas de Portugal* (durante as campanhas de 1896 a 1903) e *Pesca do Atum no Algarve em 1898*.

Ainda no vestíbulo, podem ser observadas colecções de conchas e búzios, classificadas e valorizadas por iluminação apropriada e uma estátua de bronze do grande navegador Vasco da Gama, patrono do Aquário. Seguem-se as salas de exposição.

O Aquário Vasco da Gama, inaugurado para assinalar as Comemorações do IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, abriu com uma original exposição em que estiveram presentes espécies de fauna marítima de todo o mar português de então. Os peixes tropicais encontravam-se em aquários especialmente adaptados, com aquecimento a petróleo, o que causou geral admiração na época. Terminadas as Comemorações, o Aquário foi entregue ao Estado e integrado no Ministério da Marinha, ficando na dependência da antiga Direcção-Geral da Marinha. Passados alguns anos, a sua orientação técnica foi entregue à Direcção da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais a que o rei D. Carlos presidia.

De 1908 a 1918, e sob a orientação daquela Sociedade, o Aquário sofreu forte impulso, tendo atingido um nível relevante. No ano seguinte a instituição recebeu novos benefícios com a criação de uma Estação Biológica Marítima e passou a ser designado por Aquário Vasco da Gama e Estação Biológica Marítima. Com o decorrer do tempo e com a evolução dos conhecimentos científicos entendeu-se dividir os dois organismos, tornando-os independentes. Assim, atribuiu-se ao Aquário Vasco da Gama o fim específico da exposição de espécies aquáticas e criou-se o Instituto de Biologia Marítima com fins de investigação científica.

Nos últimos trinta anos verificaram-se notáveis melhorias no Aquário, que se caracterizaram pela reconstrução de todos os tanques das salas de exposição, segundo as concepções da técnica moderna. Em 1971, o edifício foi ampliado, construindo-se um pavilhão destinado a focas e otárias. Com o desenvolvimento do gosto pela aquariologia, deu-se também particular atenção à exibição de maior número de espécies exóticas e à divulgação do Aquário, não só junto do público adulto, mas também entre as crianças, com a promoção de visitas guiadas de alunos das escolas de Lisboa e de outros pontos do País. Em 1980,

o edifício foi uma vez mais ampliado, sendo criado um salão onde são apresentados dioramas sobre as várias espécies da flora e fauna marítimas, e onde se expõem em grandes vitrinas exemplares embalsamados. Nessa ampliação não foram esquecidos os Serviços Administrativos e laboratórios de investigação.

Actualmente, o Aquário Vasco da Gama, constituído por Museu e Aquário, está dependente do Director-Geral do Instituto Hidrográfico. As espécies expostas no Museu compreendem: peixes, aves aquáticas, invertebrados marinhos e outras peças zoológicas, das quais parte foi capturada pelo rei D. Carlos durante as expedições oceanográficas que realizou a bordo do seu iate.

A disposição dos aquários, de diversos tamanhos e formas, que rondam a centena, foi criteriosamente estudada e neles podem ser observadas espécies de todas as regiões do Globo: o peixe eléctrico azul riscado, a pantera malhada de rosa e creme, a pantera riscada de castanho e cor de carne, o quitou de crosta espessa, o peixe-cego, a perigosa piranha, o boca-ninho, o peixe-sol, o chanchito do Brasil e o célebre gambuzino, (que a tradição dá como uma brincadeira, mas que na realidade existe), o papa-mosquitos (importado para a luta antiazonária), a enguia eléctrica, o peixe batão (trazido da Tailândia e do Bornéu), a garoupa amarela, o nero, o pargo, a dourada, etc.

Tem havido a preocupação de procurar integrar as espécies em ambientes que lhes proporcionem, tanto quanto possível, o seu *habitat* natural, e assim é de destacar o aquário das anémonas, ascídias, estrelas do mar e, especialmente, da planta aquática *Cornynactres* que, reproduzindo-se bem no aquário, cobre as suas pedras de manchas de variadas cores. Ainda podem ser observadas as moreias, tão vulgares no Mediterrâneo e na nossa costa, consideradas dos mais terríveis habitantes do Aquário, possuindo algumas destas espécies glândulas venenosas situadas junto dos dentes; e safios, abundantes nas costas noroeguesas e também nas de Portugal, muito apreciados pelos pescadores desportivos.

Depois da ronda pelos aquários, num salão fresco encontra-se o tanque onde evoluem a foca-monge ou foca do Mediterrâneo e a otária da África do Sul, conhecida entre nós por leão marinho. Embora sejam parecidos, estes animais distinguem-se por o leão marinho ter as orelhas mais pequenas e se mover em terra com mais facilidade, enquanto a foca, com maior dificuldade de movimentação em terra, prefere a água. Os pinípedes, a classe a que pertencem as focas, dividem-se em três famílias: focídeos ou focas, odobenídeos ou morsas e otarídeos ou leões marinhos. Estas espécies escolhem geralmente os mares frios



para viverem, por lhes forneceram uma alimentação mais rica em peixe, moluscos e crustáceos. Vivem em grupos, havendo um macho para dezenas de fêmeas e a sua gestação dura entre oito a doze meses, conforme as espécies.

A sala de invertebrados é curiosíssima, nela se podendo observar vários tipos de espongiários, vermes, celenterados, crustáceos e outros grupos representativos das costas portuguesas. Também nesta sala se encontra a «concha assassina» dos mares de Timor. Diz-se que mergulhadores e pescadores de pérolas, apanhados pelas enormes valvas deste molusco, jamais voltaram à superfície, o que não custa a crer...

Ainda na sala dos peixes, podem observar-se o peixe-cravo (uma raridade, que só se aproxima da costa durante a noite), a enguia-pelicano (único exemplar até hoje encontrado nas nossas costas, descrito por Girardi em 1895), o tubarão de fundo (também espécie rara dos mares do Japão), o tubarão narigudo e o peixe-farol (cuja primeira barbatana dorsal é um raio que termina em penacho ramificado) e o peixe-prata (pescado no Tejo, perto do Seixal, em 1973, e proveniente dos mares tropicais).

Dos habitantes do oceano, há também a registar a presença da tartaruga de côro, um espécime que atrai sempre a curiosidade do visitante, do cachalote anão (das águas temperadas sub-tropicais) e do mar-suino (capturado em 1968 em Cascais e proveniente das águas temperadas e frias do hemisfério Norte).

Na Sala das Aves, entre as variadíssimas espécies expostas, todas elas dignas de interesse, mas que a exiguidade de espaço não nos permite descrever, destacaremos apenas um tipo de gansos do Norte da Europa, de rara beleza, oferta do rei Eduardo VII a D. Carlos.

No que respeita ainda ao Aquário, propriamente dito, é de notar que a captação da água é feita no rio Tejo. Dadas, porém, as grandes flutuações de salinidade ao longo do ano, foi necessário criar depósitos para reserva dessa água, cuja circulação é conseguida através de uma bomba que a projecta para os filtros de areia, areão e rolha, em circuito fechado, o que permite não só manter a água limpa, sob o ponto de vista químico, como também das substâncias em suspensão.

Outro aspecto importante para a sobrevivência das espécies foi também tido em conta: o da reprodução cíclica das marés e o do choque das ondas, este obtido mediante jactos de água, tudo isto tendo em vista as condições especiais dos espécimes em cativeiro.

# VISITA AO MUSEU MILITAR DE LISBOA

(Em 14 de Janeiro de 1984)

*pelo* CORONEL ANTÓNIO LUÍS TADEU

Estamos no Museu Militar prontos a visitá-lo, ou melhor, a estudá-lo. E, quando digo prontos a estudá-lo, proponho-me correr um risco, porque, desde já, declaro escolher a alternativa que me pode conduzir a divergências de opinião ou mesmo a certa antipatia. Qualquer visita a um Museu, Edifício histórico, Igreja, Convento, etc., pode ser sempre feita de duas maneiras: ou nos apresentamos como simples turistas que passam a correr e no regresso dizem à família ou amigos que «viram», ou vemos o objecto que nos é apresentado, estudando-o nas suas origens, nos seus valores reais de qualquer natureza, procurando tirar lições para o futuro, tornando então a visita numa verdadeira utilidade cultural que, além de nos encher os olhos, nos penetra também o espírito.

É esta segunda hipótese que perfilho e é procurar tal objectivo que me proponho.

O Museu onde estamos é, indiscutivelmente, um Museu de categoria excepcional em si próprio, não havendo necessidade de fazer comparações. É um Museu onde vivem a Arte, os exemplares que o caracterizam, a História que esses exemplares serviram e, ainda é possível dentro dele escolher elementos que podem perfeitamente servir para o estudo de determinado ramo da Arqueologia Industrial, as indústrias metalo-mecânicas, muito especialmente no campo da fundição.

É um Museu que nestes campos cumpre perfeitamente a sua missão e, sem discutir a sua organização museográfica, nele se podem apreciar os elementos citados. Pode dizer-se que é um Museu que tem um corpo visível e uma alma que se pressente e adivinha ao percorrer as suas salas.

Posto o problema desta maneira, estão V. Ex.<sup>as</sup> assustados e julgam que só sairemos daqui quando os nossos netos forem velhos! Não se assustem, pois proponho-me correr o risco que é o de, hoje, limitarmos

a nossa visita a uma breve resenha histórica e a uma ligeira apreciação artística do edifício e decorações que tanto o enobrecem, dando-lhe um ar simpático e acolhedor.

Estou convencido que não é o facto de ser official do Exército que, por deformação profissional, está encarecendo o seu Museu. Julgo-me justo a avaliá-lo e orgulhoso, sim, em o comunicar a V. Ex.<sup>as</sup>.

Não são poucos os museus militares espalhados pelo mundo, sendo alguns bem significativos. Lembro-me dos de Madrid, Paris, Inglaterra, etc., etc., sendo de notar que, de uma maneira geral, todos eles tiveram a sua origem no material armazenado nos seus Arsenais, podendo dizer-se que o 1.º foi o de França, organizado pelo Duque de Humières, no tempo de Luís XIV, com a finalidade de estudar as bocas de fogo então em uso. Entre nós, segundo rezam as crónicas, parece que já no tempo de D. João I estariam armazenadas convenientemente as armas que deveriam ou poderiam vir a servir.

Se tais armazéns não eram propriamente Museus, não há dúvida que eles deveriam conter tudo quanto seria necessário à Arte da Guerra do seu tempo e, certamente, bem digno de ser visto.

Note-se que eram famosas as Salas de Armas existentes no Paço Real no tempo do Venturoso, segundo afirmam Damião de Gois, Venturino, Padre Duarte de Sande e outros. Simultaneamente com tais Salas de Armas concorriam as respectivas fábricas, as tercenas da época que, ao que parece, tiveram o seu início na Ribeira junto ao Paço Real. Temos que convir que tal vizinhança, além de perigosa, era incomodativa para um Paço Real! Não admira, pois, a mudança para outro local e, é então que durante os tempos de D. Manuel I e D. João III as vemos transferidas para a zona das Portas da Cruz e do Postigo do Arcebispo, onde afinal hoje nos encontramos.

Antes de 1755, houve em Lisboa várias colecções de Armas, sendo de destacar, como mais notável, a dos Condes da Ericeira que estava montada num autêntico ambiente de arte, pois a ela estava anexa uma excelente Pinacoteca. Outras houve que deixaram fama, como as de Santa-rém, Alfândega da Fé, etc., etc.. Toda a riqueza das armas defensivas deve ter desaparecido no tempo de D. João V, com o advento do armamento ofensivo então observado e que levou a aligeirar aquele, fazendo esquecer as pesadas armaduras usadas até então. Tal facto, aliado ao desprezo que temos a pouca sorte de utilizar para o que deixa de ter emprego imediato, a pouca sorte dos anos de 1580 a 1640, o terramoto de 1755, a rapina francesa da época das Invasões, e a dos nossos aliados Ingleses, já nessa altura altamente interessados em constituir colecções,

levaram-nos tudo, ou quase tudo, quanto de bom ainda poderíamos ter nessa altura. Tais factos estão na origem do nosso Museu ser tão pobre em peças dessa natureza. Mas deixemos as lágrimas e pensemos somente que, apesar de tudo, ainda hoje temos um dos mais notáveis Museus da sua espécie do Mundo, sobretudo no campo de Artilharia.

Em 28 de Dezembro de 1640 — note-se a época da Restauração — é criada a Tenência a quem competia o fabrico, aquisição, guarda, conservação e manutenção do armamento, bem como a sua distribuição tanto para o Exército como para a Armada. O seu chefe era o Tenente Geral da Art.<sup>a</sup> do Reino e o primeiro nomeado foi Rui Correia Lucas. 50 anos depois, sendo Ten. Gen. Fernando de Chegaray, foi construída a Norte da Fundação de Baixo uma Fábrica de Armas: A Fundação de Cima. Em 11 de Junho de 1726 um grande incêndio destroi, por completo, as Terecenas e respectivas oficinas. D. João V imediatamente ordena a reconstrução, sendo nomeado para o efeito o Engenheiro francês M. Larre. Obras quase concluídas e... o inevitável terramoto destroi quase por completo o que já estava feito e, em 1760, começa a nova reconstrução tendo, então, dirigido as obras o Ten. Gen. Manuel Gomes de Carvalho e Silva. Em 1764 a Tenência passa a ter a designação de Arsenal do Exército, ficando sob a jurisdição da Junta dos 3 Estados. Não houve, então, uma modificação substancial no regime vigente e é o grande Bartolomeu da Costa quem conclui o restauro do edifício, certamente como Director e não como Engenheiro ou Arquitecto. Resta ainda de Larre, segundo parece, o belo pórtico da fachada ocidental, embora aproveitado e, talvez, melhorado por Carlos Mardel.

Entremos agora na História do Museu:

Por Dec. de 27 de Março de 1840, é nomeado Inspector do Arsenal do Exército o Gen. Silva Lopes, Barão do Monte Pedral. Este em Ordem de Serviço n.º 224 de 15 de Nov. de 1842, determina que o Major João Carlos de Sequeira disponha e classifique os modelos de máquinas e aparelhos, objectos raros e curiosos existentes no Arsenal, numa sala contígua à oficina de correeiro; simultaneamente o que não tiver lugar em tal sala será conservado da forma que o referido Major ache mais conveniente; tudo o que respeitar a armas de fogo portáteis ficará na Sala de Armas da Fundação de Baixo e os objectos, que pela sua natureza e melhor arranjo devem ficar na Fundação de Cima, classificados pelo Ten. Cor. Matos que por eles ficará responsável. Ordena, simultaneamente, que todos os funcionários dos armazéns ou depósitos que tenham objectos nas condições indicadas, os remetam por intermédio da Secretaria da Inspecção a quem de direito. Não há dúvida que com o proce-

dimento havido se dispensou parte do material existente. No entanto, todo, senão quase todo, do material existente, estava salvo e o Museu tinha nascido! Note-se que as ordens da O.S. 224 foram integralmente cumpridas! Bons tempos!

O Decreto de 10 de Dezembro de 1851 sanciona o Decreto anterior, quando reorganiza o Arsenal do Exército, pois no seu art.º 19.º estatui objectivamente que fica garantida a existência do Museu de Art.ª.

O Decreto de 13 de Dez. de 1869 que estabelece o Plano para a organização da Arma de Art.ª, estatui que o Museu de Art.ª Histórica fica sob a vigilância do Director da Fábrica de Armas.

Em 5 de Out. de 1876 passa a ser encargo do Cap. de Art.ª Eduardo Ernesto de Castelbranco, e, no mesmo ano o Gen. António Florêncio de Sousa Pinto, Director Geral da Arma, ordena a centralização dos objectos existentes nas salas do extinto Colégio dos Aprendizes do Arsenal. É, então, que começa, em grande, a obra de Castelbranco, que promove a reunião de tudo quanto existe na Fundação de Baixo. Com a sorte dos seus superiores hierárquicos o terem compreendido, Castelbranco, mete ombros à sua obra e, pena é que não a tenha concluído, pois morre, quando se lhe começava a ver o fim.

Ainda hoje se nota o muito que se deve a este homem. Note-se a galeria de artistas que neste casarão trabalharam para o embelezar, criando um ambiente extraordinariamente curioso e agradável: Sousa Rodrigues, Espírito Santo e Oliveira, Manini, Félix da Costa, Francisco Franco, Costa Mota, Teixeira Bastos, Bruno José do Vale, Pereira Pegado, Pedro Alexandrino, Joaquim Rafael, Feliciano Narciso, Caetano da Silva, Carvalho Rosa, Costa Negreiros, Francisco António, João José de Aguiar, João de Figueiredo, Artur de Melo, Luciano Freire, D. Emília dos Santos Braga, Condeixa, Jorge Colaço, José Ayres, Columbano, Carlos Reis, Malhoa, Sousa Lopes, Acácio Lino, Falcão Trigoso, Fonseca, Ribeiro Jr., Duquesa de Palmela, Domingos Costa, João Vaz, etc., etc., são nomes que não podem ser esquecidos e que, representados neste Museu, fazem dele um autêntico Museu de Arte dentro do Museu puramente Militar.

Esta relação mostra bem o cuidado que houve na decoração do que viria a ser o Museu de Art.ª.

Núcleo extraordinário de pintores da sua época, bem conhecidos e com uma obra bem definida, com orientações bem diferenciadas, e todos eles com um carácter bem pessoal, vêem-se enfrentando «uma encomenda» fora dos moldes que lhes eram habituais. A forma como se saíram está à vista, e se há a considerar uma unidade ideológica

perfeita — a ideia da Pátria — tantas vezes ilustrada com as maravilhosas estrofes do grande Camões — ela não pode deixar de ser diferenciada, pois os seus autores não eram vultos a quem se impusesse uma forma rígida ou sequer um processo artístico.

Um outro aspecto a considerar é o da azulejaria. Se há algum azulejo pombalino (?), outro há mais moderno, de menos interesse, mas que mesmo assim, me parece, merece ser relacionado e estudado para evitar dores de cabeça para o futuro.

Refiro-me aos desenhados por Victória Pereira existentes no largo Pátio Oriental e outros existentes no interior do Museu. Isto não será um recado para o José Meco?

Resta mencionar o Pórtico da fachada oriental da autoria de Mestre Teixeira Lopes. É uma obra cheia de carácter, de certeza, de que uns gostarão mais, outros menos, mas incontestavelmente é uma obra de mestre e que tomo a liberdade de dizer que cada um interprete como melhor entender.

Deve ainda dizer-se que as colunas que ornam a fachada Sul vieram da Capela de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Pureza, da Calçada da Glória, Capela de que há bem pouco tempo vimos uma bela imagem.

Embora com um outro interesse, não deve deixar de mencionar-se as grades que ornam as janelas de todo o edifício.

E, vamos começar a visita.

### ROTEIRO ARTÍSTICO DO MUSEU MILITAR

Este roteiro não pretende ser exaustivo. Pelo contrário, ele pretende somente pôr em destaque algumas das muitas e boas coisas que estão guardadas dentro das suas paredes.

Assim:

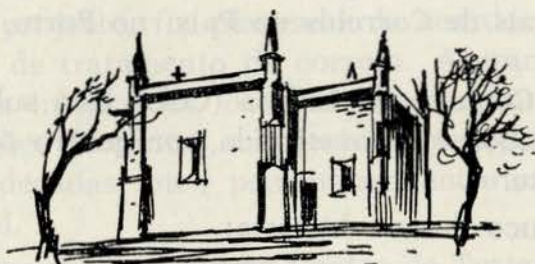
1 — SALA D. CARLOS — Chama-se a atenção para os azulejos modernos. Retrato de D. Carlos por Félix da Costa. 2 — SALA ALJUBARROTA — Quadro por Luciano Freire. Estátua de D. Nuno por Domingos Soares Branco. Idem por A. M. Ribeiro. 3 — ÁTRIO — Tecto pintado por Sousa Rodrigues, Alves Cardoso e A. Oliveira. Um busto do Gen. Castelbranco. Atenção às portas. 4 — SALA VASCO DA GAMA — Painel por Carlos Reis, Tecto de Manini — Busto de V. Gama por Simões de Almeida. 5 — ESCADARIA — Notar os azulejos e o tecto. 6 — 1.<sup>a</sup> SALA DA GUERRA PENINSULAR — Baixos relevos de Costa Mota. Modelos do Concurso para a Estátua

da Guerra Peninsular. Quadro de António Ramalho. 7 — 2.ª SALA DA GUERRA PENINSULAR — Gravuras aguareladas com uniformes. Águas fortes várias. Miniaturas em louça de Leonel Cardoso. Metais repuxados e outros. Óleos de T. de Mello (1903-08). 8 — SALA DA GRANDE GUERRA — Muita atenção aos quadros de Ad. de Sousa Lopes. Modelo da Estátua aos Mortos da Grande Guerra por Maximiliano Alves (1933). Miniatura do Cap. Delfim Maia. 9 — SALA D. MARIA — Pena não estar presente o retrato do Rei R. Fernando, actualmente em restauro. 10 — SALA D. JOSÉ — Talha dourada e esculturas de J. Almeida. Modelo da Estátua Equestre. 11 — SALA D. JOÃO V. 12 — SALA AFONSO DE ALBUQUERQUE — Notar os quadros de Candeixa. 13 — SALA D. JOÃO DE CASTRO. 14 — SALA PORTUGAL — Azulejos Pombalinos — (?). 15 — ESCADA — Quadros que julgo antigos mas restaurados por Casanovas. 16 — SALA EUROPA — Evolução do Armamento. 17 — SALA ÁFRICA . 18 — SALA ÁSIA. 19 — SALA AMÉRICA — Interessante conjunto de aguarelas de Marduni, mostrando a evolução da Bandeira Nacional. 20 — SALA DAS LUTAS LIBERAIS — Painel de Veloso Salgado. Retrato de D. Miguel, de Giovanni End — Cópia de Parrão. 21 — SALA CAMÕES — Quadros de Columbano. Tecto de Domingos Costa. 22 — SALA RESTAURAÇÃO — Quadros de Veloso Salgado, Batistini, A. Melo e Félix da Costa — Tecto de João Vaz. 23 — SALA INFANTE D. HENRIQUE — Quadros de Malhoa. Tecto de Domingos Costa. 24 — SALA ORIENTAL — Tecto de A. de Melo. Boa marchetaria. Notar o reparo feito em Macau para obuz. 25 — SALA DOS MODELOS — Notar os modelos das estátuas de Vimara Peres e D. João VI, ambas por Barata Feio. 26 — SALA MOUZINHO — Notar os quadros de Morais Carvalho e Guilherme Filipe. Espadas de Honra de Mouzinho e Sanches de Miranda, esta pela curiosidade do estojo.

## NOTA BIBLIOGRÁFICA

Sem a preocupação de fazer uma resenha completa, podem consultar-se:

- 1 — Lisboa Antiga — Júlio de Castilho; Ribeira de Lisboa — Júlio de Castilho.
- 2 — Peregrinações em Lisboa — Norberto de Araújo.
- 3 — Catálogo do Museu Militar — Zeferino Falcão. Sei da existência de, pelo menos, 10 edições.
- 4 — Arsenal do Exército, de Luís Maria de Mello Vaz de Sampaio, in Revista Art.ª n.º 193/196 — Ano XVII — Julho a Out. de 1920.
- 5 — O Tenente-General Bartolomeu da Costa, de Henrique Campos Ferreira Lima, in Revista de Art.ª n.ºs 218/230 de Julho de 1923 a Junho de 1924.





# VISITA À CENTRAL DE CORREIOS DE LISBOA (CABO RUIVO)

Em 17 de Março de 1984

por AMÉRICO DE JESUS RODRIGUES

(Técnico especialista Postal)

Na actualidade, os Correios e Telecomunicações constituem, em Portugal, uma Empresa Pública que se desdobra em duas Direcções-Gerais: a de Correios e das Telecomunicações.

A estrutura da Direcção-Geral de Correios apoia-se em três áreas: Serviços Centrais, Serviços Regionais e Serviços Locais.

As Centrais de Correios (CC) inserem-se nos Serviços Locais e, embora hierarquicamente dependam das Direcções Regionais, gozam de autonomia. Estão vocacionadas para o desenvolvimento das tarefas que lhes cabem no tratamento de grandes massas de correspondências.

Há três Centrais de Correios no País: no Porto, em Coimbra e em Lisboa.

A Central de Correios de Lisboa (CCL), está subordinada à Direcção Regional de Lisboa e é constituída por quatro órgãos de que falaremos mais à frente.

Antes, um pouco da sua história:

Foi na Calçada do Combro, entre as Ruas das Mercês e do Século que num velho palácio ainda hoje existente funcionou a primeira Central de Correios.

«Vasta e magnífica construção a que enxertos posteriores não quebraram a primitiva linha de fidalga elegância que a distingue como uma das mais solarengas do seu tempo», assim descreveu Godofredo Ferreira, funcionário dos CTT e investigador histórico ilustre, no seu livro «Velhos Papéis do Correio», o secular palácio renascentista, conhecido pelo Palácio do Monteiro-Mor ou do Marquês de Olhão, que pertencera aos Marqueses de Castro Marim, e recebeu, por transferência, os serviços do correio, vindos do prédio da Calçada do Correio-Velho.

Por esse findar do século XIX, o volume da correspondência atingia os 20 milhões e o das encomendas 140, por ano.

O progressivo aumento do tráfego que impusera a mudança do Correio-Velho para a Calçada do Combro em 1799, volta a «ditar leis» e, em 1881, houve que procurar novas instalações, o que se conseguiu com a cedência de algumas dependências do complexo do Terreiro do Paço, propriedade do Ministério da Fazenda, onde, enfim, a Central de Correios de Lisboa pôde reunir todos os seus serviços numa verdadeira sede.

Não levou, porém, muitos anos que a solução se revelasse transitória.

Na verdade, a situação em plena «baixa pombalina», de tráfego citadino intenso, com falta de espaços internos que lhe permitissem a adopção ou o aproveitamento dos meios tecnológicos para acompanhar o surto de progresso que se anunciava do estrangeiro; a incapacidade de responder ao acelerado crescimento do tráfego postal, que revelou nas décadas de 60 e 70 altos índices; e, portanto, a premente necessidade do recurso à mecanização e automatização dos serviços, assim como o lançamento do código postal, demonstraram que a Central do Terreiro do Paço se tornara manifestamente pequena e era irreversível a construção em melhor e mais amplo local de uma nova Central de Correios.

Desde a década de 60 que Cabo Ruivo estava no pensamento dos responsáveis...

O respectivo projecto, foi planeado de acordo com os modernos meios tecnológicos de tratamento de correio. A grandiosidade e potencialidades das suas instalações, o valor dos montantes investidos, na ordem dos 1,5 milhões de contos, as previsões atempadas do tráfego postal das próximas décadas, etc., permitiram encarar com confiança o nosso futuro postal.

Pode afirmar-se que o moderno Centro de Tratamento Mecanizado, já em pleno funcionamento, bem como a racionalização de todos os processos de trabalho, colocam a CCL ao nível das mais modernas Centrais da Europa.

A inauguração oficial realizou-se em 21 de Janeiro de 1983, mas a transferência das diversas unidades laborais foi sendo feita gradualmente de modo a evitarem-se as naturais perturbações, que sempre resultam das mudanças bruscas e globais.

O processo de transferência, que abrangeu quase 1500 trabalhadores, teve início na primeira quinzena de Maio de 1981 e terminou no final de 1982.

Hoje, e com excepção de 8 das 10 Distribuidoras a quem compete a distribuição das correspondências na cidade, e que, como é óbvio, estão espalhadas por Lisboa, e ainda de uma dependência a funcionar no Aeroporto e outra no Poço do Bispo para a recepção do correio-avião e de superfície, todas as unidades laborais se concentram em Cabo Ruivo.

Compõem a CCL os seguintes órgãos departamentais: Centros de Tratamento (CTC); Centros de Distribuição (CDC); Serviços de Apoio e CIPOST.

Nos Centros de Tratamento executam-se (grosso modo) os seguintes serviços: CTC1 — Recepção e expedição de malas; CTC2 N — Tratamento de correio ordinário (manual e mecanizado); CTC2 I — Tratamento de correio internacional e via aérea e Ilhas Adjacentes; CTC3 — Tratamento de correio registado; CTC4 A — Encomendas postais internacionais e CTC4 B — Encomendas postais nacionais.

Por sua vez as CDC constituem EDL's distribuídas pelas seguintes zonas: EDL 1000 (Arroios), EDL 1100/1200 (T. Paço), EDL 1300/1400 (Junqueira — C. Boa-Hora), EDL 1500/1600 (S. Domingos de Benfica), EDL 1700 (Av. da Igreja), EDL 1800/1900 (Cabo Ruivo, Edifício da CCL).

Em Cabo Ruivo, os serviços estão instalados por pisos, do seguinte modo: rés/chão — Encomendas postais nacionais; 1.º piso — Encomendas postais internacionais e Delegação da Alfândega de Lisboa. Cais de cargas e descargas, recepção e expedição, etc.; 2.º piso — Registos. Tratamento manual e mecânico nacional e internacional, das várias vias (superfície e aérea); 3.º piso — Serviços Centrais da CCL e de apoio ao CTC. Zona social, com cantina, bar, biblioteca, convívio, etc.

Neste momento e em confronto com os 20 milhões de correspondências e 140 encomendas movimentadas em 1881, podemos referir que em 1982 as estatísticas registam 400 milhões de objectos postais, 16 milhões de registos e 3 milhões e 300 mil encomendas postais.

Cerca de um milhão e meio de objectos postais e encomendas transitam diariamente por este pequeno mundo que é a Central de Correios de Lisboa.

## LISBOA ATRAVÉS DOS POETAS\*

por ANTÓNIO MANUEL COUTO VIANA

«Eu nunca vi Lisboa e tenho pena» — escrevia o ultra-romântico Tomaz Ribeiro, no poema *D. Jaime*, deambulando pelas margens beirãs do seu Pavia. Mas não tardou a vê-la e a conquistá-la, esse «par do reino bacharel formado/condecorado com a Conceição» (como o caricaturou Junqueiro), várias vezes alçado à governança do país, e, podendo, então, debruçar-se sobre o Tejo, escutando os líricos, maviosos lamentos da «sedutora imagem» da *Judia*. Descer à Capital e, nela, vencer pelos dons da poesia, era (e é, por certo!) ambição do vate provinciano, ironicamente retratado por Eça de Queiroz, ao criar Artur Corvelo, personagem-centro do romance *A Capital*, que, iludido por esse sonho, irrealizável para a sua mediocridade literária, descera de Oliveira de Azeméis a Lisboa, encorajado pelos ingénuos e ignorantes conterrâneos, os quais, apreciando-lhe os versos, o convenceram de génio: « — Caramba! Isso é de artista. Você o que deve é ir para Lisboa, que em Lisboa desbanca-os a todos! ».

Curioso o ser, precisamente, um poeta lisboeta, Carlos Queiroz, quem bem expõe, num poema, a legitimidade desta ânsia caracterizadora, afinal, da alma de todo o emigrante português, ou seja o regressar, um belo dia, à *pátria-chica*, como triunfador da vida: «Se eu tivesse nascido/  
No seio da província, era fatal/  
Que o meu sonho maior, o mais sentido,  
/Seria triunfar na capital;  
/E depois de julgá-lo conseguido,  
/Voltar à terra natal/  
/E ser p'los conterrâneos recebido/  
Com palmas e foguetes,  
/Fanfarras,vivas e banquetes/  
Na Câmara Municipal».

---

\* É o texto da conferência proferida pelo Autor, a convite dos *Amigos de Lisboa*, no Restaurante Panorâmico de Monsanto, em 25 de Maio de 1985.

Mas será, apenas, por ser Lisboa sede de Governo, tumultuosa metrópole aberta aos mundos civilizados, campo literário e político e social, destinado a lutas de cujas vitórias se deseje gozar noutras paragens de maior doçura e beleza, que move o poeta da província a conhecê-la e habitá-la? Não tem a cidade outros atractivos que lhe dêem preferência entre as demais portuguesas e estrangeiras? Ela que, «no mundo/facilmente das outras (é) princesa», tão nobre como a distingue Camões? Claro que tem e, por esses atractivos, acima de tudo, vem sendo celebrada pelos poetas. Atractivos naturais: a sua situação geográfica, as sete colinas alteadas junto ao vasto estuário do Tejo; a sua luz transparente e rósea, como a cor predominante do seu casario; a amenidade do clima. E também a sua monumentalidade e a peculiaridade das suas gentes e costumes. De tais poderosos atractivos, vamos eleger o rio Tejo para iniciar esta peregrinação, forçosamente incompleta, por Lisboa, através dos seus cantores em verso. Ouçamos, desde logo, o louvor que do Tejo faz, num rigoroso soneto, o renascentista Diogo Bernardes, tão hábil em tecer loas aos rios, ele, nascido nas fronteiras do Vez e enamorado das águas brandas e claras do minhoto Lima, a que dedicou muitos admiráveis tercetos:

«Brandas águas do Tejo, que, passando  
Por estes verdes campos que regais,  
Plantas, ervas e flores e animais,  
Pastores, Ninfas ides alegrando;

Não sei, ah! doces águas, não sei quando  
Vos tornarei a ver; que mágoas tais,  
Vendo como vos deixo, me causais,  
Que já vou de tornar desconfiando.

Ordenou o meu fado, desejo  
De converter maus gostos em pesares,  
Partida que me vai custando tanto.

Saudoso de vós, dele queixoso,  
Encherei de suspiros outros ares,  
Turvarei outras águas com meu pranto.»

O contemporâneo genial deste poeta é Luís de Camões, por ele preterido na jornada africana que teve seu fim em Alcácer Quibir, pois

D. Sebastião levou consigo, para lhe memorar, em estrofes, a vitória tida por certa, não o autor de *Os Lusíadas*, que apodara o seu rei de «novo temor da Maura lança», mas Diogo Bernardes, tão pouco épico, ainda que de excelente inspiração.

E, vindo à baila Camões, não esqueçamos que também ele fez fluir o «caro Tejo» em suas oitavas, e às fobulosas Tágides rogou «som alto e sublimado», «estilo grandiloquo e corrente», recordando-lhes, com modestia, que sempre o berço líquido lhes celebrava alegremente, ainda que em verso humilde.

E do Tejo, vemos ainda partir, na memória desperta, mercê do assombroso poder evocativo camoniano, aquelas naus que, velas ovante, sagradas pela cruz de Cristo, demandaram a Índia. Lá para trás, no tempo dos *Cancioneiros* luso-galaicos, compôs o trovador João Zorro um *Cantar de Amigo* onde já se afirmava o nobre destino marítimo e descobridor: «Em Lisboa, sobre lo mar/barcas novas mandei lavar/ai mia senhor velida//(...) Barcas novas mandei lavar/e no mar as mandei deitar,ai mia senhor velida!» Ali, na aprazível praia de Belém, onde regougou agoiros um Velho amargo, ergue-se, agora, o vulto espesso e rendilhado de um templo, a assinalar a glória do Império e da Fé dilatados. São os Jerónimos que Luís de Magalhães, filho do grande tribuno José Estêvão Coelho de Magalhães e poeta apreciável, tão amigo de Eça e de Junqueiro, soube esculpir num perfeito soneto parnasiano:

«À beira d'água, esplêndido, a alvejar,  
Do Venturoso o Templo rendilhado,  
Na saudade do homérico passado,  
Olha, nostálgico e em silêncio, o Mar.

A Viagem triunfal a lembrar,  
Do Mar nasceu, ao Mar consagrado,  
Todo de cordas náuticas ornado,  
Como nau aprestada a navegar...

Abrindo, ao alto, em leque, os seus pilares  
Evocam indostânicos palmares,  
Terras das nossas colossais *Ilíadas*.

E, como em sonho, na visão marmórea,  
Escuto a Fé cantando a nossa glória  
Num outro poema gémeo dos «*Lusíadas*!»

Já não há areias finas naquelas margens, mas sim a rudeza de um cais, onde acostam navios: cais — «saudade de pedra», como lhe chamou Fernando Pessoa que, sob a máscara heteronímica de Alvaro de Campos, bem soube descrever na sua extensa e sugestiva *Ode Marítima*, a faina e aventura das navegações, tendo o Tejo por ponto de largada ou de chegada: «Sózinho, no cais deserto, a esta manhã de Verão,/Olho p'ró lado da barra, olho p'ró Infinito/Olho e contenta-me ver,/Pequeno, negro e claro, um paquete entrando./Vem muito longe, nítido, clássico à sua maneira./Deixa no ar distante atrás de si a orla vã do seu fumo./Vem entrando, e a manhã entra com ele, e no rio,/Aqui, acolá acorda a vida marítima,/Erguem-se velas, avançam rebocadores,/Surtem barcos pequenos detrás dos navios que estão no porto». Neste acordar da vida marítima, entre os múltiplos barcos pequenos que sulcam o Tejo, fácil é distinguir aqueles que, num constante vaivém, transportam dos cais lisboetas aos das margens opostas toda uma multidão azafamada que na Capital tem seu labor e plácido dormitório na Outra Banda. Num desses cacilheiros, viaja a poesia de António Gedeão, dizendo um *Adeus, Lisboa* cheio de graciosidade e emoção: «Vou-me até A Outra Banda/no barquinho da carreira./Faz que anda mas não anda; /parece de brincadeira./Pranta-se o homem no leme./Bufa o vapor da caldeira./Um menino solta um grito:/assusta-se com o apito/do barquinho da carreira». E ao afastar-se do magnífico e elegante Cais das Colunas o poeta extasia-se, e com ele todos os passageiros, com o panorama lisboeta que a seus olhos se desbobina: «Numa hipnose colectiva,/como um friso de embruxados,/ao longe os olhos cravados/em transe de expectativa,/todos juntos, na amurada,/numa sonolência de ópio,/vemos, na tarde pasmada,/ /Lisboa televisada/num vasto cinemascópio». Talvez nesse filme álaire, súbito, se fixem, dolorosamente, as asas mortas de uma gaivota que, há pouco, entre tantas suas iguais, por aí pairava, salpicando de branco o azul liso do céu. A gaivota a quem o estro delicado de Sebastião da Gama compôs uma *Elegia*: «Morreu no Tejo a gaivota mais esbelta,/ a que morava mais alto e trespassava/de claridade as nuvens mais escuras com os olhos./Cantos de pescadores, embalai-a!/Versos de poetas, embalai-a!/Brisas, peixes, marés, rumor de velas, embalai-a!». Essa gaivota jamais acenará «frágeis lenços d'asas,» como as companheiras que, certo dia a minha sensibilidade surpreendeu, num elevado *Miradouro* a dominar o Tejo, e agora peço vénia para citar: «Frágeis, acenam alvos lenços d'asas/As gaivotas que a brisa, mansa, embala./O rio azula emoldurado em asas:/Que lindo quadro para pôr na sala!//No lírico perfil fogem veleiros,/onde embarquei uns restos de ansiedade./E, no

cais, os guindastes e cargueiros/São prática e viril realidade.//É mentira, talvez,/assinar com meu nome esta poesia./O Tejo foi quem ma fez:/Cheira a limos, a sal, a maresia». Não, essa gaivota jamais rondará os cais sujos de detritos de peixe, em busca de alimento, disputando a presa à presença ávida, rapace, de um gato, animal tão lisboeta, «povoando as escadas das vielas,» como o lembra Azinhal Abelho, afirmando: «os que deixaram um dia a Capital/E a querem recordar, p'ra não esquecer,/Fixaram de Lisboa este postal:/Numa viela, um gato a adormecer». Mas eu prefiro vê-lo rabo alçado, espinha curva, a roçar dengoso, pedinchão, as pernas robustas e morenas das varinas, quando elas erguem as canastras e as colocam sobre as cabeças altivas e partem, bairros adentro, a oferecer o brilho e a frescura prateada do pescado, num grito vibrante e alegre. As varinas! Quantos versos claros e musicais lhes louvaram o donaire, a graça! Oiça-se como Fernanda de Castro as ergue nos seus versos: «Num colear de gaivota/passa a varina num passinho esperto/que da distância sabe fazer perto...//Pela canastra desmanchada e rota,/onde é de prata o peixe que apregoa,/o Sol deita-se à toa...//E sob a ondulação das saias brancas,/na superfície lisa do asfalto,/a cadência sensual das suas ancas/tem a forma das ondas do mar alto».

Varina é, por certo, a abreviatura de ovarina, a mulher de Ovar, embora muitos assegurem que se trata, sim, de uma forma derivada da palavra vara que serve para conduzir os barcos em rios pouco profundos. Originária, pois, de Ovar ou da Murtosa (destas, Augusto Gil cantou-lhes a cintura estreita, flexível, com amoroso enlevo: «Cinturinhas da Murtosa,/Que há muito a fama celebra,//Cinturinhas de Murtosa./É coisa misteriosa/Como é que o vento as não quebra.../Cinturinhas da Murtosa/são feitas de quase nada...//Não há cravo, não há rosa/De leveza mais airosa/mais fina, mais delicada!» quem sabe se, com avós fenícios e gregos, a varina desceu a Lisboa no passado século, quando o caminho de ferro estreitou distâncias, ligou o Norte à Capital, por aqui se instalou, à beira-Tejo, nas casas acanhadas da buliçosa Madragoa que ao tempo se chamava Esperança, e logo começou a animar, com a vivacidade do seu pregão e a arrogância do seu andar firme, que o pitoresco Tejo servia tão bem, as ruas e praças da cidade. Foi, a partir de então, além de musa de poetas, e modelo de pintores, imagem sempre preferida pelas máquinas fotográficas do turista em busca do belo e do original. Subiu aos palcos de revista, num cenário de fragatas e ruelas estreitas de bairro popular. Puseram-lhe na boca cantigas salgadas como o mar e palpitantes como o peixe que exhibe nas canastras. Endeusaram-na, tornaram-na ex-libris de Lisboa, como o Castelo de S. Jorge, o Terreiro do Paço ou a



Torre de Belém em fundo. Tem lugar de primazia na vida característica da cidade. Merece rasgada saudação, honra de passar à frente de todos nós, porque é... mas o melhor será ceder a palavra ao poeta Carlos Queiroz que, com exactidão, classificava a varina lisboeta:

«Ó Varina, passa,  
Passa tu primeiro...  
Que és a flor da raça,  
A mais séria graça  
Do País inteiro!  
Teu orgulho seja  
Sonora fanfarra,  
Zimbório de igreja!  
Que logo te veja  
Quem entra na barra.  
Lisboa esquecida  
Que é porto do mar,  
Fica esclarecida  
E reconhecida  
Se te vê passar.  
Dá-lhe a tua graça  
Clássica e sadia,  
Ó Varina, passa...  
Na noite de raça  
Teu pregão faz dia!  
Vê que toda a gente,  
Ao ver-te, sorri.  
Não sabe o que sente,  
Mas fica contente  
De olhar para ti.  
E sobre o que pensa  
Quem te vê passar,  
Eterna, suspensa,  
Acena a imensa  
Presença do mar! »

Com o progresso que tudo transforma, a varina lisboeta vai, aos poucos, desaparecendo, para dar lugar às peixarias, aos super-mercados, às carrinhas frigoríficas. Aos poucos, também, vai ela perdendo o seu típico trajar — a chinelinha, a saia rodada, a pesada algibeira em forma de coração, o pequeno chapéu negro sobre o lenço vistoso da cabeça, a faixa de lã em redor da anca, o avental bordado com mimo. Aos poucos, vai ficando, apenas, nos óleos e desenhos de Carlos Botelho, de Mário Eloy, de Almada, de Jorge Barradas, de Stuart de Carvalhaes, de Sarah Afonso, de Júlio Pomar. E, é evidente! , na poesia. Na poesia de Cesário Verde, quando escreve «*O Sentimento de um Ocidental*». Os versos são por demais conhecidos: «E num cardume negro, hercúleas, galhofeiras,/ Correndo com firmeza, assomam a varinas.//Vêm sacudindo as ancas opulentas,/Seus troncos varonis recordam-me pilastras/E algumas, à cabeça, embalam nas canastras/Os filhos que depois naufragam nas tormentas». E também o Marquês de Rio Maior dedica à varina airosa e diligente um poema cheio de ternura, que começa por esta estrofe: «Varina, varina, que vais de corrida,/miúdo o passinho, tão certo e tão leve,/mulher, que moirejas com tanta coragem,/Lisboa, a rainha, mil graças te deve». Atrás deste passinho miúdo, vamos nós abandonar as margens do Tejo; infiltrarmo-nos por becos e vielas onde a roupa escarolada agita adeuses nas varandas, escutando sempre aquele pregão que «faz dia» e agora se mistura com outros, e melodiosamente. Porque: «A melopeia dos pregões é música,/deliciosa música. Nativa/no coração do povo. Em cada nota/diz-nos muito; na letra e na harmonia/solta eflúvios do campo, lembra as hortas/do Areeiro, os pomares de Benfica,/as latadas de Loures, a fragância/das sebes nas sombrias azinhagas,/bandadas ca-saleiras.//Pregões da Primavera do Bairro Alto,/nas vielas de Alfama ou do Castelo...». Júlio de Castilho, o olisipógrafo ilustre, encontra nestes versos brancos, mas onde há o rubor de emoção, uma felicíssima síntese para descrever os pregões lisboetas, música do coração do povo! É esta música que vamos evocar agora. Mas depressa: antes que se cale para sempre, absorvida pela estridência de novos sons do tal progresso que nem sempre significa civilização. Antes que os mercados, se multipliquem na cidade, com o seu natural pitoresco, sim, mas sem o fascínio, a atracção dessa música vibrante ou arrastada, como um clarim que desperta ou como uma toadilha, que embala. Antes que todas as cafetarias e leitarias destruam o aroma apetitoso da fava-rica, muito abafada em potes de barro, quando a Primavera entra já, aos haustos, pelas janelas madrugadoras. Antes que os fumos irritantes e nocivos de todos os motores de explosão a circular, velozes, façam esquecer a névoa

acolhedora do assador de castanhas, pela tepidez dos Outonos. Antes que o alegre cabaz de morangos sorria, num sorriso descolorido, nas vitrinas das frutarias. Antes que os figos sejam uma sobremesa como tantas outras e não um desjejum saudável, escorrendo mel que uma abelha invejaria. Depressa, depressa, que essa música dos pregões lisboetas seja, antes de findar de vez, o *leit-motiv* das nossas manhãs puras e frescas! Há um soneto de Gomes Leal, louvando os pregões matinais. Tem a naturalidade e o sortilégio de toda a sua poesia. Vale a pena recordá-lo: «Passo às vezes na cama um dia inteiro,/De papo para o ar, como um madraço.../Fumando qual filósofo ou palhaço,/Sem mulher... sem cuidados... sem dinheiro! //É de manhã, então, que me é fagueiro/ /Ouvir trinar, ao cristalino espaço,/Um pregão mais macio que um reçoço/Que se esvai a carpir... como um boieiro.//De manhã é que passa a leiteirinha,/Com seu pregão chilrado de andorinha,/Passam varinas de gargantas sãs...//E a escutar tais cantantes semi-fusas,/Eu creio que ouço ao longe as frescas Musas/A vender uvas e a apregoar maçãs».

Compositores portugueses e estrangeiros debruçaram-se sobre estas melodias de sugestão moirisca e nelas foram encontrar inspiração. Mas não é só o campo e o mar a oferecer matéria para tais composições. Também a própria cidade contribui para a sinfonia com o grito arrasado do ferro-velho, em busca de antigos jornais e revistas, garrafas vazias, móveis desmantelados, panelas sem fundo, lâmpadas queimadas. E, vinda do norte, da Galiza irmã, a escala melancólica da harmónica de beijos que anuncia o amolador de tesoiras e navalhas, com a sua roda de pedal chispando lume e rechinando. Conserta, igualmente, guarda-chuvas. Ouvindo-o, dir-se-ia que o céu se tolda de cinzento e logo imaginamos sentir, no rosto, as gotas miudinhas de uma chuva que Rosália de Castro cantou, enternecidamente. Pelo entardecer, como pelo luzir da alvorada, apregoam os ardinhas os jornais ainda húmidos da tinta de impressão, para a sôfrega curiosidade de todos. Mas noite fechada não há pregões. Eles são irmãos da cotovia e não do rouxinol. «Os pregões de Lisboa-cantilena,/Notas confusas de pregões sem fim,/Alguns chuvosos, trémulos de pena,/Outros vibrando em notas de clarim». Assim, lhes identifica a musicalidade o poeta diplomata Martinho de Berde-rode. E, a formosíssima aguarela, rica de cores límpidas, Fernanda de Castro, recorda-a, ao pintar um domingo de sol lisboeta que ainda não se apagou de todo da nossa retina:

«Dia de Sol! Manhã de Sol! Hora de Sol!  
Manhã lavada, rútila,estival...»

Passam varinas a cheirar a sal...  
Dia de Sol! Manhã ãe Sol! Hora de Sol!

Domingo claro, alegre, cristalino  
Como as notas metálicas dum sino,  
Como um toque estridente de clarim...  
O sol entra nas almas  
Como o hálito quente dum jardim.

Andam pregões suspensos sobre a rua:  
«Dez tostões o salamim,  
Quem quer azeitonas novas?»  
E o eco prolongado continua:  
«Quem quer azeitonas novas?»

Amanheceu um dia claro e ardente  
Com sol, com muito sol em toda a gente.  
Eléctricos ligeiros e amarelos  
Mordem as calhas...  
As rodas são martelos  
Arrancando faíscas  
Aos rails, que parecem duas riscas  
De prata nova sobre o chão cinzento.

.....  
E através da cidade,  
Que se estende, enrosca e serpenteia  
E parece bordada em talagarça...  
— Cidade quase linda e quase feia... —

Através da cidade de Lisboa  
Em que soa e ressoa  
O mar, o inquieto mar,  
Uma voz anda sempre a declamar  
Versos gostosos, frescos, sumarentos  
— Os frutos são os versos do pomar —  
«Quem quer figos, quem quer almoçar?»  
E desafiando o sol, o vento, a chuva:  
«Ah, uvinha, quem quer uva?»  
Ao longe, o mar,

Ao ver-se desprezado,  
Tem ciúmes, não gosta,  
E num grito salgado  
Manda logo a resposta:  
«Viva da Costa! »

E este pregão marítimo é um anzol  
A chamar, a prender toda a cidade...  
Cada vez é mais clara a claridade...  
Dia de Sol! Manhã de Sol! Hora de Sol! »

Estamos em plenos bairros populares da capital. Escolho, através de dois poetas, dois deles, bem característicos, para apresentar aqui: *Alfama*, num soneto de Mário Beirão, escritor que, embora nascido na alentejana Beja, ali viveu longos anos, naquele aglomerado de escadinhas e diminutos largos de igrejas imponentes e casas humildes, de paços brasonados e modestos chafarizes gotejantes: «Esta Alfama de Paços quinhentistas,/que ostentam naus — brasões do mar ovante,/Nos seus cunhais — confusa, alucinante/De ruelas, sombras, coisas imprevistas; //Sonha rotas no Oceano; áureas conquistas; /Reinos estranhos, lá, no mais distante/Dos horizontes; plagas do Levante; /Auroras como lumes de ametistas! //No escuro — aos ais, febril de sentimento,/A despedir-se, em lágrimas, da vida,/Uma guitarra, ébria de agoiros, geme: /É a sua voz como o chorar do vento/Nas enxárcias da nau, que vai perdida,/Rotas as velas, destroçado o leme...». Agora permitam-se um parêntesis, a propósito do plangente gemer da guitarra. Um parêntesis para o fado, a chamada canção lisboeta. Dele, fála-nos em prosa Azinhal Abelho: «O emaranhado das suas origens confunde-se com o erguer da nossa nacionalidade. Do *fatum* romano ao cantar beduíno dos sarracenos, da epopeia marítima ao mito sebástico, da aventura à glória, da derrota à esperança, da ausência à saudade, o fado, cantiga popular, chegou aos nossos dias triunfante e expansivo, divulgando-se por todos os cantos do Mundo com selo lusitano. Se não alcança os povos de trova mais nacional, afirma-se categoricamente que só os portugueses o sabem cantar. É uma cantilena de beira-mar. Melodia triste porque vê nos que se apartam dos cais navegantes o lugar da raiz. Mas o cais donde o fado se gerou está na cidade de Lisboa». O fado serve-se aos turistas em salas sofisticadas, disseminadas pelo bairros mais excêntricos da capital. Nas paredes de tais casas, eis as inevitáveis reproduções do célebre quadro de Malhóa, onde uma qualquer Maria Severa, num abandono impúdico,

fita o faia que arranha a banza com sentimento canalha. Nas mesas dispostas em redor do recinto onde vai (silêncio) cantar-se o fado, tilintam os copos doirados de uísque e gelo; e o fumo que embacia o olhar dos ouvintes e intérpretes é de cigarros caros, aromáticos, suspensos de boquilhas requintadas. Que diferença esta atmosfera falsamente bizarra, daquela que, madrugada alta, descobri numa taberna portuária e motivou a seguinte poesia: — «No copo tosco e grosso há uma bebida verde,/ Entre dois braços rudes, ancorados na mesa,/ Enquanto sobe no ar e se distende e perde/O fumo que é pecado e sagrada pureza.//Um candeeiro verde não sei que luz velada:/ Sob ela, cada gesto tem um dúbio sentido./ Adejante de sons, uma guitarra alada/ Veste a forma sensual de um noturno gemido.// Oscilando a melodia melopeia uma voz/ De mulher. Seu cabelo é um arbusto no vento./ Prometendo o encontro de dois corpos a sós/ Para um amor fugaz, mas doce e violento.// Há um soluço e uma praga: marés vivas e mortas./ É um navio em viagem o interior deste bas:/ E só porque através de postigos e portas/ Vem dos velhos cais nus, de escuras mas tortas,/ A presença insistente, intranquila, do mar».

Sim, o mar envolve e perturba este ambiente nevoento de retiro de beira-cais. Aqui embarcam para, a nostalgia, para o sonho, marítimos dos cinco oceanos. Aqui aprendem eles, pela vez primeira, o sentido verdadeiro e o fascínio da palavra «saudade».

Mas fechemos o parêntesis e continuemos a vaguear, deliciados, pelos tortuosos e excêntricos bairros lisboetas. Por exemplo: pela Graça, onde uma noite, o simbolista Camilo Pessanha se perdeu, vindo do bairro da Sé, e, ao avistar, da Senhora do Monte, a cidade iluminada, a seus pés, alinou estes dois versos que não sabemos, ainda, se tiveram continuidade: «Um fio a desdobrar que não termina/ De grinaldas de rosas de tocar.» Mas o bairro da Graça, à noite, tem o seu mais perfeito panegirista em Tomaz de Figueiredo que, além de ser um mestre da língua portuguesa, é poeta excelente:

«Ai ruas da Graça, à noite,  
floridas de costureiras!  
Ai ruas à luz do gás,  
que é branca e também é verde.

Anda o poeta sem tino,  
anda léguas e mais léguas,  
a acertar cada passada  
pelo andar do pensamento.

Gatos vadios farejam  
saudades de carapaus.  
Ao escarlata dos beijos  
há vãos de porta que luzem.

Barro de carne modelam  
escultores que nem o cuidam:  
Remoldam a taça grega,  
às escuras, de memória.

Anda o poeta ao acaso,  
de mãos dadas co'a tristeza.  
Cada tristeza em sua mão,  
tristezas não só com ele.

Decilitram pelos tascos  
fardetas de guarda-freios;  
enquanto, surtos no Largo,  
cabeceiam os eléctricos.

Em trapeiras, gramofones  
arranham a Grã-Duquesa,  
ressuscitam o Caruso  
em árias do Rigoleto.

Olhos de moças roubaram  
as estrelinhas do céu:  
Deixaram-lhe a Lua, e vá...

Ai ruas eternamente  
no ano de Mil Novecentos!  
Frontarias de azulejos  
estudam geometria.  
Cheira a loção de barbeiros  
e a pão fresquinho do forno.

— Donzelinha da janela,  
à espera do namorado:  
Que assim demora o silêncio  
em dizer que é meia-noite!  
E se ele hoje não viera,

se nunca mais desse novas?...  
E tu a fazeres croché,  
pensando no enxoval...

Anda e não pára o poeta:  
Além da tristeza, a rua,  
a rua também é dele,  
ao menos como é dos cães.  
Tristezas do que não tem,  
na mesma rua onde o teve...  
Eram dois botões de rosa  
e cheiravam a alfazema».

Nem sempre, porém, os bairros lisboetas movem à melancolia. Eles são bem diferentes quando chega ao calendário, alegre como um balão de cor o Junho dos folguedos! Junho que traz como obriga a tradição, cantigas para acompanhar o pular das fogueiras, em homenagem ingénua aos Santos Populares. Lá vêm, pois, as noites de folia, nos terreiros, nos pátios, nas ruas e praças engalanadas de festões verdes e brancos e vermelhos e amarelos, suspensos dos toscos mastros, onde flutuam bandeirinhas amarelas e vermelhas e brancas e verdes. Semelham-se coretos mais ricos ou mais pobres, para o chamado *cavalinho*, ou o pomposo *conjunto musical* última moda, com o furor das guitarras eléctricas e das baterias a alanmar cães e gatos. Em lugar destacado, erguem-se os altares de cartão e cola, com muitos prateados e rosas de papel, quiçá algumas de plástico, ficções a desgostar o artista e o poeta. No pino dos degraus, com passadeira taful, preside o santo festejado: S. António menineiro e bonacheirão; S. João com o divino e alvo cordeiro; S. Pedro com as pesadas chaves do Paraíso Celestial. Por toda a parte improvisadas barracas de comes-e-bebes, mais *bebes* que *comes*, porque, mesmo de noite, o calor já aperta e a dança animada só faz sede de morte. Em tabuleiros, os reis da festa: os manjericos viçosos e cheirosos, com seu cravo de papel muito espetado, exibindo em bandeirola, uma quadra sugestiva e maliciosa, como esta de Fernando Pessoa: «O manjerico e a bandeira/que há no cravo de papel/— Tudo isso enche a noite inteira,/ó boca de sangue e mel». Quando a festa vai no auge, forma-se, entre risos e ditos, a marcha que, de arco e balão, correrá as ruas, no rastro de uma cantiga. Em honra do Santo, queima-se muito fogo de artifício, enche-se o céu de novas estrelas. O poeta sente a alegria destes instantes que interpreta em verso, mas por vezes, sofre de lhes



achar contraste com a sua própria solidão. Tal como Américo Durão escreve num soneto, intitulado *Arraial*:

«Noite de S. João. Oiço os descantes  
Dum baile popular. Ao alto, a Lua,  
Lindo balão, sobe no céu, flutua  
Sobre a Cidade. Enlaçam-se os amantes

Na volúpia da noite. Estralejantes,  
Cada foguete é uma espada nua,  
Risca no ar gestos de luz... A rua  
É um bazar de anseios perturbantes.

Jóvem, de branco, um marinheiro leva  
Pelo seu braço uma gentil morena,  
Também de branco. E somem-se na treva...

Há bailes de bebés pelos terraços.  
E eu volto a casa só, cheio de pena,  
Trazendo um sonho morto nos meus braços! »

Nem todos os bairros lisboetas são, assim, populares e divertidos. Outros há de austera linha aristocrática, ou de alarde novo-rico. Mas, antes de os percorrermos, interessados, vamos ali tão perto da Graça, visitar a Feira da Ladra, a mais animada feira de velharias, que se realiza duas vezes por semana, junto da filipina igreja de S. Vicente e do solene Panteão de Santa Engrácia. Que quadro colorido e pitoresco é esse! Percorrê-lo com lentidão, parando aqui e ali, a admirar uma velha faiança esbeçada de Cantão ou do Rato, um exótico botão ou um lavrado castão de bengala, um alfarrábio que o tempo e a traça quase desfizeram, é, sem dúvida, um fundo, saboroso prazer. As duas ou três praças que sustentam a feira formigam de curiosos e cautelosos compradores. A descrição desta relíquia e atractivo lisboeta encontra-se num poema de indiscutível mérito, assinado pela lira romântica de Henrique O'Neil, de que destacamos algumas estrofes.

«Salvé, três vezes, venerável feira!  
Derradeiro degrau que o artefacto,  
Cumprindo a lei inexorável, cega,  
Que impérios, tribos, monumentos, choças,

Astros, boninas condenou à morte,  
Desce para voltar a ser mesquinha  
Matéria prima de futuras obras!

Em ti se vê, num apertado espaço,  
E em breves horas, quanto vale o mundo,  
Quanto dos homens a vaidade insana.

Salvé, monturo, onde o pobre e o rico  
Ávidos buscam as relíquias míseras  
Do que foi belo, bom, sensato e útil,  
Inútil, parvo e até direi — nocivo!

Aqui, a Imagem, venerada outrora  
Por milagrosa, que em altar ornado,  
Com luzes mil de adorações foi alvo,  
Jaz indiferente, qual o fora sempre,  
Mas desprezada, sem incenso e culto...

Sorte fatal das decaídas glórias!  
Ali, retratos, que os avós preclaros  
A netos imbecis mal recordavam,  
A chuva, ao sol, as cores vão perdendo,  
Té enfim se sumir de todo a efígie,  
Como se esvaeceu o ilustre nome  
No lodaçal da geração corrupta.

.....

Salvé, três vezes, venerável feira!  
Achei-te velha já, quando menino;  
Ora te deixo, eu alquebrado e velho,  
Tu o que sempre foste e hás-de ser sempre.

Leis, crenças, usos, modas, tudo muda;  
Tu permaneces, qual barril do lixo,  
Para que, cedo ou tarde, em ti recolhas  
Das batalhas da vida os vãos despojos! »

Terminada esta visita paciente e deslumbrada de caçador de pechinchas, partamos de abalada até a Baixa, onde o comércio moderno

e espalhafatoso se torna uma tentação dos olhos e das bolsas. É impossível não recordar no meio do luxo e opulência das lojas, das geométricas ruas pombalinas o vulto daquele poeta-caixeiro, daquele «Senhor Verde, empregado do comércio», quer dizer: no bem afreguesado estabelecimento paterno de ferragens, entretido, entre limas, a limar os seus versos tão viris como a ferramenta que o cercava. A sua experiência de lojista levava Cesário a deplorar «noite fechada», a servidão dos empregaditos de comércio finisseculares, vítimas de tanta rispidez quase tirânica, ainda que muitos encontrassem, em casa do patrão, um novo lar de carinhoso ensino: «Eu por mim tinha pena dos marçanos,/Como ratos, nas gordas mercearias,/Encafuados por imensos anos». E leva-o, também, a retratar, irónico, «à crua luz os pálidos barbeiros/Com óleos e maneiras femininas». Ainda, «ao gás», o seu olhar de esteta e de comerciante sabe deslumbrar-se ante «casas de confecções e modas (que) resplandecem», descrevendo-lhes «o luxo/que ao longo dos balcões de mogno se amontoa»: «Desdobram-se tecidos estrangeiros;/Plantas ornamentais secam nos mostradores:/Flocos de pós de arroz pairam sufocadores,/E em nuvens de cetins requebram-se os caixeiros». Esses mesmos caixeiro que, «horas mortas», o poeta observa, minucioso, a cumprirem o sonoro ritual do encerrar das portas dos estabelecimentos em que todo o dia labutaram: «Um parafuso cai nas lajes, às escuras:/Colocam-se os taipais, rangem as fechaduras».

Já que estamos aqui, em pleno Chiado, citemos-lhe o retrato que dele fez Augusto de Santa-Rita, com ironia certeira: «Coração da cidade palpitante/de agitação, de movimento e vida,/muito embora, por vezes, de inconstante/frívola, ingénua e inconsciente lida://«Rendez-vous» de janotas,/de elegâncias preciosas, antipáticas,/pseudo-aristocráticas,/supinamente idiotas.//Chá das cinco... Garrett, a Marques, a Benard,/onde o chá é apenas um pretexto/para se dizer mal;/intrigar,/cochichar,/namorar,/fora o resto/que se não diz mas é o principal.//Café da Brasileira... café novo,/com políticos sempre em berraria,/discutindo – conversas que não louvo) – aquilo que primeiro existiria:/Se a galinha, se o ovo.../ou a Democracia./Defensores acérrimos do Povo/que, sem eles talvez, bem melhor viveria».

E, agora, ala para onde Lisboa moderna se alteia em arranha-céus e se rasga em amplas avenidas. Para lá chegarmos, tomemos o colectivo autocarro, igual àquele em que viajou o poeta António Luís Moita e de que nos deixou memória no seguinte poema bem humorado: «Este poema que surge/inesperado, da pena,/depois de tanta segura,/com que frescura é poema! /Com que ternura se exprime/no colectivo desdém/

que o autocarro comprime/e os passageiros contém!//Com que alegria derrapa/numa curva do trajecto/e, numa travagem, salta/num borrão de tinta abstracta/tão concreto! //É poema ou pára-choques?/Íntimo acorde ou traição?/Dou-lhe os precisos retoques/com maternal comoção.../(Houve li cacofonia/houve ali rimas em *ão*)//Autocarro, porque páras?/Por que te quebras, encanto?/Tenho raiva a estas caras/conhecidas, quando canto! //Dois toques de campainha/e o poema ressuscita./Entro em transe. Esqueço tudo./Excepto, naturalmente,/aquela moça bonita/que devora, persistente,/no rude olhar com que fita, o rapaz de sobretudo/que segue na sua frente./De súbito, o revisor./Cai, redonda a redondilha! /Com que rugido de dor/(depois sádico vagar)/saco dos íntimos bolsos/bilhete de vária cor! /- «Será este?» - «Não, Senhor.»/ (Acabo por encontrar/o bilhete vulgar/no bolso mais interior...)//Entretanto, o autocarro/estaca de vez. Quem me dera/que a carreira prosseguisse/mais dez minutos! ... Talvez/o poema ressurgisse/entre o fumo do cigarro:/livre gaivota no espaço/ou regato na planície...//Finalmente é chão que piso./Tombo na rua, de pé./Mato o poema indeciso/com decisão (quem na vê?)/e vou, cavaleiro andante,/da triste figura cego/ - muito Sancho e Rossinante -,/arremeter o gigante,/desintegrar-me no emprego! ».

E, depois de muito estacar frente aos rubros semáforos, ou respeitar as paragens onde passageiros embarcam e desembarcam, eis-nos nas Avenidas Novas que também Augusto de Santa-Rita traçou em verso ágil: «Avenidas novas, novas avenidas.../planas, compridas,/razas; /abrigo em suas casas/vidas novas, velhas vidas». Algumas dessas avenidas levam, em domingos de euforia desportiva, até ao rumor exaltado dos estádios. Imaginemos um deles, em tarde de futebol, quando se defrontam o Sporting e o Benfica, os dois clubes lisboetas mais importantes e aguerridos. O relato do jogo é-nos contado por António Botto, num poema alegre e viril: «Ei-la! .../Tu..., avança! - Lá vai ela/Corre!.../— Atira-te com alma!/Prende-a... vamos! — então?//Suspendeu a alegria muscular/E a juvenil vibração.//Estoiram as aclamações; /E a luz do sol enfraquece.//Mas o jogo novamente principia:/Os «vermelhos»/Vão envolvendo os «leões»; /E o ataque,/Bem marcado,/Vai revelando a vitória/Que, desenhada e conduzida/Com rasgos da mais límpida nobreza — /Atinge o seu máximo valor:/ — A bola, rápida, cai,/Passando/ Por entre os braços erguidos/Do garboso jogador.//Palmas, declínio — grandeza! /Alguém atira uma rosa/Para os «onze» vencedores,/E ao longe o sol agoniza! /- Numa boémia de cores». Outro desporto, mais tradicional, que também reúne, com vivo entusiasmo, a gente de Lisboa

é a toirada, que o Conde de Sabugosa define desta maneira: «O único divertimento nacional, genuíno, característico, que tem acompanhado durante séculos a história, sempre favorito de reis, de príncipes, de fidalgos e de povo». E, de facto, compulsando a história dos nossos costumes, dispersos pelas lendas dos cronistas, pelos volumes dos eruditos, pelos trabalhos dos académicos, pelas páginas dos literatos, pelos versos inspirados dos poetas, vemos a chamada *feira brava* repetir-se a cada momento na Península, para onde foi trazida dos anfiteatros gregos, e mais ainda dos circos romanos, onde era celebrada para aplacar a cólera dos deuses infernais. Em Portugal, durante o século XII, tão irrequieto e cheio de correrias e façanhas dos bandos ocupados em expulsar o sarraceno, não raro os rudes guerreiros descansavam de correr charnecas e arremeter cidades, na folgança de largar possantes mastins aos toiros furiosos, e de lhes cravar, nas espáduas e no dorso, as perfurantes e ligeiras lanças. E ao longo dos séculos, até hoje, que lista interminável de toiradas adornam dias de grande regozijo nacional ou santificados dias! Umas, para celebrar boda real, como a comentada por Fernão Lopes, na *Crónica de El-Rei D. Fernando*, quando do casamento da infanta D. Beatriz com D. João de Castela. Outras, ainda, para festejar o *Corpus Christi*, depois da piedosa procissão.

E, em terreiro junto à igreja, primeiro; em redondel de madeira, ou cimento, mais tarde, sempre as toiradas foram fonte de valentia e destreza, cartaz viril de uma raça.

Lisboa assiste-lhes, na sua Praça Monumental do Campo Pequeno, mal desponta a Primavera. Mas a bravia toirada vista pelo coração sentimental dos nossos poetas é sempre toldada de lágrimas. «Que nós somos portugueses/Não gostamos de ver sangue» — como revela Carlos Queiroz, no seu comovedor *Romance do Cavaleiro Tauromáquico*. E eu próprio o escrevi, também, na poesia *Sol-Sombra* que passo a dizer: «Primeiro,foi arrogante/Montera na mão morena; /E foi, na praça ondulante,/única forma serena/ — Brillhava como um brilhante./Na areia ardente da arena.//Depois, foi mancha escarlate/Frente à mancha negra e cega; /Foi bailado e foi combate; /Foi recusa e foi entrega/— Um vivo motivo d'arte,/Instante de estátua grega.//Súbito, foi grito agudo,/Ferindo a praça parada./(Que sombras em todos, tudo,/Que rosa d'oiro esfolhada)/Por fim ,foi o lábio mudo/— mais nada».

Esta peregrinação está a terminar. Sem esgotar, de modo algum, as vozes dos poetas que apreciaram Lisboa e lhe interpretaram as características invulgares. Tantos, ainda, para voz trazer aqui! Se Portugal é um país de poetas, Lisboa é-lhes a musa preferida e mais acarinhada.

E porque principiámos esta viagem pelo mundo lisboeta na poesia de um provinciano, vamos findá-la, também, na poesia de outro, portuense de gema, profundo mantenedor da sensibilidade portuguesa, inovador literário, lírico perfeito: António Nobre. Escreveu ele uma longa saudação *A Lisboa das Naus, Cheia de Glória*, onde, nas estrofes que selecionei para aqui serem ditas, belamente se resume quase tudo quanto viemos evocando:

«Lisboa à beira-mar, cheia de vistas,  
Ó Lisboa das meigas Procissões!  
Ó Lisboa de Irmãs e de fadistas!  
Ó Lisboa dos líricos pregões...  
Lisboa com o Tejo das conquistas,  
Mais os ossos prováveis, de Camões!  
Ó Lisboa de mármore, Lisboa!  
Quem nunca te viu, não viu coisa boa...

És tu a mesma de que fala a História?  
Eu quero ver-te. Aonde é que estás, aonde?  
Não sei quem és, perdi-te de memória,  
Diz-me, aonde é que o teu perfil se esconde?  
Ó Lisboa das Naus, cheia de glória,  
Ó Lisboa das Crónicas, responde!  
E carregadas vinham almadias  
Com noz, pimenta e mais especiarias...

Ai canta, canta ao luar, minha guitarra,  
A Lisboa dos Poetas Cavaleiros!  
Galeras doidas por soltar a amarra,  
Cidade de morenos marinheiros,  
Com navios entrando e saindo a barra  
De poa para países estrangeiros!  
Uns p'ra França, acenando Adeus! Adeus!  
Outros p'rás Índias, outros... sabe-o Deus!

Ó Lisboa das ruas misteriosas!  
Da Triste Feia, de João de Deus,  
Beco da Índia, Rua das Formosas,  
Beco do Fala-Só (os versos meus...)

E outra rua que eu sei de duas Rosas,  
Beco do Imaginário, dos Judeus,  
Travessa (julgo eu) das Isabéis,  
E outras mais que eu ignoro e vós sabeis.  
(...)

Ó Lisboa vermelha das toiradas!  
Nadam no Ar amores e alegrias.  
Vêde os Capinhas, os gentis Espadas,  
Cavaleiros, fazendo cortesias...  
Que graça ingénua! farpas enfeitadas!  
O Povo, ao sol, cheirando às maresias!  
Vede a alegria que lhe vai nas almas,  
Vede a branca Rainha, dando palmas!

Ó suaves mulheres do meu desejo,  
Com mãos tão brancas feitas p'ra carícias  
Ondinas dos Galeões! Ninfas do Tejo!  
Animaizinhos cheios de delícias...  
Vosso passado quão longínquo o vejo!  
Vós sois Árabes, Celtas e Fenícias!  
Lisboa das varinas e Marquesas...  
Que bonitas que são as Portuguesas! ».

Foi a cidade de Lisboa reverenciada, também, pela sabedoria popular, num aforismo que o poder da rima torna mais convincente: «Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa».

Haverá quem se atreva a desmenti-lo?

# PASSEIO CAMILIANO

por EDUARDO SUCENA

Integrado na programação das actividades dos «Amigos de Lisboa», realizou-se no dia 12 de Outubro de 1985 um *Passeio Camiliano*, que se crê ter sido o primeiro, e com o qual se pretendeu, não só recordar um dos mais ilustres filhos desta cidade, como também evocar os passos da vida do grande Escritor mais directamente relacionados com a sua terra natal.

A concentração do grupo de Consócios que naquela data tivemos a honra de guiar, verificou-se no Largo do Carmo. E porquê? Porque durante algum tempo se pensou que Camilo Castelo Branco teria nascido no prédio com o n.º 15 daquele largo, onde chegou a estar colocada uma lápida que assinalava a efeméride. Mas não! Camilo, não nasceu ali, em frente do belo pórtico da arruinada igreja de Santa Maria do Carmo. Com cinco anos de idade (1830), viveu, porém, perto, na Rua da Oliveira, n.º 3, frequentando já então a escola de João Inácio Luís Minas Júnior, na ao tempo chamada Rua dos Calafates e hoje Rua do Diário de Notícias (n.º 125), locais que os «Amigos de Lisboa» foram percorrendo interessadamente.

Ainda em 1830, sendo já órfão de mãe, Camilo partiu com o pai (Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco), a irmã (Carolina Rita) e uma criada para Vila Real, onde o progenitor ia exercer pela segunda vez o cargo de director do correio local, e lá sofre no ano seguinte um ataque de varíola que, mal tratado, lhe deixou a cara marcada para sempre. Em fins de 1831, princípios de 1832, volta com a família para Lisboa, onde o pai arrenda casa na Rua do Carvalho, n.º 66 (hoje Rua Luz Soriano), para onde em seguida os «Amigos de Lisboa» se encaminharam, nessa peregrinação por alguns dos locais camilianos da capital. Volta então a frequentar a escola de mestre Minas Júnior, onde teve por condis-



cípulo Carlos Ramiro Coutinho, desde então seu amigo e futuro Visconde de Ouguela.

Em 1834/35, residindo já na Rua dos Douradores, n.º 29-2.º (hoje n.º 204), frequenta a escola de Manuel José Satírio Salazar, na Calçada do Duque, n.ºs 31 e 33, prédio onde em 7-3-1889 havia de nascer o publicista Raúl Esteves dos Santos. Esta última mudança de casa, e porventura de escola, teria sido determinada por um surto de cólera que grassou no Bairro Alto, à qual Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco terá querido subtrair a família, mas de que ele próprio não escapou, pois embora se tenha atribuído a sua morte a «congestão cerebral», parece que, na realidade, terá sido vítima daquela epidemia.

Com o falecimento do pai, ocorrido em 22 de Dezembro de 1835, os dois órfãos, Camilo e a irmã (mais velha quatro anos), foram enviados em princípios de 1836 para Vila Real ao cuidado da tia paterna, D. Rita Emília, conhecida por D. Rita *Brocas*, alcunha que remontava ao bisavô de Camilo. A partir de então a vida deste reparte-se por Vila Real, Vilarinho de Samardã, Friúme, Ribeira de Pena (onde em 1841, com dezasseis anos de idade casa em circunstâncias obscuras com Joaquina Pereira de França) e novamente Vila Real, a terra dos seus maiores onde conhece Patrícia Emília de Barros, parceira do seu primeiro escândalo amoroso.

Desfiando estes dados da biografia camiliana, fômo-nos aproximando do prédio da Rua da Rosa, n.º 9, onde efectivamente Camilo nasceu em 16 de Março de 1825, conforme resultou das laboriosas investigações de Ludovico de Menezes e o menciona a lápida ali afixada. Era a altura de fazer uma paragem e de referir que só em 1843, já com dezoito anos, Camilo voltaria a Lisboa, onde permaneceu até, pelo menos, 29 de Setembro, aboletando-se na *Hospedaria dos Dois Irmãos*, à Praça da Figueira. O objectivo dessa visita prendia-se com a tentativa do recebimento do seu quinhão da herança paterna (850 mil réis), que havia sido transformado em inscrições (títulos da dívida pública) por um conselho de família constituído por amigos do pai. Considerou-se, porém, que (apesar de casado), ele não atingira ainda a maioridade, e apenas consegue um empréstimo que aqueles papéis garantiram.

Parte então para o Porto, e no Liceu Nacional dessa cidade é aprovado nas cadeiras exigidas para a matrícula no primeiro ano médico, que completa, não indo, todavia, além do segundo ano. Volta a Vila Real, onde rapta Patrícia Emília, com quem tencionava fixar-se em Coimbra para ali seguir o curso de Direito, mas são ambos presos no Porto (1846) a requerimento da família e encerrados durante alguns dias na Cadeia da Relação. Uma vez soltos, Camilo parte para Lisboa. Finalmente, con-



Ana Augusta Plácido, o filho Manuel Plácido  
e Camilo por volta de 1862

segue aqui receber o remanescente dos valores herdados, volta a Vila Real (onde Patrícia Emília já se encontrava) e decide fixar-se no Porto para se dedicar ao jornalismo.

Naquela cidade conhece em 1850, num baile, Ana Augusta Plácido, noiva de um «brasileiro» rico, Manuel Pinheiro Alves, e apaixona-se por ela. Enviudara em 1847 e desligara-se já de Patrícia Emília, de quem tivera uma filha — Bernardina Amélia. Na mira de um emprego que solicitara a Alexandre Herculano, vem uma vez mais para Lisboa, permanecendo aqui durante alguns meses, até 7 de Outubro. Fica então numa hospedaria da Rua do Ouro,, onde começa a escrever o seu primeiro romance — *Anátema*. Colabora no jornal *A Semana*, publica o opúsculo *O Clero e o Sr. Alexandre Herculano*, frequenta o Café Martinho e o Marrare das Sete Portas, trava relações literárias. Mas não consegue o almejado emprego e regressa ao Porto, onde se reacende o seu romance com Ana Plácido, já então casada, o que dará azo ao maior escândalo sentimental da época. De facto, a mulher de Manuel Pinheiro Alves abandona o marido e parte com Camilo para Lisboa em princípios de 1859, trazendo consigo o filho do matrimónio, Manuel Plácido. Processados por adultério, ela julga conveniente voltar para o Porto, enquanto Camilo, instalado no Cais do Sodré, n.º 8-3.º, tenta junto de amigos travar o andamento do processo — o que não consegue. E preocupado com a perspectiva de uma pena de degredo para a África, decide, por seu turno, partir para o Norte, deambulando pelo Minho e Trás-os-Montes, até que em 1 de Outubro de 1860 se entrega voluntariamente à prisão, indo fazer companhia a Ana Plácido, já há algum tempo detida na Cadeia da Relação do Porto.

Após cerca de um ano de reclusão, durante a qual Camilo escreve em quinze dias a sua obra-prima, o *Amor de Perdição*, colhe elementos para um livro sem par na bibliografia portuguesa, *Memórias do Cárcere*, inicia outros livros e faz traduções, os dois amorosos são finalmente julgados e absolvidos por falta de provas. E partem de novo (1862) para Lisboa, onde são acolhidos com simpatia. Prestigiado como escritor e rodeado de uma aura romântica, Camilo está definitivamente lançado no caminho da glória. No Passeio Público, ele e Ana Plácido (considerada uma das três mulheres mais bonitas do Porto) são olhados com curiosidade e inveja pelos sentimentais lisboetas. Impunha-se, porém, o regresso do par ao Porto, onde era mal visto pela alta burguesia, mas tinha interesses a defender.

Era também altura de prosseguir a caminhada dos «Amigos de Lisboa», agora em direcção à Rua Garrett, para uma breve paragem junto

da Basílica dos Mártires, onde Camilo fora baptisado em 14 de Abril de 1825. E na impossibilidade de percorrermos todos os locais camilianos, aproveitou-se para falar um pouco dos serões literários na casa de Castilho, à Calçada do Salitre, onde o espírito de Camilo brilhou em 1863, por ocasião de nova vinda a esta cidade com Ana Plácido, também ela dada às Letras, e nos diversos hotéis em que ambos se hospedaram nas suas repetidas visitas a Lisboa: o Durand, o Universal e o Borges, este ali mesmo em frente.

Mas Camilo, que desde há anos sofria de miopia, passara a ter outras perturbações mais graves da vista, resultantes da sua neurastenia constitucional, e passara a andar de médico em médico à procura de alívio para os seus padecimentos. As sumidades do tempo, entre elas Gama Pinto, de pouco ou nada, porém, lhe valeram. As últimas visitas do Escritor a Lisboa foram para consultas e tratamentos, na desesperada tentativa de evitar a cegueira. Em 1887/88, sempre acompanhado por Ana Plácido, passou uma temporada na casa de Tomás Ribeiro, em Carnaxide, e em fins de 1888 o casal esteve algum tempo na casa de Joaquim Peito de Carvalho, na Rua de Santo António da Sé.

Entretanto, os «Amigos de Lisboa» haviam chegado junto do prédio da Rua Capelo, n.º 26, onde Camilo habitava, no terceiro andar, em 1889, quando a 16 de Março, dia do seu aniversário natalício, a Academia de Lisboa lhe foi prestar grandiosa homenagem, que ele recebeu já praticamente cego. No final desse ano foi hóspede de Barjona de Freitas, na sua casa de Benfica, e em 6 de Janeiro de 1890 parte, de vez, para S. Miguel de Seide, onde desde o falecimento de Manuel Pinheiro Alves (1863) fixara residência na casa que fora deste, herdada pelo filho, Manuel Plácido, e, por morte deste, por Ana Plácido.

Em 18 de Junho de 1885, Camilo fora nobilitado por D. Luís I com o título de Visconde de Correia Botelho, pelos serviços que prestara às letras pátrias. Em 9 de Março de 1888, instado por vários amigos, entre os quais Ricardo Jorge, o Cónego Alves Mendes, João de Freitas Fortuna e Tomás Ribeiro, legalizara, relutantemente, a ligação de vinte e sete anos com a sua «Mulher Fatal». Parece que lhe ficara uma certa aversão ao casamento, depois daquele que lhe fora imposto quando ainda adolescente, em 1841, e se acedera a dar esse passo, fora por uma questão puramente social — para salvaguardar a posição de Ana Plácido e dos seus dois filhos: Jorge, o louco, e Nuno, o príncipe, e quem sabe?, talvez por sentir perto a morte. De facto, em 1 de Junho de 1890, cansado de uma vida atribulada, cego e debilitado pelas doenças, Camilo Castelo Branco, depois de ter recebido a visita do médico oftalmologista, Dr. Ed-

mundo Magalhães Machado, suicidava-se com um tiro de revólver na cabeça, deixando uma obra, que só ela constitui uma literatura completa, com 131 títulos originais, 14 traduzidos, 5 grossos volumes de *Dispersos* (compilados por Júlio Dias da Costa) e uma imensidade de cartas, umas já publicadas e muitas ainda inéditas.

Foram estes últimos actos da cena camiliana que, por fim, tivemos ainda ocasião de evocar na Pastelaria Ferrari, da Rua Nova do Almada, onde Camilo terá algumas vezes abancado quando foi hóspede do Hotel Universal (hoje Armazéns do Chiado), e na qual os «Amigos de Lisboa» concluíram o seu *Passeio Camiliano* com um almoço típico do século passado, cuidadosamente supervisionado pela proprietária daquela casa centenária, a nossa Consócia, Sr.<sup>a</sup> D. Albertina de Sá Mourão.

## *Concurso de Tronos de Santo António*

**I**NTEGRADA nas actividades culturais do Grupo Amigos de Lisboa, realizou-se no dia 12 de Junho de 1984, pelas 18 horas, na sede da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa, Rua Castilho, 14, um concurso de tronos de Santo António, cujos concorrentes fazem parte da Associação de Artesãos da Região de Lisboa.

Deu o Grupo Amigos de Lisboa o seu apoio a esta iniciativa através do membro da Junta Directiva, Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que teve a coadjuvá-la o Vogal Sr. Américo Rodrigues.

Candidataram-se 41 concorrentes, que apresentaram 37 trabalhos.

Este concurso teve o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, do jornal *Correio da Manhã* e da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa, que cedeu as suas instalações.

O júri foi constituído, em representação da C.M.L., pelo Dr. José Valentim; pelo G.A.L., por Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita e Américo Rodrigues; pela U.A.C.L., por José Nunes Ferreira; Anabela Natário, representou o *Correio da Manhã*, e o Dr. Henrique de Gouveia a Associação dos Artesãos da Região de Lisboa.

A reunião para a classificação dos tronos concorrentes, foi em 19 do mês de Junho, tendo sido lavrada uma acta na qual ficaram indicados prémios e premiados, e que foi assinada pelos elementos do júri.

Depois deste acto, ficou patente a exposição até à entrega dos prémios, a qual teve lugar numa sessão solene, no anfiteatro da União das Associações de Comerciantes, no dia 12 de Julho, pelas 21,30 horas.

Presentes na mesa de honra o Arquitecto Bairrada, em representação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Dr. Marques Borges, do Instituto do Património Cultural; Engenheiro Laje Raposo, Pre-

sidente da Direcção da União das Associações dos Comerciantes de Lisboa; D. Maria de Portugal, Presidente da Associação dos Artesãos da Região de Lisboa e Engenheiro Maia Athayde, pelo Grupo Amigos de Lisboa.

Ao tomarem a palavra, todas estas entidades foram unânimes na exaltação de apoio aos artistas, não só pela sua criatividade, como pela vantagem de acarinhar uma tradição lisboeta, como é a dos tronos de Santo António.

A Tesoureira da Junta Directiva, Maria Antónia O. M. de Mesquita, recitou quadras dos concorrentes que acompanhavam cada trono, e que se transcrevem:

Santo António abençoado...

O Santo que mais entoa:

Todos os dias é lembrado

Pela gente de Lisboa.

*Josefaz*

(Grande Prémio, Prémio de Criatividade)

Santo António andou um dia

Por Lisboa a passear,

Correu ruas e vielas,

Na Sé parou para pregar.

*Maria de Portugal*

(Esta quadra foi baseada no tema dado para o Concurso de Quadras da iniciativa do G.A.L., que este ano não se realizou. O tema dado pela Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia de Mesquita era:

Santo António andou um dia  
por Lisboa a passear».

Santo António de Lisboa,

Santo da minha feição:

Fiz este trono p'ra ti,

Com amor e devoção.

*Maria Helena Reis* (Menção honrosa)

Santo António milagreiro  
É o povo quem o diz:  
Se ele é casamenteiro,  
É porque se sente feliz!

*Capitolina Ramos* (Menção honrosa)

Ó meu rico Santo António,  
Meu santinho milagreiro,  
Peço que me dês saúde,  
Muita Paz ao Mundo inteiro!

*Maria Sidónio* (1.º Prémio)

As quadras de Santo António,  
Com rima e sem rival,  
São quadras que a gente faz,  
Umas bem, e outras, mal!

*Arlindo Rodrigues* (Prémio de tradicionalismo)

Santo António, Padroeiro  
Das fogueiras e balões,  
Foste um grande obreiro  
Na união dos corações!

*José Falardo* (2.º Prémio)

Tenho uma asa quebrada,  
Na bilha que tu me deste:  
Por não ser por ti amada  
Nem sabes o que perdeste!

*Kika e Manuela Brandão* (Prémio de Originalidade)

Por Santo António, noite alta,  
Em fogueira bem acesa,  
Com raminhos de alecrim!  
Podes queimar, que não falta  
A refflorir com certeza  
Umo alcachofra por mim!

*M. Vinhas Reis* (Menção honrosa)



A sessão teve duas partes. Na primeira foi feita a entrega de prémios e ditas palavras pelas entidades que representavam o apoio à iniciativa; a segunda parte teve a actuação da Orquestra Juvenil da Fundação Musical dos Amigos das Crianças, que executou dois números, um de Granados, outro de Albaconi (Giazotto), que foram muito aplaudidos.

Segundo o Regulamento do Concurso, os prémios foram distribuídos conforme um critério e classificação designado por: originalidade, religiosidade, tradicionalismo, pormenor, mensagem, simplicidade e criatividade.

Após a soma dos valores atribuídos por cada elemento do júri, a classificação resultante foi a seguinte:

GRANDE PRÉMIO:	Trono n.º 20, de Josefaz ... ..	141 pontos
1.º PRÉMIO	: Trono n.º 35, de Maria Sidónio .....	127 »
2.º PRÉMIO	: Trono n.º 22, de José Falardo .....	124 »
3.º PRÉMIO	: Trono n.º 18, de Helene Krug .....	110 »

Foram, ainda, atribuídos os seguintes prémios:

DE ORIGINALIDADE	: Aos n.ºs 23/27 de Kika e Manuela Brandão, respectivamente .....	25 pontos
DE TRADICIONALISMO:	Ao n.º 6 de Arlindo Rodrigues	26 »
DE CRIATIVIDADE	: Ao n.º 20 de Josefaz .....	28 »



## Texto da entrevista do Dr. Francisco Santana no dia 10/6/84 ao Programa DIA POSITIVO da Rádio Renascença.

P. — O dia consagrado à celebração de Camões é, também, o Dia de Portugal. Parece-lhe acertado que se tenha estabelecido essa coincidência?

R. — Mais do que isso, parece-me verdadeiro, com aquela espécie de verdade maior que é a verdade dos símbolos. De facto, Camões, tanto na sua obra como na sua vida, identifica-se muito com o país que o viu nascer. A poesia lírica é, na nossa Literatura, um dos meios mais pujantes e fundamente radicados e a lírica camoniana assinala alguns dos seus momentos mais altos. A sua obra maior, os *Lusíadas*, são, nos moldes exaltantes da épica, um relato da História de Portugal. E na sua vida aventureira, de militar e funcionário, cruzando, do Reino a Macau, de Ceuta a Goa e a Moçambique, o largo mundo português, de modo muito feliz pode Luís de Camões personificar as mais significativas experiências e a mais importante contribuição dos Portugueses de Quinhentos: a Expansão. E permita-me que particularize um aspecto. Se por tudo o mundo que foi desvendando o Português navegou e mercadejou, se bateu e missionou, também por todo ele o Português amou. Também a essa largueza do coração lusíada correspondeu o Poeta e as endechas a Bárbara escrava ou o soneto ALMA MINHA, GENTIL, QUE TE PARTISTE, dedicado talvez a uma chinesa, talvez a uma malaia, aí estão para o provar.

P. — Recordou há pouco que os *Lusíadas* são como que uma História de Portugal em verso. Será que, enquanto texto de intenção historiográfica, terão os *Lusíadas* limitações que não correspondam à qualidade do poema enquanto obra literária?

R. — Sim e não. Para obra merecedora de algum respeito numa perspectiva historiográfica não falta ao poema um aspecto essencial: a consciência do colectivo. O poeta não se propõe cantar, como é normal nos poemas épicos, heróis individuais, mas canta «o peito ilustre lusitano», isto é, afinal, o povo português.

É evidente que seria insensato esperar de um poeta do século XVI a exigência crítica e as perspectivas que deverão caracterizar um historiador do século XX. É evidente que, privilegiando os feitos bélicos e os que os protagonizavam, «as armas e os barões assinalados», Camões não se afastava das preferências que durante séculos ainda predominariam na historiografia, estava longe dos temas caros aos historiadores dos nossos dias e do tipo de abordagens que os caracteriza. O que interessa é que, no aspecto factual, o poeta se documentou nas melhores fontes a que podia ter acesso. Para além disso, há a obediência às convenções de um género literário, a epopeia, e há também uma intenção de pedagogia cívica, a exaltação dos valores nacionais. Claro que, sobretudo quando esta intenção não é servida por um génio como o de Camões, há que estar atento: a História não se faz com declarações e é lamentável o intuito de como História impingir a exaltação acrítica de valores nacionais ou outros. Só faço uma ressalva: pior que a considerada sobrevalorização das coisas pátrias só a sua sistemática e nem sempre inocente depreciação.

E creio mesmo que é desculpável, até porque é salutar, a focagem insistente dos factos que tecem a memória colectiva, a memória dos povos. Creio mesmo que isso é uma condição de sobrevivência e que é tão doentia uma fixação no passado que não se projecte em aspirações como um afã de futuro destituído de raízes; e, claro, desgraçados são sobretudo aqueles que deixam que os despojem do passado e ao mesmo tempo os privem das garantias do futuro. Sobre a importância da preservação do passado nacional como condição de sobrevivência deixe-me recordar uma experiência que considero significativa. Há vários anos já fiz parte do júri de um concurso internacional de programas de Rádio e Televisão educativas. Boa parte dos programas dos países do bloco socialista caracterizavam-se pela sua excelente qualidade e, também, por uma exacerbada exaltação do passado pátrio. Isso na altura impressionou-me e pareceu-me pouco coerente com o internacionalismo de exportação preconizado por esses países. Mas hoje parece-me um fenómeno perfeitamente natural e saudável: integrados numa órbita em que as Forças centrípetas são opressivamente fortes, o culto do passado será nesses países a forma possível de preservação da identidade nacional.

Voltando a Camões, é um fenómeno idêntico à difusão e quase diria ao culto dos *Lusiadas* entre nós durante o período da nossa ligação à Coroa espanhola.

P. — Nos *Lusiadas*, o facto em volta do qual se articula todo o poema é a viagem de Vasco da Gama. O poeta cria nela oportunidades para relatar a História de Portugal e, num novo artifício, conta também o que aconteceu nos anos decorridos desde o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Camões viveu durante um período muito significativo da Expansão e participou nela. Talvez por isso, a parte do relato que dedica ao século XVI respeita exclusivamente à presença portuguesa no Oriente. Acha excessivo este primeiro plano atribuído ao que se passava nos territórios ultramarinos? E parece-lhe que estes territórios terão mantido, ao longo dos séculos, uma importância primordial?

R. — Sem dúvida que se Camões pretendesse fazer História e não Poesia épica não teria de tal modo privilegiado o que no seu século se passara no Oriente. É evidente que por todo o vasto mundo português se verificavam ocorrências mais ou menos significativas e, nomeadamente no Brasil, nessa época se davam factos talvez menos ou de outro modo espectaculares mas, sem dúvida, muito importantes.

Agora o que é facto incontroverso é que os territórios ultramarinos passaram a ter uma importância decisiva no conjunto da realidade nacional e na determinação da nossa política externa.

O facto político mais relevante, que ainda em vida do poeta se desenha, a união dinástica, esteve, nas suas origens e no seu rompimento, profundamente ligado às preocupações de defesa dos territórios ultramarinos. Cito Jaime Cortesão: se o «sentimento de defesa do domínio ultramarino (...) entrou nas razões que haviam convencido os espíritos débeis a aceitar a anexação», a «perda do império colonial, nos últimos anos da união a Castela, encima a lista das causas principais que favorecem a revolução política de 1640».

E será em grandíssima parte em função do Ultramar que se orienta, até ao princípio do século XIX, o nosso difícil equilíbrio perante o afrontamento das ambições hegemónicas da França e da Inglaterra.

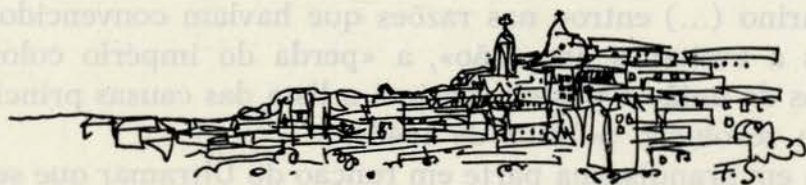
E do último quartel do século passado aos nossos dias, em que, por diversos modos e com variados pretextos, ambições estrangeiras se adensaram sobre as zonas ultramarinas de Portugal, a defesa da integridade nacional frequentemente primou sobre os restantes aspectos da governação: basta citar o esforço de reconhecimento e efectiva ocupação dos

territórios africanos que se estende pelas décadas ao redor da viragem do século, as mais fundas razões que determinaram a nossa intervenção na guerra de 1914-1918, o intenso e traído esforço militar e diplomático levado a cabo, já nos nossos dias, na década de 60 e parte da de 70.

P. — Usando uma fórmula conhecida, encerrou-se o ciclo do Império. Dado que esse ciclo abarca dois terços da nossa existência colectiva e tomando em consideração as suas palavras anteriores, julgo que considera com pessimismo as possibilidades de o País se recompor do brusco regresso às suas dimensões medievais. Será assim?

R. — Sem dúvida que o processo normalmente designado como descolonização se traduziu num desastre irreversível. E desastre sobretudo para as populações dos antigos territórios ultramarinos, que só o não foi para as oligarquias guindadas ao poder.

Quanto a nós, aqui, acho que devemos ter esperança, acho que temos a obrigação de forjar uma esperança. Não a esperança de manás que nos caiam do céu sob a forma de empréstimos mas a esperança da nossa capacidade de redenção pela criatividade e pelo trabalho. E indiscutivelmente essa esperança terá de ser caldeada no orgulho de um passado colectivo que assumiremos sem os complexos que interessadamente alguns pretenderam forjar. E ser-nos-á possível vir a celebrar Camões em novos dias de Portugal, com mais alegria do que aquela com que o fazemos hoje.



# Água Santa Prisioneira

por PAULO CARATÃO SOROMENHO

É o título de um conjunto de catorze quadras, publicadas em Lisboa, em Abril de 1964, numa pagela, para venda ao público por cegos cantores.

Vem «modestamente» assinado com um pseudónimo anagramático Vesal Taêba (onde não é difícil reconhecer Alves Baêta — que nunca conseguiu nem conseguirá a imortalidade). O tema teve durante meses actualidade em Lisboa, pelo noticiário dos jornais e nos êxitos obtidos, cantadas pelas bocas do povo. Foi o caso que em Alfama — lugar de termas, cujas ressargências já teriam sido aproveitadas nos tempos de Olisipo, a aceitarmos a opinião concertante do Eng.º Vieira da Silva — no pequeno largo, posteriormente designado por «das Alcaçarias», alguém topou uma nascente, ali exposta afinal a quantos passavam. O largo localizou-se num recinto, fechado há cerca de um século, onde fora instalado um logradouro para a gente do bairro, junto ao Beco das *Barrelas*, e com a entrada principal para a Travessa do Terreiro do Trigo (ainda popularmente conhecida pela designação anterior de Beco de Alfama), em frente da entrada do Beco dos Curtumes. A velhice e a falta de higiene local, e o facto do abandono durante algum tempo, antes da classificação do lavadouro, desenvolveram o número de ratazanas, ou ratas, de si incalculável, em Alfama. A recordação das termas próximas (as últimas das quais encerradas em 1924 — as do Duque, Alcaçarias do Duque, e ainda as de Baptista e as da D. Clara) trouxe a relação da bondade das águas termas com as de agora de novo utilizáveis. E começou a peregrinação, que foi aumentando a ponto de a bicha contar diariamente milhares de pessoas, além dos bisbilhoteiros que se juntavam, só para gozar o espectáculo, tornado pitoresco. Teve de haver policia-

mento. E apareceram os negociantes, que se incluíam na bicha e depois vendiam a água dentro de garrações, e chegou o caso a negócio «em grande», com a recolha da água em quantidade, levada por camionetas. Normalmente tudo se passou em boa ordem, e só houve que lamentar um desastre, com a morte de uma pessoa, provocado por dificuldades de trânsito na Rua do Terreiro do Trigo, em frente da Alfândega. A água era boa, dizia-se, para os intestinos e fígado, e também para feridas. Até que a Câmara, responsabilizando-se pela saúde pública, mandou fechar a nascente, com o justo argumento de que não havia quaisquer condições higiénicas e a água estava impura, para todas as aplicações. O povo revoltou-se, por várias vezes voltou a abrir a nascente, mas a persistência da gente da Câmara acabou por vencer. Na linguagem popular, o local foi chamado Fonte das Ratas, mas a Vereação preferiu, e bem, Largo das Alcaçarias.

A pagela ou folha volante, acima referida, constitui um documento representativo da reacção popular, embora ao pobre Alves Baeta a língua não tivesse, nem de longe, chegado para dizer «amor», na poesia decente. Contudo deu-nos algumas feições características da literatura popular, religiosidade («água santa»); historicismo («Fecharam a água de Andaluza» — facto muito anterior); amargura («Tanta saúde perdida»; «Os doentes não valem nada»); indignação («Turistas, visitai a prisão/A melhor água de Portugal»); subtileza («Divorciada com o público/E casada com o Tejo» — para onde são desviadas as águas termais); caridade («Deve criar-se um imposto/[...] /Para acudir aos pobres»); personificação («Encontro-me na prisão/Não vejo sol nem lua!!! /Eu curei tanta gente»).

Decerto o texto, que vai seguir-se, não mereceria tão longo comentário, se não fora o interesse etnográfico do próprio facto nele tratado: o fenómeno colectivo da «água das ratas» insere-se num grupo de outros com ele concordantes, como o das chinesas, que extraíam «bichos» dos olhos dos papalvos, e das pulseiras, que faziam desaparecer as dores.

Eis o texto, fielmente copiado:

### ÁGUA SANTA PRISIONEIRA

Fecharam a água de Andaluz  
E a de Alfama também  
Tanta saúde perdida  
Por culpa não sei de quem.

Viva a água Santa  
Travessa Terreiro do Trigo  
Muita gente lhe chama santa  
Não sou só eu que o digo.

A água correu para o esgoto  
Por detraz do gradeamento  
A quem ela fazia falta  
Qual seria o seu sofrimento.

Fechou mais uma vez  
A água de Alfama  
Devido às suas virtudes  
Depressa correu a sua fama.

Tanto de dia como de noite  
Não cessava a concorrência  
Os doentes não valem nada  
Valha-nos a Providência.

Viva a água da Alfama  
Como ela não há igual  
Turistas visitai na prisão  
A melhor água de Portugal.

Que mal fizeste água santa  
Razões eu não vejo!!!  
Divorciada com o público  
E casada com o Tejo.

Quando dizem água das ratas  
É para mim uma facada  
Foram os habitantes do largo  
Para afugentarem a bicharada.

Adeus Travessa Terreiro do Trigo  
Onde eu perdi horas esquecidas  
Para encher dois garrafões  
Para curar as minhas feridas.

Deve criar-se um imposto  
De cinco escudos por garrafão  
Para acudir aos pobres  
Que não têm o dinheiro na mão.

O Bairro de Alfama  
É um dos bairros mais pobre  
Não chega às águas minerais  
Razão que não chega o seu cobre.

O nome água das ratas  
Precisa ser demolido  
Trata-se de uma água santa  
Não soa bem ao meu ouvido.

O mundo está ligado  
Por braços de amizade  
Se não houver inteligência  
Que será da sociedade?

Encontro-me na prisão  
Não vejo sol nem lua!!!  
Eu curei tanta gente  
Que consciência é a tua?

Lisboa, Abril de 1964

VESAL TAËBA



Para os leitores, a quem estas notas tenham despertado a curiosidade ou a preocupação científica ou historiográfica, aqui ficam algumas datas de jornais com reportagens ou notícias: *O Diário de Notícias*, de 5 de Outubro de 1961, publica uma nota da Câmara Municipal, informando de que, por prudência e, em resultado da análise, fora decidido fechar a água; posteriormente, novo problema surgiu, e a tal facto se encontram referências: *DN* (25-VIII-1963); *Diário Popular* (8-X); *DP* (12-X e 20-X); *DN* (? e 27-X); *República* (1-XI); *Novidades* (27-XI); *O Século* (1-XII); *DP* (9, 11, 18-X); *DP* (26-IV-1964), e *Novidades* (2-VI) [P.C.S.].



# PROSA POÉTICA

## AO VIANDANTE

«Tu que passas e ergues para mim o teu braço,  
antes que me faças mal, olha-me bem.

Eu sou o calor do teu lar nas noites frias do Inverno,  
eu sou a sombra amiga que tu encontras quando caminhas  
sob o sol de Agosto, e os meus frutos são a frescura  
apetitosa que te sacia a sede nos caminhos.

Eu sou a trave amiga da tua casa,  
sou a tábua da tua mesa, a cama em que tu descansas  
e o lenho do teu barco.

Eu sou o cabo da tua enxada, a porta da tua morada,  
a madeira do teu berço e o conchego do teu caixão.

Sou o pão da bondade e a flor da beleza.

Tu que passas, olha-me bem e ...  
não me faças mal.»

Este texto, de autor desconhecido, foi reproduzido em folha-de-Flandres, pelo que se tornou documento raro, talvez único, como «Oferta da Latoaria Portuguesa de T. S. Viegas & C.<sup>a</sup> ao *Seculo Agricola* — 1913». Na verdade a lata ou folha é de há muito usada para nela se escrever: indicações comerciais ou industriais, firmas e moradas, anúncios e, nos primeiros anos da República, utilizaram-se chapas deste material para proganda política (por exemplo, uma com o retrato do Dr. Afonso Costa). Contudo o emprego da lata para um texto deste género deve ser caso único ou raríssimo, como se disse.

O texto apresenta-se escrito sobre um fundo vermelho, envolvido por árvores de sua cor (as duas cores da Bandeira Nacional), num rectân-

gulo (11,5 cm de altura por 9,5 cm, aprox.), com rebordo, cortado nos quatro ângulos, e na parte superior dois furos para suspensão.

A oferta da Latoaria integrava-se nos festejos que, nessa época, se realizavam para desenvolver o apreço pelas árvores (o *culto* da árvore, como então se dizia, umas vezes a sério, outras vezes com amarga ironia), acção em que teve papel predominante o jornal *O Século*, de Lisboa, na sua edição *O Século Agrícola*. O maestro Alboim Foios escreveu o *Hymno das Arvores*, expressamente para a Festa Nacional da Árvore, com letra de Olavo Bilac. As escolas primárias tiveram particular colaboração: as crianças cantando hinos e plantando árvores. Luiz da Matta escreveu também um hino das escolas *A Sementeira*, largamente divulgado e que se tornou até motivo de troça para os adversários do regime e das novidades, substituído o seu nome por um dos versos, propositadamente mal pronunciado: «Ó escolas, *sameai*». A festa da árvore não criou raízes, e acabou por esquecer, durante cinco dezenas de anos. No governo do Dr. Marcelo Caetano, houve uma tentativa de renovação de cerimónias em honra da árvore, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa, que mandou divulgar este texto pelos jardins lisboetas. Linda ideia!

Várias circunstâncias justificam esta apresentação: o anonimato e, agora, popularização do texto; a sua intenção de revigoração do interesse pelas árvores (elemento de alta importância etnográfica); a sua ligação a manifestações festivas populares; e a sua propagação num novo material — a lata —, o qual lhe deu particular relevo pela expansão cultural no meio do povo (através deste material pobre).

Apesar de trazido a público sem indicação do autor, o formoso hino da árvore, em prosa poética, teve naturalmente alguém que o compôs... Assinou com extrema modéstia, A.A.M.S., iniciais cuja correspondência desconhecemos. Encontrámo-las na *Tabuada Escolar A Árvore*, do professor Augusto Sequeira Zilhão, editada pela Papelaria Fernandes, de Lisboa, decerto há mais de sessenta anos. [PCS].

# OS AMIGOS DE LISBOA

nos meios de Comunicação Social

De *Ecos de Belém*, de Dezembro de 1983 — mensário sempre compreensivo e amigo, sob o título «Grupo Amigos de Lisboa», assinado por A. C.:

«Acaba de sair o boletim «OLISIPO» n.ºs 144-145 relativo aos anos de 1981-1982, boletim sempre esperado com interesse dado a interessante matéria de que trata — a história da cidade de Lisboa com todas as suas implicações historicamente generalizadas, esclarecendo dúvidas, publicando ensaios, estudos olisiponenses, dando conta da sua actividade cultural e vida associativa.

Na referida publicação se podem ler interessantes trechos sobre os teatros, pátios, o Castelo de São Jorge, e ainda estudos relativos a Camões, Colégio Militar, Alfama e abordagens aos temas pintura, desenho, poesia, bibliografia, sismografia, Feira da Ladra, Torre de São Vicente, etc.

Este trabalho tem na capa um desenho de José Videira representando o Rossio em 1930».

Do *Expresso*, de 8 de Janeiro de 1983, artigo de Francisco Hipólito Raposo, cuja compreensão agradecemos. Sob o título «Os amigos de Lisboa precisam de si...», o autor escreveu a seguinte introdução: «Há perto de cinquenta anos que o Grupo Amigos de Lisboa se empenha pelo culto, divulgação e defesa da cidade. Hoje a falta de apoio camarário ameaça-lhe a sobrevivência. Alerta, lisboetas! Não podemos virar as costas aos amigos.» Eis o texto:

«Mais amigos de Lisboa do que os *Amigos de Lisboa* não os há! Por isso, leitor, se é lisboeta e gosta mesmo da sua cidade, ou não o sendo, de igual modo gosta dela, venha daí juntar-se aos *Amigos de Lis-*

*boa*. Eles precisam de si, de tê-lo tanto como companheiro nas descobertas dos encantos da cidade, como nos brados de alerta à defesa da sua integridade, nas contestações ou libelos de protesto contra os atentados que constantemente lhe fazem. E são cada vez em maior número, como sabe; cada vez mais a cidade sofrendo as tenebrosas transfigurações da cirurgia inestética e aberrante das operações camarárias como se de monstruoso antimédico a Câmara se tratasse, um dr. Caligari que nas suas intervenções plásticas, sempre se preza em desfigurar e nunca em embelezar.

O grupo dos *Amigos de Lisboa* pode ser, além de uma fonte de informação e de cultura, uma força de defesa. Por isso precisa da sua adesão para se fortalecer. Está longe de morrer mas precisa de mais sócios, de sangue novo na guelra para rejuvenescer e tornar-se mais combativo e forte. Sendo já um grupo cheio de tradição, ouça-lhe um breve resumo da sua história.

Quase a atingir o Cinquentenário, o grupo dos *Amigos de Lisboa* foi fundado em 1936 por um punhado de homens entre os quais figuravam nomes do maior prestígio da vida social, cultural e política do país: Alberto Mac-Bride, Álvaro Maia, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Eugénio Mac-Bride, Gustavo de Matos Sequeira, João Pinto de Carvalho, José Pereira Coelho, Leitão de Barros, Levy Marques da Costa, Luís Pastor de Macedo, Mário de Sampaio Ribeiro, Norberto de Araújo e Rocha Martins.

Empenhavam-se eles em amar e servir Lisboa, desenvolvendo e impulsionando o seu culto, tudo fazendo para preservar o seu carácter, e estabelecer a sua defesa. E isso está bem patente nos objectivos previstos nos seus estatutos:

a) Contribuir para o estudo e solução do urbanismo e expansão de Lisboa; b) Defender o Património artístico, monumental e documental lisiponense; c) Criar opinião pública que reforce a acção colectiva do grupo...

Organizaram-se visitas a locais e monumentos (que sempre, ao longo da sua vida, constituiu uma das suas actividades mais características) como medida de prospecção para a fundação do grupo. Foi entusiástica a reacção e logo pelo grande número de aderentes se verificou o grupo ser viável, ou antes indispensável.

Almada Negreiros desenhou, baseando-se nas armas da cidade, o encantador emblema do grupo. Depois, surgiu o boletim — “Olisipo” — colectânea da melhor e mais categorizada colaboração dentro da temá-

tica cidade, em que nos seus 141 números, assinaram trabalhos mais de 300 autores, incluindo-se os mais destacados nomes portugueses das artes e das letras. Mais de 1000 estudos se devem aos colaboradores do "Olisipo"; no entanto, a acção cultural do grupo transcende em muito os estudos publicados no boletim, em organizações de passeios, visitas guiadas, exposições, conferências e reuniões (muitas das quais ao ar livre). Em prática, puseram-se para cima de 1000 iniciativas diversas.

A fundação do grupo a sede instalou-se no Chiado; em 1953 passou ao Largo Trindade Coelho e desde 1973, desta vez por generosa atitude da Câmara, funciona numa dependência do Palácio da Mitra (antigo Museu da Cidade).

Mas a Câmara, hoje em dia, não lhe presta o carinho e a atenção que uma instituição destas lhe devia merecer. Antes a ignora e no ano transacto faltou-lhe mesmo com o magro e ridículo subsídio de umas centenas de contos.

Embora não lhe tenha esmorecido a actividade, o grupo (como qualquer grupo de actividade cultural independente) ressentem-se desta falta de apoio e atravessa dificuldades financeiras, e as quotas, aumentadas apenas para 100\$00 mensais (!), na totalidade dos seus 600 sócios, paga resvés as despesas.

Com uma jóia de 150\$00 e a irrisória mensalidade que se disse, a sua presença como sócio, caro leitor, é indispensável. É a primeira coisa a fazer pela sua Cidade: ser um dos *Amigos de Lisboa*. E verá que vale a pena conhecer melhor a sua cidade, vê-la do avesso, conhecer-lhe a intimidade ao revelar-se sob ângulos e aspectos que não conhecia ou nem sequer imaginava. E lá terá para o ajudarem nesses fascinantes encontros, entre outros, o saber e a competência do eng.º Maia Atayde, a minuciosa erudição do coronel Luís Tadeu ou a entusiástica e fecunda eloquência do José Méco que aos trinta anos já é o Mestre do Azulejo português...

Faça sol ou faça chuva qualquer programa encantá-lo-á e de regresso a casa, depois de uma das visitas (em geral ao sábado) que tanto podem ser a um local histórico ou pitoresco, a uma instituição de reconhecido mérito, a museu ou edifício de valor artístico, verificará com prazer que regressa sempre a saber mais do que sabia.

Venha daí! Traga o seu alento ao grupo. Escreva a inscrever-se para os *Amigos de Lisboa — Palácio da Mitra — Rua do Açúcar*. Ou telefone a pedir mais informações ou uma ficha de inscrição: 38 57 11 ou 55 62 14. Os Amigos de Lisboa não podem desaparecer — têm de aumen-

tar com o seu entusiasmo. E verá que, além de cultural, o divertido que é descobrir Lisboa.»

Também o *Diário Popular*, no seu suplemento de sábado, dia 6 de Outubro de 1984, dedicou um extenso e completo trabalho (duas páginas) aos «Amigos de Lisboa», ilustrado com várias fotos.

Apraz-nos registar a interessante introdução desse trabalho da pena do seu autor, Eduardo Guerra Carneiro:

«Almada Negreiros desenhou o emblema do grupo, inspirado nas armas da cidade de Lisboa — a barca e os corvos vicentinos. De olhar irónico, os pássaros, lampeiros, guardam flores nos bicos. No canto inferior direito da gravura, o artista inscreveu a sua assinatura com a costumeira perna do *d* bem prolongada. Com cerca de 700 sócios, associação quase cinquentenária, fundada em 1936 por iniciativa de um conjunto de individualidades da vida portuguesa, entre os quais destaque especial para Leitão de Barros, Pastor de Macedo e Alberto Mac Bride, o Grupo Amigos de Lisboa continua a tentar defender e promover o património cultural desta cidade das sete colinas. Bem haja! »





## O CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS E A REVOLUÇÃO DE 1383

Esta instituição, que tem a sua sede no velho edifício lisboeta, conhecido por «Limoeiro», possui uma Associação Cultural. Anualmente põe em prática actividades que paralelamente com os objectivos específicos do Centro desenvolve a preparação geral dos auditores. Há dois anos, procurou o Grupo Amigos de Lisboa, e de novo em 1983, a fim de organizar uma visita de estudo a Alfama — o pitoresco bairro sobre que se debruça o casarão, agora regenerado pelas novas funções nele exercidas.

E, de facto, obtive informações e a condução do passeio e ainda a sugestão, acompanhada de ampla bibliografia, de comemorar — dadas as implicações históricas do Limoeiro — a revolução do Mestre de Avis, em 6 de Dezembro de 1983. E até aqui — tudo bem. Somente aconteceu que no programa-convite distribuído em Dezembro de 1983 se dizia que o Centro de Estudos Judiciários fizera as comemorações «com a colaboração do Ministério da Cultura e Coordenação Científica, do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça». O Grupo foi injustamente esquecido. Decerto que a função cultural que cumprimos não exige agradecimentos, mas *na altura própria* temos de recordar a moralidade do sapateiro de Braga...

## A VALORIZAÇÃO DE ALFAMA — RECORDANDO O QUE FOI FEITO

Do *Diário de Notícias*, de 23 de Maio de 1963. «Disse depois [o General França Borges, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa] que fora distribuído o relatório da comissão executiva da valorização e con-



servação do carácter tradicional e secular de Alfama. Por esse bem elaborado documento, verifica-se a extensão da obra executada e o critério acertado seguido pelos componentes daquele organismo, sob a presidência esclarecida do sr. Aníbal David, orientador dinâmico e sempre interessado no trabalho de remodelação do típico bairro lisboeta, feito sem excessos e sem artificios. Frisou os cuidados havidos nos trabalhos de saneamento de Alfama, que deveriam prosseguir já no âmbito particular, para o que se esperava a colaboração dos proprietários e inquilinos. A obra promovida estava à vista de todos e permitia acabar com muitas deficiências. Entendia — declarou, a terminar — que a comissão, constituída pelos Srs. Eng.º Ciro de Oliveira Pinto, Arquitecto Couto Martins, Eng.º Pulido Garcia e Vaz Martins, e o respectivo presidente Aníbal David, pela devoção com que se entregou à tarefa de valorizar Alfama, mereciam louvor público».

\*

\*       \*

Interessados na recuperação acima noticiada, tinham já os «Amigos de Lisboa» realizado em 28-VII-61 uma visita ao característico Bairro de Alfama para verificação dos melhoramentos e da reintegração que ali estavam efectuando os técnicos do Município.

A visita, dirigida por um funcionário superior camarário, começou pelo Largo de Santo Estêvão, seguindo pelo Beco do Carneiro, Beco do Espírito Santo, Rua de S. Pedro, Beco da Cardosa, Calçada de S. Miguel, Beco das Barrelas, Rua da Galé, Largo de S. Rafael e Rua da Judiaria, onde terminou.

Os melhoramentos já efectuados eram de facto notáveis, e os numerosos visitantes, que estavam acompanhados pelos directores do Grupo, Srs. Drs. Eduardo Neves, Alberto Gomes, Alfredo Ferreira do Nascimento e Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, ficaram agradavelmente impressionados com o que lhes foi dado admirar.

#### «PLANO DA AVENIDA DA LIBERDADE»

O vereador Fernando Torres, apresentou uma proposta para o estudo do «Plano da Avenida da Liberdade», como forma de preservar «um exemplo de património cultural colectivo» que a APU considera «de referência fundamental na estruturação do tecido urbano e na imagem lúdica da cidade».

A criação de uma comissão para a Avenida da Liberdade, composta por representantes do pelouro da Cultura da CML, da SEC, das Juntas de Freguesia abrangidas pelo plano, dos Amigos de Lisboa, da Associação dos Arquitectos Postugueses, da Academia de Belas-Artes, da Ordem dos Engenheiros, dos proprietários dos prédios da Avenida da Liberdade e ainda pelos arquitectos Fernando Peres e Pedro Vieira de Almeida, este último autor do plano, é uma das alíneas da proposta.

O plano agora em discussão foi realizado na década de 70. No entender da APU, seja qual for o seu carácter, importa examiná-lo para saber se ele se enquadra nas novas perspectivas abertas pelo 25 de Abril, em termos de possibilidade de defesa e salvaguarda patrimonial, e se em qualquer caso, através dele, se autorizam acções de demolição tal como tem acontecido na zona da Avenida entre os Restauradores e a Rua das Pretas». [Em 31-1-1983 na C. M. de Lisboa].

## UM CENTRO DE ARTE MODERNA EM LISBOA

Do *Diário de Lisboa*, de 20 de Julho de 1983, com a devida vénia:

«Um acontecimento, que se reveste de um indiscutível relevo cultural, deverá constituir a informação predominante relativa à realidade portuguesa: a inauguração do «Centro de Arte Moderna» da Fundação Calouste Gulbenkian.

A decisão de construir o «Centro de Arte Moderna», sacrificando uma parte da zona verde, suscitou polémica. O projecto adoptado pela Administração da Fundação Calouste Gulbenkian foi contestado. O «Diário de Lisboa», como lhe cumpria, fez-se eco da polémica. Ao longo do tempo em que decorreram os trabalhos de construção do «Centro de Arte Moderna», acompanhou-os, sem facilidades ou solicitações especiais, apenas animado do sentimento de que os leitores devem ser informados.

E nunca deixou, ou deixará — independentemente da originalíssima e obstinada atitude da Fundação Calouste Gulbenkian para com o «Diário de Lisboa» — de manifestar a sua admiração pela largueza da concepção e sentido de serviço cultural que levou a Fundação Calouste Gulbenkian a dotar Lisboa com este centro de exposição e de actividades.

Em primeiro lugar — e por mero respeito pela informação objectiva — escrevemos, aqui, o nome do Dr. José Azeredo Perdigão. A sua

tenacidade venceu dificuldades. Não aceitou os argumentos dos adversários do projecto. E sem ser este o momento para recordarmos as suas razões e as dos seus antagonistas, em nome de Lisboa — como velho jornal lisboeta — agradecemos-lhe, e por ele à Fundação, uma realização que valoriza o país, que enriquece a capital.

Temos do jornalismo, e das relações dos jornais com os «poderes» e os «poderosos», uma noção que se pauta por linhas de orientação deontológicas, éticas e de civismo. O «Diário de Lisboa» não é neutro, é independente. Louva o que lhe parece louvável, sem outro sentido do que advertir os seus leitores de que algo foi feito que merece uma referência positiva ou uma nota alta.

Não aplaudimos sempre; nem aplaudimos tudo o que é feito. Mas não regateamos aplauso ao que valorize esta cidade que nos deu o nome e a vida, e que seja acrescentamento da cultura e criação de espaços de arte em Portugal.

O «Centro de Arte Moderna» não é mais um museu. Vai ser uma galeria viva e um centro de estudo e de actividades culturais. Lisboa está mais rica, Lisboa está de parabéns.»



## O CHAFARIZ DAS JANELAS VERDES

Como é do conhecimento geral, eram muitos os chafarizes existentes na cidade de Lisboa. Não havendo água canalizada, só assim se poderia cobrir a necessidade imensa do precioso líquido nas zonas da cidade. Quase todos eles recebiam a água vinda através do Aqueduto das Águas Livres.

O chafariz das Janelas Verdes foi edificado em 1775, situando-se numa vasta praça, na qual, para a tornar formosa como se encontra, se demoliram 6 casas, as quais foram pagas aos seus proprietários por 16 535\$00 réis.

Estas casas pertenciam a José António Matheus, Josepha Maria e seus filhos, D. Maria do Nascimento Rosa (2 propriedades), Francisco Xavier da Costa Vilhena e aos cônegos camarários da Basílica de Santa Maria Maior (Sé).

Depois de construído o chafariz e o seu largo, o terreno que ficou devoluto foi doado por alvará, metade às freiras de Santo Alberto, que por sua vez a cederam ao Marquês de Pombal, o que foi confirmado por aviso de 14 de Agosto de 1811 e por escritura de 13 de Abril de 1812, e a outra metade a Maurício José Cremer Vanzeller.

O bonito grupo escultórico que representa Vénus e Cupido foi esculpido pelo escultor António Machado, aluno de João de Almeida, e importou em 600\$000 réis.

Estes os dados possíveis colhidos sobre o chafariz das Janelas Verdes, que visitámos em 5 de Novembro de 1983.

[Apontamento de D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita]

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA  
REFERENTE AO ANO DE 1983

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

Por imperativo do Art.º 33.º dos nossos Estatutos, a Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa mais uma vez traz à presença de V. Ex.<sup>as</sup> o relato das actividades dispendidas no ano findo.

Se apreciarmos o balanço do número de sócios durante o ano de 1983 verificamos:

Existiam em 1-1-83 .....	697	
Honorários .....	<u>3</u>	700
Faleceram .....	8	
Pediram a demissão .....	<u>106</u>	<u>114</u>
Foram admitidos .....	108	586
Foram readmitidos .....	<u>2</u>	<u>110</u>
Total de sócios existentes em 31/12/83.....		696

Daqui se infere que houve um decréscimo de 4 sócios ao longo do ano (de 700 para 696). Embora estes valores atestem uma certa estabilização do número de sócios, não deixamos de ponderar a necessidade de incrementar a admissão de novos associados e sobretudo fomentar a entrada de elementos mais jovens da população lisboeta.

Merecem-nos uma palavra de saudade os sócios falecidos que foram os seguintes:

292 — Domingos da Gama Garcia

- 1985 — José Manuel Buttuler  
2814 — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos  
3343 — Hermilo Branco Ramalhete  
3904 — Manuel Duarte Ferreira  
4079 — Rosa da Silva Cortesão Abelaira  
4449 — Alvaro José de Oliveira Ferreira da Silva  
4460 — Raúl Maria dos Santos

Entre estes, permitimo-nos uma referência especial ao Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos, grande estudioso da Lisboa antiga e colaborador em sucessivas Direcções do Grupo.

A Junta Directiva, no ano de 1983, reuniu-se por convocatória 25 vezes, atestando assim a sua operosidade. Estiveram presentes nestas reuniões, com grande frequência, além dos membros da Junta Directiva, o Presidente e outros elementos da mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal e esporadicamente outros sócios interessados nos destinos e realizações do Grupo.

Uma das preocupações dominantes da Junta Directiva foi a situação financeira da nossa agremiação. Mais uma vez nos apercebemos de que o montante das quotas dos associados é manifestamente insuficiente para cobrir as despesas básicas.

É certo que a Câmara Municipal de Lisboa, numa louvável compreensão da utilidade do Grupo Amigos de Lisboa, nos tem proporcionado graciosamente as instalações do Palácio da Mitra onde temos a sede, nos concedeu este ano um subsídio de 150 000\$00, e nos manteve a posição de concessionários da venda de publicações editadas pela mesma Câmara. Tais benefícios merecem a nossa gratidão.

Não é menos certo, porém, que todas as achegas mencionadas se revelam incapazes de fazer face aos nossos encargos, nomeadamente se persistirmos na inabalável resolução de publicar anualmente um número da revista *Olisipo* em que registamos o testemunho mais válido do nosso labor.

Não descurámos a possibilidade de obter auxílio financeiro doutras instituições estatais ou privadas sem que contudo obtivéssemos, durante o ano transacto, resultados positivos.

O resumo que segue dá conta do movimento de receitas e despesas durante o ano de 1983:

	DEBITO	CREDITO
Cobrança de quotas	99 559\$50	778 280\$00
Jóias		17 900\$00
Livros à consignação (lucro)		166 511\$70
Olisipo (prejuízo)	11 888\$50	
Edições		583\$60
Emblemas		442\$50
Cartões de Identidade		3 525\$00
Subsídio da Câmara Municipal de Lisboa		149 700\$00
Receitas diversas		26 587\$50
Realizações culturais (despesas)	43 261\$00	
Gastos Gerais	1 007 030\$00	
Resultado do Exercício (prejuízo)		18 208\$70
TOTALS:	1 161 739\$00	1 161 739\$00

Foram numerosas e variadas as manifestações culturais do Grupo no ano a que se refere este relatório, as quais se podem resumir do modo seguinte:

## JANEIRO

SABADO, dia 15, às 15 horas

Visita à Igreja dos Mártires São Félix e Santo Adrião e dependências do antigo mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em Chelas.

Os visitantes foram recebidos, na igreja, pelo pároco, Reverendo Padre António Mateus e, nas dependências do convento, pelo Senhor Capitão Sargaço.

A visita, coordenada por Maia Athayde, começou por uma curta notícia introdutória, proferida por António L. Tadeu. José Meco teceu judiciosas considerações sobre o interessante tecto pintado da sacristia. M. Athayde pôs em relevo a persistência do maneirismo na arquitectura da igreja (meados do séc. XVIII). Na gailé foi admirado o portal manuelino, de evidente influência boytaquiana e José Meco ocupou-se do azulejaria seiscentista, que o decora e se prolonga na passagem para o claustro, onde se regista, num azulejo, a data de 1667.

Toda a visita despertou o maior interesse, que culminou no claustro quinhentista, estranhamente desconhecido da grande maioria dos lisboetas.

Maia Athayde chamou a atenção para a elegância maneirista dos dois andares sobrepostos, da ordem toscana o inferior, e da ordem jónica, muito estilizado, o superior. Finalmente José Meco ocupou-se do espantoso revestimento azulejar, quinhentista, seiscentista e setecentista, que confere a este belo claustro uma ambiência orientalizante de rara harmonia.

SABADO, dia 22, às 17 horas

Conferência do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Manuel Fradinho no Ginásio Club Português, sob o título *Educação Sexual ou Corrupção?*.

A assistência foi amavelmente recebida pelo dirigente do Ginásio Club Português Sr. António Tibúrcio, que apresentou as instalações.

O assunto foi tratado de forma superior pelo conferente, o que originou um movimento de interesse por parte da assistência, traduzido num animado debate em que foram apresentados exemplos e aspectos que ilustraram a magnífica exposição.

SABADO, dia 29, às 15 horas

Visita à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, do antigo convento dominicano reformado de São Domingos de Benfica. (Continuação da visita de 12 de Junho do ano anterior).

Esta visita, coordenada por Maia Athayde, foi singularmente valorizada pela presença e cooperação dos reverendos dominicanos, Doutor Raúl de Almeida Rolo e Pároco Manuel Gonçalves Pedro.

Frei Raúl Rolo fez uma breve história da ordem dominicana e da reforma da sua regra, especialmente importante pelo que se refere ao Convento de São Domingos de Benfica, primeiro da Observância em Portugal. Por seu turno, o Reverendo Gonçalves Pedro, descreveu, com certo pormenor, os trabalhos de restauro, operados sob a sua orientação desde que o monumento foi confiado ao 'Serviço Religioso da Força Aérea; e que vão desde a arquitectura, à pintura, à escultura, à talha e ao azulejo. António Luís Tadeu dissertou sobre as características da escultura portuguesa, que se mantêm através dos séculos. Ferreira Gambetta teceu eruditas considerações sobre a personalidade do neto de D. João III, D. António, pretendente à sucessão de D. Sebastião e que foi aluno de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Maia Athayde, que tinha



feito uma rápida introdução sobre a arquitectura do edifício no seu aspecto exterior, chamou a atenção dos assistentes para o aparente contraste entre a sobriedade architectónica maneirista e a riqueza fabulosa da talha, maneirista também, e do azulejo barroco, que atingem neste monumento um raro grau de perfeição.

## FEVEREIRO

SABADO, dia 5, às 15 horas

Visita ao Museu dos CTT.

Os nossos associados foram recebidos pela Conservadora-Chefe, Dr.<sup>a</sup> Maria da Glória Pires Firmino, que fez uma breve introdução à história do Museu. Dado o número elevado dos visitantes formaram-se quatro grupos, conduzidos por Dr.<sup>a</sup> Adélia Leão, Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pimenta de Castro Guimarães, Dr. Antero de Sousa e Dr. Fernando Moura. A visita às várias secções do Museu foi completada com um filme sobre a introdução do serviço do correio em Inglaterra e a criação do selo postal. A amabilidade com que o Grupo foi recebido culminou com a oferta a cada um dos presentes duma brochura sobre o Museu dos CTT e dum envelope com dois interessantes postais.

SABADO, dia 12

Visita à Casa de Repouso Alexandre Ferreira (Inválidos do Comércio). Iniciativa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia de Mesquita.

Iniciativa que teve a colaboração de um elevado número de Amigos. Estes foram recebidos no Salão Nobre pela Direcção da Casa de Repouso, cujo director, Sr. José Manuel Dias, dirigiu palavras de agradecimento aos presentes.

Houve aqui «um entre-actos» em que colaboraram alguns dos Amigos.

O sócio Barata Moura e sua mulher realizaram um «sketch» que agradou a todos os presentes. Vilians Leal, Bela Jardim e Maria Antónia recitaram, sendo muito aplaudidos.

As assistentes sociais D. Maria Claude e D. Maria da Conceição apoiaram de uma maneira digna de nota a iniciativa.

Seguidamente teve lugar um lanche ajantarado em que foram saboreados bons petiscos, apresentados pelos Colaboradores da Casa de Repouso e por Senhoras do nosso Grupo.

SABADO, dia, 19, às 15 horas

Visita prevista aos restos do convento beneditino do Beato António, em Xabregas.

A visita não se realizou, por ter sido recebida, com data de 19 de Janeiro, uma carta da Administração da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, a quem o edifício pertence, negando autorização, ao que parece, por motivos de segurança.

TERÇA-FEIRA, dia 22 às 18,30 horas

Palestra pelo Reverendo Doutor Raúl de Almeida Rolo O. P., sobre o grande olisiponense D. Frei Bartolomeu dos Mártires, metropolitano da diocese de Braga, em comemoração do 4.º centenário da sua resignação à mitra primacial.

O ilustre conferente foi apresentado pelo nosso consócio Dr. António Manuel Gonçalves, director-adjunto do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian e, ao tempo, director do Museu de Aveiro.

O orador dissertou largamente sobre a figura e a obra do grande arcebispo às quais tem dedicado a maior parte da sua actividade erudita. Demorou-se na sua acção doutrinária através da escrita e da cátedra de Teologia que ocupou em Évora e em Lisboa. Descreveu as circunstâncias em que Frei Bartolomeu se resignou a aceitar a mitra bracarense, a sua acção pastoral, e o impacto da sua vigorosa e importantíssima intervenção no Concílio tridentino; finalmente, como profundamente desgostoso, conseguiu a aquiescência papal para resignar e se recolheu ao seu convento de Viana do Castelo, onde faleceu e onde o seu túmulo se encontra.

A conferência teve a presença de D. António Ribeiro, cardeal patriarca de Lisboa. À mesa presidiu o representante do Município de Lisboa, Dr. Lívio Borges, ladeado pelo Dr. Dário Castro Alves, embaixador do Brasil e pelo presidente do GAL, Prof. João Cândido de Oliveira. Enviaram representantes o ministro da Educação e Universidades e o Secretário de Estado da Cultura.

SABADO, dia 26, às 15 horas

Visita à Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

Os visitantes foram recebidos pelo vice-reitor em exercício, Prof. Gomes Ferreira, o qual convidou o Prof. Cândido de Oliveira, catedrático e antigo director da Faculdade de Medicina e presidente da Junta Directiva do nosso Grupo, a dirigir a visita, dado o seu largo conhecimento

do edifício e sua história. A visita começou pela fachada leste, típica dos anos 40, o seu enquadramento no conjunto da Cidade Universitária. A visita do interior, com especial menção ao recheio artístico, culminou no grande auditório. À saída, os visitantes contemplaram a fachada ocidental e trocaram considerações sobre o que acabavam de visitar.

## MARÇO

TERÇA-FEIRA, dia 1, às 18 horas

Palestra pelo nosso consócio, Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta, incluída ainda no ciclo de comemorações antonianas e subordinada ao título «*Santo António de Lisboa, os painéis do Museu Nacional de Arte Antiga e as Moedas do túmulo em Pátua*», realizada no Palácio da Mitra com o apoio e colaboração da Câmara Municipal de Lisboa. Presidiu à mesa a vereadora do pelouro da Cultura Dr.ª Maria Teresa Xara Brasil Corte Real, em representação do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

O conferente tratou o importante e delicado assunto do seu trabalho com o rigor e mestria que lhe são geralmente reconhecidos e teve a amabilidade de nos fornecer um sumário que, pelo seu interesse, se anexa a este relatório.

SABADO, dia 5, às 15 horas

Visita ao Palácio Pombeiro, sede da Embaixada de Itália.

O Grupo foi recebido por S. Ex.ªs o Senhor Embaixador Mário Magliano e Embaixatriz, que cumularam os visitantes de amabilidades e lhes ofereceram uma simpática merenda, durante a qual se manteve animada convivência.

A visita foi conduzida pelo nosso sócio Dr. António Matrone, de nacionalidade italiana, mas lisiponense de coração. Muito interessantes referências sobre a história do edifício e seu recheio foram comunicadas pelo Sr. Embaixador. Sobre a azulejaria, em grande parte oitocentista e novecentista falou José Meco.

Nos jardins foi especialmente admirado um pequeno edifício cilíndrico, coberto por calote, a pedir estudo aprofundado, bem como uma lápide com inscrição latina a exigir leitura dum especialista.

SÁBADO, dia 12, às 15 horas

Visita ao Teatro Nacional de S. Carlos.

O Grupo foi recebido pelo Director, Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Serra Formigal que fez uma breve história do magnífico teatro.

O Dr. Rio-Carvalho, professor e especialista da arte do séc. XIX, após uma breve análise exterior e uma introdução realizada no grande átrio do teatro, conduziu a visita, focando criticamente os aspectos mais salientes do edifício e as suas relações com a arte portuguesa e europeia da época.

A saída, o Dr. Rio-Carvalho chamou ainda a atenção dos visitantes para interessantes aspectos da arquitectura exterior do teatro de S. Carlos e das traseiras do edifício do teatro de S. Luís, relacionando-os com as tradições castiças da arquitectura nacional.

SÁBADO, dia 26, às 15 horas

Visita à igreja e ao Convento dos Paulistas.

O Grupo foi recebido pelo reverendo Pároco da freguesia de Santa Catarina.

Esta visita proporcionou aos numerosos consócios presentes uma magistral lição de História da Arte, proferida pelo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, Dr. Fernando António Baptista Pereira, após a qual os visitantes se dispersaram pelas dependências do templo, comentando interessadamente vários pormenores do acervo artístico ainda existente e levantando importantes aspectos da conservação dos edifícios históricos.

Seguiu-se a visita à sacristia e à Biblioteca do Exército instalada no pavimento superior.

Examinaram-se os restos do claustro e, á saída, José Meco chamou a atenção das pessoas presentes para o importante lambril de azulejos historiados da antiga portaria do convento de São Paulo da Serra de Ossa.

O passeio terminou pela visita à pequena e muito curiosa ermida da Ascensão de Cristo.

## ABRIL

SÁBADO, dia 9, às 11 horas

Visita à Praça de Touros do Campo Pequeno, seu Museu e Capela.

Os Amigos de Lisboa reuniram-se no Largo da Praça junto da entrada principal, sendo aí recebidos pelo Dr. António dos Santos, o qual com toda a simpatia dirigiu palavras de saudação aos presentes. A Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita dirigiu também palavras de agradecimento aos responsáveis pela Direcção da Praça que tão simpaticamente tinham acedido a conceder esta visita

Estava presente o jornalista Domingos Serrinha representando o jornal «Correio da Manhã» o qual trouxe a público a notícia desta visita. A Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia falou sobre a actual Praça e sobre as primeiras praças que existiram em Lisboa. Foi no entanto com mágoa que os Amigos observaram o estado de abandono da Capela e do Museu.

Teve esta visita a presença de uma centena de Amigos.

SABADO, dia 16 , às 11 horas

Visita ao Conservatório Nacional.

O Grupo foi recebido pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Prof. Eurico Lisboa, que brindou os assistentes com uma interessantíssima lição sobre a história e a evolução do importante estabelecimento de ensino. Em seguida acompanhou o Grupo na visita às várias dependências, onde ainda se podem encontrar alguns vestígios do edifício monástico dos Caetanos.

SABADO, dia 23, às 15 horas

Passeio «Do Rossio a São Paulo», 2.<sup>a</sup> parte do percurso crítico da Baixa Pombalina, orientado e dirigido pela especialista, Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita.

Devido a um cortejo não previsto aquando da programação, a concentração transferiu-se para o Largo do Carmo. A chuva que se fez sentir na parte inicial do percurso, não impediu os assás numerosos consócios presentes de ouvirem atentamente a excelente exposição sobre o enquadramento pombalino do local, com que a Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita preludiu o passeio, proferida no próprio Largo do Carmo. Sempre sob a sua orientação, o Grupo desceu a Calçada do Sacramento, onde se demorou no adro da igreja do mesmo nome, subiu o «Chiado» (Rua Garrett e Largo do Chiado), desceu o Alecrim e, pela Rua de S. Paulo, dirigiu-se à igreja do mesmo nome, que foi visitada. A Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita acompanhou sempre o passeio com observações e descrições do maior interesse, coadjuvada, num ponto ou outro, por Maia Athayde, José Meco e António Tadeu. No final, parte do Grupo dispersou devido à hora tardia, outra parte deambulou um pouco pelo sítio e examinou, exteriormente, o edifício dos Banhos de S. Paulo.

SEXTA-FEIRA, dia 29, às 18,30 horas

Conferência pela Prof.<sup>a</sup> Giulia Lanciani, catedrática de Língua e Literatura Portuguesas da Universidade de Roma, intitulada «Quadros da Lisboa quinhentista no teatro de António Ribeiro Chiado».

O Grupo contou com a preciosa colaboração do Instituto Italiano de Cultura em Portugal e da Câmara Municipal de Lisboa, que para o efeito cedeu o salão nobre do Palácio Galveias.

Apresentou a conferente o Dr. Costa Miranda, regente da cadeira de Literatura Italiana, na Faculdade de Letras de Lisboa. A Prof.<sup>a</sup> Lanciani, que produziu a sua dissertação num português muito colorido e agradável e, não obstante, de notável rigor, conseguiu interessar vivamente a assistência invulgarmente numerosa que enchia o belo recinto. A conferência foi ilustrada com passagens de comédias de A. R. Chiado, excelentemente interpretadas pelos artistas do nosso teatro dramático Glicínia Quartin, Alda Rodrigues, Eduardo Jacques e Rogério Vieira.

Em representação do Presidente do Município, presidiu à mesa a vereadora do pelouro da Cultura, Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Xara Brasil Corte Real, ladeada pelo Prof. Paolo Angeleri, em representação do Sr. Embaixador de Itália e do Instituto Italiano de Cultura em Portugal, e pelo Prof. Doutor Cândido de Oliveira, presidente do Grupo.

Completavam a mesa o Dr. Costa Miranda e o Eng.<sup>o</sup> Maia Athayde.

## MAIO

SABADO, dia 7, às 17 horas

Conferência pela presidente da Comissão de Estudos Históricos e Defesa do Património do Grupo «Amigos de Lisboa», D. Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita, com o título «Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.<sup>o</sup> Conde de Oeiras, 1.<sup>o</sup> Marquês de Pombal — O Homem e a Cidade».

A conferência, integrada no ciclo do bicentenário pombalino, realizou-se no auditório do Grupo, no Palácio da Mitra.

A conferente tratou o tema com plena agrado da assistência, numa linguagem amena e elegante fazendo reviver Sebastião José no ambiente da sua cidade e da sua época.

Presidiu à mesa o nosso presidente, Prof. Cândido de Oliveira.

SABADO, dia 14, às 15 horas

Conferência na Sociedade de Língua Portuguesa, proferida por D. Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita, sob o título «Os Cais de Lisboa e os Descobrimentos Portugueses».

O Grupo associou-se a esta iniciativa da S.L.P., cuja actividade cultural merece o nosso apreço.

Se o próprio título diz do interesse da conferência, o nome da sua autora é indicação clara da forma como decorreu, com aquele agrado a que a nossa consócia Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita já nos habituou. Ficamos à espera que, quando a ocasião se proporcionar, a Autora nos identifique os «sítios» a que se referiu, na maquete de Lisboa antes do Terramoto, em exposição no Museu da Cidade.

QUARTA-FEIRA, dia 25, às 18,30 horas

Conferência pelo professor da cadeira de Literatura Italiana na Faculdade de Letras de Lisboa, sobre: «O teatro de ópera de Pietro Metastasio em Lisboa — corte de D. João V e D. José I. Da Academia da Trindade à Ópera do Tejo, à Ajuda e Salvaterra».

Esta iniciativa foi realizada em colaboração com a Associação dos Arqueólogos Portugueses, que, para o efeito, cedeu o seu auditório, na bela sala maneirista que ocupa, nos anexos da igreja do Carmo.

Presidiu o Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, tendo à sua direita o Dr. Francisco Santana, vice-presidente da secção de História da A.A.P. e à esquerda o Eng.º Maia Athayde.

O Dr. Francisco Santana deu as boas-vindas à assistência e apresentou o conferente.

A oração proferida pelo Dr. Costa Miranda conseguiu transportar os presentes, num salto de mais de dois séculos, a uma época e a um contexto da maior importância na história do teatro dramático e do teatro lírico na Europa e, em especial, no nosso país, onde a sua influência foi extensa e duradoura. Extensa foi também a conferência do Dr. Costa Miranda, sem que os interessados assistentes dessem por isso, o que permite, melhor do que quaisquer considerações, aquilatar da sua qualidade. Foi um dos momentos importantes da nossa programação.

SABADO, 28, às 10,30 horas

«O Largo do Carmo e a sua história». Visita, no espaço e no tempo, acompanhada pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Miguéis. Neste pequeno passeio, no pequeno Largo do Carmo, algo de bom se ouviu e viu.

Em pleno Largo o presidente do Grupo, Prof. Doutor Cândido de Oliveira dissertou, a propósito do Palácio Valadares, sobre a fundação da Universidade, com o brilho que lhe é habitual. Falou-se sobre a Convento do Carmo e suas ruínas e Chafariz... e acabámos por entrar na Capela da Ordem Terceira do Carmo. Aí, o Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Rodrigues Miguéis, digno mesário da O. T. do Carmo, prestou ao Grupo interessantes informações. Maia Athayde chamou a atenção para aspectos importantes do acervo decorativo, em especial na escultura e na talha e teceu considerações de interesse a propósito do tecto da sacristia e do azulejo pombalino dos rodapés.

Foi-nos dado ainda ver com cuidado todo o material que foi usado na Procissão do Triunfo, que não pode deixar de se considerar notável e aguarda que haja quem o acomode e exponha museograficamente, porque bem o merece.

## JUNHO

SABADO, dia 4, às 10 horas

Passeio a Mafra. Esta visita foi dirigida pelo Sr. Major João Gomes, ilustre vice-presidente da Câmara Municipal de Mafra. Começou-se pela Basílica, Sacristia, Palácio Real e Biblioteca. A visita foi completada, em improvisado, por umas breves palavras, historiando o Monumento, proferidas pelo nosso Presidente Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, tendo também dito algumas palavras sobre a escultura de Mafra o nosso consócio António Tadeu.

O passeio terminou com um almoço-convívio, num restaurante da vila, que decorreu pleno de animação, boa disposição, e onde se continuou a discussão de algumas coisas que tinham sido vistas.

QUINTA-FEIRA, dia 9, às 18 horas

Conferência pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. José Gomes da Costa Belo: «Campo de Ourique e a Fonte Santa».

Esta conferência realizou-se na nossa sede — Palácio da Mitra.

Foi uma interessante conferência mostrando, através da projecção de alguns diapositivos, certos aspectos do local que bem merecem ser conhecidos. De curioso o aparecimento de uma carta topográfica que abrange o local estudado e que, pelo menos, é quase desconhecido.



SABADO, dia 18, às 15 horas

Visita ao *Instituto de S. Domingos de Benfica*, instalado na *Quinta da Infanta D. Isabel Maria*, antiga *Quinta de Gerardo Devisme*.

(Esta visita, prevista para o dia 25 seguinte, foi antecipada devido à impossibilidade, surgida à última hora, de visitarmos o vizinho Palácio Fronteira nesta data).

A visita realizada ao Instituto de S. Domingos de Benfica constituiu um êxito, não só pela novidade que representou para a maioria das muito numerosas pessoas presentes, mas também pela esclarecida apresentação que a directora do Instituto, Dr.<sup>a</sup> D. Maria de Lurdes Seixas Antão, proporcionou ao Grupo sobre a instituição que dirige.

Baseando-se em gravuras contemporâneas da fundação do palácio, Maia Athayde mostrou como, apesar de afirmações em contrário de especialistas de elevada craveira, o casco do edifício, em especial a fachada que olha os belos jardins de ordenação barroca, são, descontadas degradações menores, efectivamente, os primitivos. De modo que a recuperação dos jardins seria, sem qualquer dúvida justificada, o que a directora do Instituto se esforça, aliás, por conseguir.

## JULHO

SABADO, dia 9, às 15 horas

«Do Largo do Caldas ao Largo da Rosa».

Este passeio foi dirigido pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. António Manuel Gonçalves, nosso consócio, que no seu decorrer dissertou largamente sobre os vários aspectos que valorizam o local, designadamente os Paços S. Cristóvão, Igreja de S. Cristóvão, Largo e Rua da Achada, Rua das Farinhas, Palácio da Rosa, Igreja de S. Lourenço.

Acompanhou-nos nesta visita, tendo dito muito e bom sobre o assunto a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita, muito especialmente sobre o Palácio da Rosa e Igreja de S. Lourenço. Nesta última foi-nos dado examinar uma extraordinária imagem quinhentista, muito pouco conhecida e, bem assim, uma outra bela escultura da N. S. da Pureza vinda da ermida do mesmo título, anexa ao Palácio Foz, demolida, segundo parece, aquando da construção da Avenida da Liberdade.

SABADO, dia 16, às 15 horas

«Do Largo da Rosa ao Colégio dos Meninos Orfãos, na Mouraria».

Este passeio foi dirigido por Maia Athayde que nos chamou a atenção para a fachada da Igreja do Coleginho e aspecto geral arquitectónico do mesmo. Apreciou-se a imaginária existente, a azulejaria ornamental, a sacristia e algumas boas peças de mármore embutidos, tanto na igreja como na sacristia. Viu-se ainda a boa marcenaria e talha existentes e a propósito de uma pedra tumular foi evocada a figura do Conde de Soure, D. João da Costa. Fomos recebidos e acompanhados nesta visita pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Cónego Dr. Correia de Sá, ilustre Pároco da freguesia de Santa Justa, que acumula com a actual freguesia do Socorro, instalada nesta igreja.

Seguidamente embrenhámo-nos pela Mouraria, apreciando algumas casas e a da famigerada Severa.

Aí foi-nos dado visitar a Capela de N. S. da Saúde, onde fomos recebidos pelo Ex.<sup>mo</sup> Brigadeiro Augusto de Jesus Remígio, tendo sido estudada a capela por Maia Athayde. Apreciou-se a boa colecção de escultura existente, a extraordinária colecção de mantos de vestir a Imagem e as suas coroas. Verificou-se a necessidade imperiosa de conseguir forma a que possam ser vistos e, especialmente, conservados.

Desta capela passámos ao Colégio dos Meninos Orfãos onde apreciámos o portal que hoje faz de porta da Esquadra de Polícia da Mouraria, bem como o pórtico de entrada, do tempo de D. José I, e os painéis de azulejos que enchem o átrio e a escadaria. Só estes justificavam a visita.

## SETEMBRO

SABADO, dia 24 às 15 horas

Visita guiada ao núcleo da XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, no Museu Nacional de Arte Antiga.

Encarregou-se, obsequiosamente, de guiar o grupo dos «Amigos de Lisboa» o Professor de História da Civilização e do Gosto, da Faculdade de Letras de Lisboa, Dr. Fernando António Baptista Pereira. A forma como se desempenhou desta missão só teve o inconveniente de engrossar o Grupo com inúmeros visitantes, presos ao impacto duma exposição plenamente informada e clara, como é apanágio do nosso guia.

Esta visita, com livre entrada, só foi possível graças à gentileza do Comissariado da Exposição.

## OUTUBRO

SABADO, dia 1, às 15 horas

Visita guiada ao núcleo XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, no Mosteiro dos Jerónimos.

Esta visita não estava prevista. Ela resultou do entusiástico interesse provocado pela visita anterior e oferta de colaboração do nosso consócio, Ferreira Gambetta, que iniciou a visita com interessantes revelações de ordem histórica, na zona da cartografia, após o que passou a palavra a António Tadeu, que fez uma curta mas preciosa síntese da história da cartografia portuguesa.

Na parte artística e, em especial sobre a arte oriental, nas suas inter-relações com a arte portuguesa, José Meco pôs mais uma vez à prova o seu entusiasmo e o seu inegável conhecimento.

Tal como a anterior, esta visita foi possível pela colaboração obséquiosa do Comissariado da Exposição.

DOMINGO, dia 9, às 11,30 horas

Visita ao Autódromo do Estoril, por iniciativa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia de Oliveira Martins de Mesquita, com assistência a uma corrida de automóveis, de grande turismo, sport e fórmula 2. Não teve esta visita o número de Amigos costumado em virtude de no programa ter sido por engano anunciado que era uma corrida de Karting.

Foi efectivamente uma corrida internacional na qual estiveram incluídos nomes destacados do automobilismo. O encontro foi à porta do Autódromo e, dado o tempo de espera pelos nossos consócios, aproximou-se a hora do almoço, o qual teve lugar no restaurante «Mocho Dourado» a uns metros de distância do Autódromo, onde, em alegre convívio, se saborearam bons bitoques com ovo a cavalo acompanhados de vinho de Colares. Tarde ao ar livre, agradável e diferente daqueles a que os Amigos estão habituados — tarde de desporto.

SABADO, dia 15, às 15 horas

Visita guiada ao Aquário Vaco da Gama, iniciativa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia O. Martins de Mesquita, a qual se revestiu de muito interesse.

A receber o Grupo estava o Sr. Comandante Costa Ferreira, Vice-Director do Aquário, que em seu nome e em nome do Director, Comandante Trigoso, deu as boas-vindas aos componentes do Grupo e seguida-

mente fez o historial do Aquário, referenciando a figura do Rei D. Carlos, a quem se ficou a dever a existência de uma obra de tanto interssse.

Seguidamente o Grupo prosseguiu a sua visita com a apreciação das espécies expostas sendo guiado pela Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Dias e pelo Técnico Dr. José Manuel Marques, que com o seu saber muito entusiasmaram aqueles que tiveram o prazer de os ouvir.

SABADO, dia 22, às 15 horas

Visita ao Museu de Moldes de Estátuas da Direcção da Arma de Artilharia e ao Panteão de Santa Engrácia.

A visita ao Museu de Moldes de Estátuas foi possível graças à amabilidade do Sr. General Director da Arma de Artilharia.

A apresentação ficou a cargo do nosso consócio, da Arma de Artilharia, Coronel António Tadeu, que não se limitou a uma resenha histórica, mas fez também a análise estética dos modelos e dos pormenores técnicos da execução, escutado com o maior interesse pela assistência.

A visita ao Panteão Nacional de Santa Engrácia, prejudicada pela falta de tempo, limitou-se ao exame, da fachada e do espaço interior do magnífico monumento, conduzida por Maia Athayde e serviu, principalmente, para suscitar o desejo duma repetição.

O director do Panteão, Dr. Nuno da Silva Resende, teve a amabilidade de assistir pessoalmente à visita.

## NOVEMBRO

SABADO, dia 5, às 15 horas

Visita ao Chafariz das Janelas Verdes, seguida de visita parcial ao Museu de Arte Antiga. Visita da iniciativa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que fez uma chamada de atenção para o local — Jardim das Albertas, Palácio dos Condes d'Óbidos — lembrou o Marquês de Pombal e a sua ligação ao local visitado, explicou o local onde foi erguido o Chafariz dando conhecimento das casas demolidas e dos nomes dos seus proprietários. Após a apreciação feita pela centena de «Amigos» presentes, deu-se seguimento à visita ao Museu, onde os nossos consócios se maravilharam com as pinturas expostas de Arte Portuguesa e Flamenga, detendo-se em frente ao Painel de Nuno Gonçalves, passando a escutar a intervenção do consócio Ferreira Gabetta que entusiasmou vivamente os presentes.

Nesta visita o horário de encerramento do Museu não pôde ser cumprido, dado que os visitantes não tiveram pressa em abandonar o local, apreciando com olhos de ver o painel exposto, atenção que os funcionários do Museu acompanharam, acabando alguns por se tornarem sócios do Grupo.

Temos a agradecer à Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Gallego a autorização para a visita.

SABADO, dia 12, às 15 horas

Visita à exposição «Lisboa Quinhentista» no Museu da Cidade.

Pela sua importância, considerou-se imprescindível a visita do Grupo «Amigos de Lisboa», a esta extraordinária exposição lisiponiana. António Baptista Pereira, José Meco e Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Turrion Leite, todos eles responsáveis pela magnífica realização são, por isso, credores do nosso reconhecimento. Por impedimento oficial, fomos privados da presença da Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita, que naqueles delegou o acompanhamento da visita.

SABADO, dia 19, às 15 horas

Visita à Câmara Municipal de Lisboa, que reuniu também uma centena de Amigos, visita da iniciativa da Sr.<sup>a</sup> D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita. Não teve concretização dado que um corte de energia, motivado pelo mau tempo que se fez sentir na altura — 19 de Novembro data de grandes inundações em Lisboa — obrigou os visitantes a dispersar, pois sem luz era impossível apreciar os primorosos claro-escuros da sumptuosa escadaria, os belos tocheiros que ladeiam a balaustrada e iluminam o átrio de acesso às soberbas salas, e nestas as suas belas pinturas.

Assim terá a visita que ser pedida para um novo trimestre, no entanto não podemos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a sua autorização e à Sr.<sup>a</sup> D. Madalena — responsável pelas relações públicas da Câmara — a sua amável presença, recebendo os visitantes.

SABADO, dia 26, às 15 horas

Visita ao Jardim e ao Instituto de São Pedro de Alcântara, seguida de convívio no Solar do Vinho do Porto.

A jornada abriu com uma breve evocação queirosiana, a cargo de Maria Antónia Oliveira Martins, na esplanada superior do Jardim de S. Pedro de Alcântara.

Seguiu-se a visita ao antigo Convento de S. Pedro de Alcântara, onde se encontra instalado o Instituto da mesma invocação, a cuja Direcção ficamos gratos.

A visita ao que resta do convento e, em especial, à igreja e à esplêndida capela funerária dos Lencastres, foi conduzida, em termos de sabatina, por Maia Athayde, José Meco e António Tadeu, e serviu, principalmente, para revelar um muito interessante e pouco conhecido acervo do património monumental da Cidade e para, uma vez mais, pôr em relevo o facto, tantas vezes negado ou esquecido, de que o remanescente do Terramoto é bem maior do que geralmente se pensa e se escreve.

O passeio terminou com um muito agradável convívio no Instituto do Vinho do Porto.

## DEZEMBRO

SABADO, dia 10, às 15,30 horas

Visita à igreja de Santa Luzia e à igreja paroquial de Santiago.

O passeio abriu pela sempre agradável panorâmica que se observa do Miradouro de Santa Luzia.

A visita à paroquial de Santiago, coordenada por Maia Athayde teve a colaboração sempre valiosa de José Meco, visando, em especial, o estudo da capela de Nossa Senhora-a-Franca.

Passando à capela de S. Brás e Santa Luzia, foi escutada uma clara e bem fundamentada exposição do nosso presidente, Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, sobre a história da Ordem de Malta, com especial incidência na acção dos portugueses que foram investidos na dignidade de grão-mestres

A visita serviu também para dar corpo à ideia — a explorar — de que, arquitectonicamente, o edifício tem um interesse que não foi considerado até agora.

SABADO, dia 17, às 15,30 horas

Visita à igreja de São Roque e ao Museu de Arte Sacra.

Por se ter revelado inexequível, nesta data, a visita programada à Misericórdia de Lisboa como instituição, foi obtida autorização para visitarmos a igreja de S. Roque e Museu de Arte Sacra, dependentes daquela Misericórdia.

Devido ao carácter de improviso de que a visita se revestiu, foram apenas aflorados os excepcionais motivos de interesse patentes, em especial no Museu.

A visita à igreja foi dado, voluntariamente, um carácter de introdução a um futuro programa. Maia Athayde, teceu considerações sobre a génese do monumento e o seu enquadramento nos programas específicos da Companhia de Jesus e das correntes maneiristas. José Meco ocupou-se, em seguida, do contexto ornamental e da importância do acervo cerâmico deste monumento na história da azulejaria em Portugal.

\*

Como ficou demonstrado, a maior soma de trabalhos recaiu sobre os nossos colegas Directores Eng.º Maia Athayde, coronel António Tadeu e D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que por tal motivo merecem a gratidão do Grupo. Também a Sr.ª Dr.ª Irisalva Moita e o Sr. José Meco, que contribuíram largamente para o êxito de grande número de manifestações culturais, têm pois o nosso agradecimento caloroso.

As actividades do Grupo tiveram o seu ponto mais alto na publicação do número 144/145 da revista Olisipo, mercê da excelência dos artigos nela inseridos e da prestimosa orientação e colaboração do Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho.

No dia 7 de Fevereiro de 1983, teve lugar no Ateneu Comercial de Lisboa, uma sessão de Assembleia Geral do Grupo, a que presidiu o Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho, secretariado pelos Srs. Eng.º Mário Páscoa e Manuel Névoa Tadeu.

Além da discussão do Relatório Anual da Junta Directiva e do Parecer da Comissão de Contas, procedeu-se ao provimento dos cargos vagos.

A finalizar este relatório compete-nos formular os seguintes votos que esperamos sejam aprovados pelos nossos consócios:

- 1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração que nos tem dispensado.
- 3.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa pela cedência da sala onde se realizou a Assembleia Geral.

4.º — De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo entusiasmo com que seguiram os trabalhos da Junta Directiva.

5.º — De louvor aos Funcionários da Secretaria do Grupo.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1983.

A JUNTA DIRECTIVA

*(Prof. Doutor João Cândido de Oliveira)*

O VICE-PRESIDENTE

*(Eng.º Manuel José Maia Athayde)*

O SECRETÁRIO-GERAL

*(Dr. João Pedro Manso Xavier de Brito)*

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

*(Vilians Leal)*

O TESOUREIRO

*(Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita)*

OS VOGAIS

*(Dr. José Garrido Mendes da Cruz)*

*(Dr.ª Anna-Maria Pereira da Gama)*

*(Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro)*

*(Coronel António Luís Tadeu)*



## ANEXO

### *Santo António de Lisboa, os Painéis do Museu Nacional e as Moedas do Túmulo em Pádua*

#### SUMÁRIO

O autor dividiu este trabalho em dois livros: o primeiro tratou de S. Francisco e o segundo trata de Sto. António, texto que segue. Começa por definir a sua posição perante Santo António de Lisboa, a qual parte da educação natural ou dirigida, e se consolida numa vida de êxitos e fracassos; estes mesmos sem prejudicarem a fé. Acidentalmente foca alguns factos da vida do Taumaturgo, frente à sua óptica dele autor, que definiu.

Passa então aos estudos antonianos; planeia o trabalho e analisa muito rapidamente as obras de Félix Lopes, da Exposição de 1935 (Joaquim Leitão, Afonso de Dornelas e outros), Marcelo Caetano, Sousa Monteiro, Ferreira do Nascimento, Gama Caeiro, e outros que estudaram o Santo.

Novo capítulo aproveita a obra completa do próprio Santo António, investigada, traduzida e anotada por Pinto Rema. Ferreira Gambetta aproveita esta oportunidade para recordar alguns factos da mística, da teologia moral, do pensamento bíblico; aflora a influência no teatro dos anos 1900 a 1980; apura o pensamento sexual-bíblico do Santo, verificado quase permanentemente nos Sermões, a luxúria, claro, etc..

Aproveitou então no documento n.º 1, trinta páginas densas tiradas directamente da tradução da obra antoniana, sem crítica, ou sem notas que não sejam de P.º Rema, ou mesmo de Santo António.

O autor decalca agora algumas figuras históricas, cartas escritas e uma bibliografia, tudo referente a problemas versados pelo Doutor Evangélico, naquele documento ou no seguinte, este designado n.º 2.

Aquela bibliografia foi indispensável para a compreensão perfeita de uma velha tese de F. Gambetta: a verdadeira imagem do Santo.

Tal documento, n.º 2, de trinta e seis densíssimas páginas, extraiu textualmente do livro editado pelo Centro Studi Antoniani, tudo quanto interessou à identificação deficiente dos restos tumulados em Pádua, bem como as moedas que ali se encontravam e continuam.

Seguiram-se: uma notícia; o estudo precário da *data do nascimento* e respectiva crítica, trabalho que foi exaustivo e destruiu algumas teses erradas que têm sido apresentadas; tenta corrigir erros graves; tratou a *data* da morte, intensamente as relíquias, históricas, falsas e verdadeiras. O autor analisou o reconhecimento, suas virtudes e erros, propôs uma solução conciliatória e termina exaustivamente também, estudando as quatro moedas de denário encontradas e empregando aqui, bem como no caso das relíquias, os métodos científicos da física nuclear e da estatística matemática, que uns e outros foram 'esquecidos' em Itália.

Conclui então por um voto relativo à sua fé em Deus e ao respeito que se deve à gloriosa memória de Santo António de Lisboa, e Pádua; ao todo, 114 páginas do autor procuram enaltecer *Il Santo*, sem desfalecer um instante na busca da verdade científica, histórica e religiosa.

Lisboa, 1983 Março 1.

Agostinho Ferreira Gambetta

## ALGUNS ESCLARECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O BALANÇO E RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1983

Para um melhor entendimento do Balanço e Resultados do Exercício de 1983, julgou-se oportuno, à semelhança do ano anterior, fazê-lo acompanhar de alguns esclarecimentos sobre as parcelas integrantes, bem como apresentar algumas considerações e sugestões sobre um ou outro ponto que mereça ser reanalisado.

### A. *Balanço*

1. A conta de «CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS» integra igualmente os cem contos depositados numa conta a prazo, não constituindo portanto uma disponibilidade para o Grupo, mas sim um crédito a curto prazo:

2. A conta de «DEVEDORES/CREDORES C/ CONSIGNAÇÃO» reflecte por um lado a posição devedora das livrarias para quem o Grupo remete livros à consignação, e por outro a posição credora da Câmara Municipal de Lisboa (dívida relativa ao 2.º Semestre/81 e anos de 1982 e 1983) e outros pela sua remessa à consignação de livros e publicações para serem vendidos pelo Grupo.

Esta situação devedora do Grupo tem constituído muito naturalmente alguma preocupação, porquanto se trata de uma situação que, sem ser alarmante, terá tendência para se ir agravando, a menos que se consigam ultrapassar as dificuldades financeiras resultantes do desequilíbrio sempre crescente entre receitas e despesas, em que a edição de novos números de «Olisipo», sem a adequada cobertura assegurada através de subsídios extraordinários, se revelou mais uma vez uma forte componente responsável.

## B. Resultados

Conforme se pode verificar o resultado apurado no exercício de 1983 foi de um prejuízo de 18 208\$70, o que tendo em conta os resultados transitados de exercícios anteriores — prejuízo de 119 291\$90 — faz com que a situação líquida passiva que transita seja de um prejuízo acumulado de 137 500\$60.

Teremos, no entanto, que salientar que tal resultado é enganador, porquanto não foram ainda pagos os subsídios de Natal ao pessoal, não foram pagos todos os retroactivos devidos ao funcionário Manuel Miranda por força da sua reclassificação, nem foram ainda actualizadas as remunerações ao pessoal com efeitos desde 1 de Outubro de 1983, nos termos da Portaria de Regulamentação do Trabalho de 30 de Novembro de 1983 (a última actualização teve lugar em 1 de Setembro de 1982).

Analiseemos, entretanto, os resultados apurados:

1. As despesas de funcionamento normal situaram-se num nível perfeitamente natural e aceitável em termos de crescimento, tendo em conta a inflação e aumento de custo de vida verificados.

2. Registou-se um nível de cobrança de quotização bastante razoável, bem como um decréscimo da comissão paga ao cobrador, a qual foi da ordem dos 13 % (99 559\$50) contra 16 % do ano anterior.

Há, pois, que continuar a campanha de consciencialização dos sócios para a necessidade do pagamento regular da sua quotização directamente na sede ou no Banco, para se minimizarem ou eliminarem mesmo os encargos de cobrança.

3. De registar igualmente um bom volume de vendas de livros — 658 729\$00 — o que possibilitou uma receita que evitou roturas de tesouraria, que de outro modo seriam inevitáveis, como facilmente se depreende do desequilíbrio existente entre receitas e despesas.

4. A Câmara Municipal de Lisboa manteve o seu subsídio anual no mesmo montante de 150 contos, o que em termos reais representou um decréscimo bastante significativo, com naturais reflexos nos resultados negativos apurados. Importa referir que em 1980 foi de 200 contos e em 1981 de 250 contos.

5. Outra componente altamente responsável pelo déficit registado foi a edição do «Olisipo» n.º 144/5, que representou uma despesa de cerca de 210 contos sem a respectiva cobertura financeira extraordinária ou contrapartida em receitas por vendas. Efectivamente nenhum subsídio extraordinário foi conseguido de entidades de âmbito cultural, conforme se tornava absolutamente indispensável, nem a maioria dos sócios correspondeu ao apelo feito para a sua comparticipação através da compra deste número. Trata-se sem dúvida de uma publicação que se reputa de grande interesse, mas na qual se estão a dispender verbas que constituem um grande esforço financeiro que o Grupo não pode de modo nenhum suportar sem apoios extraordinários, obrigando-se portanto, quer com atrasos nos pagamentos ao pessoal, quer com o protelamento dos pagamentos à Câmara Municipal de Lisboa. E em boa verdade, dos 1000 exemplares editados registe-se ainda uma existência de quase 800 que dificilmente serão vendáveis, o que sugere uma interrogação que talvez tenha de ser colocada a todos os Associados e entidades oficiais de âmbito cultural: «Será que o esforço dispendido no «Olisipo» está verdadeiramente a ser compreendido? Será que se justifica?».

### C. Realizações culturais

As despesas com as realizações culturais levadas a cabo em 1983, foram de uma maneira geral cobertas pela comparticipação dos sócios participantes, pelo que o resultado deficitário registado se ficou apenas devendo ao facto de a este sector terem sido imputadas as seguintes despesas mais significativas:

— Reparação do megafone ... ..	12.412\$00
— Circulares dos programas ... .. (fotocópias e expedição)	21 965\$00
— Despesas c/ conferências ... .. (cartões e flores)	13 893\$00
— Concerto na Igreja de S. Roque ...	4 350\$00
— Festa nos Inválidos do Comércio ...	3 760\$00

Lisboa, 1/2/84.

«BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1983»

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i>	231 129\$70	
Caixa ... ..	89 011\$40	
Caixa Geral de Depósitos ... ..	142 118\$30	
<i>Créditos/Débitos a curto prazo</i>	75 300\$00	1 018 926\$40
Devedores/credores c/ consignação ... ..	75 300\$00	1 018 926\$40
<i>Existências</i>	506 577\$70	
Livros à consignação ... ..	284 992\$50	
Edições ... ..	4 189\$30	
Emblemas ... ..	1 696\$30	
«Olisipo» ... ..	215 699\$60	
<i>Imobilizações</i>	68 418\$40	
Móveis e utensílios ... ..	53 449\$20	
Biblioteca ... ..	14 969\$20	
<i>Situação líquida</i>	137 500\$60	
Resultados transitados ... ..	119 291\$90	
Resultados apurados no exercício ... ..	18 208\$70	
<b>TOTAIS</b> ... ..	<b>1 018 926\$40</b>	<b>1 018 926\$40</b>

Lisboa, 1/2/84.

## DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE RESULTADOS

	DÉBITO	CRÉDITO
Cobrança de quotas .. .. .	99 559\$50	778 280\$00
Jóias .. .. .		17 900\$00
Livros à consignação (lucros) .. .. .		166 511\$70
«Olisipo» (prejuízo) .. .. .	11 888\$50	
Edições .. .. .		583\$60
Emblemas ... .. .		442\$50
Cartões de Identidade ... .. .		3 525\$00
Subsídio da Câmara Municipal de Lisboa ... .. .		149 700\$00
Receitas diversas . . . . .		26 587\$50
Realizações Culturais (despesa) ... .. .	43 261\$00	
Gastos Gerais ... .. .	1 007 030\$00	
Resultado do Exercício (prejuízo) ... .. .		18 208\$70
<b>TOTAIS</b> ... .. .	<b>1 161 739\$00</b>	<b>1 161 739\$00</b>

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE GASTOS GERAIS

Material de Escritório ... .. . (Inclui Tipografia: 8 034\$00 e Fotocópias: 12 275\$00)	27 081\$50
Conservação e limpeza ... .. . (Inclui a empregada de limpeza)	30 253\$50
Telefone ... .. .	30 572\$50
CTT — Correios .. .. .	20 244\$50
Transportes ... .. .	15 816\$00
Contencioso, Notariado e Valores Selados ... .. .	1 840\$00
Remunerações ao pessoal ... .. .	710 528\$00
Caixa de Previdência ... .. .	144 021\$00
Fundo de Desemprego ... .. .	24 473\$00
Outras despesas ... .. . (Inclui quotização Fed. Port. Col. Cult. e Recreio)	2 200\$0
	<b>1 007 030\$00</b>

Lisboa, 1/2/84.

# DESENVOLVIMENTO DA C/ GASTOS GERAIS

1.º SEMESTRE

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Material de escritório ... ..	6 010\$00	2 001\$50	2 439\$50	3 746\$50	788\$50	437\$00
Conservação/limpeza ... ..	2 215\$50	2 235\$00	2 527\$00	2 135\$00	4 245\$00	2 160\$00
Telefone .. .. .	4 646\$00	1 702\$50	1 881\$00	3 108\$00	2 579\$00	3 138\$00
CTT — Correios ... .. .	700\$00	1 659\$00	225\$00	381\$00	456\$00	1 981\$00
Transportes. .... .	850\$00	850\$00	850\$00	850\$00	2 270\$00	2 090\$00
Cont./Not./Valores Selados ...	40\$00	—	520\$00	—	300\$00	40\$00
Remunerações pessoal ... ..	59 520\$00	61 264\$00	55 600\$00	59 520\$00	69 920\$00	44 304\$00
Caixa de Previdência ... ..	12 396\$00	12 396\$00	11 571\$00	12 396\$00	13 424\$00	8 044\$00
Fundo de Desemprego ... ..	1 771\$00	1 771\$00	1 653\$00	1 771\$00	1 918\$00	1 533\$00
Outras Despesas ... .. .	—	1 600\$00	—	—	—	—
<b>TOTAIS ... .. .</b>	<b>88 148\$50</b>	<b>85 479\$00</b>	<b>77 266\$50</b>	<b>83 907\$50</b>	<b>95 900\$50</b>	<b>63 727\$00</b>



## 2.º SEMESTRE

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Material de escritório ... ..	901\$00	—	650\$50	2 534\$00	6 599\$00	974\$00
Conservação/limpeza ... ..	4 080\$00	2 400\$00	1 920\$00	2 453\$50	2 160\$00	1 722\$50
Telefone .. .. .	1 391\$00	—	2 845\$00	4 407\$00	2 366\$00	2 509\$00
CTT — Correios ... .. .	1 124\$00	—	535\$00	1 043\$00	10 156\$00	1 984\$50
Transportes . ... .. .	1 970\$00	422\$50	1 278\$50	1 100\$00	1 685\$00	1 600\$00
Cont./Not./Valores Selados ...	—	—	490\$00	20\$00	430\$00	—
Remunerações pessoal ... ..	77 700\$00	58 400\$00	58 400\$00	58 400\$00	53 500\$00	54 000\$00
Caixa de Previdência ... ..	15 057\$00	12 159\$00	12 159\$00	12 159\$00	11 130\$00	11 130\$00
Fundo de Desemprego ... ..	2 868\$00	2 316\$00	2 316\$00	2 316\$00	2 120\$00	2 120\$00
Outras Despesas ... .. .	600\$00	—	—	—	—	—
<b>TOTAIS ... .. .</b>	<b>105 691\$00</b>	<b>75 697\$50</b>	<b>80 594\$00</b>	<b>84 432\$50</b>	<b>90 146\$00</b>	<b>76 040\$00</b>

Lisboa, 1/2/84.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1983

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

O Relatório e Contas que nos foram submetidos pela Junta Directiva, mereceram o nosso acordo e o seu exame evidencia claramente que a tarefa da Junta não foi fácil, dadas as dificuldades que se lhe têm deparado para encontrar o equilíbrio financeiro que torne a vida e existência do Grupo menos difícil.

Os números por si só expressam bem o que referimos, não nos parecendo necessário qualquer descritivo sobre a matéria.

Apenas desejamos reforçar o que a Junta Directiva transmitiu a todos nós como uma advertência preocupante:

- a) a baixa quotização arrecadada;
- b) a diminuição progressiva do subsídio da C.M.L. em contraste com a também progressiva desvalorização do dinheiro ;
- c) a fraca venda de livros.

Da nossa parte e, corroborando o pedido oportunamente feito pela Junta Directiva, permitimo-nos insistir junto dos sócios deste Grupo:

- 1 — Que paguem as quotas por valor superior ao mínimo estabelecido.
- 2 — Que não deixem atrazar esses pagamentos o que infelizmente tem sido frequente.

- 3 — Que prestem a melhor colaboração à Junta Directiva apresentando ideias e soluções que ajudem a uma melhor vida financeira do Grupo.

Ao terminar estas linhas propomos que seja aprovado:

- 1 — O Relatório e Contas do exercício de 1983 e os votos nele expressos.
- 2 — Um voto de louvor à Junta Directiva pela forma como tem dirigido o Grupo.
- 3 — Um voto de louvor a todos os funcionários pela prestimosa colaboração que nos foi dada.

Lisboa, 10 de Fevereiro de 1984.

## A COMISSÃO DE CONTAS

### O PRESIDENTE

*(Dr. José de Freitas Branco de Herédia)*

### ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente — *Dr. José Pereira da Costa* — eleito  
Vice-Presidente — *Eng.º Mário José Gomes Páscoa* — eleito  
1.º Secretário — *Manuel Filipe Névoa Tadeu* — eleito  
2.º Secretário — *Maria Isabel Teixeira dos Prazeres* — eleita

### JUNTA DIRECTIVA — efectivos

- Presidente — *Professor Doutor João Cândido de Oliveira*  
Vice-Presidente — *Eng.º Manuel José Maia Athayde*  
Secretário-Geral — *Coronel António Luís Tadeu* — eleito  
Secretário-Geral Adjunto — *Vilians Leal*  
Tesoureiro — *Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita*  
Vogais — *Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro*  
*Dr. António Matrone* — eleito  
*Klaus Werner Gruner* — eleito  
*Américo de Jesus Rodrigues* — eleito

### COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente — *Dr. José de Freitas Branco de Herédia*  
Secretário — *Dr. Aníbal da Gama Caeiro*  
Relator — *Dr. João Osório Pinto* — eleito

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA  
REFERENTE AO ANO DE 1984

Ex.<sup>mos</sup> Consócios:

A Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa, no cumprimento do Artigo 33.º dos seus Estatutos, vem mais uma vez apresentar a V. Ex.<sup>as</sup> o relatório das suas actividades durante o ano de 1984.

Antes de mais, cumpre-nos referir o movimento do número de sócios no decurso do ano findo.

Existiam em 1/1/84 ... ..	697	
Honorário ... ..	<u>3</u>	<u>700</u>
Faleceram . . . . .	8	
Pediram a demissão ... ..	<u>155</u>	<u>163</u>
		537
Foram admitidos ... ..	91	
Foram readmitidos ... ..	<u>8</u>	<u>99</u>
EXISTÊNCIA EM 31/12/84 ... ..		636

É certo, como se deduz dos totais referidos, que houve uma baixa de 61 sócios entre os anos de 1983 e 1984. Porém, faremos notar que o maior número de demissões se registou nos meses de Janeiro e Fevereiro quando, por imperativo da precária situação financeira do Grupo, se procedeu a um pequeno aumento das quotizações.

Também, durante o ano, com grande pesar nosso, perdemos por falecimento, os seguintes sócios:

372 — Dr. Artur Gouveia de Carvalho

880 — Inocêncio Castelhana

1163 — Rui Serrano

1417 — Maria Luísa Ferreira Dinis

2844 — Maria Luísa Alves de Carvalho

3684 — Carlos Augusto Soares Machado

3751 — Maria Luísa Dias Azevedo

4603 — Maria Amália Gruner

Todos merecem um sentimento de saudade que, de resto, a Junta Directiva registou oportunamente nas suas actas. Atribuímos, porém, particular realce à perda dos nossos consócios Dr. Artur Gouveia de Carvalho e Inocêncio Castelhana que durante tantos anos, como membros dos corpos directivos, contribuíram com o seu saber e a sua devoção para o engrandecimento do Grupo.

Reuniu-se a Junta Directiva, por convocatória, 21 vezes no ano em causa. Nestas reuniões participaram com frequência, além dos membros da Junta, componentes doutros corpos Gerentes do Grupo.

No decorrer do ano, preocupou-nos a situação financeira da nossa agremiação, já que as quotizações dos sócios se mostraram insuficientes para acudir às despesas. Assim, houve que recorrer a algumas medidas restritivas, ao mesmo tempo que se fomentava o aumento das receitas.

A Câmara Municipal de Lisboa, sempre atenta às actividades do Grupo, continuou a facultar-nos a utilização gratuita das nossas instalações no Palácio da Mitra, manteve a situação de concessionário da venda de publicações camarárias e concedeu-nos um valioso subsídio de 400 contos, dos quais uma parte dedicada a despesas correntes e a restante para anular a maior porção da dívida do Grupo em relação à mesma Câmara, respeitante a publicações vendidas. Por todos estes benefícios, a Junta Directiva, em nome do Grupo, manifesta-se profundamente grata.

Também o Ministério da Cultura, para cobrir as despesas da publicação da nossa revista «Olisipo», nos atribuiu um subsídio de Esc.: 159 000\$00, facto que registamos com gratidão.

A demissão voluntária duma das funcionárias da Secretaria, numa louvável compreensão das dificuldades do Grupo, permitiu uma redução substancial das despesas mensais.

Nestas circunstâncias o movimento de receitas e despesas no ano de 1984 pode resumir-se do modo seguinte:

	DÉBITO	CRÉDITO
Cobrança de quotas		1 066 700\$00
Jóias		22 100\$00
Livros à consignação		158 360\$00
«Olisipo»		12 300\$00
Edições		740\$00
Emblemas		600\$00
Cartões de Identidade		4 750\$00
Subsídios		558 820\$00
Receitas Diversas		60 051\$60
Realizações Culturais	35 812\$00	
Gastos Gerais	1 292 156\$00	
Liquidações à C.M.L.	629 798\$00	
	<b>TOTAIS:</b>	<b>1 884 421\$60</b>
		<b>1 957 766\$60</b>
Saldo negativo		<73 345\$00>

Continuou o Grupo Amigos de Lisboa, durante o ano de 1984, a sua costumada actividade cultural, com a organização de visitas de estudo, e a realização de palestras e conferências; lamentamos que, só esporadicamente, algumas pequenas publicações tenham sido postas à disposição dos nossos consócios.

Estatisticamente, efectuaram-se 32 acções assim distribuídas:

— Visitas de estudo	21
— Palestras e conferências	8
— Passeios e convívios	<u>3</u>
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>

Seja-nos permitido salientar o esforço que foi necessário levar a efeito para conseguir todas estas realizações que, de uma maneira geral, bastante agradaram a todos os que nos acompanharam.

Também é de notar-se que tudo quanto se realizou foi o mais possível que o desejado. Cabe aqui lamentar o não aparecimento de gente

nova que, ao preparar e conduzir estas realizações, seja capaz de continuar a obra do nosso Grupo. Tenhamos esperança para o futuro.

Houve a possibilidade de diversificar as realizações culturais e, assim, nos apareceram visitas visando estudos de arte, apreciação de obras sociais e assistenciais e ainda outras ligadas à Arqueologia Industrial.

Recordemos, então, as realizações culturais ao longo de 1984:

## JANEIRO

SABADO dia 14, às 10 horas

*Visita ao edifício do Museu Militar.* Como o título indica, não estavam em causa as colecções do Museu, mas sim o edifício, suas origens, modificações e estado actual, nos seus aspectos arqueológicos e decorativo.

Dirigiu a visita António Luís Tadeu, que preparou para o efeito uma muito interessante pagela, que pode servir como quia artístico do edifício e cuja realização material se fica a dever à amabilidade do nosso consócio Klaus W. Gruner.

Além do interesse que o responsável soube imprimir à sua prelecção, e que foi largamente salientado, há a registar a forma cativante com que a Direcção do Museu acolheu os visitantes, sublinhada com um magnífico beberete que encerrou a visita.

SABADO, dia 21, às 15 horas

*Exposição de Presépios no Museu de Arte Antiga.*

Fomos amavelmente recebidos pela Ex<sup>ma</sup> Senhora D. Madalena Cabral que após uma interessante palestra de introdução, nos guiou através das maravilhas expostas. A forma com tudo foi apresentado deu uma ideia de conjunto que parecia impossível conseguir, dado o grande número de visitantes e as características da exposição e do local.

SABADO, dia 28, às 15 horas

*Palestra pelo nosso consócio António Luís Tadeu, no auditório da sede do nosso Grupo, sobre os Clássicos Oisiponenses.*

Com a competência que todos lhe reconhecem, o Autor analisou as obras dos escritores que considera basilares para a historiografia da cidade. Um excelente serviço prestado ao Grupo e à oisipografia.



## FEVEREIRO

SABADO, dia 4, às 15 horas

*Visita ao Edifício da Central Tejo, Empresa Pública EDP.*

Visita do maior interesse, sobretudo pela forma como foi apresentado e tratado o assunto pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Eng.<sup>o</sup> Mariz Simões, que não se limitando a dar-nos a história da Central Tejo, que conhece como ninguém, aproveitou o ensejo para traçar, com vivo interesse, a história da introdução e evolução da electricidade na cidade de Lisboa.

Maia Athayde chamou a atenção para aspectos relevantes da arquitectura industrial.

SÁBADO, dia 18, às 15 horas

*Visita à Exposição de Azulejaria — na Estufa Fria, dirigida pelo nosso consócio e organizador da Exposição, José Meco.*

Exposição extraordinária, foi notavelmente enriquecida pela introdução feita por aquele nosso consócio. A atestar o valor desta Exposição ficou o magnífico catálogo, editado na altura pela Câmara Municipal de Lisboa, e devido ao labor e ao conhecimento profundo da matéria patenteados, mais uma vez, por José Meco.

SABADO, dia 25 às 15 horas

*Visita ao edifício da sede da E.P. Correios e Telecomunicações de Portugal e à Igreja Paroquial de São José (Anunciada).*

A visita à sede da E.P. CTT, sita no palácio Sousa Leal, na Rua de São José, destinava-se a dar a conhecer aos nossos consócios o interior decorado com rara qualidade, nos materiais empregados e na execução dum edifício cujo exterior, bem proporcionado e sóbrio, passa, contudo, facilmente despercebido.

A condução da visita esteve entregue à proficiente orientação de especialistas do Museu dos CTT — Dr.<sup>a</sup> Maria da Glória Pires Firmino, Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes P. de C. Guimarães e Arq.<sup>a</sup> Maria da Graça Casola.

A visita à igreja paroquial de São José (Anunciada), contou com a amável presença do Rev.<sup>o</sup> Pároco, Cónego Joaquim Saraiva Abrantes, e foi conduzida por Maia Athayde. O responsável chamou a atenção dos visitantes para os aspectos mais notórios dum interior de intenção neo-clássica que integra, com inegável dignidade, elementos barrocos, em especial o conjunto estrutural devido a João Antunes, que pertenceu ao altar-mor de Santo Antão-o-Novo.

## MARÇO

SABADO, dia 10, às 16 horas

*Palestra intitulada «Um tema de Lisboa — São Pedro de Alcântara» pela nossa consócia Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.*

Palestra organizada pela Sociedade de Língua Portuguesa com a colaboração do nosso Grupo, e realizada no auditório daquela Sociedade.

A palestrante, ouvida com muita atenção pela assistência, teceu interessantes e graciosas referências sobre esta peculiar zona da cidade e pôs em contraste uma certa vocação romântica do local com as suas características actuais, através da evocação da tipologia eciana.

SABADO, dia 17, às 15 horas

*Visita à Central do Correio de Lisboa.*

Esta visita, carinhosamente preparada pelo nosso consócio Américo Rodrigues, revestiu-se do maior interesse, como se previa, pois nos foi dado apreciar o tratamento do correio por meios inegavelmente actualizados.

É-nos grato pôr em relevo a abertura com que a Direcção Regional de Lisboa acolheu o projecto da visita e o excelente acompanhamento da mesma, em que Américo Rodrigues, mais uma vez, não regateou esforços, ao lado do numeroso grupo de incansáveis especialistas.

A visita terminou com uma agradável merenda, oferta da Direcção Regional.

SABADO, dia 24, às 15 horas

Estava programada para esta data uma visita ao antigo Convento de Santa Marta. Por motivos estranhos à nossa vontade, esta visita não pôde ser efectuada, tendo sido substituída por outra à sacristia da antiga igreja do Colégio de Santo-Antão-o-Novo — actual capela do Hospital de S. José.

A falta de iluminação que se verificou — o edifício estava em obras — prejudicou as nossas intenções. Em todo o caso, mediante uma introdução à arquitectura do ciclo de João Antunes, de que se encarregaram Maia Athayde e José Meco, os assistentes que porventura não conhecessem o local, aperceberam-se bem de que se encontravam dentro duma das obras-cumes da arquitectura lisiponense e nacional, que é necessário rever.

É-nos especialmente grato referir o generoso e expontâneo apoio que nos prestaram, na emergência, funcionários superiores da comissão da Administração dos Hospitais Cíveis de Lisboa.

## ABRIL

SABADO, dia 7, às 15 horas

*Visita à igreja paroquial do Coração de Jesus*, acompanhada pelo Ex.<sup>mo</sup> Arqt.<sup>o</sup> Nuno Teotónio Pereira, um dos autores do projecto desta igreja.

Interessantíssima debaixo de todos os pontos de vista, esta visita teve a virtude de ser acompanhada por um dos autores da obra, que mostrou bem quais as bases e critérios que levaram ao tipo de construção que está patente. Muito se ficou a perceber, o que talvez não acontecesse se fosse outra pessoa a guiar-nos.

Na visita ao Centro Paroquial, que foi uma revelação para todos os visitantes, foram estes acompanhados e esclarecidos pelo Pároco Manuel Maria Henriques.

QUINTA-FEIRA, dia 26, às 18,30 horas

*Palestra pelo nosso consócio e historiador Eng.<sup>o</sup> A. Ferreira Gabetta, intitulada «Inês de Castro, autenticidade do casamento e a revolução de Lisboa».* Assunto de inegável interesse foi tratado, como é hábito do conferente, com mestria e clareza que a todos os assistentes muito agradou. Esta conferência constituiu um dos pontos importantes do programa. A assistência correspondeu, excedendo a lotação do auditório da nossa sede.

SABADO, dia 28, às 15 horas

*Visita à «Residência de Velhinhas» das Irmãzinhas dos Pobres.*

Visita que incluimos num ciclo que nos propomos realizar, quando possível, no exame «in loco» das obras assistenciais existentes em Lisboa.

Dentro deste aspecto pode considerar-se um verdadeiro êxito esta visita, tanto mais que se trata de uma instituição pouco conhecida do grande público e digna do maior apreço. Carinhosa recepção por parte das Irmãzinhas e das residentes.

## MAIO

QUINTA-FEIRA, dia 10, às 18,30 horas

*Palestra «Os Portugueses na História da Ciência»*, pelo matemático e professor Dr. Gustavo de Castro.

O interesse do assunto só foi superado pela forma brilhante e o à-vontade com que foi tratado pelo conferente.

Pena que a hora tardia não tenha permitido um debate a que certamente o conferente se teria prestado com prazer, e onde alguns pontos apresentados sinteticamente, como não podia deixar de ser, teriam tido o desenvolvimento necessário.

Preciosa colaboração dum incansável explorador do panorama científico, e da sua história, que muito desejamos tenha seguimento, em benefício dos nossos programas culturais.

SABADO, dia 12, às 15 horas

Como, aliás, se previa no programa, a visita não pôde realizar-se nesta data. Voltará a ser programada oportunamente.

SABADO, dia 19, às 15 horas

*Visita ao Palácio dos Srs. Marqueses de Fronteira e seus jardins, em São Domingos de Benfica.*

O Grupo está grato ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Marquês de Fronteira pela autorização concedida e ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Arqt.<sup>o</sup> Frederico George pela sua intercessão na preparação da visita.

Uma vez que o imóvel está habitado, a visita revestiu-se de especiais cuidados de organização e incidiu nas peças mais importantes — o vestíbulo e escadaria de honra, Salas das Batalhas e dos Painéis, terraços, capela e jardins.

José Meco e Maia Athayde, com notas introdutórias, facilitaram o exame e a contemplação do extraordinário conjunto, jóia do acervo artístico olisiponense.

QUINTA-FEIRA, dia 24, às 18,30 horas

*«Ulisses e a Fundação de Lisboa»*, palestra pelo docente da faculdade de Letras de Lisboa e antigo reitor da Universidade Clássica, Prof. Doutor Rosado Fernandes.

As pessoas que assistiram a esta palestra e que encheram por completo a «plateia» do Salão Nobre do Palácio Galveias, cedida graciosa-

mente pela Câmara Municipal de Lisboa, assistiram a uma espécie de evocação lúdica, em que a história e a lenda se entrecruzavam e mutuamente se valorizavam, ligados pela superior formação clássica do palestrante. Uma fina ironia, contida pelo rigor do pensamento, e a feliz escolha das citações prenderam a assistência desde o primeiro momento. Em todos os aspectos uma palestra de raro nível.

## JUNHO

SABADO, dia 2, às 15 horas

### *Visita à Igreja Paroquial da Pena.*

Por estranho que pareça esta belíssima igreja era desconhecida para a grande maioria dos visitantes. E era pena que tal jóia estivesse nessas condições. Considera-se tal visita como uma das mais úteis que o Grupo tem feito ultimamente. Falaram sobre a igreja Maia Atrayde e José Meco, que chamou a atenção para a quantidade de peças que ela alberga constituindo um pequeno museu.

SABADO, dia 9, às 15 horas

### *Visita ao Tribunal Cível do Palácio da Justiça de Lisboa.*

Os visitantes foram conduzidos obsequiosamente pelo Ex.<sup>mo</sup> Secretário Geral dos Tribunais Judiciais, Dr. Hipólito Raposo, que, numa das magníficas salas de audiência do Tribunal, proferiu uma interessante panorâmica do imóvel e da importante função para que foi edificado e respondeu a interrogações dos assistentes.

Foram visitadas as dependências mais representativas, quanto à decoração mural, e percorrido o perímetro da decoração exterior. Como exemplo das instalações técnicas foi visitado o tunel de ligações com o edifício do Tribunal de Polícia e de Execução de Penas.

SABADO, dia 16, às 15 horas

### *«Deambulação pelo sítio de Carnide».*

Visita que teve a grande virtude de se ver, com olhos de ver, algo de muito característico que ainda existe em Lisboa, e está em perigo de desaparecer. Teve a amabilidade de nos guiar nesta visita a nossa ilustre consócia e exímia colaboradora da cidade, Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita, que como sempre nos brindou com uma entusiástica lição. Só lamentamos,

e tal não é culpa sua, que essa lição tenha sido uma verdadeira oração junto ao «Muro das Lamentações».

Após, ouvimos uma vez mais o nosso José Meco, com a sua mestria habitual, dissertar sobre o, ainda importante, acervo decorativo.

SABADO, dia 30, às 10 horas

*Visita ao «ECOMUSEU» do Seixal e aos Moinhos de Maré.*

Recebidos e acompanhados pelo Director do Museu, Sr. Dr. António Nabais, foi-nos dado apreciar um Museu Regional que nos pareceu, embora ainda um pouco em fase embrionária, como deve ser montado um museu com as características que este deve ter.

Sobre os Moinhos de Maré que dizer mais do que já se tem dito?

Quando estarão em verdadeiro estado de total recuperação?

Nas instalações provisórias em Torre da Marinha e nos núcleos espalhados ao longo das margens dos esteiros, que incluem estaleiro naval e barcos característicos recuperados, ganha corpo um pensamento orientador modelar, tornado possível pelo desvelado interesse da autarquia local.

Foi visitada a Quinta da Trindade, adquirida para sede futura, plena de curiosidades e que foi cenóbio de trinitários e mansão de circunstância dum arrematador do lixo da cidade.

A visita terminou por um inolvidável passeio numa falua do Tejo, irrepreensivelmente recuperada, sempre sobre a batuta atenta e esclarecedora do Dr. António Nabais.

## JULHO

SABADO, dia 7, às 15 horas

*Visita à freguesia da Ameixoeira e à sua Igreja Matriz.*

Sob a segura orientação da Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita e a obsequiosa companhia do Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Francisco Trancoso que levou a sua amabilidade a franquear-nos as portas da sua bela residência, percorremos a antiga freguesia da Ameixoeira, que, ameaçada por todos os lados, tenta desesperadamente manter o seu carácter castiço.

Foi uma peregrinação para não esquecer, terminada pela visita à igreja de Nossa Senhora da Encarnação, onde José Meco, António Tadeu e Maia Athayde se referiram a alguns aspectos do interessante templo e das suas alfaias.

SABADO, dia 14, às 13 horas

*Almoço-convívio no «João Sebastião Bar».*

Convívio ameno, num mini-interior decorado com certo gosto e aquecido pela inegável simpatia e a sempre cristalina voz de Maria da Graça, num conjunto de canções de Portugal e do Brasil, intervalado por interessantes recordações da sua vivência transatlântica.

## SETEMBRO

*Visita à Exposição «Almada Negreiros» no Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.*

Outra manifestação cultural de considerável interesse, não só porque foi possível apreciar em conjunto a obra admirável do grande artista, que foi fundador do nosso Grupo, como ainda pela forma magistral como foi acompanhada e guiada pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. António Rodrigues. Primeira e auspiciosa visita do Grupo ao Centro de Arte Moderna.

## OUTUBRO

SABADO, dia 6, às 15 horas

*Visita à Casa Pia de Lisboa — Secção de Pina Manique.*

Os nossos consócios foram recebidos na cerca da Casa Pia pelo Director da Secção de Pina Manique, Dr. Duarte Pereira, o qual saudou os visitantes e falou da História da Casa Pia e do seu fundador Pina Manique, aproveitando para tecer uma homenagem ao Amigo de Lisboa, professor Francisco d'Assis Oliveira Martins, que foi Director da Secção de Pina Manique, num dos períodos mais críticos que a Casa Pia atravessou. Seguiu-se a visita às instalações que estão a sofrer uma modificação de estrutura e se encontram impecavelmente arrançadas.

Ficaram os nossos consócios muito bem impressionados com a forma como foram recebidos.

SABADO, dia 13, às 15 horas

*«Visita ambulatória ao Paço do Lumiar com incidência especial na Capela de S. Sebastião e Quinta dos Azulejos».*

Foi uma valiosa e curiosíssima visita, valorizada pela assistência sempre desejada da Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita e José Meco.

Percorremos o local conhecido sob a designação de Paço do Lumiar, rico de significado e cor local que os presentes muito apreciaram.

Na Quinta dos Azulejos foi-nos dado apreciar o belo conjunto de azulejos que ainda lá existem e pudemos verificar, apesar de tudo, quanto eles estão em condições de serem conservados, embora, num ou outro ponto, já necessitem de ser olhados com o cuidado que uma verdadeira peça de arte merece.

Sobre a Capela de S. Sebastião só há a dizer quanta beleza nos foi dado apreciar, desde o singelo e belo pórtico manuelino até ao revestimento interior de belos azulejos, felizmente ainda em bom estado de conservação. De notar ainda o curioso retábulo do altar-mor da capela.

SABADO, dia 20, às 15 horas

*Visita ao edifício do Recolhimento da Encarnação e à Igreja de Nossa Senhora da Encarnação das Comendadeiras de Aviz.*

Não pode deixar de se acentuar a forma verdadeiramente cavalheiresca como fomos recebidos pelo Ex.<sup>mo</sup> Sr. Dr. Augusto Varela Laranjo, Director do Recolhimento e Cónego D. João de Castro, ilustre Capelão da igreja. Esta visita compreendeu duas lições distintas: 1.<sup>a</sup> referente ao Recolhimento, onde nos foi dado apreciar a sua instalação e funcionamento, que são modelares; pena é que as disponibilidades actuais não permitam fazer obras de manutenção que tão necessárias se apresentam. O edifício do antigo convento onde está instalado o Recolhimento merece a atenção dos responsáveis; a 2.<sup>a</sup> diz respeito ao exame da capela que constituiu uma verdadeira lição dada pelos nossos consócios Maia Athayde e José Meco. É difícil fazer um pequeno descritivo desta maravilhosa obra de arte onde os motivos de interesse nos aparecem inesperadamente, como se verificou pela animada conversa travada entre aqueles nossos consócios e os assistentes. Julgamos que todos lamentaram que tivesse terminado tão cedo.

SABADO, dia 27, às 15 horas

*Visita ao local da Feira da Ladra em especial ao Palácio Barbacena, actual Messe de Officiais.*

— Visita onde o nosso consócio António Luís Tadeu fez uma breve evocação histórica do Largo de Santa Clara e da Feira da Ladra.



Recebidos na Messe de Oficiais pelo seu gerente, Sr. Capitão Oliveira Leitão, a visita ao Palácio foi outra digressão pela História da Arte pelos nossos consócios Maia Athayde e José Meco. Não pode deixar de se referir um belo tecto que, embora em razoáveis condições, está a pedir urgente atenção e talvez mesmo obras de conservação. O problema da sua autoria foi abordado, bem como o da interpretação mitológica.

## NOVEMBRO

SABADO, dia 3, às 15 horas

«*Deambulação em Alfama*» — *Menino de Deus e Freguesia de Santo Estêvão.*

Consideramos esta manifestação como uma das mais válidas que efectuámos neste ano.

Basta dizer que a lição foi repartida entre Irisalva Moita, Maia Athayde, José Meco e António Tadeu.

O perfeito conhecimento do local, que a primeira tem, veio todo à superfície e, ao percorrer aquelas ruelas, becos, largos e ruas, o que vimos e o que ficamos a saber para tantos passa despercebido. Para não alongar, basta citar a casa do Menino de Deus, a lápide da Rua do Salvador, o Pátio do Quintalinho, onde estão os restos do Palácio do Infante D. Henrique e onde funcionaram os Estudos Gerais, etc., etc.

A Igreja do Menino de Deus e a de Santo Estêvão foram apreciadas e estudadas por Maia Athayde, José Meco e António Tadeu.

Outra manifestação cultural que deixou saudades e nos obriga a lamentar que algo tivesse ficado por dizer. O tempo de que se dispunha não era elástico e os prejudicados foram os amantes curiosos da nossa Lisboa.

SABADO, dia 10, às 9 horas

*Visita a Freiria e Almoço-convívio.*

Outra manifestação cultural de altíssimo interesse e que, julgamos, deixou satisfeitos todos os que nela intervieram.

Havia sido estabelecido um programa que, por motivos vários, não pôde ser cumprido na íntegra.

Neste passeio pudemos apreciar uma instituição de assistência — A Casa Mãe do Gradil — onde é patente quanto pode o amor e o desin-

teresse — e também certas dificuldades cuja resolução é um verdadeiro milagre.

Pudemos ainda apreciar a Igreja da Azureira e a do Livramento que têm o seu interesse e a de Nossa Senhora da Assunção que é uma pequena jóia, digna, por si só, de uma visita.

Em toda esta visita fomos acompanhados pelo Sr. Major João Gomes, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra.

E o tempo não chegou para irmos à Escola Piloto de Freiria que era uma das finalidades do passeio.

O almoço foi um belo pretexto para um são convívio onde reinou o bom entendimento e melhor disposição.

SABADO, dia 17, às 15 horas

*Visita ao Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.*

Visita de inegável utilidade pois nela foi dado apercebermo-nos da forma como vai sendo tratado o grande problema que é a saúde.

Iniciou-se a visita com uma breve palestra do nosso Presidente, Prof. Cândido de Oliveira, que historiou a Instituição, seguindo-se no uso do palavra a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laura Aires que pormenorizou a função e organização da actual instituição, tendo em seguida sido feita uma visita ao edifício onde fomos informados do funcionamento pelos respectivos responsáveis.

Para tornar a visita num agradável convívio, acabámos por um lanche que nos foi oferecido amavelmente pelo Instituto.

SABADO, dia 24, às 15 horas

No programa distribuído lia-se: *Visita ao Edifício Lázaro Leitão, à Junqueira.*

Isto era o que o homem queria, mas Deus dispôs que tal não fosse realizado. Os motivos de tal impossibilidade foram-nos absolutamente alheios, embora os esforços envidados tenham sido todos os que nos eram possíveis.

Assim, à última hora, tivemos de substituir esta rubrica por uma outra que pode intitular-se: *Visita ao Chafariz da Junqueira, fachada Sul da Casa Nobre de Lázaro Leitão e Asilo Nuno Álvares (dependência da Casa Pia).*

Sobre o chafariz e a fachada, lá tivemos os nossos incansáveis consócios Maia Athayde e José Meco.

No recolhimento fomos atendidos pela sua Directora Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irene Coito do Amaral e pelo Rev.<sup>o</sup> Padre Mário Cunha, capelão, que como já vem sendo hábito, nos receberam de uma forma cativante. Foi-nos dado apreciar a perfeita organização e funcionamento da Instituição, devendo notar-se que a visita foi, por assim dizer, improvisada, nada teve de preparado e portanto foi uma visita ao real, e foi real o que apreciámos. Não podemos deixar de dar os parabéns aos seus responsáveis.

## DEZEMBRO

SABADO, dia 15, às 15 horas

### *Deambulação por Alfama — 2.<sup>a</sup> parte — O Sítio de S. Miguel*

No Largo de Chafariz de Dentro, Irisalva Moita prefaciou o passeio com o profundo conhecimento que todos lhe reconhecem. Infelizmente, a chuva que começava a cair obrigou-nos a recolher precipitadamente à igreja de São Miguel, onde nos aguardava o Rev.<sup>o</sup> Padre Ernesto, prior das freguesias de Santo Estevão e São Miguel. Maia Athayde ocupou-se da magnífica capela-mor, seguindo-se-lhe José Meco. António Tadeu, como de hábito, falou sobre a imaginária.

A saída, Irisalva Moita tentou reatar o fio do programa, ao longo do bairro, mas a chuva, cada vez mais densa, obrigou-nos a aguardar ocasião mais favorável, num próximo programa.

\*

Desta longa enumeração das actividades culturais do Grupo Amigos de Lisboa ressalta o operoso trabalho desenvolvido pelos Directores Eng.<sup>a</sup> Maia Athayde, Coronel António Tadeu, D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita e Vilians Leal e bem assim a prestimosa cooperação da Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita e do nosso consócio José Meco. Estamos certos que todos eles merecem o agradecimento dos sócios do Grupo.

Também contribuíram com sugestões e acções proveitosas para o engrandecimento do Grupo os restantes membros da Junta Directiva e nomeadamente os Senhores Américo Rodrigues e Klaus Gruner. Este último tem levado a sua devoção ao Grupo ao ponto de contribuir financeiramente para aliviar as dificuldades.

Está em preparação um novo número da nossa revista «Olisipo», cuja orientação se deve ao saber e dedicação do Dr. Paulo Caratão Soro-menho. Aguarda possibilidades financeiras para ser publicado.

Uma sessão da Assembleia Geral do Grupo teve lugar no dia 13 de Fevereiro, sob a presidência do Dr. José Pereira da Costa, secretariado pelo Sr. Eng.º Mário Páscoa e Manuel Filipe Névoa Tadeu. Aí se discutiu e aprovou o Relatório anual da Junta Directiva e o parecer da Comissão de Contas.

Após o preenchimento dos lugares vagos nos corpos gerentes do Grupo, os sócios presentes apresentaram sugestões úteis, como se refere na acta respectiva da Assembleia Geral.

A reunião teve lugar, como de costume, num salão do Ateneu Comercial de Lisboa.

A Junta Directiva do Grupo, além de ter projectado a actividade cultural para o ano de 1985, tem em preparação uma remodelação dos Estatutos, já obsoletos, que será em devido tempo submetida à apreciação da Assembleia Geral.

Para remate deste relatório a Junta Directiva propõe os seguintes votos que, segundo esperamos, os nossos consócios se dignarão aprovar:

- 1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pelo valioso apoio concedido ao Grupo.
- 3.º — De agradecimento ao Ministério da Cultura pelo importante contributo que nos foi atribuído.
- 4.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa pela cedência da sala onde se realizou a reunião da Assembleia Geral.
- 5.º — De agradecimento aos Srs. Presidente da Assembleia Geral e Presidente da Comissão de Contas pelo seu apoio à actividade da Junta Directiva.
- 6.º — De agradecimento ao Dr. Paulo Caratão Soromenho pelo empenho posto na direcção da revista «Olisipo».
- 7.º — De louvor aos funcionários da Secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1984.

A JUNTA DIRECTIVA  
O PRESIDENTE

*Prof. Doutor João Cândido de Oliveira*

O VICE-PRESIDENTE

*Eng.º Manuel José Maia Athayde*

O SERETÁRIO-GERAL

*Coronel António Luís Tadeu*

O SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO

*Vilians Leal*

O TESOUREIRO

*Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita*

OS VOGAIS

*Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro*

*Dr. António Matrone*

*Klaus Werner Gruner*

*Américo de Jesus Rodrigues*

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1984

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i> ... ..	113 358\$10	
Caixa ... ..	9 888\$80	
Depósitos à ordem ... ..	3 469\$30	
Depósitos a prazo ... ..	100 000\$00	
<i>Créditos a curto prazo</i> ... ..	1 920\$00	
Livreria Ferin ... ..	1 920\$00	
<i>Existências</i> . . . . .	656 180\$30	
Livros à consignação ... ..	238 964\$50	
Edições ... ..	3 659\$30	
Emblemas ... ..	1 096\$30	
«Olisipo» ... ..	412 460\$20	
<i>Imobilizações</i> .. . . .	69 274\$40	
Móveis e utensílios . . . . .	54 305\$20	
Biblioteca .. . . .	14 969\$20	
<i>Débitos a curto prazo</i> ... ..		421 780\$40
Dr. <sup>a</sup> Ana-Maria Pereira da Gama ... ..		325\$50
C.M.L./Cultura ... ..		210 989\$30
C.M.L./G.T.H. ... ..		36 475\$50
C.M.L./Turismo . . . . .		160 087\$10
Prof. Oliveira Martins ... ..		595\$00
Vilians Leal ... ..		3 000\$00
Sector Público Estatal ... ..		10 308\$00
<i>Situação Líquida</i> .. . . .		418 952\$40
Resultados transitados ... ..		<137 500\$60>
Resultados apurados no exercício ... ..		556 453\$00
<b>TOTAIS</b> ... ..	<b>840 732\$80</b>	<b>840 732\$80</b>

Lisboa, 5/2/85.

## DESENVOLVIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

	DEBITO	CREDITO
Quotização . . . . .		1 066 700\$00
Jóias . . . . .		22 100\$00
Livros à consignação (Lucro) . . . . .		158 360\$00
«Olisipo» . . . . .		12 300\$00
Edições . . . . .		740\$00
Emblemas . . . . .		600\$00
Cartões de Identidade . . . . .		4.750\$00
Subsídios . . . . .		558 820\$00
Receitas diversas . . . . .		60 051\$60
Realizações culturais . . . . .	35 812\$00	
Gastos gerais . . . . .	1 292 156\$60	
Liquidação efectuada à C.M.L. . . . .	- 629 798\$00	
<b>TOTAIS . . . . .</b>	1 957 766\$60	1 884 421\$60 <73 345\$00>

## DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE GASTOS GERAIS

Material de escritório e expediente . . . . .	40 244\$50
Conservação e limpeza . . . . . (inclui a empregada de limpeza)	50 619\$50
Telefone . . . . .	32 652\$00
CTT — Correios . . . . .	13 592\$00
Transportes . . . . .	18 755\$00
Contencioso, Notariado e Valores Selados . . . . .	3 369\$00
Remunerações ao pessoal . . . . .	793 989\$60
Caixa de Previdência . . . . .	208 079\$00
Fundo de Desemprego . . . . .	43 078\$00
Outros Serviços (inclui o Cobrador) . . . . .	84 338\$00
Outras despesas . . . . . (inclui quotização da Fed. Port. Colt. Cult. e Rec.)	3 440\$00
<b>TOTAIS . . . . .</b>	1 292 156\$60

Lisboa, 5/2/85.

DESENVOLVIMENTO DA CONTA GASTOS GERAIS

1.º SEMESTRE

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1 650\$50	17 744\$50	1 064\$50	964\$50	9 287\$00	1 110\$00
CONSERVAÇÃO/LIMPEZA ...	2 204\$50	6 946\$50	2 980\$00	2 889\$00	3 687\$00	2 848\$00
TELEFONE .....	5 034\$00	3 593\$50	2 394\$00	2 669\$00	3 032\$00	4 654\$00
C.T.T./CORREIOS ...	1 302\$00	1 757\$50	1 337\$50	242\$50	2 492\$50	80\$00
TRANSPORTES ...	1 100\$00	1 475\$00	1 340\$00	1 325\$00	1 745\$00	1 590\$00
CONT./NOT./VAL. SELADOS	1 529\$00	—	1 420\$00	180\$00	—	—
COBRADOR/OUT. SERVIÇOS	11 000\$00	12 208\$00	8 340\$00	6 750\$00	6 510\$00	8 640\$00
REMUNERAÇÕES/PESSOAL	66 756\$00	149 644\$00	82 324\$00	120 472\$80	45 478\$90	45 478\$90
CAIXA PREVIDÊNCIA ...	13 480\$00	34 477\$00	13 480\$00	31 230\$00	14 528\$00	14 528\$00
FUNDO DESEMPREGO ...	—	—	11 703\$00	—	—	15 591\$00
OUTRAS DESP. PESSOAL ...	—	—	—	—	—	7 465\$00
DIVERSOS . ...	100\$00	150\$00	950\$00	275\$00	125\$00	175\$00
TOTAIS ...	104 156\$00	227 996\$00	127 333\$00	166 997\$80	86 885\$40	102 159\$90



## 2.º SEMESTRE

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	329\$00	—	605\$00	1 902\$50	5 587\$00	—
CONSERVAÇÃO/LIMPEZA ...	5 770\$00	2 700\$00	2 634\$00	3 930\$00	2 400\$00	11 630\$00
TELEFONE ... .. . . .	1 453\$00	4 016\$00	1 431\$00	958\$00	1 805\$00	1 613\$00
C.T.T./CORREIOS ... .. .	1 200\$00	30\$00	498\$00	2 108\$00	800\$00	1 744\$00
TRANSPORTES ... .. . . .	550\$00	1 590\$00	1 860\$00	1 860\$00	2 490\$00	1 830\$00
CONT./NOT./VAL. SELADOS	60\$00	—	30\$00	—	—	150\$00
COBRADOR/OUT. SERVIÇOS	7 230\$00	5 400\$00	5 430\$00	6 680\$00	4 080\$00	2 070\$00
REMUNERAÇÕES/PESSOAL	70 195\$50	34 557\$90	36 957\$90	37 197\$90	41 257\$90	47 505\$90
CAIXA PREVIDÊNCIA ... ..	23 170\$00	11 686\$00	11 686\$00	11 686\$00	11 686\$00	16 442\$00
FUNDO DESEMPREGO ... ..	—	—	—	9 740\$00	6 044\$00	—
OUTRAS DESP. PESSOAL ...	500\$00	—	—	8 318\$00	—	—
DIVERSOS . . . . .	100\$00	25\$00	90\$00	300\$00	375\$00	775\$00
TOTAIS ... .. .	110 557\$50	60 004\$90	61 221\$90	84 680\$40	76 524\$90	83 759\$90

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1984

Ex.<sup>mos</sup> Consócios

O Relatório e Contas que nos foram submetidos pela Junta Directiva, mereceu o nosso acordo e o seu exame evidencia claramente que a tarefa da Junta não foi fácil, dadas as dificuldades que se lhe têm deparado para encontrar o equilíbrio financeiro que torne a vida e existência do Grupo menos difícil.

Os números por si só expressam bem o que referimos, não nos parecendo necessário qualquer descritivo sobre a matéria.

Devemos contudo referir:

- a) uma melhoria na quotização (37 %) arrecadada devido ao aumento do valor das quotas e não infelizmente ao aumento do número de sócios;
- b) que a Câmara Municipal de Lisboa deu um subsídio extraordinário de 400 contos, destinados a amortizar parte da dívida do Grupo no valor total de Esc.: 1 018 926\$40;
- c) que o Ministério da Cultura concedeu um subsídio de 159 000\$00 destinado a subsidiar parte do custo da publicação da revista «Olisipo»;
- d) um aumento de Gastos Gerais de 28,3 % correspondente a 285 000\$00.

Terminando, propomos que seja aprovado:

- 1 — O Relatório e Contas do exercício de 1984 e os votos nele expressos.

- 2 — Um voto de louvor à Junta Directiva pela forma como tem dirigido o Grupo.
- 3 — Um voto de louvor a todos os funcionários pela prestimosa colaboração que nos foi dada.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1985.

## A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

*Dr. José de Freitas Branco Herédia*

O RELATOR

*Dr. José Osório Pinto*

O SECRETÁRIO

*Dr. Aníbal da Gama Caeiro*

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA DO GRUPO AMIGOS DE LISBOA  
REFERENTE AO ANO DE 1985

Ex.<sup>mos</sup> Consócios

A Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa, fiel aos seus estatutos e nomeadamente ao Artigo 33.º dos mesmos, vem uma vez mais apresentar, à Ex.<sup>ma</sup> Assembleia Geral, o relato das suas actividades durante o ano de 1985 que findou.

Começando por apreciar o movimento de sócios durante o referido ano, verificámos que:

Existiam em 1/1/85	...	...	...	...	...	...	...	633	
Honorários	...	...	...	...	...	...	...	<u>3</u>	
									636
Faleceram	.....	...	...	...	...	...	...	7	
Pediram a demissão	...	...	...	...	...	...	...	<u>67</u>	<u>74</u>
									562
Foram admitidos	...	...	...	...	...	...	...	64	
Foram readmitidos	...	...	...	...	...	...	...	<u>3</u>	<u>67</u>
EXISTÊNCIA EM 31/12/85	...	...	...	...	...	...	...		629

Daqui inferimos que a totalidade dos sócios do Grupo se tem mantido sem grande alteração ao longo dos últimos anos, mas reconhecemos também que novas diligências se deverão empreender para a aquisição de novos associados.

Ainda nos merece reparo a dificuldade que temos sentido em trazer as camadas jovens ao nosso convívio e em fazê-las participar nas nossas manifestações culturais.

No ano de 1985 faleceram os seguintes sócios:

- 489 — Dr. Paulo Caratão Soromenho
- 751 — Arq. António Maria Veloso Reis Camelo
- 941 — Coronel António Luís Tadeu
- 1516 — Dr. Fernando de Abranches Ferrão
- 3630 — João Vidago
- 3983 — Arq. Luís Fernando Douwens Prats
- 4406 — D. Olga Helena Castro Amaro Santos Reis

Embora todos mereçam igualmente o nosso pesar, é dever desta Junta Directiva fazer ressaltar a perda irreparável que constituiu para o Grupo a morte dos três primeiros. O Dr. Paulo Caratão Soromenho que durante algum tempo dirigiu os destinos do Grupo foi o inestimável organizador do nosso boletim «Olisipo» e manteve-se activo nos cargos directivos que ocupou até ao fim da sua vida.

O Arquitecto Reis Camelo teve particular acção na elaboração de projectos para a nova sede do Grupo.

O Coronel António Luís Tadeu foi o erudito que tantos serviços nos prestou em todas as actividades culturais, e cujo conselho acatávamos com admiração e proveito. Todos eles são merecedores da nossa gratidão e de elogio público em tempo oportuno.

A Junta Directiva durante o ano em causa, reuniu-se 31 vezes, conforme consta das referidas actas, mas teve outros encontros frequentes, realizados para fins específicos. Assim, tem sido preocupação desta Junta Directiva elaborar um programa condigno de comemorações do Cinquentenário do Grupo que se cumpre em 1986.

Desse programa a seu tempo daremos conta aos nossos associados, certos de que o êxito dessas comemorações resultará do trabalho esforçado de todos nós. Também a revisão dos estatutos nos tem preocupado, pelo que se constituiu um grupo de trabalho que em breve dará conta do seu labor.

Do ponto de vista financeiro, o Grupo, apesar das costumadas dificuldades, saldou todos os seus compromissos sem no entanto dispor de

margem para empreendimentos de vulto, como pode ver-se no quadro seguinte:

	DÉBITO	CRÉDITO
Cobrança de quotas ... ..		913 080\$00
Jóias . ... ..		25 000\$00
Livros à consignação (Lucro) ... ..		189 434\$00
Emblemas ... ..		180\$00
Cartões de Identidade ... ..		1 420\$00
Subsídios ... ..		259 250\$00
Receitas financeiras .. ..		23 855\$00
Realizações culturais ... ..	25 810\$50	
Gastos gerais ... ..	1 133 480\$50	
TOTALS ... ..	1 159 291\$00	1 412 219\$20
Saldo positivo ... ..	252 928\$20	

A publicação do número da revista «Olisipo» tem sofrido atrasos por falta de suporte orçamental, embora esteja, já de há muito, reunido todo o material a publicar.

Cabe aqui referir mais uma vez que a Câmara Municipal de Lisboa, pelo seu pelouro da Cultura, nos tem prestado valioso auxílio não só pela utilização graciosa das instalações no Palácio da Mitra, mas ainda pela concessão dum subsídio de 250 000\$00, apoiando-nos também em algumas das nossas iniciativas.

Por tais motivos o Grupo se confessa muito grato.

Ao longo do ano as nossas manifestações culturais foram as que de seguida resumidamente referimos:

5 de *JANEIRO* — Visita às instalações das Apostas Mútuas Desportivas (Totobola).

Tratou-se da visita ao novo edifício na Rua das Taipas, expressamente construído e equipado com material moderno, de base electrónica. Foi-nos explicada a sequência das várias operações a executar, desde a recepção dos boletins e sua ordenação, até à atribuição aleatória dos prémios.

Visita seguida com o maior interesse por perto duma centena de consócios e acompanhantes.

12 de JANEIRO — Visita guiada ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro — (I turno).

Dadas as precárias condições em que o Museu se encontra instalado, por exiguidade de espaço, foi necessário limitar as visitas a um máximo de trinta pessoas e prever três turnos, em diferentes datas. O primeiro turno foi conduzido pela conservadora-chefe dos Museu da Cidade, a nossa consócia, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irisalva Nóbrega Moita. Como já nos habituou, a nossa Guia acompanhou e orientou a visita com a mestria generosa que é seu timbre e que os consócios presentes acompanharam com o maior interesse.

19 de JANEIRO — Palestra no auditório da sede pelo nosso Secretário-Geral, Coronel António Luís Tadeu, sob o título «Como Alguns Ficcionalistas viram Lisboa».

Esta palestra constituiu uma das mais notáveis dissertações do nosso querido e saudoso Amigo sobre a bibliografia olisiponiana, em que foi incontestado mestre, vista, além disso, sob um aspecto original, por muito pouco focado pelos especialistas.

A palestra foi conduzida com rara felicidade e fica como um precioso guia para os estudiosos da Cidade.

Obrigado, António Luís Tadeu.

9 de FEVEREIRO — Visita à Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Marvila e à Mansão de Santa Maria.

Os visitantes foram recebidos pelo pároco da freguesia de Marvila, Rev.<sup>o</sup> J. Alcobia, que fez uma apresentação do edifício, nos aspectos histórico e religioso. Maia Athayde chamou a atenção dos presentes para a relativa boa conservação e, sobretudo, para a unidade decorativa e arquitectónica do monumento, ainda muito ligado ao séc. XVII e para o seu parentesco com a da Madre de Deus, sobre que leva vantagem em vários pormenores.

António Tadeu pôs em relevo a excelência de algumas esculturas e também sua unidade e referiu-se, com elogio, às alaias existentes na igreja. Não é exagerado dizer-se que esta visita foi para a maioria uma revelação.

Revelação foi igualmente a Mansão de Santa Maria, instalada na antigo convento e onde os visitantes foram guiados pelo seu director Sr. Dr. António Almeida Ribeiro. Também aqui a impressão colhida

pelos visitantes foi a melhor, quer no aspecto organizativo, quer no apurado estado das instalações.

*23 de FEVEREIRO* — Visita guiada ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro — (II turno).

Foi nosso guia a conservadora dos Museu da Cidade e também nossa consócia, Dr.<sup>a</sup> Raquel Florentino, por amável deferência sua e no impedimento, por motivo de saúde, da Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita. Aquela Senhora foi igualmente incansável para com os nossos associados, que lhe puseram numerosas perguntas, a que correspondeu com preciosas e oportunas informações.

*2 de MARÇO* — Visita ao Recolhimento de Santos-o-Novo, das Comendadeiras de Santiago, suas dependências e igreja (paroquial de São Francisco de Assis).

Os visitantes foram recebidos e gentilmente acompanhados pelas Ex.<sup>mas</sup> Sr.<sup>as</sup> D. Maria Guilhermina Vidal da Costa Moura e D. Ana Judite de Oliveira, da Confraria do Senhor dos Passos. Visita do maior interesse, de que se salientaram as capelas do vasto claustro, algumas com interessantíssimas decorações de mármore, talha e azulejo.

Também aqui constituiu motivo de admiração, a tão desconhecida quando importante igreja, que forma com a da Madre de Deus e de Nossa Senhora de Marvila uma família que é necessário estudar em conjunto.

*9 de MARÇO* — Visita ao Museu do Azulejo.

Os visitantes foram acompanhados pela Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário e Dr. Sérgio Peres, que se esforçaram por satisfazer a nossa curiosidade. Notou-se especial incidência no intento de sistematizar a evolução do azulejo em Portugal. Dada a extensão da visita e a multiplicidade das colecções, pensamos que foi um bom intróito para futuras visitas mais especializadas.

*16 de MARÇO* — Almoço-convívio no Restaurante Adega Mesquita, por iniciativa do nosso consócio Eduardo Sucena. Nesse almoço colaboraram os fadistas: Julieta Brigue, Eduarda Maria e Júlio Vieitas, que foram acompanhados à guitarra e à viola por Pinto Varela e José Inácio, respectivamente.

*23 de MARÇO* — Visita à igreja da Penha de França e antigo Convento (Estado Maior da P.S.P.).



Começou esta jornada cultural pela igreja de Nossa Senhora da Penha de França e suas dependências. Maia Athayde chamou a atenção dos visitantes para a fachada e a planta do templo e José Meco ocupou-se, entre outros aspectos, da azulejaria.

Passando ao antigo convento, os nossos consócios puderam admirar o claustro e dependências anexas, parcialmente do séc. XVII e que, por pertencerem à P.S.P., são geralmente desconhecidas. São particularmente notáveis os revestimentos de azulejo sobre os quais José Meco abordou interessantes considerações.

*30 de MARÇO* — Visita ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro — (III turno).

Última visita desta série, dirigida com a habitual simpatia pela Dr.<sup>a</sup> Raquel Florentino.

*13 de ABRIL* — Visita à Exposição comemorativa da passagem do Dia do Rio de Janeiro.

Tratou-se duma realização improvisada para corresponder à solicitação da Câmara Municipal de Lisboa e que, apesar da quase nula divulgação que teve, por absoluta carência de meios, se revestiu do maior interesse. Consta duma colecção de *ex-libris* de naturais do Rio de Janeiro, de grande qualidade, e de uma colecção de rótulos de caixas de fósforos também do Rio de Janeiro, ambos pertencentes ao escrupuloso coleccionador que foi o Coronel António Luís Tadeu; de uma colecção notável de postais antigos sobre o Rio de Janeiro e outras cidades e acontecimentos do Brasil, pertencentes ao nosso consócio Klaus Werner Gruner, também importante coleccionador; e duma série de publicações especializadas sobre a arquitectura e a arte brasileiras, em especial sobre a defesa e conservação do património em todos os seus aspectos, pertencentes ao nosso consócio Maia Athayde.

*20 de ABRIL* — Visita ao Museu Leal da Câmara, na Rinchoa, seguida de almoço-convívio.

A visita ao Museu teve o interesse de ser revelada a figura de um artista ao qual tem sido prestada pouca atenção.

A Casa-Museu Leal da Câmara está a ser restaurada pela Câmara Municipal de Sintra. Nesta visita esteve presente o Conservador Sr. Dr. Eugénio Montoito, que amavelmente recebeu os nossos consócios e que apresentou a figura do artista em diversos aspectos, tendo os presentes ouvido atentamente as suas explicações.

Depois da visita o Grupo reuniu em almoço-convívio no Restaurante «Victor» na Rinchoa, onde foram distribuídos no fim do almoço prémios aos vencedores de um concurso organizado pela Junta Directiva e que teve o acolhimento de todos os presentes.

*27 de ABRIL* — Visita ao Museu Nacional do Teatro.

Visita do maior interesse, precedida de palestra pelo director do Museu, Dr. Victor Pavão dos Santos, perante uma assistência que enchia, a transbordar, o agradável auditório. Toda a visita foi acompanhada e comentada pelo mesmo Sr. Director, atentamente escutado pelos numerosos componentes do Grupo.

*4 de MAIO* — Visita ao Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, comemorativa do seu centenário.

A visita à Tapada da Ajuda teve por objectivo primordial apreciar a restauração do grandioso Pavilhão de Exposições nela instalado, o qual constitui um exemplar representativo da arquitectura do ferro, construído para a Exposição Agrícola de Lisboa, realizada em 1884.

Os Amigos de Lisboa foram recebidos pelos Professores Pedro Amaro, presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Agronomia (ISA), e Pereira Coutinho, presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Centenário do Pavilhão de Exposições da Tapada da Ajuda, que tiveram a gentileza de relatar aos numerosos visitantes, numa exposição clara, as manifestações de vária ordem que assinalaram o referido centenário: Exposições sobre «A Tapada da Ajuda e a sua história», «As actividades no agro Português», «As actividades da investigação e do ensino agrário portugueses na actualidade» e «As realidades e potencialidades do ISA», seminário sobre «A agricultura portuguesa», simpósio sobre «O ensino e a formação profissional agrários», jornadas de «Tabaco» e o colóquio sobre «As realidades e potencialidades do ISA».

Seguiu-se uma visita guiada à Tapada, que serviu de pretexto para o Prof. Pedro Amaro fazer um breve relato da evolução deste magnífico e extenso «espaço verde» que a maioria dos lisboetas (e não só) desconhece.

*11 de MAIO* — Visita à Exposição de Arqueologia Industrial, no edifício da Central Tejo.

A numerosa assistência foi recebida pelo organizador da Exposição, Dr. Jorge Custódio, que historiou a acção que vem sendo desenvolvida para a constituição do Museu de Arqueologia Industrial e deu as primeiras

informações sobre a Exposição, instalada no magnífico cenário da antiga Central Tejo. Na visita que se seguiu, e em cuja condução tomou parte activa o Dr. António Nabais, os visitantes tiveram ensejo de admirar notáveis espécimes arqueológicos de equipamento de diversos ramos da actividade industrial.

*25 de MAIO* — Tarde Cultural dedicada a Lisboa, no Restaurante Panorâmico de Monsanto.

A tarde cultural dedicada a Lisboa teve grande número de presenças.

A conferência de Manuel Couto Viana, ilustrada com poesias ditas por Maria Germana Tanger, foi um êxito. A Junta Directiva expressa neste relatório o seu agradecimento ao Poeta Couto Viana e à ilustre declamadora Maria Germana Tanger, assim como agradece a amável cedência do Restaurante Panorâmico de Monsanto — sala dos Templários — aos seus concessionários Sr. José Cristóvão e Victor Martins.

*8 de JUNHO* — Visita a Alfama (Pátio de Dona Rosa e Rua dos Remédios).

A visita à Capela da Senhora dos Remédios e Pátio de Dona Rosa, teve a valorizá-lo a presença de Monsenhor Moreira das Neves, que falou sobre a relação existente entre capelas e tabernas. As suas palavras interessaram os presentes, que após as visitas se reuniram em convívio no Restaurante Lautasco em Alfama.

*15 de JUNHO* — Palestra pelo presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, em homenagem ao Prof. Doutor Celestino da Costa.

A palestra realizou-se na sede do Grupo, com a assistência de familiares do homenageado. Atentamente escutado pela numerosa assistência.

*29 de JUNHO* — Visita à Igreja de Santa Maria Madalena.

A visita à igreja da Madalena teve um grande número de presenças dado o interesse do historial daquela, que foi feito pelo Rev.º Padre Ambrósio, que se tem interessado minuciosamente pela história do templo.

A Junta Directiva agradece ao seu prior, Cónego Pedro, ao Sr. Padre Ambrósio e ao juiz da Irmandade a forma amável como receberam os visitantes.

*13 de JULHO* — Visita a Belém (Padrão dos Descobrimentos e Rosa dos Ventos).

Na visita ao Padrão dos Descobrimentos, que acabou de ser aberto ao público com grandes melhoramentos, estiveram presentes centenas de associados, tendo a Sociedade Histórica da Independência de Portugal querido estar presente, na pessoa do Sr. General Alcides de Oliveira.

28 de SETEMBRO — Visita à Basílica de Nossa Senhora dos Mártires.

Esta visita inseriu-se num programa de aproximação às igrejas construídas ou reconstruídas em Lisboa, em consequência do, e após o terramoto de 1755. Foi conduzida por Maia Athayde e teve o obsequioso acompanhamento do prior, Rev.º Padre Adriano Nunes, a quem se ficaram devendo interessantes informações. Após uma introdução em que foram explicados os motivos da visita e situado o importante templo nos contextos histórico e artístico da cidade, seguiu-se o exame comentado dos vários aspectos da igreja e suas dependências.

12 de OUTUBRO — Passeio Camiliano seguido de almoço na Pastelaria Ferrari.

O passeio camiliano destinou-se a lembrar que, apesar de todas as aparências, Camilo foi, por nascimento, um lisboeta, que em Lisboa iniciou a sua preparação intelectual e que a Lisboa acorreu em frequentes passos da sua vida. Eduardo Sucena apoiou o seu programa de reconhecimento dos lugares da cidade ligados à vivência de Camilo num texto da sua autoria, conciso e bem elaborado. O passeio partiu do Largo do Carmo; daí dirigiu-se ao Bairro Alto, onde Camilo nasceu na Rua da Rosa n.º 9. Após a paragem em vários locais do seu itinerário vagabundo, terminou na actual rua Garrett, em cuja igreja dos Mártires foi baptizado o grande escritor.

Seguiu-se um agradável almoço na Pastelaria Ferrari, durante o qual Eduardo Sucena esclareceu assuntos relativos a Camilo e Maia Athayde procurou interessar o maior número possível de convivas no debate em curso.

19 de OUTUBRO — Visita à Igreja Ortodoxa de São Martinho de Dume, Catedral de Lisboa.

Esta visita a um templo praticamente desconhecido da numerosa assistência, que o encheu completamente, suscitou invulgar interesse.

Foi apresentador e guia o Rev.º Arcipreste Atanásio, que começou por historiar a introdução no País da religião católica ortodoxa e as vicissitudes por que a comunidade passou até fixar a sua sede na actual

igreja — antiga ermida de Nossa Senhora da Saúde, do Calhariz de Benfica, adaptada interiormente ao culto ortodoxo. Com raro poder de comunicação, o Rev.º Arcipreste Atanásio elucidou os assistentes sobre os aspectos fundamentais da ortodoxia e esclareceu numerosas questões que lhe foram postas. A assistência dispersou a contragosto.

*26 de OUTUBRO* — Visita à igreja paroquial de São Nicolau.

Esta visita foi particularmente apreciada pela revelação do acervo museológico que está anexo ao templo, e em que encontram peças de grande qualidade, como preciosas alfaias, imagens, revestimentos de talha, etc.

A exiguidade do espaço para tão importante colecção e o número elevado dos visitantes não permitiam o exame atento que aquela merece e que aconselharia novas visitas em pequenos grupos.

Em seguida foi examinado o problema da arrastada reconstrução da igreja, uma das mais vastas integradas no programa pombalino.

*9 de NOVEMBRO* — Visita guiada ao estaleiro e às ruínas do Teatro Romano de Lisboa.

A visita foi conduzida pela Dr.ª Cristina Leite, do Museu da Cidade, que proporcionou aos numerosíssimos visitantes uma proveitosa lição, quer sobre a arqueologia geral da região de Lisboa, quer sobre o acervo arqueológico romano revelado até agora, quer, especialmente, sobre o monumento visitado, importante não apenas no que ao nosso País se refere, mas também no panorama geral do mundo romano.

*16 de NOVEMBRO* — Visita à igreja paroquial de Nossa Senhora dos Anjos e à Capela do Resgate.

Maia Athayde chamou a atenção dos visitantes para a inserção do edifício, que considerou neo-maneirista, da igreja dos Anjos, na obra do Arq.º José Luís Monteiro e da sujeição do projecto ao estupendo revestimento interior da antiga igreja, uma das «igrejas forradas-de-ouro» da Lisboa pré-Terramoto. A pedido de José Meco, foi desvendado o trono do retábulo principal, normalmente oculto por cortina, e que, pela sua extraordinária beleza, deslumbrou a assistência.

Na Capela do Resgate (Nossa Senhora do Resgate das Almas e Senhor Jesus dos Perdidos) foi o Grupo recebido pelo Ex.º Sr. Francisco Marques Valente, em nome da Mesa da Irmandade. A belíssima capela de que vários aspectos foram realçados por José Meco e por

Maia Athayde, constituiu mais uma admirável surpresa para a quase totalidade dos nossos consócios presentes.

*23 de NOVEMBRO* — Visita guiada à Exposição de Faianças de Bordalo Pinheiro, no Palácio Galveias.

Foi a organizadora da exposição, Dr.<sup>a</sup> Irisalva Moita, quem acompanhou os visitantes, com o profundo conhecimento da obra bordaliana e a generosidade a que nos habituou. Todos os aspectos daquela obra foram focados, nas suas motivações e nas suas influências, transformando a visita numa excelente lição, que vivamente interessou toda a assistência.

*30 de NOVEMBRO* — Palestra sob o título «A Crise de 1383/85 e a Cidade de Lisboa» pelo Dr. Tertuliano Baptista, estudioso deste tema.

Na sede do nosso Grupo, no Palácio da Mitra, o Dr. Tertuliano Figueiredo Baptista, formado em História e nosso consócio, brindou-nos com bem elaborado estudo sobre o conturbado e muito importante período que antecedeu a batalha decisiva de Aljubarrota. O interesse que as suas judiciosas considerações suscitaram na assembleia, que enchia o nosso auditório, deu lugar a um animado debate sobre o acontecimento focando as suas consequências, próximas e remotas.

*7 de DEZEMBRO* — Visita guiada ao Museu da TAP — (I turno).

Sob a proficiente condução do seu organizador e director, o Sr. Comandante Silva Pereira, nosso devotado amigo, foi o recentemente inaugurado Museu da TAP visitado por uma trintena de consócios, que para o efeito arrostaram com um desabrido temporal. O incómodo a que se sujeitaram foi, porém, largamente compensado pelo interesse da visita, devido não só ao acervo exposto, mas também à minuciosa e clara exposição com que o Sr. Comandante Pereira enriqueceu a visita.

*14 de DEZEMBRO* — Visita guiada ao Museu da TAP (II turno).

No programa de visitas ao Museu da TAP, recebeu este um segundo grupo de trinta dos nossos consócios, com o mesmo entusiástico resultado registado uma semana atrás.

A concluir este relatório propomos os seguintes votos:

1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.

- 2.º — De agradecimento à Ex.<sup>ma</sup> Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração que nos tem dispensado.
- 3.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa pela cedência da sala onde se realiza a Assembleia Geral.
- 4.º — De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo apoio que proporcionaram a esta Junta Directiva.
- 5.º — De louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo.

## A JUNTA DIRECTIVA

### O PRESIDENTE

*Prof. Doutor João Cândido de Oliveira*

### O VICE-PRESIDENTE

*Eng.º Manuel José Maia Athayde*

### O SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO

*Vilians Leal*

### O TESOUREIRO

*Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita*

### OS VOGAIS

*Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro*

*Dr. António Matrone*

*Klaus Werner Gruner*

*Américo de Jesus Rodrigues*

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1985

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i> ... .. .	197 858\$90	
Caixa ... .. .	6 372\$80	
Depósitos à ordem ... .. .	91 486\$10	
Depósitos a prazo ... .. .	100 000\$00	
<i>Créditos a curto prazo</i> ... .. .	60 165\$00	
Livraria Bertrand ... .. .	59 845\$00	
Livraria Clássica Editora ... .. .	320\$00	
<i>Existências</i> . ... .. .	597 087\$10	
Livros à consignação ... .. .	390 446\$50	
Edições ... .. .	2 264\$30	
Emblemas ... .. .	916\$30	
«Olisipo» ... .. .	203 460\$00	
<i>Imobilizações</i> .. ... .. .	69 274\$40	
Móveis e utensílios . ... .. .	54 305\$20	
Biblioteca .. ... .. .	14 969\$20	
<i>Débitos a curto prazo</i> ... .. .		395 983\$00
Dr.ª Ana-Maria Pereira da Gama ... .. .		325\$50
C.M.L./Cultura .. ... .. .		291 048\$00
C.M.L./G.T.H. . ... .. .		60 760\$00
C.M.L./Turismo . ... .. .		30 238\$50
Prof. Oliveira Martins ... .. .		595\$00
Arq.º Jorge Segurado ... .. .		1 616\$00
Vilians Leal ... .. .		3 000\$00
Editora Convergência ... .. .		8 400\$00
<i>Situação Líquida</i> .. ... .. .		528 402\$40
Resultados transitados ... .. .		275 474\$20
Resultados apurados no exercício ... .. .		252 928\$20
<b>TOTAIS</b> ... .. .	<b>924 385\$40</b>	<b>924 385\$40</b>

Lisboa, 10/2/86.



DESENVOLVIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

	CREDITO	DEBITO
Quotização .. .. .		913 080\$00
Jóias . . . . .		25 000\$00
Livros à Consignação (lucro) ... .. .		189 434\$00
Emblemas .. . . .		180\$00
Cartões de Identidade ... .. .		1 420\$00
Subsídios ... .. .		259 250\$00
Receitas financeiras .. . . .		23 855\$20
Realizações culturais ... .. .	25 810\$50	
Gastos gerais ... .. .	1 133 480\$50	
TOTALS ... .. .	1 159 291\$00	1 412 219\$20
Saldo positivo .. . . .	252 928\$20	

DEMONSTRAÇÃO DE CONTAS DE GASTOS GERAIS

Material de escritório e expediente ... .. .	29 176\$50
Conservação e limpeza ... .. . (inclui a empregada de limpeza)	50 172\$00
Telefone ... .. .	32 484\$00
C.T.T. — Correios ... .. .	14 846\$00
Transportes ... .. .	28 380\$00
Contencioso, Notariado e Valores Selados ... .. .	2 820\$00
Remunerações ao pessoal ... .. .	639 559\$50
Caixa de Previdência ... .. .	200 225\$00
Fundo de Desemprego ... .. .	49 354\$00
Outros Serviços (inclui o Cobrador) ... .. .	84 063\$50
Outras despesas ... .. . (inclui quotização da Fed. Port. Colt. Cult. e Rec.)	2 400\$00
TOTAL ... .. .	1 133 480\$50

Lisboa, 10/2/86.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS  
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1985

Ex.<sup>mos</sup> Consócios

Analisámos o Relatório e Contas do exercício de 1985 apresentados pela Junta Directiva, documentos que espelham com clareza a actividade exercida no decorrer do ano, revelando o intenso movimento cultural desenvolvido dentro das possibilidades do Grupo e demonstrando a vitalidade desta instituição, que permitiu a grande número dos seus sócios um melhor conhecimento do património artístico do distrito de Lisboa.

Nestes termos propomos que sejam aprovados:

- 1.º — Relatório e Contas do exercício de 1985, contas elaboradas graciosamente pelo contabilista Ex.<sup>mo</sup> Sr. J. J. Rodrigues Dias, que nos apraz registar.
- 2.º — Um voto de profundo pesar pelos sócios falecidos, permitindo-nos uma especial referência ao Senhor Coronel António Luís Tadeu, figura eminente, homem de invulgar cultura, dinamizador de acções, e grande pilar deste Grupo.
- 3.º — Um voto de louvor à Junta Directiva pela forma exemplar como tem dirigido os destinos desta instituição.
- 4.º — Um voto de louvor aos funcionários pelo trabalho realizado durante todo o ano.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 1986.

A COMISSÃO DE CONTAS

*O Presidente,*

(Dr. José de Freitas Branco de Merédia)

*O Relator,*

(Dr. Aníbal da Gama Caeiro)

*O Secretário,*

(Dr. João Carlos Osório Pinto)





